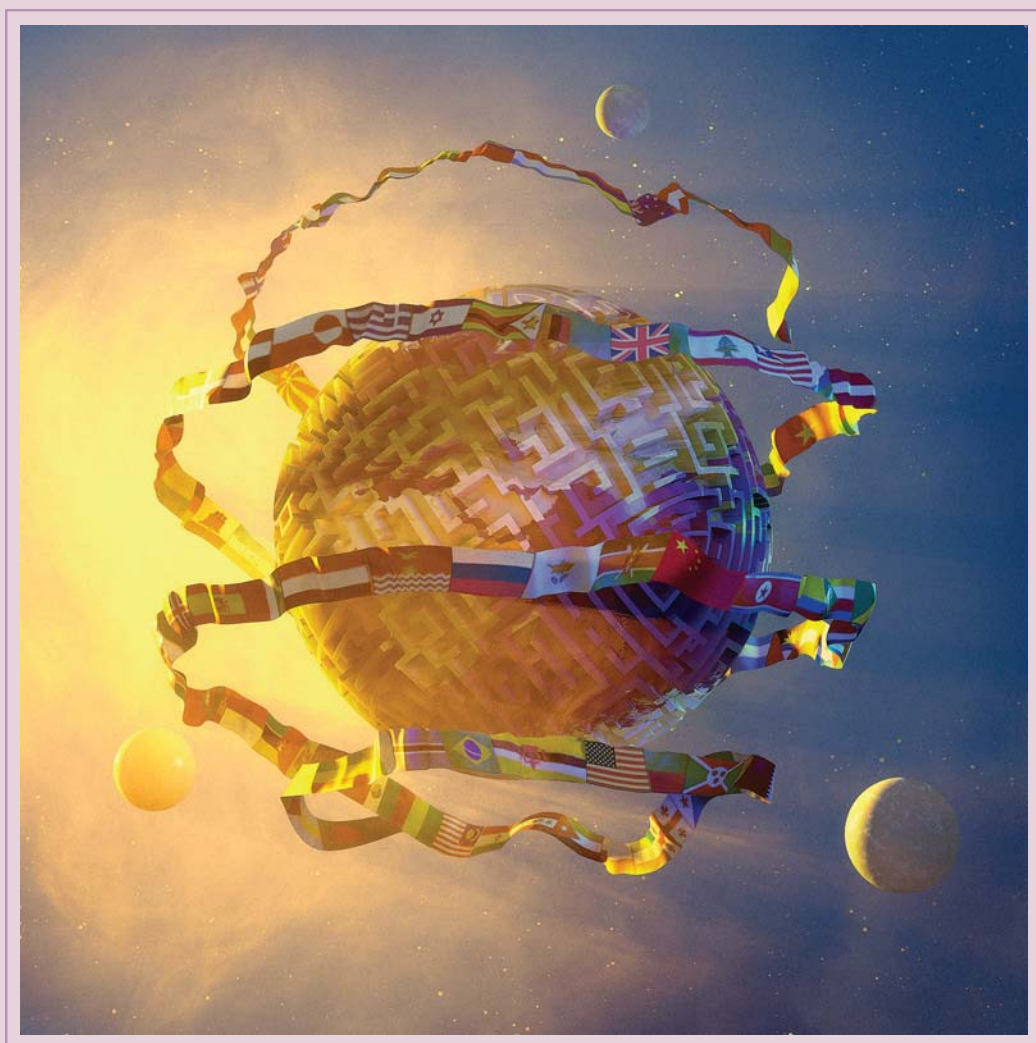




# VIDA INTERNACIONAL

Problemas da política externa, diplomacia e segurança nacional



# International Affairs

A Russian Journal of World Politics, Diplomacy and International Relations

In This Issue

- BRICS: A New-Generation Forum
- Libya Without Qaddafi
- Europe: Identity Crisis or Schizophrenia?
- Russia's New Arctic Strategy
- Afghanistan at the Threshold of Change
- Russia-Ukraine-Belarus: A Roundtable
- The Russian Council on International Relations

east view

Digest 2011



## LA VIE INTERNATIONALE

Politique étrangère, diplomatie, sécurité nationale



www.INTERAFFAIRS.ru

Digest 2011



## الاحداث السياسية الدولية

قضايا السياسة الخارجية، والدبلوماسية، والأمن القومي



www.INTERAFFAIRS.ru

Special Issue  
2010

## INTERNATIONAL AFFAIRS

RUSSIA - ASEAN



www.INTERAFFAIRS.ru

Digest 2011



## VIDA INTERNACIONAL

Temas de política internacional, diplomacia y seguridad nacional



www.INTERAFFAIRS.ru

文匯 2011

## 国际生活

俄罗斯对外政策、外交和国家安全



www.INTERAFFAIRS.ru

90  
лет



Июнь  
2012

## МЕЖДУНАРОДНАЯ ЖИЗНЬ

Проблемы внешней политики, дипломатии, национальной безопасности

Россия в меняющемся мире



Совещание послов и постоянных представителей РФ-2012

Москва. Издаётся с марта 1922 г.

Digest 2011



## INTERNATIONALES LEBEN

Probleme der Aussenpolitik, der Diplomatie und der nationalen Sicherheit



www.INTERAFFAIRS.ru

## **DIRIGENTE DO PROJETO:**

**Armen Oganesian, redator-chefe da revista "VIDA INTERNACIONAL"**

## **REDATORA DO PROJETO:**

**Evguénia Pyadycheva, redatora responsável da revista  
"VIDA INTERNACIONAL", D-ra em História**

## **FOTOGRAFIAS:**

**Irina Znatnova  
Marina Tchurina  
Victoria Pozdnyakova**

### **Edição em Português**

Traduzido para Português

© Progress ID

**Diretor Geral:** Sarkis Oganyan

**Chefe da Redação:** Margarita Tarverdova

**Traduzido por:** Konstantin Asriyants, Vitaly Gnatyuk,  
Vladimir Fartuchny, José Milhazes

**Redatora da versão portuguesa:** Nadejda Shushko

**Versão computadorizada:** Alexey Uvarov

**Composição:** Dmitry Tarasov

### **Sede da Redação:**

Gorokhovskiy per., 14, Moscovo, 105064

Tel: 7(499)265-37-81; Fax: 7(499)265-37-71

E-mail: [journal@interaffairs.ru](mailto:journal@interaffairs.ru)

© Redação da revista Vida Internacional, 2012

# ÍNDICE

- 5 **Serguei Lavrov**, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia  
A Diplomacia Russa e Os Desafios Do Século XXI

## POLÍTICA

- 23 **Andrey Denissov**, Primeiro Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia  
Rússia num mundo em mudança: prioridades permanentes e novas oportunidades

- 27 **Grigori Karassin**, Secretário de Estado —  
Vice-Ministro das relações exteriores da Rússia  
Não existe alternativa sensata aos formatos de integração da CEI

- 37 **Serguei Riabkov**, Vice-Ministro das relações exteriores da Rússia  
A América latina requer um enfoque especial

- 43 **Igor Ivanov**, Presidente do Conselho Russo para Assuntos Internacionais  
"Reinicialização" das relações Rússia-EUA: astúcia tática ou escolha estratégica?

- 53 **Romano Prodi**, Presidente do Conselho de Ministros da Itália (1996-1998;  
2006-2008), Presidente da Comissão Europeia (1999-2004)  
Europa precisa da Rússia

- 61 **Nikolay Sofinsky**, Embaixador da Rússia na República do Perú  
«Mundo é maravilhoso quando visto do Perú»

- 69 **Pablo A. Losano Losano**, Encarregado de Negócios dos Estados Unidos do México  
na Federação da Rússia  
México e Rússia: a política de portas abertas

- 85 **Fabiano Melnichuk**, Livre Docente do Instituto de Relações Internacionais junto  
da Universidade Católica Papal (Brasil), Coordenador do Centro de Pesquisas dos  
Países — membros do grupo BRICS  
Relações russo — brasileiras depois da guerra fria

## DIPLOMACIA MULTIFACÉTICA

- 101 **Sergei Narichkin**, Presidente da Duma Estatal  
Rússia e a APCE: as nossas perspectivas

- 107 **Vladimir Tchijov**, Representante permanente da Rússia junto da UE  
Parceria estratégica Rússia — UE: a crise europeia não é motivo para pausa

- João Fábio Bertonha**, doutor em História Social/Universidade Estadual de Campinas  
(UNICAMP)

**Brasil e Rússia: igualdades, diferenças, aproximações e distanciamentos entre dois BRICS no cenário internacional do século XXI**

## **TENDÊNCIAS** 119

**Serguei Kuritz**, Especialista em abordagens sistemáticas de solução de problemas de gestão, professor, doutor em ciências técnicas

**Valeri Vorobiov**, Reitor da MGIMO (U) do MNE da Rússia, Professor, doutor em ciências históricas

**A Sociedade Civil no novo modelo de gestão estatal e do Direito Constitucional**

**Evgueni Voronin**, Colaborador científico líderante do Instituto das Relações Exteriores junto do Ministério do Exterior da Rússia, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário 127

**Problema de Legitimidade de Intervenção Armada. Casus Belli Lívio**

**Aleksandr Fomenko**, Historiador e politólogo, Deputado da Duma Estatal IV Legislatura 141

**Nossas perspectivas: contornos da política eurasiática**

## **COLUNA DO REDATOR-CHEFE** 153

**Armen Oganesian**

**Défice de "Potentado"**

## **ANIVERSÁRIO** 161

**Boris Piadyshev**, Embaixador Plenipotenciário, funcionário emérito do serviço diplomático da Rússia, redator principal da revista "Vida Internacional" (1987-2009), doutor em História

**90 anos não são idade. A "VIDA" tem um grande futuro...**

## **PRO ET CONTRA** 165

**Energia Mundial: Novas equações da geopolítica?**

183

## CONSELHO EDITORIAL

**Serguey LAVROV**, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia

**Alexandre AVDEEV**, personalidade pública

**Iúri CHAFRANIK**, Presidente do Conselho Administrativo da MGNK "SoyuzNefteGaz", Presidente da Fundação "Política Mundial e Recursos"

**Andrey DENISSOV**, 1-o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia, Doutor em Economia

**Alexandre DZASSOKHOV**, Doutor em Politologia

**Alexey FEDOTOV**, Embaixador para Missões Especiais, membro do Colégio do MNE da Rússia

**Igor IVANOV**, Presidente do Conselho Russo para Assuntos Internacionais

**Konstantin KOSSATCHEV**, Dirigente da *ROSSOTRUDNITCHESTVO*

**Vladimir LUKIN**, Provedor dos Direitos Humanos na Rússia, Doutor em História, Professor Catedrático

**Serguey MAREEV**, Diretor Geral do MNE da Rússia

**Mikhail MARGUELOV**, Chefe do Comité para os Assuntos Internacionais do Conselho da Federação, Doutor em Politologia

**Alexey MECHKOV**, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário

**Alexandre PANOV**, Doutor em Politologia

**Gueorguy PETROV**, Vice-Presidente da Câmara de Comércio e Indústria da Rússia

**Evgueny PRIMAKOV**, Académico

**Alexey PUCHKOV**, Chefe do Comité para os Assuntos Internacionais da Duma de Estado, Doutor em História

**Vladimir TCHIJOV**, Representante Permanente da Rússia junto à União Europeia

**Vitaly TCHURKIN**, Representante Permanente da Rússia junto à ONU, Doutor em História

**Vladimir TITOV**, Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia,

**Anatoly TORKUNOV**, Reitor da Universidade "MGIMO", Académico

**Alexandre YAKOVENKO**, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, Doutor em Direito, Professor Catedrático

**Redator-Chefe: Armen OGANESIAN**



Serguei LAVROV

MINISTRO DOS NEGÓCIOS  
ESTRANGEIROS DA RÚSSIA



## A DIPLOMACIA RUSSA E OS DESAFIOS DO SÉCULO XXI

**"Vida Internacional":** "Sr. Lavrov, quais são, na sua opinião, as tendências positivas e negativas na política internacional contemporânea? E aonde podem levar?"

SERGUEI LAVROV: Para avaliar a situação internacional atual e as tendências existentes, todos os observadores minimamente sérios recorrem a parâmetros básicos mais ou menos iguais. Antes de mais, trata-se do facto de estarmos a viver um período de transição que representa, na essência, o processo de substituição de épocas históricas. Esta tese foi destacada pelo Presidente Putin no seu discurso, proferido na reunião dos embaixadores e representantes permanentes da Rússia, realizada em Julho de 2012. No cenário mundial estão a ocorrer profundas transformações, acompanhadas por perturbações nas áreas económica, política e, em geral, em relações internacionais.

Em segundo lugar, os processos históricos estão a ganhar velocidade, causando, conforme se pode constatar, profundas mudanças, comparadas a deslocamentos tectônicos, no que diz respeito à redistribuição de poder e da influência a nível global e regional. Basta recordarmos os acontecimentos impetuosos no Médio Oriente, no Norte da África e em outras partes do planeta.

Em terceiro lugar, torna-se cada vez mais evidente que, no séc. XXI, as relações internacionais estão a evoluir para a formação de um sistema policêntrico. Quer dizer, o destino da humanidade deixará de ser determinado apenas por uma única potência, por mais poderosa que seja, nem por alianças político-militares opostas, como aconteceu no período da "guerra fria", nem sequer por um "clube de elite" de países influentes no cenário mundial. Convém edificar um sistema de relações internacionais justo, democrático, sólido e mesmo auto-regulador.

Quanto à definição de tendências como "positivas" ou "negativas", acho que é algo ingrato avaliar diretrizes mundiais de desenvolvimento em termos de "branco" e "preto". Ao mesmo tempo, convém constatar que no mundo de hoje, cada vez mais global, as respostas aos desafios comuns podem ser encontradas exclusivamente nas vias da parceria autêntica, igualdade de direitos e respeito mútuo, respeitando ainda os interesses e as preocupações dos parceiros. A conscientização desta realidade e as ações que se baseiam nela representam uma das tendências mais positivas da atualidade, pois todos os membros responsáveis da comunidade internacional têm de resolver tarefas semelhantes a fim de garantir condições propícias para o desenvolvimento sócio-económico estável, a salvaguarda da paz e segurança internacionais, a regularização de situações críticas e o fomento da cooperação internacional. Há numerosos exemplos de aplicação eficaz das ideias referidas, em particular, a atividade dos Grupos dos 20 e dos 8, BRICS, Organização Xangai de Cooperação e, em geral, o reforço do papel de estruturas regionais na política mundial, sem esquecermos, obviamente, o papel coordenador importantíssimo da Organização das Nações Unidas, assim como a atividade conjunta que visa a eliminação de numerosas ameaças, incluindo a da proliferação de armas de extermínio em massa, terrorismo, pirataria e assim por diante.

Logicamente, as tendências negativas nas relações internacionais de hoje têm a ver com as consequências de ações unilaterais, com as tentativas de impor a outros seus valores e tirar algumas vantagens geopolíticas, usando pretextos supostamente nobres. Tais tendências levam ao reforço da xenofobia, intolerância, diversas formas de



discriminação e do niilismo jurídico. Tudo isso pode acabar em caos e desordem no cenário mundial.

Quanto à Rússia, a sua política externa baseia-se num trabalho criativo conjunto. Estamos prontos a avançar o mais longe possível pela via de uma cooperação multifacetada a longo prazo com todos os que a desejarem. Obviamente, vamos continuar a dar nosso contributo para examinar os processos, ocorridos no mundo, incluindo no âmbito do trabalho sobre a nova Conceção da Política Externa da Rússia. Por incumbência do Presidente da Federação da Rússia, vamos procurar exercer maior influência em diversas situações que dizem respeito aos interesses russos, a fim de estarmos preparados para todo o desenlace dos acontecimentos.

**"Vida Internacional":** Sr. Lavrov, surge a impressão de que ultimamente a Organização das Nações Unidas e, em geral, os alicerces jurídicos das relações internacionais, lançados após a Segunda Guerra Mundial, têm sido muito atacados. Significará isso uma transição para outro tipo de relações internacionais?

S. LAVROV: Se consideramos a ONU um fruto da "Paz de Yalta", no cenário político vigente não vejo uma alternativa viável a esta estrutura. Os seus Estatutos, que representam um documento único no género, foram criados após a vitória na Segunda Guerra Mundial pelos países vencedores, contendo princípios básicos que não perderam a sua atualidade mesmo hoje em dia. Trata-se da igualdade soberana dos países, do princípio de supremacia do Direito nas relações internacionais, visando a não ingerência nos assuntos internos, respeito pela soberania e integridade territorial de todos os países, assim como métodos coletivos da tomada de decisões. Quer dizer, os Estatutos da ONU foram desde o início "programados" como um regulador do mundo multipolar, capaz de assegurar a estabilidade da ordem mundial contemporânea.

O período da "guerra fria", em que surgiu a bipolaridade, sendo o equilíbrio político assegurado por uma confrontação rígida de duas superpotências (os EUA e a URSS) e de dois blocos político-militares (a NATO e a Organização do Tratado de Varsóvia), representava uma anomalia em relação aos princípios dos Estatutos da ONU.

Após o desmoronamento do sistema bipolar, tornou-se claro para todos que o mundo unipolar também é impossível, pois nenhuma potência mundial, incluindo os EUA, é capaz de tratar dos assuntos internacionais sozinha. Depois de terem emergido novos núcleos de crescimento económico,

poderio financeiro e, como resultado, de influência política, todos puderam convencer-se da necessidade de uma ordem mundial policêntrica.

É um processo duradouro. E estamos a meio caminho na sua evolução, pois o trabalho ativo de tais estruturas, como o 'G-20', BRICS e a Organização Xangai de Cooperação na solução de diversos problemas internacionais, a consolidação regional na América Latina, Ásia e África também contribuem para a formação de uma ordem mundial policêntrica. Os fundamentos jurídicos da sua atividade foram já criados: são os Estatutos da ONU, organização idealizada como um regulador dos processos de cooperação multilateral.

Conseguimos superar o período da «guerra fria», a História quis que desaparecessem a URSS e os países da Organização do Tratado de Varsóvia e surgissem novos Estados grandes e influentes que merecem ser respeitados.

Os críticos ocidentais da nossa política afirmam que o Conselho de Segurança da ONU tem ficado «paralisado» por a Rússia e a China terem vetado os projetos das resoluções que visam derrubar o atual regime sírio. Só que isto está longe de ser verdade, visto que o veto foi usado contra uma resolução, que pressupunha a mudança de um regime, enquanto os Estatutos da ONU não permitem ingerência alguma de fora para substituir regimes governantes e exigem que sejam respeitadas a soberania e a integridade territorial de um país. Sendo assim, a Rússia e a China defenderam os Estatutos da ONU, votando contra os projetos das resoluções, relacionadas à Síria.

Além disso, o direito de veto representa uma parte inalienável do mecanismo de tomada de decisões, aprovado por todos os países-membros da ONU, os quais não só assinaram os Estatutos, contendo o princípio do veto, como também ratificaram este documento. O direito de vetar foi idealizado não para conceder preferências aos membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU. Os Estados-fundadores pretendiam deste modo manifestar um facto indiscutível, a saber: uma decisão, aprovada sem ter tido em conta a opinião de países influentes, não seria viável.

A Liga das Nações deixou de existir, gostaria de fazer lembrar, exatamente por ter ignorado os interesses dos maiores Estados. Na altura da fundação da ONU, foram os EUA que insistiram na necessidade de incluir o direito de veto nos Estatutos a fim de não se repetir a experiência triste da Liga das Nações.

Resumindo, podemos constatar que existem fundamentos jurídicos para o ulterior desenvolvimento das relações internacionais e continuam absolutamente viáveis, tendo já provado o seu carácter universal. Dispomos

de uma possibilidade soberana para desenvolver as relações internacionais e criar uma nova ordem mundial, baseada nos princípios, aceites por todos os Estados, aquando da aprovação e a ratificação dos Estatutos da ONU.

**“Vida Internacional”**: No início do primeiro mandato de Barack Obama, os norte-americanos avançaram a ideia de «reiniciação» nas relações com a Rússia. Na sua opinião, quais são os resultados dessa fase das relações russo-norte-americanas?

S. LAVROV: Quando o Presidente Barack Obama e a sua equipa manifestaram, há vários anos, a prontidão em se dedicar à renovação séria das nossas relações bilaterais e da regularização dos problemas acumulados, avaliámos esses sinais positivamente, dando a entender desde o início que as tarefas acima referidas podem ser realizadas com eficiência só mediante os princípios de respeito mútuo, respeito pelos interesses recíprocos, honestidade e previsibilidade.

O vetor de interação, dado naquela altura, mostrou estar certo. Graças aos esforços conjuntos foi possível alargar as possibilidades de diálogo. Numa série de áreas foram alcançados resultados práticos consideráveis, a saber: economia, estabilidade estratégica, desenvolvimento dos laços humanitários. Vou mencionar ainda tais eventos de suma importância, ocorridos nos últimos tempos, como o Tratado sobre Armas Ofensivas Estratégicas, a adesão da Rússia à OMC, a actividade da Comissão Presidencial Russo-Norte-Americana e o regime simplificado de concessão de vistos.

Temos pela frente uma agenda cheia de atividades que visam, antes de mais, atribuir um novo dinamismo à cooperação nas esferas comercial, económica e de investimentos. Quanto mais intensas e eficientes forem as nossas relações económicas, tanto menor será a dependência da conjuntura política momentânea nos contactos bilaterais. Também vamos dedicar maior atenção à criação de condições propícias para o intercâmbio nas áreas humanitária, científica, cultural e de educação.

Obviamente, há muitos problemas, sendo o principal deles a Defesa Anti-míssil. As discordâncias, relacionadas com ela, parecem realmente graves. Certamente, as decisões, tomadas a seu respeito pelos Estados Unidos da América e, a seguir, pela Aliança Atlântica, não tomam em consideração os interesses russos. Importa-nos que os meios anti-mísseis, fabricados pelos EUA, não prejudiquem o potencial de contenção russo e o equilíbrio de forças, existente durante decénios. Convém estabelecer um quadro nítido do regime jurídico da nossa interação no que diz respeito à Defesa Anti-míssil, incluindo a elaboração de garantias jurídicas de os meios anti-mísseis acima referidos não virem a ser orientados contra a Rússia e as suas Forças

Nucleares (assim como contra qualquer país no espaço euro-atlântico). Também convém coordenar critérios técnico-militares, capazes de controlar o cumprimento dessas garantias. Claro que estes e muitos outros problemas não resolvidos serão debatidos já após a maratona presidencial nos EUA.

Independentemente dos seus resultados, estamos prontos a desenvolver um diálogo político com os EUA. A sua intensidade dependerá da vontade do lado norte-americano, e ele deve ter por base os princípios de igualdade de direitos, a não-ingêrência nos assuntos internos, a renúncia à imposição de ideias unilaterais sobre alguns aspetos da vida interna do país-parceiro e a interação no cenário global.

**“Vida Internacional”:** Muitos especialistas assinalam com grande preocupação que o papel do Direito Internacional está a ser subestimado na atual vida internacional. A política real de toda uma série de países simplesmente não se enquadra nele. Está de acordo com essas opiniões? Como, em geral, avalia a prática do emprego das normas do Direito Internacional nas condições atuais? Será possível reforçar o seu papel de alguma forma?

S. LAVROV: Sabe que me é difícil concordar com avaliações tão pessimistas. Embora eu compreenda os especialistas que as pronunciam. As tentativas de minar os princípios fundamentais da Carta da ONU, incluindo o respeito pela soberania e pela integridade territorial dos Estados, as ações à margem do Direito Internacional e dos formatos existentes de tomada de decisões, que observamos no último tempo, têm sérias consequências negativas, fazem aumentar a instabilidade nas relações internacionais.

Mas não vale a pena cairmos num alarmismo exagerado, é preciso apoio nas avaliações reais dos acontecimentos. Só semelhante abordagem permitir-nos-á manter na onda das mudanças que ocorrem no mundo.

O ponto de vista sobre a diminuição do papel do Direito Internacional ganhou “direito à vida” entre os especialistas principalmente devido às conhecidas ações da NATO sem ou violando as resoluções do Conselho de Segurança da ONU. Vamos analisar as coisas atentamente.

Os bombardeamentos da Jugoslávia em 1999 foram realizados sem o mandato do Conselho de Segurança da ONU, mas, depois, os seus iniciadores começaram a procurar legitimidade *post factum*. Foi acordada a resolução do CS da ONU Nº 1244, que fixava a necessidade de resolver o problema do Kosovo respeitando a soberania da Sérvia e Montenegro. A situação parecia ter voltado à área jurídica, mas essa importantíssima resolução foi grosseiramente violada quando o Ocidente reconheceu a proclamação unilateral por Pristina da independência do Kosovo.

Se recordarmos a guerra no Iraque, então, os líderes da NATO tentaram obter a sanção do Conselho de Segurança da ONU, embora, como hoje é bem sabido, sob um pretexto inventado. Quando não conseguiram, começaram as ações militares sem o necessário mandato. Não obstante, pouco tempo depois, os EUA começaram a pedir energicamente ao CS da ONU apoio na convocação de uma conferência sobre a reconciliação nacional no Iraque. A realidade objetiva exigiu semelhante passo e a NATO foi obrigada a voltar aos mecanismos jurídicos internacionais.

Na Líbia, a NATO já não se decidiu a agir sem mandato do CS, porque na aliança havia perfeita consciência de que as decisões unilaterais dos seus membros não iriam ser aceites pela comunidade mundial. Semelhante mandato foi conseguido. Porém, eles abusaram grosseiramente dele, mas isso é um tema à parte e a direção russa manifestou-se várias vezes e minuciosamente sobre isso.

Inicialmente também tentaram levar o processo pós-conflito na Líbia para fora do quadro da ONU, mas, pouco tempo depois, a questão voltou à Organização.

Preste atenção: na Conceção Estratégica da NATO afirma-se claramente que os países membros da aliança devem tomar medidas, em toda a parte, para manter a paz e a segurança, mas devem fazer isso respeitando o Direito Internacional. No que respeita aos abusos na interpretação de resoluções, tomaremos todas as medidas para não permitir, no futuro, quaisquer ambiguidade nos mandatos do Conselho de Segurança.

A Carta da ONU continua a ser o pilar das relações internacionais, não obstante as tentativas de abalar esse sistema segundo o princípio "a lei dá o que dá".

Agora, quero dizer algumas palavras sobre o reforço do papel do Direito Internacional. A afirmação consequente da supremacia do direito nos assuntos internacionais é uma das prioridades fulcrais da nossa diplomacia. Paralelamente tem lugar o processo de desenvolvimento e de modernização de algumas normas jurídicas. Por exemplo, foi dado início ao trabalho de aperfeiçoamento da cooperação no campo do combate à pirataria marítima, nomeadamente de criação de um mecanismo internacional para julgar os piratas.

A propósito, não nos devemos esquecer que bases do Direito Internacional como as prerrogativas programáticas do CS da ONU, o processo de tomada de decisões por esse órgão ou, por exemplo, os princípios da Convenção da ONU de Direito Marítimo, formaram-se como resultado da contraposição de interesses complexos e entrecruzados. Por isso é indispensável protegê-las

de tentativas míopes de destruição, abordar todo o complexo dos desafios correspondentes da forma mais equilibrada possível, com a consciência total da responsabilidade séria a isso ligada.

**“Vida Internacional”:** Nos últimos tempos diz-se que a Organização das Nações Unidas necessita alegadamente de uma reforma. Alguns políticos no estrangeiro insinuem que a ONU é um “instituto da época passada” e, nas condições atuais, ela não pode reagir de forma eficaz aos desafios dos tempos modernos. Que pensa de semelhantes declarações? Como vê o lugar e o papel da ONU nos assuntos mundiais?

S. LAVROV: Não há nada de novo nas conversas sobre a reforma da ONU. Esta organização mundial esteve sempre, durante mais de meio século de atividade, na linha da frente da política mundial e do discurso politólogo e, em geral, correspondeu às realidades de uma época concreta graças à sua capacidade de se adaptar rapidamente a elas.

Parafraseando uma frase conhecida de W. Churchill sobre a democracia, posso dizer que a ONU não é perfeita, mas foi o melhor que a humanidade conseguiu inventar. Recordo que o próprio nascimento da Organização foi possível graças ao compromisso conseguido pelos dirigentes da União Soviética, EUA e Grã-Bretanha, cuja confiança e compreensão mútua foram temperadas na luta contra o nazismo.

Na segunda metade do séc. XX, o campo geopolítico mudou dinamicamente, basta lembrar, por exemplo, os processos impetuosos de descolonização, mas a ONU, graças à vontade política dos Estados que a constituem, foi bastante eficaz em cada período histórico. E, hoje, a Organização mundial continua a ser um fórum intergovernamental universal com legitimidade reconhecida por todos, onde os Estados procuram em comum soluções para os problemas mais agudos que dizem respeito a todos sem exceção. A cooperação dos Estados na ONU contribuiu para a manutenção da paz através do reforço de relações de parceria, do alargamento de uma ordem do dia unificadora e da afirmação da supremacia do direito.

Verdade seja dita, a reforma da ONU já está a ser realizada: criam-se novos institutos, aperfeiçoa-se a ordem do dia, torna-se mais eficaz a atividade de manutenção da paz.

O importante é que a reforma não esteja afastada da realidade, não se transforme num objetivo em si; o principal é que não seja um pretexto vazio para a destruição impensada dos elementos básicos do sistema de relações internacionais, cuja pedra angular é a Carta da ONU. Num momento em que ocorre uma reestruturação radical do sistema de gestão global no sentido

de um modelo policêntrico mais equilibrado e justo, a revisão dos seus princípios fulcrais vai obrigatoriamente reflectir-se na segurança global.

Na etapa atual, a ONU necessita de esforços conjuntos pelo desarmamento, contra o terrorismo, o crime e as drogas, de passos coletivos com vista a sanar o espaço virtual único. Os problemas dos desequilíbrios inadmissíveis no desenvolvimento social e económico dos países e regiões, do reforço da segurança energética, alimentar e ecológica exigem solução urgente. Infelizmente, a lista de "zonas problemáticas" aumenta constantemente e a tarefa da ONU consiste em reagir com sensibilidade às novas ameaças, não permitir divisões e vacilações nas suas fileiras. É particularmente importante respeitar o princípio da Carta da unidade dos membros permanentes do Conselho de Segurança enquanto condição fulcral na tomada de decisões sobre o emprego de medidas coercivas.

Torna-se cada vez mais atual o papel da ONU na superação e solução de conflitos, na reconstrução após os conflitos. Porém, aqui, a eficácia da ONU depende diretamente da forma honesta como os Estados membros observam os princípios programáticos fundamentais: o respeito pela soberania e pela integridade territorial dos Estados, a não ingerência nos seus assuntos internos, a solução pacífica das disputas. Eu já falei disso. Neste sentido, provocam grande preocupação os apelos à aposta em métodos unilaterais de força, e ainda por cima à revelia do Conselho de Segurança da ONU.

Claro que nenhum político ou perito sensato no campo das relações internacionais quer que a Organização universal vá para "a sucata". Essas declarações provocatórias e infundadas têm um só objetivo: libertar as mãos aos que gostariam de realizar a política mundial segundo os próprios padrões, sem ter em conta a opinião dos parceiros nas relações internacionais. Exatamente por isso, o funcionamento calmo e coordenado da ONU, enquanto o maior palco do diálogo, é uma "vacina" a longo prazo contra o "vírus da anarquia" nas relações internacionais.

**"Vida Internacional":** As perspetivas da União Alfandegária (UA) e da Zona de Comércio Livre dos países da CEI tornam-e cada vez mais positivas. Recentemente, o Presidente da Ucrânia, Victor Ianukovitch, aprovou a união do seu país à Zona de Comércio Livre. Diga-nos, por favor, como vê as relações da Rússia com os países da CEI no plano da nova Conceção da Política Externa da Federação da Rússia, que atualmente está em fase de elaboração?

S. LAVROV: Eu já abordei o tema da preparação da nova redação da Conceção da Política Externa da Federação da Rússia. Consideramos que será um documento vasto e rico, que refletirá um amplo espectro de tarefas

com vista a fazer avançar as prioridades fulcrais da atividade internacional do Estado, definidas no Decreto do Presidente V. Putin "Das medidas para a realização da política externa da Federação da Rússia" de 7 de Maio de 2012.

Ao discursar numa reunião de embaixadores e representantes permanentes russos, V. Putin sublinhou a necessidade de aumentar o trabalho numa direção fulcral: nas relações com os Estados da CEI, incluindo os nossos mais próximos parceiros e participantes da "troika" de integração (Rússia, Bielorrússia e Cazaquistão), que formaram a União Alfandegária e começaram a trabalhar no formato do Espaço Económico Único (EEU).

O incremento da interação multilateral e o aprofundamento dos processos de integração na área da Comunidade é uma política que encerra uma perspetiva estratégica e reflete as tendências objetivas da época da globalização, incluindo o reforço do papel das uniões regionais. Ela foi e continua a ser uma prioridade incondicional da política externa da Rússia.

Nos últimos tempos, a integração no espaço da CEI adquiriu um ritmo impressionante. Consideramos o seu avanço um dos fatores sérios de garantia da estabilidade e do crescimento económico à escala global.

Os nossos esforços integracionistas adquirem um significado particular no contexto dos riscos existentes, condicionados por fenómenos de crise na zona euro, por problemas nos mercados dos EUA, China e de outros países. O trabalho realizado com vista a liquidar as barreiras no comércio mútuo, a garantir a circulação livre de mercadorias, serviços, capital e força de trabalho é um instrumento produtivo de combate à crise mundial.

O principal é que ele traz vantagem económica real, sentida pela população dos países participantes das uniões de integração. Este resultado prático manifesta-se não só nos números do crescimento do PIB e do comércio bilateral, embora eles sejam significativos. Por exemplo, desde o início do funcionamento da União Alfandegária, o comércio entre a Rússia, Bielorrússia e Cazaquistão aumentou quase 40%. Outros resultados diretos do funcionamento da UA são a criação de novos postos do trabalho, a diminuição dos impostos, o aperfeiçoamento das condições de realização de negócios, nomeadamente para pequenas e médias empresas, o melhoramento do clima de investimentos geral nos nossos países. A 1 de Fevereiro começou a funcionar a Comissão Económica Europeia, um órgão supranacional único que funciona permanentemente como órgão regulador da UA e do EEU, para o qual serão transferidas novas e novas prerrogativas.

Os objetivos da atividade na "troika" para o futuro estão fixados na Declaração sobre a Integração Económica Eurasiática, aprovada na cimeira



do Alto Conselho Económico Eurasiático de 18 de Novembro de 2011. Segundo esse "roteiro", o seu resultado deve ser a criação pelos três Estados da União Económica Eurasiática até 1 de Janeiro de 2015. Vemos nisso a prioridade incondicional do nosso trabalho no espaço da CEI e a tarefa fulcral da nossa atual política.

A 20 de Setembro deste ano, entrou em vigor para a Rússia, Bielorrússia e Ucrânia o novo Tratado sobre a Zona de Comércio Livre no quadro da CEI. Estamos convencidos de que a sua entrada em vigor dará às nossas relações com os Estados da Comunidade mais um impulso. Esperamos uma boa dinâmica com a Ucrânia, que é o maior parceiro comercial da Rússia entre os Estados da CEI.

Saudariamos a adesão ao acordo dos países da CEI que, por uma ou outra razão, ainda não fizeram isso. Como é sabido, estão a decorrer conversações com o Azerbaijão, Turcomenistão e Uzbequistão.

Desse modo, no espaço da CEI realizam-se processos de integração, diversos pela sua profundidade e velocidade. Cada Estado tem o direito de escolher a própria via, partindo dos seus interesses. Aqui terão um papel fulcral as vantagens potenciais que concede a participação numa ou noutra união de integração.

Por exemplo, no que respeita à Ucrânia, posso citar os resultados do estudo realizado por peritos ucranianos juntamente com o Banco de Desenvolvimento Eurasiático. Trata-se de a adesão da Ucrânia ao EEU poderia levar a um aumento do seu PIB anual em 6-7%.

**"Vida Internacional":** O problema da Síria é o fenómeno mais preocupante da atual política mundial. O Sr. chama constantemente a atenção dos dirigentes de diversos países para esse tema. Qual a sua impressão sobre as abordagens de solução da crise. Eles estão prontos para chegar a um compromisso ou as posições de alguns são tão irreconciliáveis que a paz na Síria tardará a chegar? Por exemplo, as declarações da secretária de Estado, Hillary Clinton, feitas na Turquia, podem pôr fim ao processo de conversações no Conselho de Segurança da ONU. Que saída vê para esta situação?

S. LAVROV: Desde o início da crise síria que a Federação da Rússia manifesta-se invariavelmente a favor da elaboração de abordagens e ações consolidadas da comunidade internacional nos interesses do fim imediato do conflito e de qualquer violência por todas as partes na Síria, do alívio dos sofrimentos da sua população civil e da criação de condições para o lançamento do processo político pelos próprios sírios.

Para isso existe uma base político-jurídica de normalização criada pela comunidade internacional. Trata-se das resoluções correspondentes do Conselho de Segurança da ONU, do plano de paz de seis pontos de K. Annan, antigo enviado especial da ONU/LEA, sobre a Síria, que não perde a sua atualidade também hoje, do comunicado final do encontro ministerial do "Grupo de Ação" para a Síria em Genebra de 30 de Junho de 2012.

Porém, infelizmente, nos últimos tempos, alguns parceiros ocidentais, nas suas declarações, dão cada vez mais a entender que tencionam procurar vias de solução da crise na Síria fora do quadro do Conselho de Segurança da ONU. Espero que a declaração da secretária de Estado, H. Clinton, feita a 11 de Agosto durante a sua visita à Turquia, tal como outras declarações da mesma natureza tenham um carácter emocional ou sejam um reflexo de processos políticos internos complexos. Estou convencido de que semelhantes passos teriam as consequências mais destrutivas e perigosas tanto para a Síria, como para o Médio Oriente, e, no fim de contas, para toda a ordem jurídica mundial moderna.

Antes, alguns Estados já tinham tentado impor ao Conselho de Segurança da ONU as suas posições políticas que predefinem os resultados do diálogo entre sírios e visam a substituição do regime sírio. Isso contradiz as prerrogativas do CS, os princípios da Carta da ONU sobre a não ingerência nos assuntos internos de Estados soberanos. Em vez de lançarem o processo de conversações, tal como é unanimemente ditado por resoluções aprovadas pelo CS da ONU, os adversários políticos do regime sírio enveredaram, de facto, pelo derrube do regime. A julgar por tudo, eles não planeiam alterar essa abordagem, embora precisamente nessa abordagem irreconciliável, no incentivo da oposição radical com vista a renunciar ao diálogo esteja a origem das causas da continuação da violência e dos sofrimentos do povo sírio. Nós não justificamos o regime sírio, não o deixamos de responsabilizar, mas só se pode travar o derramamento de sangue se obrigar-se todos os que combatem a pôr fim às ações militares e a sentar-se à mesa das conversações. Isso foi acordado no encontro em Genebra a 20 de Junho, mas, depois, os EUA recusaram-se a confirmar esses acordos no CS da ONU.

Daí conclui-se que a forma político-diplomática de desbloqueamento da situação síria não satisfaz alguns dos nossos parceiros. Eles, no fundo, lutam pela realização do "modelo líbio", exercendo pressão sobre uma das partes do conflito e, desse modo, incentivando a oposição a recusar quaisquer perspectivas de diálogo pacífico com o atual governo da Síria. Considero que isso é um beco sem saída.

O nosso ponto de vista tem o apoio de muitos Estados que têm consciência do perigo que constitui o desenvolvimento da situação da Síria segundo esse cenário. Disso isso porque, nos últimos tempos, a questão síria ocupa um dos lugares centrais em todos os encontros internacionais.

Só existe uma saída dessa situação: pressionar todas as partes beligerantes para obrigá-las a sentar-se à mesa das conversações sobre a definição dos futuros parâmetros do seu Estado. Há tempo para isso. A Rússia está pronta para esse trabalho.

**"Vida Internacional":** Mais uma pergunta dolorosa: a "intervenção humanitária". Qual a sua avaliação do próprio termo que apareceu recentemente e das tentativas de alguns Estados de, com a sua ajuda, resolver certos problemas políticos no mundo?

S. LAVROV: A "intervenção humanitária" é um termo que contradiz a Carta da ONU. Existe o Direito Humanitário Internacional que pressupõe uma determinada forma de ações durante os conflitos armados, que cria as regras de tratamento dos prisioneiros, as regras de fornecimento de ajuda humanitária, etc. O termo "intervenção humanitária" já não se utiliza hoje, porque ele "auto-desmascara-se", preferindo-se especular com outro termo: "responsabilidade pela defesa".

Durante a Cimeira de 2005 foi organizada uma discussão especial, existindo no documento final um capítulo especial onde se explica que "a responsabilidade pela defesa" significa muitas coisas, incluindo o fornecimento de ajuda humanitária, a preocupação com a propriedade da população, etc. Por outro lado, nesse documento nada se diz sobre que esse termo pode servir de justificação para a ingerência armada externa nos assuntos internos de outro Estado.

Repito que só as resoluções aprovadas com base na Carta da ONU podem ser legítimas.

Claro que não podemos garantir que não terão lugar violações grosseiras do Direito Internacional como a que teve lugar quando, sob pretextos inventados, bombardearam a Jugoslávia e começaram a guerra no Iraque. O bombardeamento da Jugoslávia começou em 1999 quando o dirigente americano da missão da OSCE declarou que, na vila de Racac "teve lugar um genocídio". Aí foram encontrados três dezenas de cidadãos albaneses mortos. E só depois, quando foi realizada a respetiva investigação, se constatou que não se tratava de civis, mas de combatentes que não tinham sido fuzilados a sangue frio, como afirmava o representante da OSCE, mas mortos em combate. Todas as peritagens balísticas e patolo-anatómicas provaram isso. Não foi por acaso que o relatório feito por peritos finlandeses

a pedido da União Europeia foi escondido imediatamente para "debaixo do tapete" e não foi mostrado a ninguém.

Mas quando o cidadão americano e chefe da missão da OSCE anunciou que na vila de Racac tinha tido lugar um genocídio, ninguém sequer tentou esclarecer, agarraram-se simplesmente a esse argumento e disseram que "a paciência esgotou-se e nós começamos a bombardear".

O mesmo se passou no Iraque: como pretexto foi utilizada a afirmação de que os Estados Unidos tinham informação confirmada sobre a existência de armas de destruição em massa no Iraque. Mais, isso foi anunciado quando as comissões especiais da ONU e da AIEA, que estudavam esse problema, estavam perto de concluir sobre a ausência de rastros que lhes permitissem falar da existência de armas de destruição em massa.

Por isso ninguém está protegido do facto de as resoluções "diluídas" do Conselho de Segurança da ONU puderem ser utilizadas para o abuso do mandato, tal como aconteceu na Líbia. Então, chegámos a acordo sobre a necessidade de criação de uma "zona sem voos", nós apoiámos e foi anunciada a "zona sem voos". Mas os países da NATO que se envolveram no cumprimento dessa resolução do CS da ONU foram muito além das ações necessárias ao patrulhamento do espaço aéreo e ao impedimento de voos da aviação militar do regime líbio, começaram a bombardear alvos terrestres e a participar ao lado dos revoltosos na guerra civil.

Estamos dispostos a aprovar uma resolução sobre a Síria. Não sei por que razão é que todos se esquecem que o Conselho de Segurança da ONU já aprovou duas resoluções sobre a Síria, foi também acordado o comunicado do "Grupo de Ação" que se reuniu a 30 de Julho deste ano em Genebra. Nós propusemos a aprovação do Comunicado de Genebra no CS da ONU, mas os americanos recusaram isso, porque ele não continha ameaças, avaliações unilaterais e sanções contra o regime. Ele continha uma abordagem equilibrada e sensata, que visava pôr fim ao derramamento de sangue na Síria.

Podemos garantir que jamais iremos violar os nossos compromissos internacionais. Quem se dedica a ações dessas há bastante tempo compreende hoje que isso causa uma irritação cada vez maior na comunidade mundial. Embora isso nem sempre se revele publicamente, mas a esmagadora maioria dos Estados não quer a continuação de semelhante tendência. Precisamente por esse motivo os Estados que querem utilizar a ingerência armada externa na Síria, tentam "impingir" a resolução citando o capítulo VII da Carta da ONU, que descreve as medidas coercivas em relação aos "países violadores". Mas, neste caso, repito, trata-se de um conflito interno e não há qualquer

fundamento para ingerência nele a favor de uma das partes. É necessário obrigar todas as forças beligerantes na Síria a pôr rapidamente fim às ações militares e a sentar-se à mesa das conversações.

Nós realizamos semelhante trabalho com o governo sírio, que garante, em caso de cessar de fogo simultâneo e controlado, estar pronto a chegar a um acordo sobre isso com as outras partes do conflito. Mas a oposição recusa-se categoricamente a aceitar isso, exigindo do Ocidente e de outros Estados o envio dos seus contingentes para derrubar o regime em Damasco.

Não se trata de que a atual ordem mundial e a Carta da ONU não podem defender o mundo de semelhante tipo de excessos, mas recorrer a semelhantes ações está cada vez menos na moda. E a reputação dos que as utilizam sofre com isso.

**“Vida Internacional”**: São muitos os que se interessam pelo desenvolvimento dos BRICS. Até discutem: será um “palco de conversações” ou já é uma “organização internacional” plena? Como avalia o lugar e papel atuais dos BRICS, bem como dos vários participantes e parceiros da Rússia nos assuntos mundiais?

S. LAVROV: Rigorosamente falando, essa união não é, pelo menos por enquanto, uma organização mundial no sentido completo dessa palavra.

Ao mesmo tempo, nós saudamos o aumento, numa perspectiva próxima, da constituinte institucional dos BRICS, embora não consideremos ser necessário forçar o processo. A Rússia dá a esse formato, tal como os nossos parceiros do “Quinteto”, extrema importância, considerando a cooperação no seu quadro uma das direções fulcrais da política externa russa. Defendemos a conceção gradual a esta cooperação de um caráter de parceria estratégica multilateral sobre um amplo leque de questões da economia e política mundiais. Além disso, tentamos posicionar os BRICS como um novo modelo de relações globais, que ultrapasse esquemas de igual medida do tipo “Norte-Sul” ou “Ocidente-Oriente”.

Na Cimeira de Nova Deli dos BRICS (a 29 de Março do ano corrente), foi aprovada uma declaração final de cinco dezenas de pontos e um plano concreto de ações que mostram claramente a intenção do “quinteto” de continuar a agir em conjunto. No que respeita ao desejo dos nossos parceiros de conservar, por enquanto, o caráter informal inicial de comunicação no quadro dos BRICS, consideramos esses argumentos bem justificados. O Processo de institucionalização deve avançar apenas à medida do seu amadurecimento natural, correspondendo aos níveis de preparação dos participantes.

Aqui já conseguimos muito. Formou-se uma prática sólida de realização anual de cimeiras, a seguinte está planeada para Março do ano que vem na África do Sul. Por exemplo, seguindo o exemplo do "Grupo dos Oito" e do "Grupo dos Vinte", foi criado o instituto de *sherpa* e *su-sherpa*. Funciona o mecanismo de encontros regulares dos ministros dos Negócios estrangeiros, bem como de dirigentes e representantes responsáveis de uma série de outros institutos do mesmo perfil. Foi dado início à cooperação científica conjunta, já se estão a realizar projetos nas esferas da comunicação social, politologia, e, em algumas outras áreas, por exemplo, na financeiro-bancária, discutem-se concretamente as vias e prioridades da futura cooperação. Resumindo, o desenvolvimento é bastante intensivo.

Os interesses comuns a longo prazo contribuem para a aproximação objetiva dos BRICS. Estes são o desejo de reformar a arquitetura financeiro-económica obsoleta do mundo, o apego aos princípios e normas do Direito Internacional, a não aceitação da política da força e do ditado. Além disso, é evidente a comunidade dos problemas de carácter económico e social dos nossos países e, em certa medida, a complementaridade das nossas economias nacionais. Os parceiros dos BRICS acumularam uma valiosa experiência de coordenação de ações nos palcos internacionais, incluindo a ONU, em relação a toda uma série de grandes problemas políticos internacionais. Consideramos que se deve continuar e desenvolver essa prática.

Resumindo, os BRICS, que hoje reúnem sob as suas bandeiras 30% da terra, 45% da população do planeta e 45% do PIB mundial, têm um grande futuro.

**"Vida Internacional":** Segundo a sua posição, a moral e a política, ou mais precisamente, a moral e a política externa, são categorias que podem, em princípio, coexistir? Parece que, nos últimos anos, a moral se tornou uma raridade na vida internacional. Qual a sua opinião?

S. LAVROV: Estou convencido de que a moralidade e a política externa não são apenas conceitos compatíveis, mas andam lado a lado. Pelo menos, é precisamente disso que partimos na nossa atividade.

Hoje, a questão sobre os faróis morais é mais atual do que nunca para as relações internacionais. Para primeiro plano avançam hoje os desafios globais que ameaçam a própria existência da Humanidade. Mais, como mostram os acontecimentos dos últimos anos, estas ameaças tendem a agravar-se e a entrecruzar-se, podem passar de uma região para outro. Por conseguinte, a vida dita, insistente e objetivamente, a formação de uma ordem do dia comum nos assuntos mundiais.

Mas uma verdadeira união de esforços, o aprofundamento da confiança dificilmente será possível sem uma definição da base de valores das ações conjuntas na arena internacional. Num plano mais geral, pode-se dizer que as perspectivas de desenvolvimento sólido da nossa civilização estão ligadas ao facto de se conseguir apoiar no fundamento espiritual e moral de ações solidárias da comunidade mundial.

É extremamente importante que se resolvam com base na justiça os problemas que o mundo atual enfrenta. Logo que se perde a moralidade, surge a injustiça, aparecem ideias que não contribuem para a solução do problema, mas, pelo contrário, adiam a sua solução. Consideramos que o reforço da base moral das relações internacionais é parte da alta política.

É evidente a necessidade do trabalho de impulsionamento de normas morais e étnicas de comportamentos universais, aceitáveis para todos nas relações internacionais, da sua democratização consequente e da limpeza de estereótipos ideológicos e padrões duplos. As principais religiões mundiais tiveram sempre um denominador moral, incluindo princípios como o desejo de paz e justiça, honestidade, misericórdia, amor ao trabalho. Elementos fulcrais dos valores tradicionais: o conceito de dignidade, liberdade e responsabilidade, estão fixados na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e da Convenção Europeia da Defesa dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais de 1950.

O novo sistema internacional policentrico que se está a formar irá inevitavelmente encarnar toda a variedade e riqueza do quadro cultural e civilizacional do mundo. É claro que a Europa terá dificuldade em encontrar uma linguagem comum com outras civilizações se se esquecer das suas raízes cristãs, das bases da sua identidade.

Consideramos que, nas condições atuais, se deve apostar numa maior aceitação e respeito das normas morais universais. Nesta questão, o farol deve ser a resolução do Conselho de Segurança da ONU sobre os direitos humanos "Incentivo dos direitos humanos e das liberdades fundamentais graças a uma compreensão mais profunda dos valores tradicionais da humanidade. Deve-se desenvolver, de forma enérgica e consequente, o diálogo entre religiões e entre civilizações, o que é feito pela Rússia. A situação depende muito da capacidade de ativar o potencial humanitário da comunidade mundial, de o canalizar para a elaboração de um programa de ações que afirme por toda a parte a conceção de aproximação de culturas e de sistemas de valores na base dos princípios da sobrevivência, do desenvolvimento sólido e da prosperidade da humanidade.

Por isso a conclusão é evidente: a moral, no contexto moderno da evolução das relações internacionais, é um conceito bastante atual. Sem o reconhecimento da "lei moral" suprema é difícil esperar o êxito dos esforços com vista à formação de um sistema internacional sólido, justo e democrático.

Claro que o fator da força armada mantém, infelizmente, a sua importância e nós somos obrigados a tê-lo em linha de conta, mas essa escolha não é nossa.

É oportuno recordar as palavras de Alexandre Nevski (ele sabia como conseguir grandes vitórias em nome da Terra Russa): "Deus não está na força, mas na verdade".







Andrey DENISSOV

*Primeiro Vice-Ministro  
dos Negócios  
Estrangeiros da Rússia*

## RÚSSIA NUM MUNDO EM MUDANÇA: PRIORIDADES PERMANENTES E NOVAS OPORTUNIDADES

O título do artigo representa o lema da reunião dos Embaixadores e Representantes Permanentes da Federação da Rússia junto das organizações internacionais. Tais reuniões são tradicionalmente realizadas de dois em dois anos, tornando-se um componente da atividade político-diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) da Rússia e outras instituições, situadas no estrangeiro. O seu objetivo consiste em executar uma análise complexa da situação internacional e estabelecer tarefas da diplomacia russa em diversos campos.

A sexta reunião regular decorreu nos dias 9-11 de Julho de 2012, e o seu ponto culminante foi, como sempre, a intervenção do Presidente da Federação da Rússia, o qual define a política externa do país. Os encontros com o chefe do Estado têm grande importância prática para a nossa instituição porque ajuda a compreender com maior profundidade as prioridades da política externa, tornando mais eficiente a proteção diplomática dos interesses nacionais.

Estiveram presentes no fórum dirigentes da Administração do Presidente da Federação da Rússia, do governo do país, das câmaras da Assembleia Federal, de uma série de ministérios e instituições federais, assim como eminentes personalidades sociais, cientistas, empresários e até representantes do Comité de Organização dos Jogos Olímpicos de Inverno "Sotchi-2014". Foram ainda convidados veteranos do serviço diplomático e seus jovens colegas.

Esta reunião dos Embaixadores e Representantes Permanentes foi de certo modo invulgar por se realizar no início do novo mandato presidencial quando se costuma precisar as prioridades da política externa. Logo após a inauguração a 7 de Maio de 2012, o Presidente Putin assinou o Decreto № 605 "Das medidas de realização da política externa da Federação da Rússia". Neste documento o chefe do Estado apresentou em versão reduzida as tarefas básicas a serem concretizadas pelo MNE da Rússia e outros órgãos executivos nesta área. Deste modo, foram estabelecidas as diretrizes da nossa atividade futura no estrangeiro, visando a proteção dos interesses nacionais nas condições da constituição do novo sistema policêntrico das relações internacionais, bem como o reforço da segurança e estabilidade globais.

No Decreto foi confirmada a continuidade do rumo da política externa, baseada em princípios fundamentais de pragmatismo, certa transparência, coerência, diversidade, proteção dos interesses nacionais, mas evitando confrontos. Estes princípios tem revelado a sua eficiência, adquirindo de facto um carácter universal. Eles vão determinar a filosofia das nossas ações no cenário internacional. A realização destes princípios tem por objetivo o reforço das posições da Rússia, como uma parceira responsável e previsível, o prestígio da qual nas relações internacionais se baseia não só na sua potência militar e económica, influência cultural, como também na coerência e firmeza de princípios fundamentais.

Este fórum diplomático foi especial ainda pelo facto de ter sido realizado numa época de grandes mudanças tanto a nível regional, como no cenário geopolítico, levando às profundas transformações históricas. A vida internacional vai-se tornando cada vez mais turbulenta e os processos, ocorridos nas relações internacionais, vão adquirindo um carácter cada vez mais complicado e multifacetado. Nestas condições urge analisar imparcialmente as tendências predominantes na vida internacional.

Uma série de acontecimentos não deixam de preocupar-nos, em particular, se trata das ações de forças externas em conflitos internos, das tentativas de resolver problemas com métodos de força, menosprezando o Direito Internacional e práticas reconhecidas de tomada de decisões. A Rússia irá lutar decididamente pela supremacia do direito no cenário

mundial, defender firmemente o papel primordial da ONU e os princípios básicos dos seus Estatutos que constituem a pedra fulcral de todo o sistema das relações internacionais, a saber: o respeito pela soberania e integridade territorial dos países, assim como a não ingerência nos seus assuntos internos. Estamos convencidos de que a supremacia do direito e os princípios democráticos têm que ser respeitados não só na política interna, como também nas relações internacionais. Caso contrário, não será possível evitarmos a influência perigosa de elementos do caos na política mundial.

No artigo "A Rússia e o Mundo em Mudanças", publicado antes das eleições presidenciais de Março de 2012, o Presidente Putin assinalou que os objetivos da nossa política externa tem um carácter estratégico e não conjuntural. Sendo assim, o rumo da política internacional da Rússia continuará equilibrado, ativo, construtivo, baseado na vontade de um diálogo de pleno valor e da parceria com todas as partes interessadas. Não pretendemos dissimular divergências, tão-pouco dramatizá-las. Quer dizer, a Rússia tenciona avançar o mais longe possível pela via de cooperação, subindo a níveis mais elevados, mas sempre na base do respeito mútuo e igualdade de direitos.

A prioridade-chave da política externa do nosso país é o aprofundamento da interação multilateral e da integração no espaço dos países da Comunidade de Estados Pós-Soviéticos nas mais diversas esferas. A diplomacia russa também procura desenvolver relações dinâmicas com os nossos parceiros de outras regiões do mundo: União Europeia, os Estados Unidos da América, países da região Asiático-Pacífica, da América Latina e Caribe, África.

Contudo, a nossa política externa visa, antes de mais nada, criar condições propícias para o desenvolvimento duradouro da Rússia, a modernização da sua economia e a consolidação das suas posições no mercado internacional como uma parceira de direitos iguais. Em geral, estamos convencidos de que se trata de uma base sólida para desenvolver ampla cooperação internacional visto que o fator de modernização vai ganhando importância primordial para todos os países sem excepção.

A união de esforços de todos os agentes da interação política é penhor da solução das tarefas complicadas a serem resolvidas pela comunidade mundial. Todos os países estão a deparar com desafios globais, entre os quais temos o perigo da proliferação de armas de extermínio em massa, o terrorismo internacional, a criminalidade organizada, o narcotráfico, a pirataria, mudanças climáticas, imigração ilegal, cataclismos naturais e tecnogénicos, falta de alimentação e epidemias. A lista de ameaças está longe de ser exaustiva. Procurando em conjunto respostas adequadas a estes desafios, estamos a servir-nos da chamada "diplomacia móvel" que pressupõe a formação de umas alianças flexíveis com base em interesses

comuns. Daí a nossa perseverança na promoção de uma agenda positiva, na regularização dos problemas existentes, aplicando princípios jurídicos internacionais, relacionados à segurança igual e indivisível. A nosso ver, este princípio adquire hoje em dia um caráter universal e tem de ser uma base sólida de nova arquitectura de segurança internacional tanto na zona euro-asiática, como na região asiático-pacífica e noutras.

Foi disso que partímos, avançando em 2008 a iniciativa de celebrar o Acordo da Segurança Europeia. Continuamos abertos ao diálogo construtivo e concreto, visando a tomada de decisões aceitáveis para todos os interessados numa segurança efetiva no espaço euro-atlântico.

Contudo, somos cientes da existência de problemas, capazes de travar o dinamismo da nossa interação e baixar o nível de confiança. Trata-se antes de mais dos planos de criar o sistema global de defesa anti-míssil dos EUA. Destaquemos nossa condição de princípios: precisamos de umas garantias efetivas de que ele não seja orientado contra o potencial de dissuasão nuclear da Rússia. Estas garantias devem ser controladas com base em critérios técnico-militares e geográficos, previamente acordados. Convém renunciar às ilusões de que as questões fundamentais da segurança e estabilidade mundiais possam ser solucionadas sem a Rússia e contra nossos interesses.

Uma das provas do reforço do prestígio internacional da Rússia é o facto da sua presidência em diversos foruns mundiais: este ano na cimeira da Organização de Cooperação Económica "Asia-Pacífico", no ano que vem — no Grupo dos 20, em 2014 — no "G-8". Em 2015 vamos presidir a Organização Xangai de Cooperação e a cimeira dos BRICS. Resumindo, o nosso país ocupa um lugar de honra entre os principais centros de força e influência no mundo contemporâneo.

Obviamente, a realização das tarefas que visam o aumento da eficiência da atividade diplomática exige o aperfeiçoamento do seu instrumentário. O Presidente Putin encarregou o Governo da Federação da Rússia de elaborar um Programa conceitual do reforço dos recursos humanos do MNE, assim como do Ministério do Desenvolvimento Económico e da Agência Federal "Rossotrudnitchestvo" que têm sua rede de representações, respetivamente, comerciais e culturais, no estrangeiro. O documento tem por objetivo assegurar a atividade eficiente do serviço diplomático da Rússia em conformidade com a escala e a complexidade das tarefas a serem cumpridas.





Grigori KARASSIN

*Secretário de Estado —  
Vice-Ministro das relações  
exteriores da Rússia*

## NÃO EXISTE ALTERNATIVA SENSATA AOS FORMATOS DE INTEGRAÇÃO DA CEI

**"Vida Internacional":** Senhor Karassin, as relações com os países — membros da CEI são uma prioridade invariável da política externa da Rússia. Seria possível falar hoje da existência de avanços radicais na cooperação que permitam alcançar um nível mais alto de colaboração com os Estados no espaço pós-soviético?

**Grigori Karassin:** Não foi hoje que se formou a concepção de princípios de relações entre a Rússia e os seus vizinhos mais próximos — tenho em vista, em primeiro lugar, os Estados situados no espaço pós-soviético e as associações integrativas com a participação da Rússia. O desenvolvimento da colaboração bilateral e multilateral com os Estados, situados no espaço da CEI, constitui indubitavelmente uma prioridade da política externa da Rússia. Este postulado está consagrado na Concepção da política externa da Federação Russa. E para nós esta Concepção não é mera declaração. Os países — membros da Comunidade são nossos parceiros estratégicos mais próximos. Temos

tarefas comuns no tocante ao desenvolvimento da sociedade, modernização das nossas economias, resistência a novos desafios e ameaças e criação de uma ordem mundial mais justa.

As relações da Rússia com os países — membros da Comunidade têm como base a igualdade de direitos, a vantagem mútua e a consideração dos interesses mútuos. Certamente, os próprios processos integrativos exigem esforços por parte de todos os seus participantes e o volume destes esforços depende do peso econômico do país. Mas, afinal de contas, esta é uma contribuição para o futuro, para a criação de um nível qualitativamente novo de cooperação interestatal com dividendos econômicos sérios. Pode-se apontar, por exemplo, que somente durante o último ano a circulação mercantil no formato da Aliança Alfandegária aumentou quase 40%.

Quanto à sua questão a respeito de "avanços radicais" na nossa colaboração, creio que semelhantes categorias são mais convenientes quando alguma causa começa a partir do ponto zero ou é reconstruída de uma forma radical. No espaço da Comunidade já se formou um sistema bastante ramificado de interação entre os Estados que abrange praticamente todas as esferas. Nós cuidamos sistematicamente da elevação da sua qualidade. Aí pode-se registrar êxitos indubitáveis na esfera econômica. São aperfeiçoados de uma forma coerente os mecanismos de colaboração humanitária, são resolvidas tarefas de garantia da segurança em todos os seus aspectos.

**"Vida Internacional":** Hoje na ordem do dia consta a questão de projetos integrativos de longo prazo que se realizam no espaço pós-soviético. A tarefa consiste em criar uma comunidade competitiva na Eurásia a fim de conseguir a integração efetiva no mercado mundial. O quanto é bem sucedida a colaboração da diplomacia russa neste processo? Será que os Estados — membros da CEI conscientizam esta tarefa?

**Grigori Karassin:** O espaço da CEI "incorpora-se" ativamente no sistema moderno de relações políticas e econômicas. Certamente, a realização de processos integrativos de longo prazo no espaço pós-soviético é uma necessidade premente para todos. Para os países da Comunidade é mais fácil resolver em conjunto os seus problemas de desenvolvimento socioeconômico, que são em grande parte afins, e garantir para si um lugar condigno no palco internacional. A experiência mundial comprova que a integração bem-sucedida deve ter, em primeiro lugar, uma base econômica sólida, e os nossos parceiros compreendem bem isso.

Portanto, você definiu de uma forma perfeitamente correta os objetivos que a direção do país nos aponta e cuja consecução é objetivo de esforços

ativos da diplomacia russa. Creio que os resultados concretos permitem fazer uma idéia da sua eficiência.

Ultimamente temos constatado com prazer a aceleração notável da integração econômica no espaço euro-asiático. São perfeitamente palpáveis os primeiros resultados da Aliança Alfandegária da Rússia, Bielorrússia e Cazaquistão, que começou a trabalhar a partir do primeiro de julho de 2011. Em primeiro de janeiro entrou em vigor o pacote de 17 acordos internacionais básicos, indispensáveis para o Espaço Econômico Único dos Três Estados. A Quirguízia e o Tadjiquistão, nossos parceiros no quadro da Comunidade Econômica da Eurásia, incorporaram-se gradualmente nos processos efetuados por três países acima mencionados. No primeiro de fevereiro começou a trabalhar a Comissão Econômica Euro-asiática — o órgão permanente único da Aliança Alfandegária e do Espaço Econômico Único, a que serão transferidos poderes cada vez maiores que estão agora ao nível nacional. Foi formulada a tarefa de pôr em funcionamento até o primeiro de janeiro de 2015 a Aliança Econômica da Eurásia. Trata-se, indubitavelmente, de um dos projetos mais ambiciosos, realizados nos últimos anos na área da Comunidade, de um projeto que irá determinar tanto o futuro dos seus três membros atuais, como do espaço pós-soviético em geral.

Um importante evento foi a assinatura em outubro do ano passado de um novo Tratado sobre a zona do comércio livre no quadro da CEI, destinado a substituir toda uma série de acordos multilaterais e bilaterais. O novo tratado leva em consideração normas e regras da Organização Mundial de Comércio. A Rússia concluiu o processo de ratificação deste documento em primeiro de abril. Esperamos que os nossos parceiros na Comunidade também concluam proximamente os processos de ratificação.

A economia está relacionada a mais uma prioridade da interação no quadro da Comunidade, ou seja, comunicar um impulso real à colaboração nas esferas técnico-científica e de inovações, o que corresponde diretamente ao imperativo de modernização econômica dos nossos países e cria premissas necessárias para a elevação da competitividade das economias nacionais. Foi aprovado e está sendo concretizado o Programa Interestatal de Cooperação na Esfera de Inovações que abrange o período até o ano de 2020.

**“Vida Internacional”:** Nas relações entre a Rússia e os Estados — membros da CEI estão em vigor numerosos mecanismos de colaboração, em particular, a Aliança Alfandegária e a Comunidade Euro-Asiática de Economia. Quanto ao nível político, trata-se das cúpulas Rússia — CEI, Assembléia Interparlamentar da CEI, filiação dos Estados — membros da Comunidade na Organização do Tratado de Segurança Coletiva e na

Organização de Colaboração de Xangai. Quais são as tarefas geopolíticas que estes mecanismos devem resolver em perspectiva estratégica?

**Grigori Karassin:** Teve razão ao apontar a pluralidade dos mecanismos integrativos no espaço da CEI. Realiza-se na prática o princípio de "geometria móvel" de colaboração que permite aos Estados escolher livremente os formatos e rumos da cooperação em conformidade com a sua especificidade, interesses e aspirações na política externa. Este enfoque a partir de diversos níveis corresponde a realidades existentes e à experiência internacional.

Certamente, as estruturas mencionadas diferem uma da outra quanto à composição e variedade de problemas resolvidos. Mas afinal de contas todas elas são uma parte inalienável dos processos integrativos regionais que visam objetivos geopolíticos comuns.

A "meta" estratégica, ou, por outras palavras, a supertarefa é o desenvolvimento firme e dinâmico do nosso espaço comum, garantia da sua segurança e elevação da qualidade de vida dos cidadãos. A chave do êxito é a consolidação e o ulterior aprofundamento da nossa cooperação multivariada. Importantes vantagens competitivas dos nossos países é a fusão dos recursos naturais, tecnológicos, intelectuais e laborais, a cooperação na esfera de produção, a utilização conjunta das vias de transporte e a unificação dos mercados. Podemos e devemos utilizar tudo isso para o bem dos nossos Estados e povos.

**"Vida Internacional":** Depois do desmoronamento da União Soviética, a Rússia procurou manter o relacionamento historicamente amistoso com a Ucrânia — um país ligado a nós durante dezenas de anos por vínculos econômicos, pelo destino comum e por liames familiares. Todavia, nos últimos anos este relacionamento foi submetido a grandes provações. O que é que a diplomacia russa faz não somente para evitar a debilitação dos vínculos das relações russo-ucranianas mas também para consolidá-las numa perspectiva de longa duração a despeito de "conflitos de gás" e outros?

**Grigori Karassin:** Com efeito, o nosso relacionamento com a Ucrânia tem um caráter especial. Somos povos irmãos, com a história multissecular comum e de línguas afins. Culturas próximas, entrelaçadas por muitos fios, espiritualidade única, relações estreitíssimas de parentesco entre as pessoas — são estas as raízes, o fundamento em que se baseia a nossa interação multilateral da atualidade.

É preciso acrescentar a isso as relações existentes na esfera de economia, o interesse mútuo em relação ao desenvolvimento de relações comerciais e na esfera de investimentos, projetos de infra-estrutura comuns, contatos nas esferas da ciência e desenvolvimento de novas tecnologias. Os nossos



países deparam também desafios e problemas comuns da época moderna, incluindo problemas no palco internacional.

Constatamos com satisfação que a atual direção ucraniana e a maioria esmagadora dos nossos parceiros na Ucrânia estão a favor da preservação e desenvolvimento de relações mais estreitas com a Rússia em todas as esferas da nossa colaboração.

Quanto a algumas questões litigiosas nas relações com a Ucrânia, é preciso constatar, em primeiro lugar, que elas não são insolúveis, e, em segundo lugar, que existe a disposição mútua de buscar e encontrar num plano construtivo e sério as soluções mutuamente admissíveis e vantajosas de quaisquer problemas, por mais complicados que pareçam.

Nos contatos com os nossos parceiros ucranianos partimos invariavelmente da suposição de que a manutenção da colaboração estreita de plena envergadura corresponde na íntegra aos interesses dos nossos países e povos e deve contribuir para o seu desenvolvimento e prosperidade.

Pretendemos continuar a levar a cabo esta política também no futuro e esperamos que ela tenha também o apoio e a compreensão na Ucrânia.

Gostaria de ressaltar que a Rússia está interessada no desenvolvimento de relações ao máximo de estreitas com a Ucrânia em todas as esferas sem exceção, — quer se trate da economia, política, questões humanitárias ou negócios internacionais. Estamos convencidos de que o estabelecimento de vínculos multilaterais corresponde também aos interesses fundamentais do povo ucraniano. É evidente que as idéias propostas de ampliar os processos de integração no espaço pos-sovético, incluindo propostas de criar futuramente uma Aliança Euro-Asiática, podem ser interessantes também para os nossos parceiros ucranianos.

A Rússia não faz segredo do fato de que gostaria de que a Ucrânia seja não somente parceiro estratégico nas relações bilaterais, mas também uma das locomotivas dos processos de integração que se realizam no nosso espaço comum. A vantagem mútua, proporcionada pela soma dos nossos esforços, das nossas possibilidades e do nosso potencial é evidente.

**“Vida Internacional”:** A Geórgia, que tinha saído em 2008 da CEI, não mantém relações diplomáticas com a Rússia. Será que este país continua um “buraco negro” para a Rússia?

**Grigori Karassin:** As relações interestatais entre a Rússia e a Geórgia estão agora num beco sem saída. Os governantes de Tbilici procuram à toa atribuir toda a culpa por isso à Rússia. Mesmo a propaganda mais requintada não pode embelezar uma mentira. Na consciência de M. Saakachvili estão a aventura criminosa na Ossétia do Sul em agosto de 2008 e o assassinato dos

nossos soldados das forças de pacificação e de um sem número de cidadãos pacíficos em Tskhinvali. A direção georgiana implanta propositadamente na consciência da sociedade a imagem hostil da Rússia, a língua russa é banida das escolas georgianas, os monumentos aos heróis da Grande Guerra Pátria são derrubados e a máquina de propaganda cinzela a tese de que a Geórgia tivesse sofrido durante séculos o regime de ocupação russa.

Apesar da hostilidade dos círculos oficiais de Tbilici e das suas manobras, sempre fomos e continuamos abertos para quaisquer passos construtivos rumo à normalização das relações bilaterais. Jamais renunciemos a conversações. Por exemplo, nós continuamos, juntamente com a Abkhazia e a Ossétia do Sul o diálogo direto com Tbilici nas Discussões de Genebra a respeito da Região Transcaucasiana. Há pouco propusemos restabelecer as relações diplomáticas, que tinham sido rompidas pela parte georgiana. Infelizmente, a nossa iniciativa que poderia contribuir realmente para a normalização das relações, foi indeferida.

Todavia nós continuaremos a fazer todo o possível na atual situação a fim de preservar os vínculos humanitários, humanos e pessoais entre os habitantes dos nossos países. Funciona o tráfego automóvel e aéreo direto, são mantidos contatos entre as personalidades da igreja, da cultura e da ciência, assim como contatos humanitários. Importa impedir o rompimento da proximidade historicamente tradicional entre os nossos povos — irmãos.

Tendo em vista esta tarefa, propusemos à parte georgiana implantar numa base mútua o regime de supressão de vistos para os cidadãos dos nossos países. Porém os círculos oficiais de Tbilici refutaram também esta iniciativa mas redobram os esforços a fim de continuar a preconizar a anulação unilateral pela Geórgia de vistos para os cidadãos russos. Um caso de hipocrisia realmente excepcional: ao mesmo tempo os serviços de segurança da Geórgia cuidam de descobrir e de prender, sem alardear, os cidadãos russos que antes de vir à Geórgia tinham visitado a Abkhazia e a Ossétia do Sul.

Estou certo, apesar de tudo, que a superação da crise nas relações russo — georgianas, criada pela política de M. Saakachvili, é algo perfeitamente real. Entre os nossos povos existe a afinidade espiritual e histórica, temos tradições seculares de amizade e de boa vizinhança. Centenas de milhares de georgianos étnicos são cidadãos russos com toda a plenitude de direitos, muitos representantes eminentes da comunidade georgiana fazem parte da elite cultural, política e econômica da nossa sociedade. A normalização das relações é predeterminada pela vida. Mas quanto ao prazo da sua realização, isto depende do momento em que o poder em Tbilici ficar nas mãos de uma

direção são de espírito e responsável que irá orientar-se pelos verdadeiros interesses nacionais da Geórgia, incluindo o mais importante deles, — viver em concórdia com os vizinhos mais próximos.

**“Vida Internacional”:** A Moldávia ocupa uma posição à parte no quadro da CEI. Quais são as realidades do seu relacionamento com a Rússia, será que este Estado não sairá da CEI?

**Grigori Karassin:** A interação com a República da Moldávia tem o seu passado, presente e futuro. O status neutro determina o comedimento dos moldávios no que diz respeito à participação nos formatos coletivos de garantia da segurança dos países — membros desta Comunidade.

Por outro lado, não se pode esquecer que os acordos, que constituem a base de formação da CEI e dos Estados que a compõem, garantem a integridade territorial da República da Moldávia.

Um enfoque do problema em geral, a partir das posições do dia de hoje, torna evidente que é preciso concatená-las com as prioridades do governo da República da Moldávia, formuladas no seu programa. Pode-se mencionar entre estas prioridades o seguinte: a realização do diálogo e da colaboração política no quadro desta organização a fim de utilizar as vantagens na esfera de deslocamento livre de pessoas, no desenvolvimento do comércio, da esfera social e do intercâmbio humanitário-cultural.

Portanto, a Comunidade proporciona vastos limites para a colaboração. Em qualquer hipótese, no processo de participação nos trabalhos desta organização a República da Moldávia pode, ela própria, tirar conclusões sobre as vantagens de diversas formas de aproximação integrativa.

Na nossa opinião, a aspiração da direção moldávia de apressar o estabelecimento de relações com a União Europeia não contraria a realização dos interesses nacionais da República da Moldávia em seu conjunto, isto é, no espaço da CEI. Esta atitude estratégica corresponde na íntegra à disposição dos círculos sociais do país.

**“Vida Internacional”:** Quais são as prioridades no desenvolvimento de relações com os Estados da Ásia Central?

**Grigori Karassin:** A região da Ásia Central ocupa um lugar à parte na escala de prioridades da política externa da Federação Russa. Procuramos desenvolver relações de parceria estratégica e de cooperação em mais diversos planos com os Estados da Ásia Central. Estamos interessados na consolidação da estabilidade sócio-política e econômica nesta região. O êxito de esforços, empreendidos em conjunto, determina em grande parte a nossa capacidade comum de resistir aos novos desafios, como, por exemplo, a difusão do terrorismo, extremismo e do crime organizado, o tráfico de

drogas e a migração ilegal. É evidente que neste caso se trata também do bem-estar e da segurança na própria Rússia.

A Rússia procura contribuir de uma forma real para que os Estados da Ásia Central sintam o efeito e a atratividade dos processos de integração no espaço da CEI, visto que precisamente estes Estados é que constituem a "ossatura" principal das estruturas integrativas no território pós-soviético.

Temos dedicado muita atenção ao desenvolvimento da cooperação econômica com os países da Ásia Central tanto no formato bilateral, como no quadro da Comunidade Euro-Asiática de Economia e da Organização de Colaboração de Xangai. A esta mesma categoria pertence também o aprofundamento da interação no quadro da Aliança Alfandegária e do Espaço Econômico Único. Por enquanto nestes processos está implicado ativamente o Cazaquistão mas outros países da região também manifestam a vontade de incorporar-se neles.

Outros exemplos positivos da colaboração internacional com os países da Ásia Central são a utilização bem-sucedida por nós das áreas da Comissão Econômica Europeia e do programa especial da ONU em prol da economia dos países da região, a fim de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da Ásia Central na esfera de recursos energéticos e hídricos, assim como, na esfera de inovações.

Quanto à política comercial, o mais importante para nós é o "ajuste" entre a intenção dos Estados da Ásia Central de incorporar-se nos processos de integração no espaço da CEI e a perspectiva da sua participação do comércio mundial na qualidade de membros da Organização Mundial de Comércio.

Uma importante prioridade nas nossas relações com os países da Ásia Central continua a criação de condições favoráveis para mais de 5,7 milhões dos nossos compatriotas que residem nestes países, a defesa dos seus direitos e interesses e a preservação dos seus vínculos espirituais e culturais com a Pátria histórica.

Tudo isso determina a prioridade da Ásia Central na qualidade da zona de interesses estratégicos da Rússia.

**"Vida Internacional":** Sr. Karassin, como o Sr. avalia a possibilidade de reconhecimento da Ossétia do Sul e da Abkhazia no mundo? Quais são as tendências que predominam hoje: a resistência ao processo de reconhecimento, a inércia, ou, pelo contrário, a lealdade?

**Grigori Karassin:** Além do nosso país, a independência das jovens repúblicas da região transcaucasiana já foi reconhecida pela Nicarágua, Venezuela, Nauru, Vanuatu e Tuvalu. Somos da opinião de que estes passos importantes afirmam o direito inalienável dos Estados soberanos de levar a

cabo uma política externa independente, contribuem objetivamente para a formação de um mundo multipolar, estimulam o desenvolvimento de relações internacionais.

O processo de consolidação de posições de Sukhumi e de Tskhinvali na política internacional, incluindo o estabelecimento de relações oficiais com outros Estados, depara a resistência encarniçada por parte da Geórgia e dos países ocidentais que apóiam os planos revanchistas de "reintegração" da Abkhazia e da Ossétia do Sul. Os países que adotam um enfoque imparcial para com as realidades do Cáucaso, sofrem uma pressão sem-cerimônia de fora. Conhecemos estes fatos. Lança-se mão de *démarches* rígidas, algumas das quais vêm do nível muito alto, advertências sobre conseqüências políticas e ameaças de cessar a ajuda humanitária e econômica.

Todavia, ninguém conseguirá deter o processo objetivo de ingresso dos dois novos Estados na comunidade mundial. Uma garantia disso é, em primeiro lugar, a edificação nesses países do seu próprio sistema estatal e a consolidação de instituições sociais e políticas de orientação democrática. Já agora existem vastas relações com numerosos países do Próximo e Médio Oriente, da América Latina e da Oceania nos planos de contatos entre os círculos sociais, parlamentos, círculos de negócios, estabelece-se a cooperação econômica mutuamente vantajosa. Merece elevado apreço a atividade enérgica dos serviços diplomáticos de Sukhumi e de Tskhinvali nesta esfera. Nós, da nossa parte, continuaremos a prestar todo o apoio necessário no palco internacional aos nossos amigos da Abkhazia e da Ossétia do Sul.

**"Vida Internacional":** E, para finalizar, quais são as perspectivas da preservação da estabilidade regional e do desenvolvimento progressivo dos países da CEI na condições do mundo em vias de globalização?

**Grigori Karassin:** A comunidade desenvolve-se permanentemente, mas não existem parâmetros rígidos da sua evolução e das suas perspectivas. O futuro do nosso espaço comum depende da nossa capacidade de responder condignamente aos desafios do mundo moderno e de preservar a atração mútua dos nossos países. Pode qualificar isso, se quiser, como obra política da direção dos Estados.

Na nossa opinião, justifica-se na íntegra a fórmula de garantia da segurança e da estabilidade regional através do desenvolvimento, que tinha sido adotada na qualidade da base. Hoje em dia na CEI existe a compreensão comum da importância da existência da Comunidade e da necessidade de elevar a sua eficiência para cada um dos seus membros. Funcionam a Concepção do Ulterior Desenvolvimento da CEI e o Plano de Medidas

Básicas da sua realização. Realiza-se a sua execução em todos os setores do trabalho.

Somos realistas: os formatos integrativos que existem hoje no espaço da CEI não são instrumento ideal da interação dos nossos países. Mas também está perfeitamente claro que simplesmente não existe uma alternativa sensata a estes formatos, da mesma maneira que a alternativa para o desenvolvimento de relações mutuamente vantajosas entre a Rússia e os seus vizinhos mais próximos. A integração regional e sub-regional é uma tendência objetiva no mundo de hoje. E não constituímos nenhuma exceção neste plano.





Serguei RIABKOV

*Vice-Ministro das relações exteriores da Rússia*

## A AMÉRICA LATINA REQUER UM ENFOQUE ESPECIAL

**"Vida Internacional":** Sr. Riabkov, qual é a retrospectiva histórica das relações entre a Rússia e os países da América Latina e como, na sua opinião, elas se desenvolvem hoje?

**Serguei Riabkov:** Quanto à retrospectiva, creio que são poucas as regiões do mundo longe das nossas fronteiras, — se, inclusive, existem, — em que haja tantas pessoas que simpatizam com a Rússia, pessoas que ora fizeram cursos no nosso país ou estão ligados de alguma maneira a ele. Pessoas, para as quais os ideais, que defendemos outrora na qualidade do país, foram bastante próximos, que encaravam a Rússia (União Soviética) como símbolo da justiça social e do avanço a um futuro melhor. Este conjunto de circunstâncias, que se pode qualificar em principio como único, continua a exercer até hoje influência positiva sobre as relações entre a Rússia e a região latino-americana e sobre as perspectivas de desenvolvimento dos nossos vínculos.

Certamente, houve um período difícil, houve nas relações o momento em que parecia que a

Rússia tinha abandonado totalmente a região ou estava prestes a abandoná-la, sair de lá e cuidar de alguma outra coisa. Por sorte, este período cedeu lugar à atual etapa de desenvolvimento pragmático, embora nem sempre bastante dinâmico, de relações. Mas para mim é evidente que o processo de retorno da Rússia para a América Latina está em andamento e que nós começamos a compensar numa certa medida as perdas da década de 90 do século passado e dos princípios dos anos 2000. Em primeiro lugar, este é um resultado da consolidação geral das posições da Rússia no plano internacional e de um certo incremento do nosso potencial, — não somente do potencial político, mas também do potencial no plano econômico internacional. Isto se deve também à política orientada pela consolidação de relações de parceria com todos os países que revelam interesse para com isso.

Gostaria de assinalar que ao contrário do período soviético agora não temos preferências ideológicas evidentes e abertas, nem a aspiração de contrapor as relações com um certo país ou grupo de países à ausência destas relações com outros Estados. Portanto, a América Latina não é uma região em que a Rússia compita de alguma maneira pela sua influência. Este objetivo não se tem em vista, além disso a sua realização é simplesmente impossível. A América Latina não é região em que façamos tentativas de estimular processos que criem problemas para quem quer que seja. Temos vários exemplos comprovando que a nossa colaboração em diversas esferas desenvolve-se também com os Estados, cujos governos levam a cabo uma política que não coincide com curso da política externa da Rússia.

Aliás, mesmo lá, dentro da região, eles não se entendem bem. Tenho em vista o desenvolvimento bastante bom das nossas relações com a Colômbia que tem como pano de fundo a parceria bem avançada entre a Rússia e a Venezuela. Temos a possibilidade de cuidar ativamente do turismo e do trabalho relativo ao regime internacional na esfera de não proliferação de armas de extermínio em massa com o México, embora este país não pertença ao grupo de países latino-americanos de orientação esquerdista, tipo ALBA, que se contrapõem aos EUA ou ao Canadá. O México é o parceiro mais próximo dos EUA e do Canadá. Além disso, a Argentina, o Brasil, Peru, Chile....

Não posso indicar um só país da região, cujas relações conosco não registrassem um incremento, — nem que seja pequeno e às vezes, bastante grande, — em diversas esferas, desde o comércio e terminando com oportunidades muito maiores para realizar viagens sem vistos. A América Latina é uma região em que nos últimos anos foi feito muito e estamos seguindo realmente a via de transformação de toda a região em zona de supressão de vistos para os nossos cidadãos. Quanto ao Brasil, as nossas



relações com este país têm um caráter especial. Colaboramos de uma forma muito estreita e bem organizada com o Brasil no formato de BRICS. Esta colaboração abrange também questões internacionais e não somente os aspectos econômicos e financeiros. Aliás, o BRICS começava precisamente com a reforma de instituições financeiras internacionais, etc. Já começamos a colaborar com os brasileiros na esfera cósmica.

Temos tido um crescimento bom no comércio com a Argentina. Uma situação única surgiu no caso do Equador — a ponto de que foi aberta uma linha comercial direta de transporte de contêineres Guaiquil — São Petersburgo. Na minha opinião, anteriormente não havia nada disso. São estudados projetos de investimento, incluindo projetos que permitirão aos produtores de bananas desenvolver a produção graças a investimentos da Rússia, que irão abranger também a ampliação de capacidades instaladas da embalagem e da transformação dos seus produtos. A companhia russa "Zarubejneft" perfura poços de prospecção em Cuba. Existem boas idéias novas...

**"Vida Internacional":** Sr. Riabkov, como, na sua opinião, se desenvolve a colaboração das nossas companhias particulares com o business dos países da América Latina? Até agora semelhantes contatos estavam um tanto "encalhados". Falando honestamente, os empresários russos não acusavam grande vontade de ir para esta região longínqua...

**Serguei Riabkov:** Sim, provavelmente a situação é esta. No entanto, surgiram germes de interação direta do business russo e latino-americano. Não pretendo exagerar a sua importância, mas semelhantes exemplos existem. Pode-se mencionar a criação pela companhia "Yota", no quadro do projeto da nossa companhia estatal "Rostekhnologii", — da comunicação celular da quarta geração que funciona e supera, quanto à qualidade dos serviços prestados, os demais concorrentes. Este é o índice do novo modo de condução de negócios entre os nossos países. Quero dizer, de um modo geral, que agora se forma o novo modelo, uma nova variedade de relações que difere da anterior. Teremos também outras provas disso. Por exemplo, ampliam-se fornecimentos do equipamento de geração de energia. Ganhamos a licitação no Equador. A companhia russa "Máquinas geradoras de força" tem tido boa presença na Argentina. Os nossos helicópteros têm boa saída na região. Fazemos o que podemos.

Não posso deixar de ressaltar que os países latino-americanos continuam interessados em que os seus estudantes universitários façam cursos na Rússia. Certamente, a envergadura é menor do que no período soviético mas mesmo assim se trata de dezenas e até centenas de pessoas, que fazem os mais diversos cursos. Neste caso também existem certos problemas relacionados ao financiamento e ao pagamento de bolsas de estudo condignas. Mas

mesmo estes problemas complexos são suscetíveis da solução. Não falei ainda dos exemplos da cooperação cultural e humanitária que se intensificou sensivelmente nos últimos anos. Começamos a trocar mais frequentemente as tournées de conjuntos de música e de balé e manter esta esfera num determinado nível. Aliás, o limite da perfeição não existe e é preciso ampliar esta prática. Começamos a fitar mais frequentemente o passado um do outro. Ao folhear novamente as páginas da história comum, adquirimos o potencial para novas realizações no futuro. E nós temos em vista o objetivo a alcançar.

**“Vida Internacional”:** O que é que nos impede e fria a ampliação mais intensa e mais “impetuosa” das nossas relações com a região latino — americana? Será que o atual ritmo de desenvolvimento de relações nesta região não nos faça perder esferas inteiras de colaboração potencial? Embora não compitamos com ninguém, os nossos concorrentes não dormem. Ou o empresariado russo ainda não está pronto a desbravar as “selvas” da América Latina?

**Serguei Riabkov:** Na minha opinião, está pronto, mas este fenômeno ainda não é geral. Já foram mencionados exemplos reais, fatos de interação russo — latino-americana. Quanto aos problemas, estes certamente não faltam. Creio que existem três temas que exigem o ulterior trabalho persistente para não atrasar a outros jogadores nesta área e conservar o dinamismo da interação, evitando paradas. Em primeiro lugar, é preciso buscar vias de ampliação do diapasão econômico da presença russa na região. É que a nossa exportação e importação têm um caráter monocultural. Fornecemos aos países da América Latina basicamente os adubos, alguns tipos de material técnico de guerra, o metal laminado e a alguns países também o equipamento eletrotécnico. Conta grossa, — é só isso. Quanto à importação de muitos países da região, esta se reduz à produção agrícola, suscetível de vacilações em função da conjuntura e da demanda. Aliás, ultimamente deu-se o incremento do turismo da Rússia para a América Latina, o que se deve, em particular, a problemas nas esferas tradicionais do turismo russo — o Egito e, em parte, a Turquia. Mas não temos outra base material. Temos que fazer investimentos na América Latina. O ritmo de desenvolvimento do business é realmente muito baixo e o recurso administrativo destinado a estimular este processo resulta insuficiente. O nosso business continua passivo. Concordo com você, — este enfoque dos países latino-americanos é, de um modo geral, inerte. Todavia, as possibilidades existem e somos simplesmente convidados a aproveitá-las.

Em segundo lugar, por que não temos a possibilidade de proporcionar o devido volume de estimulação de operações de exportação e importação e fornecer garantias estatais para os investimentos, dado que já tinham sido criados bancos especializados? Não existe também uma estrutura estatal íntegra, capaz de cuidar das questões de ajuda e de contribuição para o

incremento da colaboração, ao molde do que existe em muitos outros países, por exemplo, na China. Devemos trabalhar também nesta esfera.

E, em terceiro lugar, por que temos tido atraso na interação com a América Latina em comparação com alguns outros países europeus e asiáticos? Creio que isso ocorre porque ainda temos o enfoque atrasado da América Latina como uma região longínqua, interessante e exótica, mas, todavia, estamos concentrados mais na colaboração com a Europa, com os países — membros da CEI e com a China. E, conta grossa, começamos a prestar atenção à América Latina somente depois de todas as demais esferas. Os nossos museólogos e alguns conjuntos artísticos seguem a mesma filosofia. É difícil de unir tudo isso num sistema único e sem um enfoque complexo não poderemos obter um incremento significativo. Aliás, é bastante difícil de competir com os ensejos financeiros na esfera econômica de que dispõem outros países, por exemplo, a China. Neste caso é preciso ser realistas. Devemos trabalhar aproveitando as nossas vantagens — posições mais profundas na região, a atitude positiva dos latino-americanos em relação à Rússia, a ausência de preconceitos e a compreensão do fato de que o nosso país é importante força internacional e uma fonte da estrutura policêntrica e multipolar do mundo. A compreensão disso deve ajudar-nos a consolidar o nosso papel na América Latina. A inércia dos círculos de negócios, a ausência de finanças e o enfoque desta região na qualidade de algo que pode ser considerado como uma esfera secundária — são, provavelmente, estas as três razões principais que impedem o desenvolvimento mais intenso das nossas relações.

**“Vida Internacional”:** Sr. Riabkov, o melhoramento da imagem externa é uma das mais importantes esferas da estratégia de política internacional de qualquer Estado que se preza. Os especialistas neste setor afirmam com toda a razão que a imagem de um país e da sua gente no estrangeiro determina em grande parte a mais ampla gama de aspectos econômicos, políticos, informativo — culturais e outros das suas relações externas. A imagem positiva ou negativa do Estado faz inevitavelmente importantes emendas na sua política interna e externa, influencia a sua segurança. Não acha que a nossa atividade na esfera da “imagem” não é muito boa? Pouparamos recursos ou falta o tempo?

**Serguei Riabkov:** Estou de acordo, o trabalho na esfera da imagem da Rússia na América Latina por enquanto não pode satisfazer-nos. É preciso buscar formas modernas sem menosprezar aquilo que sempre tinha nos prestado bom serviço. Quanto a formas modernas, trata-se da ampliação das possibilidades de radioemissão e dos contatos através da Internet. Deparamos falta aguda do trabalho em espanhol para o auditório hispanófono. Certamente, temos a radiodifusão para a América Latina, funciona a estação de televisão “Rússia Hoy”, as agências RIA Novosti e ITAR — TASS têm difundido as suas informações em

espanhol. Mas hoje tudo isso não basta. O número de livros, jornais e revistas que se publicam em espanhol é absolutamente insuficiente. Temos que praticar aquilo que agora se faz episodicamente, raramente ou em doses muito pequenas, ou seja, lançar anexos aos jornais e revistas dos países da América Latina. Esta experiência existe. Mas nós gostaríamos de ampliá-la. Vamos fazer esforços a fim de realizar o trabalho de redação conjunto e preparar programas temáticos, dedicados, por exemplo, à atividade do grupo BRICS. E esta atividade não pode ser tediosa — mas, pelo contrário, interessante e cognitiva.

**"Vida Internacional":** A julgar por aquilo que o Sr. acaba de dizer, o Sr. é grande otimista. Concorde, aliás, que cuidar da América Latina sem uma carga potente de otimismo e disposição jovial é simplesmente impossível. Quais são, na sua opinião, as perspectivas das nossas relações nesta esfera?

**Serguei Riabkov:** Perspectivas? Tudo depende de nós. Não existe nenhuma restrição. Se construirmos hotéis em Cuba, se um número cada vez maior de futebolistas brasileiros jogar nos nossos clubes apesar das diferenças do clima, se o vinho chileno e as bananas do Equador forem produzidos à custa de investimentos russos mas nos territórios destes Estados, se continuarmos a fornecer o material técnico de guerra para os países da região e construir lá objetos da matriz energética, se um número cada vez maior de estudantes latino-americanos procurar fazer cursos nas escolas superiores da Rússia, teremos boas perspectivas.

Certamente, a América Latina tem numerosos problemas internos. Mas se trata, basicamente, dos problemas de incremento. Quanto ao potencial econômico e humano desta região, este, de um modo geral, é enorme. Um exemplo convincente de desenvolvimento bem-sucedido neste continente demonstra o "gigante tropical", — o Brasil.

É preciso que o nosso aspecto na América Latina seja condigno e é preciso que a Rússia seja encarada lá como um centro de atração. Vamos fazer esforços para alcançar este objetivo. Importa ter uma política bem pensada, importa manter relações de amizade e colaborar com todos os parceiros da região. Note-se que agora já temos uma base razoável para isso. Resta apenas apoiar-se nela e dar os passos seguintes.

**"Vida Internacional":** Agradeço, Sr. Riabkov, a entrevista interessante e espero que no futuro venhamos a discutir novamente o desenvolvimento da colaboração russo — latino-americana.





Igor IVANOV

*Presidente do Conselho  
Russo para Assuntos  
Internacionais*

isivanov@alhouse.ru

## “REINICIALIZAÇÃO” DAS RELAÇÕES RÚSSIA-EUA: ASTÚCIA TÁTICA OU ESCOLHA ESTRATÉGICA?

Nos últimos anos, as relações entre a Rússia e os EUA têm-se desenvolvido sob o signo da “reinicialização”, anunciada no começo de 2009 por iniciativa do Presidente D.Medvedev, da Rússia, e Presidente B.Obama, dos EUA.

A “reinicialização” destinava-se a suplantar a fase aguda da confrontação a que chegou o relacionamento entre os nossos dois países nos anos de governação da administração republicana Bush. Apesar das declarações magniloqüentes sobre parceria ouvidas nas cimeiras russo-americanas de 2002 e 2008, estas relações, como opinam muitos analistas, atingiram o ponto mais baixo desde o fim da “guerra fria”. Isto tornou-se especialmente notável em agosto de 2008, quando deflagrou a chamada “crise caucasiana” e Washington apoiou abertamente a Geórgia, que provocou um conflito armado com a Rússia.

Esta política em relação à Rússia refletia a linha geral de Washington, que pretendeu ser ator principal único no palco mundial.

Daí o desafiante menosprezo americano pela ONU e outras instituições multilaterais, pelas normas fundamentais do direito internacional; daí a ênfase na força e ações unilaterais e o desejo de impor grosseiramente suas opiniões a outros estados e povos. A saída unilateral dos EUA do Tratado de Defesa Anti-Mísseis concluído em 1972, a invasão armada do Iraque contornando o CS da ONU, a ingerência ostentosa nos assuntos internos da Rússia e seus vizinhos mais próximos, a ostentosa desconsideração dos interesses da Rússia no palco internacional — tudo isso não podia deixar de impactar negativamente o estado das relações russo-americanas.

### “REINICIALIZAÇÃO”: MOTIVOS PARA WASHINGTON

O presidente democrático Obama, no poder desde janeiro de 2009, recebeu um legado político externo infeliz. Naturalmente, os problemas da política externa enfrentados pelos EUA não convergiam unicamente sobre o relacionamento com a Rússia. Os EUA atolaram-se completamente na guerra impopular do Iraque, não conseguiram êxitos decisivos no Afeganistão, não podiam deter o enfraquecimento das suas posições no Oriente Médio e no mundo islâmico em geral. Os bríos anti-americanos iam aumentando permanentemente na maioria dos países europeus, na América Latina e em outros continentes.

As dificuldades com as quais os EUA depararam na política externa foram agravadas ainda mais a partir de 2008 devido à crise econômica e financeira mundial. Estava cada vez mais claro que as possibilidades de conduzir uma política externa custosa num contexto de déficits orçamentais e problemas internos cada vez maiores, chegaram ao limite. Tanto nos EUA como fora deles, iam crescendo dúvidas sobre a eficiência do modelo socioeconômico americano e houve até quem falasse em voz alta da profunda crise do liberalismo americano e do “fim do século americano”.

Administração Obama, ao defrontar-se com todo um conjunto de problemas internos e na política externa, viu-se obrigada a ocupar-se de revisão de muitos esteios da política externa seguida pelos republicanos. Claro que esta revisão não dizia respeito somente ao relacionamento Rússia-EUA. Washington pôs-se a sondar novas abordagens para com seus aliados de sempre, acentuando cada vez mais o diálogo e partilha de responsabilidade pelas decisões tomadas. EUA anunciaram a retirada mais rápida das suas forças armadas do Iraque e a mudança de estratégia no Afeganistão. A retórica de Washington começou a mudar também, com mais ênfase sobre a procura de compromissos com os oponentes e respeito pelos valores não-ocidentais. Foram dados sinais sobre sua prontidão a reiniciar o processo de desarmamento nuclear.

Que lugar coube às relações com a Rússia na nova estratégia estadunidense? Como nos parece, por algum tempo após a posse de Obama (durante um ano ou um ano e meio) essas relações foram examinadas pela Casa Branca essencialmente pelo prisma da solução de outros problemas de política externa, que Washington considerava prioritários. Os contatos com a Rússia "sobre pontos isolados" deviam facilitar a implementação das metas da política americana, especialmente em torno da situação no Afeganistão, onde o êxito das operações levadas a cabo pelos EUA e seus aliados em considerável medida dependia da posição russa. A Rússia continuava a ser um ator que desempenhava um papel chave no tocante à não-proliferação nuclear. Por isso mal se podia esperar um progresso na resolução do problema dos programas nucleares iraniano e norte-coreano. Da mesma maneira, os Estados Unidos precisavam de agir juntamente com a Rússia combatendo o terrorismo internacional. A lealdade de Moscou foi extremamente importante para Washington no CS da ONU, onde estavam em curso consultas sobre uma série de problemas graves. Embora numa medida menor, o papel da Rússia também foi substancial nos esforços para assegurar a estabilidade dos mercados mundiais dos recursos energéticos e algumas outras *commodities* importantes para os EUA.

No plano geopolítico, a viragem da Rússia na direção da Ásia começou a causar preocupações em Washington, antes de mais nada, face à tendência para o aprofundamento da cooperação entre a Rússia e a China. Com toda a sua retórica liberal, a administração estadunidense sempre viu a China como seu rival global, sendo que a hipótese de formação de uma aliança sino-russa anti-americana não podia deixar de preocupar Washington. Visto isto, a diplomacia americana passou a prestar mais atenção aos mecanismos multilaterais de cooperação regional, tais como a Organização de Cooperação de Xangai ou os BRICS.

Cabe notar também que à "reinicialização" contribuiu um fator subjetivo: a saber, o várias pessoas que ganharam uma grande experiência de contatos com a Rússia durante a presidência de Clinton chegaram à Administração Obama. Essas figuras formaram uma espécie de *lobby* pro-russo nos corredores de poder em Washington; alguns até apostaram no sucesso da política de "reinicialização" para progredir na carreira profissional. Para muitos observadores, o próprio Presidente Obama ficou "envolvido" na problemática russa e com o tempo começou a mostrar mais interesse pela Rússia.

Gradualmente, o papel da "reinicialização" no sistema das prioridades políticas externas dos EUA começou a aumentar. Isto deveu-se ao fato de os EUA não terem podido conseguir êxitos grandes nos outros vetores do seu

“novo curso”. As relações entre os EUA e o mundo islâmico continuavam bastante embrulhadas, o processo de paz no Oriente Médio não ia além de marcar passo, não havia sucessos convincentes no Afeganistão, as contradições entre os EUA e a União Européia sobre a estratégia de contenção da recessão persistiam, e assim por diante. Desta feita, a “reinicialização” veio a ser quase que o único êxito visível da política externa de Obama, portanto ela começou a transformar-se de instrumento auxiliar em objetivo político externo importante de per si.

## MOTIVOS PARA MOSCOU

O que foi que acontecia naquele período do lado russo? Como nos parece, podemos identificar três pressupostos principais a favor da “reinicialização” com os EUA.

Em primeiro lugar, no outono de 2008 Moscou viu-se ameaçada de isolamento no palco mundial. Nenhum país mais ou menos importante apoiou a política russa no Cáucaso Sul (reconhecimento da Ossétia do Sul e da Abkházia). Apoio não veio nem sequer dos parceiros da Rússia na Comunidade dos Estados Independentes nem da Organização de Cooperação de Xangai ou dos BRICS. A tensão nas relações entre a Rússia e os EUA chegou ao ponto crítico: a retórica hostil mútua fez lembrar os tempos da “guerra fria”. As relações Rússia-OTAN estavam congeladas. A retórica anti-russa aumentou na Europa. Os dirigentes russos não podiam deixar de reconhecer os riscos relacionados com esta tendência.

Segundo, a Rússia sentiu cada vez mais as conseqüências da recessão financeira e econômica mundial. Ainda no verão de 2008 Moscou costumava apresentar a Rússia como “ilha de estabilidade” no mar turbulento da economia mundial; já no fim do mesmo ano tornou-se evidente que, longe de ser poupada pela crise, a Rússia ia ser afetada por ela mais do que muitos outros países desenvolvidos. A crise mundial produziu um impacto desembriagante sobre aqueles políticos russos que, por força de razões de vária ordem, procuravam rebaixar a crescente dependência russa das tendências de desenvolvimento global. A confrontação cada vez mais evidente com os países desenvolvidos liderados pelos EUA também poderia provocar conseqüências negativas sérias para a economia russa.

Terceiro, a política de “modernização” anunciada pela liderança russa visando abandonar, a ritmos acelerados, o modelo de economia baseada no setor extrativo e adotar um modelo inovador, baseado nos conhecimentos, parecia irrealizável num contexto de confrontação com os estados que possuíam o maior potencial nesta esfera.



Desta forma, podemos constatar que o início de 2008 viu uma coincidência dos interesses americanos e russos, o que fez possível passar para uma nova etapa nas relações bilaterais conhecida como "reinicialização".

## QUEM GANHOU?

Nas relações entre os estados como a Rússia e os EUA, ambos com interesses globais, é difícil identificar os critérios que possam dar uma idéia objetiva de quem recebeu mais vantagens resultantes dessa cooperação. Ao mesmo tempo, podemos dizer com toda a convicção que a "reinicialização" abriu boas perspectivas a ambos os países para resolverem os problemas existentes de modo a satisfazer os interesses de cada um.

Em 2009-10, os interesses importantes da Rússia e dos EUA coincidiram objetivamente, o que predeterminou o êxito inicial da "reinicialização", tendo dado origem às esperanças de que era possível entrar em parceria estratégica. Seria um erro, todavia, dizer que na Rússia e nos EUA existia um consenso sólido em relação à "reinicialização" pois logo do início esta política provocou críticas exacerbadas em ambos os países.

Que resultados específicos da "reinicialização" podemos qualificar como sucesso?

Claro está que o êxito mais significativo dela é o Tratado russo-americano sobre a redução das armas estratégicas, o terceiro após os primeiros dois assinados ainda na época soviética. O tratado, embora preparado num prazo curto, foi um passo importante para a frente no caminho da redução dos arsenais estratégicos de ambos os países. Embora tanto nos EUA como na Rússia houvesse muitos quem criticassem o Tratado, de um modo geral ele corresponde aos interesses dos dois países, tendo juridicamente fixado seus planos de reestruturação da força estratégica nuclear e reanimado os mecanismos, praticamente perdidos, de verificação das reduções. A assinatura deste tratado deu à Rússia e aos EUA o direito moral a reforçarem a luta contra a proliferação das armas nucleares e apelar para os outros países nucleares a juntarem-se ao processo de controle das armas atômicas. A ratificação do Tratado pelo Senado americano mostrou que a oposição republicana não podia, naquele momento, pôr em causa a estratégia da "reinicialização".

Presidente Obama foi mais flexível quanto ao sistema de defesa antimísseis, cujo desdobramento provocou críticas agudas de Moscou. Isto, longe de alterar a essência da atitude americana, teve por objetivo demonstrar que a nova Administração estava preparada para um diálogo com a Rússia sobre os problemas da segurança internacional.

A assinatura do Tratado-3 criou premissas para o alargamento da cooperação russo-americana na esfera nuclear em geral. Em 2011, entrou em vigor o Acordo sobre a cooperação na esfera da utilização pacífica da energia atômica (o chamado Acordo 1-2-3) abrindo o mercado norte-americano para as companhias russas do setor da energia nuclear.

Um outro sucesso evidente da política de "reinicialização", especialmente para os americanos, foi o acordo sobre o "trânsito afegão" graças ao qual os Estados Unidos e seus aliados no Afeganistão podem utilizar o "corredor norte", ou seja, o território russo para transportar cargas não militares. Este acordo não quis dizer que a Rússia se solidarizou com a posição americana sobre a questão afegã. A política dos EUA no Afeganistão sempre foi alvo de críticas de Moscou. Os políticos russos frisaram, em particular, que a coalizão ocidental de fato fez vista grossa do crescimento ímpar da produção de drogas naquele país, cuja maior parte vai parar exatamente na Rússia. Todavia, os meios políticos em Moscou reconhecerem que, de um modo geral, a presença americana no Afeganistão desempenha um papel estabilizador para toda a Ásia Central, razão por que consideravam aceitável prestar aos Estados Unidos apoio limitado mas bastante importante (inclusive, a criação de um centro de transporte e logística da OTAN em Ulhanovsk).

A cooperação contra o terrorismo e tráfico de drogas tornou-se mais sistemático.

A aproximação das posições russa e americana no tocante ao programa nuclear iraniano veio a ser um fruto importante da "reinicialização". Moscou nunca mitigou sua posição intransigente em relação a qualquer hipótese de os EUA ou Israel usarem força contra as instalações nucleares iranianas. Moscou mais de uma vez fez objeções contra a aquisição de armas nucleares pelo Irão e até reduziu sua cooperação técnico-militar com aquele país. Em grande medida, foi graças à interação Rússia-EUA que o Conselho de Segurança da ONU conseguiu aprovar sanções internacionais suplementares contra o Irão e um sistema de estímulos positivos e negativos em relação ao programa nuclear iraniano.

Falando dos interesses essencialmente russos implementados no decurso da "reinicialização", podemos acrescentar mais alguns pontos ao que acabamos de dizer.

Antes de mais nada, sob o impacto da política de "reinicialização" os EUA chegaram a tomar em linha de conta os interesses estratégicos da Rússia no espaço ex-soviético. Claro que Washington nunca reconheceu nem reconhece que este território tenha um estatuto de "zona de influência de Moscou" mas agora os meios políticos de Washington atentam mais às preocupações russas. A Administração americana passou a mostrar

mais comedimento na prestação de apoio técnico-militar à Geórgia após a guerra de agosto de 2008 e resfriou o ardor da sua retórica em apoio ao regime de Saakashvili. A Casa Branca aceitou, embora sem entusiasmo, a derrota de V.Iushtshenko nas eleições presidenciais na Ucrânia e a vitória de V.Ianukovitch, apelidado de "candidato de Moscou". O alargamento ulterior da OTAN para o Oriente foi engavetado, em grande medida para não ser mais um fator irritante no relacionamento Rússia-EUA. A mudança de prioridades da política americana no território da antiga União Soviética foi tão evidente que os oponentes do Presidente Obama se serviram dela para acusá-lo quase que de "traição" dos interesses dos EUA naquela região.

Outro resultado importante da "reinicialização" para a Rússia foi mitigar as críticas ao sistema político russo e à situação com os direitos do homem na Rússia. Claro que a Administração democrática não pôde abandonar por completo o slogan de defesa dos direitos do homem e de apoio à democracia, que é o pilar da sua estratégia em relação a Moscou. Na prática, entretanto, este assunto foi relegado para um segundo plano e em vez de pressões rígidas os democratas preferiram a tática de "envolvimento construtivo" da Rússia num diálogo sobre o fomento dos institutos da sociedade civil e "troca de experiência" no aperfeiçoamento dos mecanismos da democracia, etc.

Por fim, vale notar em separado um outro assunto: a interação russo-americana na solução do problema da entrada da Rússia na Organização Mundial de Comércio. Deve-se reconhecer que sem o apoio ativo por parte de Washington este processo podia ter sido ainda mais protelado e complexo. Os EUA pressionaram alguns seus parceiros para retirarem os últimos obstáculos que impediam a entrada da Rússia na OMC. Note-se, entretanto, que a política de "reinicialização" não resultou em qualquer crescimento substancial do comércio russo-americano nem num aumento abrupto dos investimentos americanos na Rússia. Em comparação com a China, RFA, Itália e muitos outros países, as posições americanas nos mercados russos continuam a ser mais que modestas.

Resumindo os resultados da "reinicialização" no relacionamento Rússia-EUA em 2009-12, podemos constatar que, de um modo geral, conseguiu-se ultrapassar os obstáculos mais notáveis que impediam o fomento ulterior das relações bilaterais. Por iniciativa dos presidentes da Rússia e dos EUA foi criada uma comissão presidencial mista que conseguiu conferir uma nova tonalidade ao diálogo entre os nossos países sobre um amplo círculo de problemas. Se compararmos as relações entre os dois países no outono de 2011 e o ponto "mais baixo" dois anos mais cedo veremos que o progresso substancial é mais que evidente.

## AONDE AGORA?

Deve-se reconhecer que, apesar de todas as suas realizações, a "reinicialização" não mudou os fundamentos das relações russo-americanas nem reverteu irreversivelmente os sentimentos públicos em ambos os países, ainda não livres dos estereótipos da "guerra fria", nem tampouco levou estas relações a um nível mais elevado. Ao elaborarem o terceiro tratado sobre a redução de armas estratégicas, as partes lidaram com os velhos conceitos de estabilidade estratégica, tais como "dissuasão estratégica", "paridade nuclear", "aniquilamento recíproco garantido", "potencial de contragolpe", etc. O alto nível de desconfiança mútua fez-se sentir de modo especialmente grave nos debates sobre a defesa antimísseis. As relações russo-americanas ainda não chegaram a tal nível de compreensão mútua que pudesse atenuar os inevitáveis altos e baixos políticos nos dois países.

O impulso inicial da "reinicialização" perdeu o ímpeto por volta dos meados de 2011: no relacionamento Rússia-EUA conseguiu-se quase tudo o que se podia esperar nos quadros do modelo tradicional das relações. Ia-se tornando cada vez mais claro que o progresso ulterior só foi possível se os princípios dessas relações sofressem uma mudança qualitativa. Entretanto, nem Moscou nem Washington estavam preparadas para isso, o que se fez sentir de maneira especialmente clara nos períodos das campanhas presidenciais em ambos os países. Como consequência, iam-se relegando para o primeiro plano os problemas não resolvidos e conflitos potenciais que afetavam de um ou outro modo todas as esferas da interação russo-americana.

Tudo isso, como é claro, não significa que a Rússia e os EUA voltam às relações de confrontação típicas dos tempos da "guerra fria". Como mostrou a atuação da Administração Bush, atualmente existem limites objetivos de piora eventual das relações russo-americanas. É difícil, por exemplo, imaginar a renovação da corrida aos armamentos entre a Rússia e os EUA: os limites financeiros, econômicos e políticos conteriam inevitavelmente a realização de um tal roteiro. Igualmente, é pouco provável que a Rússia e os EUA vão abalar os alicerces da estabilidade regional para minar as posições de outrem ou utilizar para isso a ameaça de proliferação de armas nucleares. Como antes, Moscou e Washington ainda precisam uma da outra, portanto sua rivalidade, mais que provavelmente, terá um caráter limitado.

Os resultados do encontro entre o Presidente Putin, da Rússia, e Presidente Obama, dos EUA, que teve lugar a 18 de junho de 2012 em Los Cabos, demonstraram a aspiração dos dois países a dar continuidade à linha para o desenvolvimento progressivo das relações.

Podemos formular as seguintes suposições sobre o curso que as relações Rússia-EUA podem tomar no futuro mais próximo.

Primeiro, tanto um país como o outro vão evitar os passos que possam levar a uma crise aguda nas suas relações pois isso seria contra os seus interesses a longo prazo. A existência de contradições e problemas será reconhecida mas isto não conduzirá a uma escalada descontrolada das tensões. O mais provável é que os instrumentos de cooperação existentes serão conservados e os canais de interação formais e informais continuarão a ser usados.

Segundo, o relacionamento Rússia-EUA será sujeito à pressão crescente de fatores externos, tais como situações em várias regiões do mundo. Provavelmente, a guerra civil na Síria será um fator agravante adicional nas relações entre Moscou e Washington. Da mesma maneira, o relacionamento bilateral vai sofrer um impacto negativo em caso de aguçamento da situação em torno do Irão tanto mais em caso de um ataque militar contra as instalações nucleares iranianas. A descambação da economia global numa nova recessão vai reforçar os sentimentos protecionistas e nacionalistas em ambos os países, complicando ainda mais suas relações.

Terceiro, se um candidato republicano chegar ao poder nos EUA, poderemos esperar, especialmente na primeira etapa da sua presidência, a intensificação da “guerra propagandística” entre Washington e Moscou, o que vai conter cooperação em certos vetores.

Quarto, não há razão alguma para esperarmos, nos anos mais próximos, nenhuns avanços radicais no relacionamento bilateral, visto que nem nos EUA nem tampouco na Rússia ainda não se formou uma consciência firme de que os interesses a longo prazo de cada um dos países serão favorecidos se eles adotarem resolutamente novos princípios de cooperação baseados na consideração e respeito pelos interesses de outrem e em parceria na solução dos problemas momentosos do mundo atual. O caminho para cooperação será longo e espinhoso.

## ROMPER CÍRCULO VICIOSO

Qualquer figura política ou perito em assuntos internacionais concordará em que a cooperação entre Moscou e Washington continua a desempenhar um importante papel não só para o nosso país mas também para a situação global. Sim, no século XXI o mundo já não é bipolar, mas sem a compreensão mútua entre a Rússia e os EUA será difícil, para não dizer impossível, resolver muitos dos problemas existentes no mundo de hoje. O aumento do papel dos institutos internacionais, regulação dos conflitos regionais, a luta contra o terrorismo e proliferação de armas nucleares, a busca de respostas aos novos desafios da globalização e às ameaças à segurança internacional, — todos estes objetivos só poderão ser alcançadas através de esforços conjuntos da comunidade internacional. Quem poderá conseguir isto sem que a Rússia e

os EUA, os quais arcam com a responsabilidade especial pela manutenção da paz, liderem este processo?

O que se deve fazer para romper o círculo vicioso "confrontação-distensão-confrontação" formado nas relações russo-americanas, círculo este que não deixa elevá-las a um novo nível de cooperação mutuamente vantajosa duradoura?

Primeiro, não se devem dramatizar as contradições, elas podem existir até mesmo entre os aliados mais aconchegados. Mas se contradições surgem, e por mais complexas e dolorosas que elas sejam elas não devem bloquear o progresso das relações em outros vetores. É importante não romper o diálogo mesmo em torno dos assuntos controversos. A existência dos canais de comunicação é sempre melhor do que sua ausência, ainda que, num dado momento, as chances para elaborar uma plataforma comum pareçam ilusórias. Por outro lado, a ausência do diálogo (por exemplo, sobre o futuro do Afeganistão daqui a alguns anos) pode desvalorizar mesmo aqueles sucessos táticos que se conseguiram graças aos esforços comuns ("trânsito afegão").

Segundo, as partes poderiam usar de modo mais ativo as novas possibilidades de cooperação abertas com a entrada da Rússia na OMC, com o lançamento de programas a longo prazo para desenvolver o Extremo Oriente e o Ártico, e projetos energéticos internacionais. Todavia, isto não é suficiente. Precisam-se projetos de vulto, com o envolvimento do capital privado e centros de pesquisa independentes.

Terceiro, é preciso elevar a cooperação no âmbito da sociedade civil a um nível e aos princípios qualitativamente novos. O paternalismo, repetidamente ostentado por Washington, provoca, compreensivelmente, a irritação e rejeição por parte da sociedade russa, razão por que ele deverá ceder lugar a um diálogo em pé de respeito mútuo, que leve em conta a realidade política e as especificidades do desenvolvimento cultural e histórico. Para isso serão necessários os esforços de ambas as partes para superar a inércia burocrática e os estereótipos ideológicos.

Quarto, está na hora para introduzirmos na prática das relações bilaterais os mecanismos modernos de cooperação nos interesses duradouros de ambos os países irrespetivamente da conjuntura política. Todos os pressupostos para tal existem. O resto depende da vontade política.





## EUROPA PRECISA DA RÚSSIA

### Romano PRODI

*Presidente do Conselho de Ministros da Itália (1996-1998; 2006-2008)*

*Presidente da Comissão Europeia (1999-2004)*

**A**rmen Oganesian, editor-chefe da revista "Vida Internacional": Sr. Prodi, há algum tempo o Sr. referiu que a Europa se torna mais forte em tempos de crise, mas só se houver um alargamento da solidariedade europeia e um reforço de infra-estruturas. Na sua opinião, em que situação se encontra a Europa hoje?

**Romano Prodi:** Nós já sobrevivemos a muitas crises, as crises têm sempre contribuído para o reforço da Europa. Nesses períodos faziam-se progressos no plano político. Vamos lembrar os tempos que se seguiram a De Gaulle: a França levava a cabo conversações tensas no seio da União Europeia no que concerne ao alargamento da organização. Esta tensão foi também visível noutras épocas, e devido a razões variadas, a título de exemplo será de referir que havia divergências de opinião entre os países europeus quanto à participação na guerra do Iraque. Poderíamos até dizer que, naquela altura, a Europa dividiu-se em duas frentes. Não foram raros os momentos dessa natureza.

Cada vez nós parávamos, e depois avançávamos. E também desta vez espero que aconteça o mesmo. Nós alcançaremos o sucesso, mesmo que a crise, que enfrentamos actualmente, seja diferente das outras e exija muitas respostas técnicas e políticas, que não são fáceis de tomar. Enquanto político da velha guarda, sei que é preciso estudar de forma mais profunda os interesses reais de cada um dos países. Analisando a situação chego à conclusão de que ninguém está interessado no fim da Europa, apesar de existirem diferentes abordagens de política externa, sobretudo no que concerne à situação no Médio Oriente.

Se olharmos para a Alemanha, reparamos que este país nunca teve uma parte tão significativa do orçamento destinada à despesa. No ano passado, ela foi de 200 mil milhões de euros. Se correlacionarmos esse número com o PIB do país, podemos concluir que a Alemanha até ultrapassou a China. Já o volume de negócios da Alemanha e da China pode não ser único, mas é bastante impressionante.

Ao mesmo tempo, assistimos ao facto de inúmeros políticos alemães declararem insistentemente: "Não às euro-obrigações", "Não ao reforço do Banco Central Europeu". Precisamos de tempo para os convenceremos a alterar a sua posição, pelo menos uns 12 meses. Eu dou um prazo de um ano, porque as próximas eleições alemãs serão em Setembro de 2013.

Vejo os próximos tempos instáveis para a Europa. Penso que existirão muitas dúvidas, mas por fim será encontrado um compromisso.

Deixam-me preocupado (porém, tenho que confessar que não em demasia) alguns fenómenos imprevisíveis, que têm acontecido nos últimos tempos.

Realizou-se a votação do BCE quanto à questão da aquisição ilimitada de obrigações europeias e etc. Pela primeira vez Mário Draghi mostrou persistência. Ele expôs à direção as suas ideias no que concerne à aquisição de euro-obrigações e elas foram aprovadas, não obstante a oposição da Alemanha. Esta situação demonstrou que existem saídas de qualquer situação.

A decisão do tribunal alemão também foi um acontecimento.

Ainda mais relevantes são os resultados eleitorais na Holanda. Porque são importantes? Não só porque a Holanda é um dos países-chave da União Europeia. Tendo em conta a contração da economia, a sensibilidade dos habitantes do país face a alterações políticas, atendendo ao facto dos holandeses votarem sempre consoante os seus interesses económicos, à sua extraordinária consciência no momento de voto, os resultados eleitorais neste caso concreto divergem completamente das sondagens anteriormente realizadas.

Deste modo confirma-se a minha opinião imutável: pode-se apoiar a dissolução da União Europeia, é possível ser contra a dissolução, mas quando as coisas aquecem, e você vacila se deve ou não existir União



Europeia, escolherá necessariamente votar pela sua continuidade. Trata-se de uma espécie de acordo, porque todos os partidos pró-europeus, tanto de esquerda como de direita votam "a favor" e todos os partidos populistas, de esquerda e direita, perderam.

Tudo isto leva-me a pensar que a instabilidade e as dificuldades no próximo ano serão uma realidade, poderão acontecer todo tipo de eventos negativos. E é por isso que devemos ter agora todo o cuidado.

**Igor Pellichiari, repórter especial da revista "Vida Internacional" na Europa:** Chegou a referir que a Europa deveria ser menos dependente da influência estrangeira quando se trata da sua relação com a Rússia. Acha que existem alterações positivas nesse sentido?

**Romano Prodi:** Analisando os interesses que unem a Rússia e a Europa, repito tudo o que disse na última conferência de imprensa que dei, em Bolonha, na qualidade de Presidente da Comissão Europeia: "Reparem, a Rússia e a Europa são como a vodka e o caviar. A título de exemplo o programa russo de diversificação da indústria: ele está dirigido no sentido de fazer parte da União Europeia, porque os problemas demográficos na Rússia, especialmente na Sibéria, causam grande preocupação. Mas também a Europa precisa da Rússia.

O reforço das relações, como parece ser óbvio, é do mútuo interesse."

Considero que, atualmente, são cada vez mais relevantes novas tendências na política mundial. As tecnologias recentemente desenvolvidas pelos norte-americanos para extração de gás de xistos e petróleo foram completamente subvalorizados. Os EUA já têm petróleo para exportar recursos energéticos. Estes já mudaram, a nível interno, o preço do gás em cerca de um quarto em termos comparativos com os preços praticados nos mercados internacionais. Isto irá conferir aos EUA uma clara vantagem no sector energético, bem como alterar a estrutura do mercado europeu. Mas o que é mais relevante, é que irá influenciar a competitividade no sector industrial.

Durante muitos anos, a Rússia tem sido nosso fornecedor, porém, hoje, ela deveria ser mais flexível. É importante entender de forma mais precisa as alterações no mercado, veja-se, a título de exemplo, os recentes acordos de grande dimensão com algumas empresas alemãs do sector da energia. Porém, de qualquer forma, deveremos reforçar as nossas relações. Para que tal seja possível temos que nomear claramente a razão das tensões latentes: o problema reside na posição da Ucrânia. Ela tem que ser mediadora entre a Rússia e a União Europeia, não uma fonte de confronto, porque os interesses de cada uma das partes não deve contribuir para o aumento do tensão. Conseguir isso não é fácil, pois na Ucrânia não existe uma estratégia de aproximação única, mas nós devemos esforçar-nos para que exista uma cooperação política e económica em prol dos nossos interesses comuns.

Falando agora de assuntos em que não sou um grande perito, penso que, por causa do grande decréscimo demográfico a leste dos Urais, a Rússia irá orientar-se, no futuro, mais no sentido da Europa, do que antigamente. De acordo com prognósticos demográficos, a população da Sibéria só tem tendência para diminuir. Neste campo podemos falar de similitude entre a Europa e a Rússia. E de diferença se falarmos dos EUA.

No todo, a Alemanha e a Itália sabem mais sobre este problema do que outros países, graças às suas tradições e aos seus interesses económicos. Repito, nós podemos e devemos eliminar alguns momentos de tensão, porque eles não são novidade nem para a Rússia nem para a Europa.

É evidente que a chegada de investimento europeu à Rússia está a crescer atualmente, não só na indústria automóvel, mas também em muitos outros sectores. O problema reside em que nas esferas de serviços e de seguros bancários nós ainda vivemos em mundos diferentes. E é por isso que o fluxo de investimentos pode ser caracterizado como lento e faseado, mas considero que devemos cooperar nesse sentido. Afirmo que devemos fazê-lo em prol dos nossos interesses comum e, com a sua ajuda, devemos minorar a tensão que existe entre nós.

**A. Oganessian:** A Alemanha é o parceiro comercial Nº1 da Rússia, enquanto a Itália está apenas em quarto lugar.

**Romano Prodi:** Mas isso é insuficiente.

**A. Oganessian:** Muitos outros países estão a aproximar-se do quarto lugar de parceiro comercial da Rússia. O que acha do potencial relacionamento entre a Rússia e a Itália?

**Romano Prodi:** O comércio é bom, mas é insuficiente. Em Outubro de 2013 irá realizar-se, em Verona, o fórum Rússia — Itália, organizado pelo banco Intesa. Nós estamos profundamente envolvidos nesse projeto. Porém, ao analisarmos as vossas escolhas políticas, as vossas necessidades e a estrutura do nosso sector industrial, olho para o futuro com entusiasmo. Vocês começaram com sectores como a indústria automóvel, trata-se de uma área em que não somos mais fortes que vocês. Mas, no futuro, a estratégia da Rússia deverá passar pelo aumento da procura por parte do consumidor naqueles sectores em que Itália é forte. A cerâmica italiana, os eletrodomésticos já se encontram no mercado russo. No futuro, cada vez mais empresas italianas irão trabalhar em diversos sectores da economia russa.

Atualmente, nenhum país europeu está a dar sinal de que necessita menos recursos energéticos provenientes da Rússia: nós fizemos a escolha de não desenvolvermos a energia nuclear. Claro que estamos a desenvolver a obtenção de energia a partir de fontes alternativas, utilizamos a energia solar e a energia das ondas, porém, as relações tradicionais (no campo da energia), que tínhamos

no passado, irão manter-se no futuro. Repito, isto é se tivermos em conta que o mercado do gás natural está a sofrer alterações no mundo inteiro, e por isso estamos a espera de alguma flexibilidade por parte da Rússia. É evidente que até a data não tivemos problemas com a entrega do gás oriundo da Argélia e da Líbia. Mas é óbvio que se enumerarmos os riscos, concluímos que em relação à Rússia são bastante menores. O transporte do gás sofreu cortes, mesmo que por períodos temporais curtos, durante a guerra na Líbia, mas olhando para o Oriente eu vejo um fornecedor estável. A Rússia faz agora parte do *Blue Stream*, e não se trata de uma revolução, mas do resultado de um progresso significativo.

Não acredito que venham a surgir quaisquer obstáculos relacionados com a criação de uma União Aduaneira entre a Rússia, o Cazaquistão e a Bielorrússia. Nalgumas áreas específicas poderão existir alguns conflitos de interesses, mas, num plano global, devemos trabalhar no sentido da eliminação de barreiras burocráticas, e não correremos simplesmente atrás das atrações do mercado liberalizado.

Entre os italianos predomina a ideia de que na Rússia as dificuldades não passam tanto pelas alfândegas, pelo crescente consumo e pela a lentidão do sistema burocrático, mas, sobretudo, pela centralização na tomada de decisão no país enquanto um todo.

Talvez também por parte da Rússia poderão existir queixas dessa natureza face a Itália.

**A. Oganessian:** Sempre defendeu o reforço das relações entre a Rússia e a Itália, entre a Rússia e a Europa. Na situação atual, evocou a necessidade de unir os potenciais económicos da Rússia e da Europa para promover a qualidade da nova cooperação no seio da Grande Europa. Será que muitos políticos em Itália e Bruxelas partilham a sua opinião? A propósito, fiquei espantado pelo facto de o Sr. Cameron, antes da sua visita aos EUA, repetiu o mote do De Gaule no sentido da "Grande Europa do Atlântico aos Urais". O que pensa desta questão?

**Romano Prodi:** Devemos definir de forma clara o que entendemos por "Grande Europa do Atlântico aos Urais". Se está a falar-se da adesão à União Europeia, então não se trata de um programa nem para hoje, nem para amanhã. Quando me perguntam se existe algum programa, de acordo com o qual a Rússia irá integrar a União Europeia, a minha resposta é a seguinte: a Rússia é demasiado grande, seria necessário criar duas capitais. Uma delas seria Moscovo. Porém, não devemos colocar, hoje, esse tipo de objetivos. Estudar a situação. Do ponto de vista de De Gaule, o reforço da União é essencial.

E é por isso que me lembro da Ucrânia. Temos que ajudá-la a sair do ponto em que parou, para que o processo não desacelere. É necessário ultrapassar

as barreiras no sector bancário, no financeiro, combater a burocracia, etc. Por parte da Europa existe uma percepção clara de que devemos encetar todos os esforços para, passo a passo, analisarmos as divergências políticas. Então, ao encontrarmos respostas para muitos deles, entenderemos que a política mudou.

Enquanto presidente da Comissão Europeia, eu tentei criar diferentes projetos de cooperação a longo prazo, por exemplo, no sector das comunicações por via satélite.

Devemos colaborar com a Rússia em projetos que exigem uma confiança especial. Relembremos a guerra no Iraque. Na altura tínhamos posições demasiado divergentes. Hoje, afastamo-nos dos diferendos políticos, no sentido de uma maior cooperação. Chegou a altura de revermos alguns focos de tensão antigos.

É óbvio que existem alguns problemas de liberdade de imprensa nos órgãos de comunicação social. Penso que são questões importantes. Mas a cooperação é essencial, mesmo tendo em conta as diferenças, para que o diálogo se desenvolva. E o diálogo pressupõe a ausência de preconceitos e julgamentos morais de ambas as partes.

**A. Oganessian:** Recentemente, A. Mechkov, Embaixador da Rússia em Itália, em conversa com o Presidente da Câmara de Bolonha referiu que 1 milhão de turistas oriundos da Rússia visitam, anualmente a Itália. 25% de todas as compras, que são efetuadas por turistas, são feitas por russos. Alguns países, a Turquia, a Croácia, eliminaram os vistos para os turistas russos. Porém, o processo de discussão do regime de vistos entre a Rússia e a UE arrasta-se. O que acha sobre este assunto?

**Romano Prodi:** A minha opinião sobre esta questão é simples: eu não sei para que existem os vistos, pois já não se constituem como barreira no caminho dos terroristas e não resolvem problemas análogos. Sempre considerei que o visto é um instrumento ultrapassado. Isto refere-se sobretudo ao regime de vistos com países que não têm emigrantes em massa, porque é claro, que, em caso contrário, o visto é um instrumento de controlo à entrada. Mesmo assim, a abolição do regime de vistos seria um suicídio. Referiu que a Itália é visitada por 1 milhão de russos, mas trata-se de 1 milhão de turistas russos bastante ricos.

A problemática do regime de vistos não é isolada de outras questões. É essencial resolver o problema dos travões burocráticos nas nossas relações.

**I. Pellichiari:** Gostaria de perguntar sobre a África. Você dedicou-se à difícil questão da promoção da paz no continente. Que passos concretos foram tomados nesse sentido? Como está ligada a segurança ao desenvolvimento dos países africanos? Porque é que em África não existem questões simples...

**Romano Prodi:** Será de mencionar que o processo de manutenção de paz em África é um grande problema. O número de conflitos em África, graças a Deus, está a diminuir, mas a situação continua ainda bastante difícil na região dos Grandes Lagos, no Sudão, na Somália, no Mali, no Chade. Considero que ainda não fizemos o suficiente nesse sentido. A minha proposta consistia na transferência para a União Africana de algumas competências no campo da manutenção de paz, mantendo as atuais, o que permitiria à União participar plenamente no processo de manutenção da paz, bem como daria tempo para a adaptação. Porém, o Reino Unido, a França e mesmo os EUA e a Rússia opuseram-se, justificando a sua decisão com o facto da União Africana não ser ainda suficientemente forte. Mas, se não fizermos uma aposta no futuro, é pouco provável que a África se erga. Se olharmos para cada um dos 54 países africanos, facilmente concluiremos que a sua indústria não está suficientemente desenvolvida para garantir os fornecimentos à economia nacional.

Anualmente tem lugar o encontro entre a ONU, a União Africana, a UE, os EUA e a China. Espero que, no futuro, a Rússia se junte. Mas nós temos um interesse concreto em relação a África. Porém, a África não aparece entre as prioridades russas.

Nós realizamos anualmente uma reunião que conta com a participação da ONU, União Africana, UE e EUA, intitulada "África: 54 países, um continente". O primeiro realizou-se em Bolonha, o segundo em Washington, o terceiro em Adis-Abeba, e o quarto irá realizar-se em Pequim, em Maio do próximo ano. São discutidas questões relacionadas com o comércio intra-africano. É necessário desenvolver um mercado mais harmonioso, caso contrário África não continuará a desenvolver-se.

África continua a ser incrivelmente pobre, mas, nos últimos cinco anos, começou a nascer uma esperança. Penso, que em parte, isso dever-se-à à compra de matérias-primas por parte de empresas chinesas. Mas o desenvolvimento tem que ocorrer também em países como a Etiópia, onde não há recursos energéticos, não existem matérias-primas para a exportação.

Temos que decidir se nos devemos envolver nesta temática, ou se as ditas "grandes potências", incluindo a Rússia é claro, consideram que a África está encravada no passado, condenada à exploração e à manutenção do seu estado de desintegração. Até a política dos EUA não está dirigida para todo o continente. Cooperam com os países da África Ocidental, com alguns países "franceses". O único país que coopera com todos os países de África é a China, tendo relações diplomáticas, se não me engano, com 51 dos 54 países. E, neste quadro, a China concorre com Taiwan, que está presente em toda a África.

É claro que nos deparamos com um fenómeno interessante: a China é o único país no mundo que exporta, ao mesmo tempo, pessoas, bens,

tecnologia e capital. Temos que pensar nesse desafio lançado pela China e analisar os seus aspetos políticos. Temos que começar a olhar para África enquanto um continente. A China, pelo contrário, trabalha no continente com cada país individualmente.

**A. Oganessian:** Qual o papel da China e da Índia no mundo atual? Poderá o seu crescimento trazer mais estabilidade, ou contribuirá para a emergência de problemas mais complexos na Europa e na Rússia?

**Romano Prodi:** É evidente que em muitas áreas a China será o primeiro ou segundo jogador a nível mundial. Trata-se de uma realidade objetiva, não só por causa do crescimento da sua população, mas também devido a alterações tecnológicas. A título de exemplo: Obama encontrou-se com operários em Fevereiro do ano passado e estes explicaram-lhe que a sua linha de montagem está localizada na China. Para tranquilizar o Presidente, eles disseram que o valor acrescentado da montagem está em Portland e constitui sete dólares para o Iphone e de 14 a 15 dólares para o Ipad. O Presidente perguntou: "Se a diferença não é assim tão significativa, porque não está a linha de montagem nos EUA?" A resposta foi: "Isto é impossível, não por causa do preço". As cadeias de produção estão prontas a trabalhar na China, no Japão e na Coreia do Sul, apesar de todas as questões políticas. A habilidade dos funcionários, o seu conhecimento técnico, a flexibilidade da força de trabalho são lá de tal ordem que é impossível transferir a produção para os EUA. Claro que se trata de uma situação pontual, mas ao analisar o que se passa, penso que a Europa deve ser uma, mesmo a Alemanha não pode vencer sozinha ao aceitar o desafio da China.

E acrescento que ninguém gosta de enfrentar sozinho os EUA. Eles usam a Europa na qualidade de equilíbrio. Estou muito desiludido com o facto da Europa não unir os seus esforços à China. Os chineses dizem que não querem viver num mundo unipolar. Eles estavam felizes por existir o euro a par do dólar. Agora, a situação mudou. Eles estão desiludidos face ao euro, o seu objetivo já não é um cesto de duas divisas, eles gostariam de ter um cesto com várias divisas.

Do ponto de vista de muitos chineses, o confronto com os EUA é inevitável. Mas existe um fator moderador para a China: sozinhos não conseguem suportar o mundo. Para haver equilíbrio é necessária mais uma força. E aí continuaremos a falar da Europa.





Nikolay SOFINSKY

*Embaixador da Rússia na República do Peru*

## «MUNDO É MARAVILHOSO QUANDO VISTO DO PERU»

“**V**ida Internacional”: Nikolay Vsévolodovitch, terminou o primeiro ano da sua missão no Peru. Quais eram as relações entre os nossos países e como podia apreciar o seu estado hoje em dia?

**Nikolay Sofinsky:** Antes de mais gostaria de assinalar que somos ligados com os peruanos por laços tradicionais de amizade e respeito mútuo, tendo boas oportunidades de parceria e de desenvolvimento. A Rússia e o Peru estão a dialogar aos mais diversos níveis, incluindo a ONU e outras estruturas internacionais, existem contactos parlamentares e uma interação de trabalho entre ministérios e instituições.

Em 2010, reiniciou o seu trabalho (após um intervalo de 23 anos) a Comissão Intergovernamental para a cooperação comercial, económica, técnico-científica e pesqueira. Em Abril de 2012, teve lugar a primeira reunião de mais uma Comissão Intergovernamental: para a cooperação técnico-militar. Estamos a trabalhar intensamente sobre mais de 20 projetos de

acordos e convênios, visando atualizar bases jurídicas das nossas relações. Também vai crescendo a interação nas áreas cultural, técnico-científica e de investimentos. Enfim, temos boas perspectivas de desenvolvimento a longo prazo.

Resumindo a situação, diria sinceramente que as relações russo-peruanas dispõem de todos os fundamentos necessários para assegurar a sua evolução dinâmica. Em particular, há uma infraestrutura de contatos, vontade política, interesses económicos convergentes e tradições duradouras. Claro, nem tudo sai como a gente quer: há zonas de "terras desbravadas". Mas importa que haja tanto possibilidades de desenvolvimento, como a vontade de avançar. Por isso farei todo o necessário para que estas tendências positivas ganhem mais força.

**"Vida Internacional":** Será que as relações russo-peruanas sempre se tem desenvolvido de maneira ascendente? Qual é o seu balanço estratégico?

**N. Sofinsky:** As nossas relações bilaterais tem sentido as mais diversas flutuações ao longo dos anos. Tem havido subidas e descidas. Mas isso acontece inevitavelmente nas relações entre todos e quaisquer países, portanto não tem nada especial. Quanto ao balanço, consideramo-lo positivo sem dúvida alguma. Nos anos 70 do século passado, o Peru foi um dos principais parceiros da URSS em toda a América do Sul. Foi naquela altura dado o início ao diálogo político intenso, o intercâmbio económico e comercial atingiu volumes consideráveis, passaram a ser realizados projetos de investimentos. Entre estes destacam-se a empresa da indústria pesqueira em Paita, centrais hidrelétricas, prospeção de jazidas de metais não-ferrosos e de hidrocarbonetos

Nos anos de 1970-1980, estive no cume a cooperação humanitária, em particular, na educação: na URSS e, posteriormente, na Rússia, cerca de 10 mil peruanos tiraram cursos superiores.

O início deste milénio tem sido marcado por mais um incremento das relações bilaterais que têm boas perspectivas estratégicas a longo prazo. Esta é, segundo me parece, a disposição do Presidente do Peru Ollanta Humala, e nós compartilhamos na íntegra estas aspirações.

A nossa vontade recíproca de cooperação baseia-se numa afinidade às opiniões sobre o mundo contemporâneo, o desejo de unir esforços a nível mundial a fim de opor resistência aos novos desafios e ameaças da atualidade, incluindo o narcotráfico, terrorismo, problemas sociais, proteção ao meio ambiente e preocupação comum com a instabilidade económica e de finanças global.



Temos uma vontade firme de aprofundar as relações multifacéticas, contribuindo para elevar ainda mais o volume de comércio e de investimentos. Também convém trabalhar muito a fim de incrementar a interação em tais áreas, como a indústria energética, turismo, cultura e educação. Deve desempenhar um papel importante a ampliação de contactos entre os círculos de negócios de ambos os países. Enfim, ambas as partes estão a realizar atividade intensa, e espero que em breve seus resultados concretos se manifestem.

**“Vida Internacional”:** Acaba de falar do diálogo político intenso entre a Rússia e o Peru. Podia dar alguns exemplos da sua intensidade, do seu carácter e nível?

**N. Sofinsky:** Há três anos que os nossos países celebraram o 40º aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas que hoje em dia se encontram em fase de um diálogo político ativo. Assim, em 2008, pela primeira vez um presidente russo veio de visita oficial ao Peru. Foi Dmitry Medvedev que mais tarde, já em Novembro de 2011 teve, no âmbito do Forum de Cooperação Económica “Ásia-Pacífico” em Honolulu (EUA), um encontro com o seu homólogo peruano, naquela altura recém-eleito, Ollanta Humala. Durante o mesmo lapso do tempo, o ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia Serguey Lavrov visitou três vezes a capital peruana, e em Maio de 2012, o ministro R. Roncayolo, chefe da diplomacia peruana, efetuou uma visita oficial a Moscovo. É interessante que se tenha tratado dos primeiros contactos oficiais pós-eleitorais dos dois ministros. Esta coincidência parece muito simbólica, pois revela nitidamente as prioridades de ambas as partes na sua política externa.

Estes contactos representam não só uma avaliação da situação corrente das relações russo-peruanas (o que é importante, sem dúvida, mas nem sempre tem efeito prático), como ainda resultam em “ajuste fino” do mecanismo de resolução de problemas concretos, adquirindo as decisões aprovadas um contorno real. As conversações entre S. Lavrov e R. Roncayolo, decorridas em Moscovo, tiveram exatamente este efeito.

Ambas as partes confirmaram a sua disposição de cooperarem para dar um impulso complementar às relações russo-peruanas, reforçar a sua parceria e atribuir-lhes uma nova qualidade, fixando estas intenções no texto do Comunicado, assinado após as conversações.

Além disso, foi aprovado o Acordo de equivalência e reconhecimento mútuo de diplomas, graus científicos e certificados de ensino. Este convénio entre os governos da Federação da Rússia e da República do Peru abre amplas perspectivas para a cooperação não só na área de educação. Trata-se

do primeiro passo para criar uma rede ramificada de colaboração nas mais diversas esferas.

**“Vida Internacional”:** Que esferas de cooperação se pode avaliar como as mais importantes nas relações russo-peruanas? E quais são, a seu ver, mais problemáticas?

**N. Sofinsky:** Sempre classificamos a cooperação entre a Rússia e o Peru como multifacetada, abrangendo, segundo me parece, todas as áreas de contactos interestatais: desde a cultura e o desporto até ao combate ao narcotráfico ou às situações de emergência.

Antes de mais, isto diz respeito à cooperação económica, comercial e de investimentos. São áreas de grande potencial ainda não realizado. Presentemente, o volume de intercâmbio de mercadorias é avaliado em 600-700 milhões de dólares por ano e o de investimentos igual a várias dezenas de milhões. Compare estes números com o volume de cooperação com os principais parceiros comerciais do Peru: a China (13 mil milhões de dólares), os EUA (12 mil milhões) ou mesmo com a Coreia do Sul (oitava posição entre os parceiros comerciais peruanos) — 3 mil e 100 milhões de dólares com mil e 600 milhões de investimentos diretos. É uma diferença abismal que nos ajuda a compreender facilmente o lugar da Rússia nesta lista. O facto é lamentável, pois a economia, como se sabe, constitui o fundamento de todas e quaisquer relações, incluindo a esfera política.

As nossas relações comerciais nos anos 70 do século passado alcançaram resultados impressionantes. E há todas as condições para o seu desenvolvimento hoje em dia, visto que a economia peruana é uma das mais estáveis na América do Sul e no mundo, em geral. Ao longo de último decénio, abalado por tempestades nos mercados financeiros, a economia do Peru tem mantido elevados ritmos de desenvolvimento, dos melhores na América Latina e no Caribe. Há mais um fator estimulante da nossa cooperação bilateral: cada uma das partes dispõe dos recursos, dos quais precisa outro parceiro. Assim, a Rússia está pronta a importar volumes ainda maiores de artigos tradicionais do Peru: produção agrícola, peixe, lã, metais não-ferrosos etc. Ao mesmo tempo, o nosso país, podia exportar produtos de alta tecnologia, estão já prontos projetos de investimento nas áreas de telecomunicações, indústria automóvel, aeroespacial e em diversas esferas inovadoras.

A companhia russa “*Silovye Machinery*” está em particular, pronta a tomar parte na construção de centrais térmicas, hidroelétricas e nucleares. A Sociedade Autónoma “*Vertolioty Rossii*” examina propostas para fornecer helicópteros, podendo as firmas “*AvtoVAZ*” e “*KAMAZ*” propor seus veículos

ao mercado peruano. A companhia "Ferrovias Russas, S.A." será capaz, caso assim o deseje a parte peruana, elaborar um programa de desenvolvimento dos caminhos de ferro no Peru, propondo ainda a sua participação na concretização desses planos. Também Moscovo está disposta para colaborar na área de uso e ulterior evolução do sistema russo de navegação global por satélites "GLONASS", assim como um dos maiores consórcios mundiais "Gazprom" tenciona investir no respetivo ramo económico do Peru, se este estiver interessado nisso.

Resumindo, podemos afirmar que dispomos de todas as premissas materiais, financeiras e tecnológicas para avançar, diria mesmo, impetuosamente nestas direções. Todo o trabalho de coordenação podia ser efetuado pela Comissão Intergovernamental acima referida. Sem dúvida alguma, mais um fator estimulante para colocar alicerces firmes da nossa colaboração é o ingresso da Rússia na Organização Mundial do Comércio que promete uma série de liberalizações no regime de comércio. Vale a pena, portanto, começar a preencher a agenda de cooperação com propostas concretas de vantagem mútua e ações práticas da sua concretização a fim de subirmos a nível qualitativamente novo deste trabalho de suma importância que visa aproximar ainda mais os nossos países, ajudando a encontrar soluções para numerosos problemas, com os quais nos deparamos nesta etapa de imensas dificuldades financeiras no mercado mundial.

**"Vida Internacional":** Um papel especial na nossa interação com o Peru sempre teve a cooperação na área técnico-militar. Como é a situação neste ramo?

**N. Sofinsky:** Os anos 70 do século passado constituíram o período mais marcante da cooperação técnico-militar das nossas relações bilaterais. Estou de acordo com os que consideram-no como base para a construção das Forças Armadas peruanas daquela época. Basta dizermos que o Peru foi o maior importador de meios técnicos aéreos de fabrico soviético no continente sulamericano, a par de armamentos altamente tecnológicos, incluindo carros blindados, sistemas antitanques e mísseis

Na década de 1990, deixamos de cooperar nessa área, pois estávamos a viver um período de reformas, mas desde o início deste milénio tem começado nova fase da cooperação técnico-militar que tem um caráter estratégico a longo prazo, correspondendo aos interesses dos dois países. O primeiro passo neste sentido foi dado com a assinatura dos contratos para a modernização e o conserto dos helicópteros *Mi-17* e dos caças *MiG-29*. Teve ampla repercussão a importação pelo Peru de conjuntos antitanques russos "*Kornet-E*" e de 8 helicópteros *Mi-171Ch* e *Mi-35P*, adquiridos um pouco

mais tarde, já em 2011. Convém assinalar que estas aquisições contribuíram consideravelmente para o sucesso das autoridades peruanas no combate ao narcotráfico. Os helicópteros *Mi-171Ch* e *Mi-35P*, acima referidos, foram produzidos, usando dispositivos mais sofisticados que permitiram aumentar a sua potência de fogo, capacidades de manobra e blindagem reforçada. Tudo isso em conjunto ajudou, na opinião de especialistas, a melhorar a eficiência da luta contra o narcoterrorismo.

Entre as áreas promissoras de cooperação bilateral pode-se destacar a criação no Peru de um Centro de manutenção e reparação dos helicópteros de fabrico russo, a modernização e a aquisição pela parte peruana dos meios blindados e navais, radares e equipamentos similares, conjuntos de defesa anti-aérea, armas portáteis e munições, assim como respetivos meios técnicos de ensino e reciclagem.

Mas voltemos ao início do trabalho da Comissão Intergovernamental Russo-Peruana para a Cooperação Técnico-Militar que representa um dos eventos mais importantes nas relações bilaterais. Durante a sua primeira reunião, realizada em Lima em Abril de 2012, as Partes debateram a situação atual do ramo, determinaram problemas existentes e perspectivas prioritárias, incluindo a necessidade de reforçar a base jurídica, a concretização dos contratos correntes, o exame de novas esferas de cooperação, em particular, de alta tecnologia.

Quer dizer, a cooperação técnico-militar continua a ocupar um lugar condigno nas relações russo-peruanas, e estamos prontos a avançar mais em conformidade com os interesses do lado peruano.

**"Vida Internacional":** Como se sabe, o Peru é um país com história e cultura nacional riquíssimas. A herança cultural e histórica da Rússia também faz parte condigna do património mundial. Em que medida o potencial espiritual pode ser realizado nas relações bilaterais?

**N. Sofinsky:** O potencial cultural, histórico, intelectual, filosófico e espiritual dos nossos povos exerce enorme influência sobre o desenvolvimento de contactos culturais entre os nossos países.

Estamos a cooperar com os parceiros peruanos para ampliar ao máximo o intercâmbio cultural. Como exemplos dos últimos tempos, poderia citar as digressões pelo Peru, efetuadas em 2011 pelos conjuntos artísticos russos de fama mundial, tais como o Teatro Estatal Académico de Marionetas "Serguey Obraztsov", o Teatro Estatal de Moscovo "Balé Russo", a Orquestra Sinfónica Estatal de São-Petersburgo.

Este ano planeamos apresentar no Peru espetáculos do "Balé no gelo" de São-Petersburgo e do Circo Estatal Russo. O público peruano poderá

deliciar mais uma atuação do mesmo “Balé Russo” de Moscovo. Em conjunto com a Cinemateca da Universidade Católica do Peru, organizámos em Maio-Junho de 2012 o Festival de Cinema, dedicado aos 80 anos natalícios de Andrey Tarkovsky e à sua influência sobre a cinematografia mundial.

As personalidades da cultura e arte russas residentes no Peru também dão seu contributo para a popularização da cultura russa, realizando (às vezes com apoio da Associação de compatriotas, Embaixada russa e da Representação Cultural da Rússia “Rossotrudnitchestvo”, outras vezes apenas com base no seu entusiasmo pessoal) concertos, espetáculos e festivais da canção russa. No Centro da Cultura e Ciência Russa no Peru decorrem regularmente diversas exposições e outras iniciativas que permitem conhecer melhor a cultura e a história do nosso país, funcionam os cursos de língua russa e a biblioteca.

A Embaixada sempre presta apoio necessário aos conjuntos artísticos que desejam apresentar-se no Peru, assim como estamos invariavelmente dispostos para ajudar os artistas peruanos.

A esfera de ensino continua a ter boas perspetivas, tanto mais que a nossa cooperação nesta área deixa muito a desejar, quando comparada com a época soviética. O principal entrave nesta esfera foi o problema de reconhecimento mútuo dos diplomas, mas agora, como já tinha dito, a situação mudou: a assinatura do respetivo acordo intergovernamental eliminou muitas barreiras e temos todas as premissas reais para melhorar a situação. Tanto mais que alguns passos concretos já foram dados nesta direção: várias universidades russas celebraram acordos de cooperação direta com uma série de estabelecimentos de ensino peruanos. Entre os líderes encontramos a Universidade Estatal do Sudoeste (cidade de Kursk) e a Universidade Estatal Médica de Samara, mas também a Universidade Russa “Amizade dos Povos” (RUDN), a Universidade Técnica de Kazanh e a Universidade Estatal Técnica de Automóveis e Estradas de Moscovo (MADI) têm relações de parceria.

Naturalmente, o espaço de cooperação nas áreas cultural, de educação e outras esferas humanitárias é muito vasto, e para trabalhar nele precisamos de recursos financeiros consideráveis. Sentimo-nos muito gratos às companhias e associações russas e peruanas que nos prestam sua assistência multifacetada e dirigimos um apelo a todos os nossos potenciais parceiros para participarem nesta tão nobre causa que é a cooperação humanitária.

**“Vida Internacional”:** Há um ano que chegou ao poder a nova administração peruana, chefiada pelo Presidente Ollanta Humala. Também

no nosso país houve algumas mudanças na liderança. Continua a conservar o otimismo em relação ao futuro das relações russo-peruanas?

**N. Sofinsky:** A experiência acumulada revela que apesar de certas flutuações as relações russo-peruanas sempre se tem baseado nos interesses objetivos dos parceiros. Elas passaram na prova do tempo e são suficientemente sólidas para se desenvolver vertiginosamente, quaisquer que sejam oscilações conjunturais. A última visita do ministro dos Negócios Estrangeiros R. Roncayolo é mais uma confirmação disso.

Quanto às minhas impressões pessoais, um pouco antes de ter chegado a Lima, li memórias de Nadejda Teffi, escritora russa da primeira metade do século passado, dedicadas a este maravilhoso país latino-americano, e encontrei nelas uma frase espetacular: "o mundo é bonito quando visto do Peru". Acho que seguindo este conselho, temos todas as razões para olhar com otimismo para o futuro das nossas relações.





Pablo A. LOSANO  
LOSANO

*Encarregado de Negócios  
dos Estados Unidos do  
México na Federação da  
Rússia*

*Lozano.pablo@gmail.  
com*

## MÉXICO E RÚSSIA: A POLÍTICA DE PORTAS ABERTAS

Imaginem um potencial viajante, com o passaporte nas mãos, que tenciona passar férias no estrangeiro. Ao escolher entre todas as possibilidades, à mesma distância do local de residência e ao analisar a qualidade dos serviços que os diferentes países concedem num mercado turístico altamente concorrente, bem como as despesas com transporte, pagamento de hotel e outras despesas, o nosso viajante, antes de decidir definitivamente para onde viajar, coloca mais uma questão: precisa ou não de um visto de entrada? E comparando dois países com iguais possibilidades de visita, se num deles é exigido visto e a sua concessão estiver ligada a dificuldades burocráticas, a sua escolha deverá ir para o país que propõe o regime de vistos mais facilitado.

Agora imaginemos que não se trata de um turista, mas de um empresário ou investidor que quer assinar contratos no estrangeiro. Se ele não dispõe de informação suficiente sobre as vantagens no campo da concorrência neste ou

naquele país e vai realizar uma viagem para avaliar no local as oportunidades de contratos comerciais ou investimentos, não é difícil adivinhar a escolha do país se tivermos em conta a necessidade de obtenção de um visto.

A decisão do viajante ou do homem de negócios de escolha do país pode depender diretamente das exigências que dizem respeito à entrada no país e, por conseguinte, do seu desejo de sacrificar o seu tempo e, frequentemente, das despesas financeiras suplementares no cumprimento das formalidades necessárias. O regime universal de vistos\* pressupõe uma série de ações: desde as mais simples, como, por exemplo, o envio do passaporte para a secção consular ou o centro de vistos, até às menos agradáveis: preenchimento do formulário, apresentação do roteiro da viagem, apresentação dos documentos necessários, bilhetes de avião, apólice de seguro, informações sobre contas bancárias, declarações do local de trabalho, bem como é necessário estar presente para a entrevista com um funcionário do consulado ou para que lhe sejam retirados dados biométricos. Depois da superação de tudo acima descrito e, no caso de correspondência total às exigências apresentadas, é necessário mais tempo para obter a autorização da viagem e o visto propriamente dito.

As viagens ao estrangeiro sem visto são uma clara vantagem, mas, não obstante, os governos dos países que decidem abolir o regime de vistos devem ter em conta uma série de factos nos interesses da própria segurança nacional, entre os quais figura não só a vontade de incentivar as correntes migratórias positivas, mas também a necessidade de diminuir ao máximo o risco ligado à entrada de imigrantes ilegais, aos pedidos de concessão de refúgio, ao terrorismo e ao crime internacional organizado.

O conceito de "diplomacia de vistos" é definido como "a tomada de medidas para conceder ou recusar visto a um indivíduo, grupo de pessoas ao nível interestatal com o objetivo de exercer pressão na política de outro Estado"<sup>1</sup>. A utilização do direito exclusivo à concessão de documentos migratórios tornou-se um instrumento diplomático para exprimir os direitos soberanos de outros Estados ou para o reforço da cooperação, se, noutros campos das relações bilaterais, a conjuntura não permitir isso. Por outro lado, exigências e decisões consulares exageradas sobre a recusa na concessão de visto davam argumentos à manifestação de descontentamento ou de condenação das decisões de recusa.

Semelhante definição da "diplomacia de vistos" pressupõe consequências políticas positivas ou negativas da realização do controlo da entrada de estrangeiros no território dos países recetores e não analisa as consequências do endurecimento ou facilitação das regras de entrada no campo do comércio bilateral, porque se considera que o regime da política de vistos afeta apenas



o país que é objeto de limitações. Porém, do ponto de vista da integração global e da mobilidade crescente que o acompanha, pode-se pôr em dúvida a necessidade do regime obrigatório de vistos na política migratória dos países interessados no desenvolvimento do seu potencial turístico e comercial. Até que ponto é permissível abrir as fronteiras para exercer uma influência positiva no desenvolvimento da economia do país?

## REGIME DE VISTOS E CONSEQUÊNCIAS DAS LIBERDADES E LIMITAÇÕES MIGRATÓRIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES ECONÓMICAS

A abertura das fronteiras para os visitantes, não imigrantes<sup>2</sup>, com o objetivo de obter vantagens, coloca inevitavelmente a questão de como, nas condições do regime facilitado de entrada, evitar complicações ligadas ao facto de as correntes migratórias descontroladas puderem levar ao aumento da atividade do crime internacional organizado no Estado recetor, nomeadamente o tráfico de drogas, contrabando, tráfico de seres humanos e armas, imigração ilegal. Ao mesmo tempo que se estimula as correntes migratórias, favoráveis do ponto de vista económico, cultural e social, deve-se tomar medidas para evitar os riscos acima citados<sup>3</sup>.

Se os interesses da segurança nacional prevalecem sobre os comerciais e conduzem ao encerramento de fronteiras ou à extrema limitação das correntes migratórias, eles podem tornar-se um obstáculo ao desenvolvimento das relações comerciais com as consequências negativas correspondentes para a economia do país. Depois dos actos terroristas de 11 de Setembro de 2001, o reforço do controlo na fronteira entre o Canadá e EUA fizeram reduzir seriamente a velocidade de movimentos entre os dois países, aumento de 1-2 minutos para 10-15 horas, o que provocou, entre outras consequências, prejuízos graves à indústria automóvel: entre um milhão e milhão e meio de dólares canadianos por hora. Mais, o controlo rigoroso na fronteira meridional dos EUA provocou a redução do número de compradores mexicanos nas cidades fronteiriças americanas, o que levou imediatamente à queda do comércio a retalho e, nomeadamente, à criação de uma situação económica extraordinária na cidade de San Diego.

No futuro, as consequências da restrição da entrada no país podem tornar-se num fator negativo considerável. O Centro de Estudos da Indústria de Exposições dos Estados Unidos publicou, em 2010, um relatório sobre os prejuízos causados pelas dificuldades na obtenção de vistos por pessoas que tencionam participar em exposições comerciais realizadas nos EUA. No caso da abolição do regime de vistos, as trocas comerciais (bsb) aumentariam no valor de 1,5 milhões de dólares. A entrada de parceiros estrangeiros (*inbound*)

no país abre efetivamente novas possibilidades para as exportações do que as viagens ao estrangeiro de empresários americanos<sup>4</sup>.

O Conselho Mundial de Viagens de Negócios e Turismo considera de forma análoga que se, durante os próximos dois anos, a quantidade de viagens de negócios diminuir 25%, o índice mundial do produto interno bruto (PIB) será inferior em 5% se comparado com as previsões, o que provocará perdas de cerca de 30 milhões de empregos<sup>5</sup>.

No período entre as duas guerras mundiais, a Sociedade das Nações reconheceu que as restrições no regime de vistos travam o comércio e turismo internacional, tendo sido este argumento utilizado mais tarde no Conselho da Europa. A propósito, foram realizados diferentes estudos analíticos sobre a interação existente entre as correntes migratórias e o desenvolvimento económico, com o objetivo de estabelecer de que forma o turismo influencia precisamente na economia desde ou daquele país, e vice-versa. Grande parte desses estudos confirma documentalmente as vantagens do turismo na economia local. Os turistas que vêm de outro Estado necessitam de serviços no campo da instalação, alimentação, mobilidade e diversões. Para satisfazer as necessidades, os países recetores entram num novo nível qualitativo de prestação de serviços e o alargamento deste segmento traz resultados positivos significativos à economia dos países latino-americanos em geral, que se manifestam no aumento dos rendimentos e emprego da população.

Como se assinala no documento preparado para o segundo encontro dos ministros do Turismo dos países do "G-20 turístico" (G20/T20), realizado na Coreia do Sul em Outubro de 2010, o sector do turismo desempenhou, durante muitos anos, um papel fulcral no desenvolvimento da economia. No documento sublinha-se as suas "possibilidades potenciais para a aceleração dos ritmos de crescimento de numerosos ramos da economia diretamente ligados ao turismo e ao sistema de sua manutenção material, principalmente da agricultura, infraestruturas, comunicações e transportes, construção e artesanato"<sup>6</sup>.

Deve-se assinalar que as fontes de lucro indireto do turismo nos mercados locais não se limitam às acima citadas. Existem outras que raramente são citadas: depois de regressarem aos países de residência, os turistas recomendam e procuram no mercado local mercadorias produzidas no país que visitaram. O seu interesse revelado desempenha o papel de publicidade suplementar, que aumenta o interesse para com os produtores e exportadores estrangeiros e cria para eles novas perspectivas comerciais. Foi realizado um estudo sobre a ligação entre a corrente de turistas espanhóis para a Espanha e a procura de vinhos espanhóis importados para a Alemanha. Concluiu-se que o turismo internacional exerce influência significativa nas exportações

e na economia dos países recetores e que dados estatísticos significativos confirmam o seu "resultado positivo, relativamente longo e com dimensão"<sup>7</sup>.

Para conseguir um efeito realmente favorável no setor exportador da economia, as condições e possibilidades devem ser concedidas não só aos turistas, mas também aos homens de negócios, porque são precisamente eles que, ao visitarem um país, podem estabelecer um contacto direto com os exportadores e dar início a trocas comerciais estáveis.

Deve assinalar-se que, quando da tomada da decisão de concessão de vantagem migratória, o objetivo é a vantagem no campo da concorrência, o que não pressupõe obrigatoriamente ações de respostas semelhantes.

"Não obstante ser difícil eliminar as fronteiras nacionais, as tentativas de reduzir os custos com a travessia dessas fronteiras ajudarão a alargar as possibilidades no comércio internacional e a aumentar o nível de rendimentos"<sup>8</sup>. Dados estratégicos confirmam claramente as vantagens: em 2011, o Conselho Mundial das Viagens de Negócios e de Turismo publicou o relatório «Business Travel: A Catalyst for Economic Performance», onde, entre outras conclusões, se lê que as viagens de negócio contribuem para o melhoramento da produtividade corporativa global. Nos últimos dez anos, as viagens de negócios ao estrangeiro aumentaram o volume do comércio internacional em cerca de 1/3 e, entre 2000 e 2007, o aumento dos contactos comerciais contribuiu para a criação de mais de 40 milhões de empregos<sup>9</sup>.

As restrições na concessão de vistos reflectem-se negativamente no nível de ocupação da população: elas podem prejudicar as relações comerciais bilaterais entre os países e, ao dificultar os contactos com potenciais parceiros ou investidores, criam obstáculos a atração de investimentos estrangeiros diretos. "As restrições na concessão de vistos, impostas por um Estado unilateralmente, ou seja, sem restrições de resposta da parte de outro Estado, diminuem o comércio bilateral em 31%, mas se forem introduzidas restrições no regime de vistos por ambos os países parceiros, a diminuição dos volumes chega aos 32%"<sup>10</sup>. Relativamente aos investimentos estrangeiros, o prejuízo é avaliado entre 33 e 38%, enquanto que o número de viagens poderá ser menor em 52-63%.

Se as grandes exigências do regime de vistos forem barreiras sérias à realização de viagens, espera-se que a sua abolição contribua para o aumento da corrente turística internacional e da procura de viagens turísticas ao estrangeiro. Por isso, não surpreendem as recomendações dos países do "G-20" no sentido de envidar esforços para a redução das exigências, a simplificação e modernização dos processos de concessão de vistos para o aumento da influência favorável das viagens ao estrangeiro na economia. Entre as medidas possíveis pode-se prever a concessão de vistos eletrónicos,

autorização prévia de entrada, a concessão de vistas à entrada do país (*visa-on-arrival*), bem como o alargamento de programas de abolição do regime de vistos (*visa waiver*). Entre outras normas pode-se também recomendar a redução do rol de documentos necessários para a outorgação de vistos, uma visita ao consulado para cada visita, alargar o prazo de vigência dos vistos e reduzir os emolumentos consulares.

## SIMPLIFICAÇÃO DO REGIME DE VISTOS

Deve assinalar-se que, nas relações comerciais e económicas do México com a Rússia, nos últimos cinco anos (entre 2007 e 2011), a simplificação do regime migratório e o aumento da corrente turística entre ambos os países levaram ao desenvolvimento da troca comercial bilateral. Além da ação positiva na economia nacional devido ao aumento da corrente turística sob a forma de lucros e do aumento do nível de emprego da população nos setores da restauração e hotelaria, observações empíricas apontam para o desenvolvimento e resultados positivos nas exportações do México para a Rússia devido à simplificação do regime de vistos aprovado pelas autoridades mexicanas.

Antes, o prazo de espera de documentos migratórios para os cidadãos russos tornava-se frequentemente uma barreira para o desenvolvimento das relações económicas bilaterais: no período entre 2003 e 2005, o período de espera de vistos era, em média, de três-quatro semanas. Como resultado, nessa altura não se registou o crescimento da corrente migratória da Rússia para o México. O dinamismo na concessão de vistos pela secção consular do México na Rússia (em 2003 — 3608, 2004 — 4189, 2005 — 3745 e 2006 — 3994) mostra a ausência de qualquer progresso significativo neste processo.

Nos finais de 2006, o México começou a tomar medidas com vista à redução do tempo necessário para concessão de documentos migratórios para cidadãos russos. Em Março de 2007, na XXXII Feira de Turismo em Acapulco, o Presidente F. Calderon anunciou a redução do tempo de concessão de um visto para um máximo de 12 dias<sup>11</sup>. A partir de Maio de 2007 e durante 2008, essa medida facilitou significativamente a tarefa da publicidade turística e comercial, porque os potenciais turistas ficaram convencidos de que receberiam atempadamente o visto em caso de decisão positiva por parte da secção consular. Por isso o número de vistos concedidos em 2007 subiu até 6137, ou seja 53% mais em comparação com 2006 e, em 2008, quando o prazo de obtenção de vistos desceu para cinco dias, foram concedidos 7620 vistos. Semelhante aumento refletiu-se não só no número total de vistos passados, mas também na quantidade de viagens para o

México: se, em 2005 e 2006, o número de entradas no nosso país constituiu 5772 e 6652 respetivamente, em 2007 e 2088, graças à redução do tempo de concessão do visto, o seu número cresceu até 10 378 e 12 031 respetivamente.

Em 2009, na secção consular da Embaixada do México na Federação da Rússia, foi instalado o Sistema Informático de Documentos Migratórios (SIDOMI). Este programa de pedidos de visto através da Internet foi um dos primeiros do género entre as representações do México no estrangeiro<sup>12</sup>. Segundo esse sistema, marca-se a entrevista na secção consular para o segundo ou terceiro dia útil depois da data do envio do pedido eletrónico de visto e, após a apresentação do pedido e documentos respetivos, é concedido imediatamente um visto consular de múltiplas válido por dez anos com a seguinte fórmula: "Para turistas e homens de negócio que realizam frequentemente viagens e que necessitam de um mecanismo moderno e operativo para o desenvolvimento da sua atividade no México"<sup>13</sup>.

O processo descrito é uma mudança radical no processo de tratamento de documentos migratórios que levou automaticamente ao aumento estável do número de pedidos da parte de cidadãos russos<sup>14</sup>.

Graças a estas inovações e não obstante a crise financeira, a quantidade de vistos mexicanos concedidos a cidadãos russos e o número de visitantes aumentou de 2994 e 6652 respetivamente em 2006 até 7177 vistos e 11 603 visitantes no ano de crise de 2009.

A fim de reforçar os resultados positivos conseguidos em 2009 com a introdução do sistema de envio de pedidos de visto através da Internet e da concessão de vistos múltiplos, em 2010, paralelamente ao regime de migração simplificado, o Governo mexicano decidiu criar o Sistema de Autorização Eletrónica (SAE)<sup>15</sup>. Com a ajuda da Internet, os cidadãos russos recebem autorização de entrada através da Internet e viagem para o México sem o visto concedido pela secção consular. O princípio de funcionamento deste sistema é análogo ao sistema de entradas sem visto (*visa waiver*). A autorização eletrónica é concedida se a entrada no país se realizar de avião e se o objetivo da visita for turismo, trânsito ou viagem de negócios<sup>16</sup>.

A introdução do sistema SAE em 2010, quando as consequências da crise de 2009 foram superadas, provocou o aumento brusco de turistas russos, tendo atingido o número de 27 137. Assim, o aumento de 2009 para 2010 foi de 134%. Em 2011, foi fixada a entrada de 41 944 cidadãos russos, ou seja, 54,6% mais do que em 2010.

Todas as medidas tomadas pelo Governo mexicano com o objetivo de facilitar o regime de vistos permitiram elevar a um novo nível qualitativo as relações comerciais e económicas entre os países, cuja análise detalhada será publicada abaixo. Mas antes de passar a isso e para se fazer uma ideia

clara da envergadura da corrente de turistas russos para o México nas condições da nova ordem, deve-se assinalar que, devido à instalação do Sistema Informático de Documentos Migratórios em Dezembro de 2009, foi estabelecida ligação entre Moscovo e Cancun através de voos diretos charter, realizados até hoje e com uma periodicidade determinada pela companhia aérea russa "Transaero".

No artigo "Cancun mexicano prolonga-se até ao Verão", publicado pela agência de informação turística russa "Tourprom", cita-se a declaração da companhia turística "South Cross", parceira da companhia aérea "Transaero" na realização de voos charter, onde se sublinhou a importância da redução dos prazos para a tomada de decisão sobre a outorgação de vistos, para o estabelecimento da cooperação comercial nesse sentido. "O gerente da "South Cross" reconheceu que na empresa começaram a pensar há dois anos na criação de um roteiro para o México. Mas o projeto foi congelado devido ao problema com os vistos. Então era preciso um prazo de 30 a 45 dias e apresentar um monte de documentos para os turistas receberem um visto, e sem garantia. Hoje, esse processo exige dois dias, o prazo de vigência é de dez anos e é necessário apresentar apenas uma carta do local de trabalho"<sup>17</sup>.

A presença da companhia aérea "Transaero" no mercado turístico mexicano levou a "Aeroflot", a maior companhia aérea russa, a organizar viagens para Cancun nos finais de 2011<sup>18</sup>. A "Aeroflot" realiza voos regulares, que trazem maiores vantagens económicas, porque os bilhetes são vendidos à parte dos pacotes turísticos, com datas variáveis de chegada ao país e de partida do país e, mais, torna-se acessível esse transporte aos passageiros, turistas e homens de negócios na ida à Rússia e volta.

Relativamente ao progresso nas relações económicas graças ao aumento do turismo, que se desenvolve devido à facilitação do regime migratório, a Agência de Informação e Publicidade do Sudeste do México (SIPSE) cita a declaração do grupo económico da Embaixada da Federação da Rússia no México: "Tendo em conta a tendência para o crescimento das trocas comerciais entre os países [México e Rússia], pode-se esperar que o seu volume foi superior a 25% por ano. Falamos de um aumento anual de 25%; em 2011, a circulação de capital no desenvolvimento económico foi de mil milhões de dólares e um dos itens mais importantes é o setor turístico". E mais: "Segundo dados migratórios oficiais publicados pelo jornal "La Jornada" a 30 de Junho de 2011, em 2010 visitaram o México mais de 27 mil cidadãos russos, o que é mais do que o dobro em comparação com 2009"<sup>19</sup>.

Se as limitações unilaterais na outorgação de vistos podem reduzir o volume de transporte entre os países parceiros em 52-63%, a observação das correntes de turistas entre a Rússia e o México mostra que esses dados podem ser apresentados em números mais impressionantes.

## RESULTATIVIDADE DAS CORRENTES TURÍSTICAS PARA AS RELAÇÕES COMERCIAIS

Os dados sobre as trocas comerciais entre o México e a Rússia, no período entre 2001 e 2011, divergem dependentemente das fontes de informação, mas todas elas apontam para tendências análogas no sentido do aumento ou, dependentemente das circunstâncias, redução dos índices comerciais.

Por um lado, dispomos de dados do Centro de Comércio Internacional (CCI)<sup>20</sup> que se dedica ao estudo da informação estatística sobre o escoamento da produção ao nível interno e internacional, fundamentando-se nos seus relatórios sobre as relações comerciais bilaterais com base em dados estatísticos da Organização das Nações Unidas para o Comércio de Produtos "UN Comtrade". Por outro lado, existem dados publicados pelo Ministério da Economia do México<sup>21</sup>, que tem como fonte os seus próprios cálculos acordados com a base de dados com o Banco do México. A terceira fonte de controlo é o Serviço Federal de Estatística Pública (Rosstat)<sup>22</sup>, que fixou os volumes das operações de comércio externo entre o México e a Rússia, que coincidem com os índices do CCI.

Segundo dados publicados no Mapa de Comércio do CCI, em 2001, as exportações do México para a Federação da Rússia constituíram 51 187 mil dólares. Até 2005, esse número subiu até 86 847 mil (mais 69,66%) tendo em conta a correlação entre o aumento anual e a diminuição, cujos volumes são comparáveis. No período de 2002-2003 e 2004-2005, registou-se o aumento das exportações do México para a Rússia e o progresso foi de 28,41 e 39,13% em conformidade com ambas as fontes, mas, nos períodos 2001-2002 e 2003-2004, as compras russas diminuíram em 1,83 e 3,26% respetivamente.

Se recorrermos aos dados do Ministério da Economia do México (MEM), mais conservadores do que os dados do CCI, em 2005 o volume das exportações mexicanas aumentaram até 28 571 mil dólares e, no período após 2001, 22,75%. Analogamente aos dados do CCI, a estatística de exportações revelada pelo Ministério da Economia mostra um aumento nos períodos de 2002-2003 e 2004-2005, e uma queda nos períodos de 2001-2002 e 2003-2004.

Porém, nos últimos anos, desde 2006 até ao presente, foi fixado o maior e mais significativo crescimento das exportações de produção mexicana para a Rússia. Se no período entre 2001 e 2005, o volume de vendas de mercadorias de produção mexicana aumentou 69,66% (CCI) e 22,75% (MEM) respetivamente, entre 2005 e 2010, o progresso nesse sentido ultrapassou todas as expectativas: 452,7% (CCI), 480 milhões de dólares em dinheiro.

De que forma o crescimento das trocas comerciais está ligado ao aumento do número de turistas russos que visitam o México? As numerosas

declarações anteriormente feitas sobre a ligação entre a diminuição do volume do comércio bilateral e a dificultação do regime de vistos, bem como o exemplo da importação de vinhos espanhóis para Alemanha, citado nas primeiras páginas, que aumentou significativamente graças ao incentivo do turismo, confirmam a ideia da interação favorável do turismo e da exportação e dos resultados positivos de semelhante interação para economia em geral. Tudo isso permite falar do aumento do número de cidadãos russos que visitam o México e da regularidade do aumento das vendas de produção mexicana na Rússia.

A análise feita segundo o Mapa do Comércio do volume global das importações russas e do volume da produção exportada do México para a Rússia permite estabelecer que eles nem sempre se desenvolveram paralelamente. Se, no período entre 2001 e 2005, o volume de exportações mexicanas para a Rússia aumentou 25,75% (MEM) e 69,67% (CCI), o volume total das importações russas aumentou em 135,77%. E, ao contrário, nos períodos de queda dos fornecimentos mexicanos registrados por ambas as fontes em 2001-2002 e 2003-2004, as aquisições russas no mercado mundial aumentaram 10,29 e 31,77% respectivamente.

A situação é semelhante com o aumento das exportações do México para a Rússia em 2005-2006; nesse ano foi registado o primeiro aumento significativo de fornecimentos ao México. Em 2006, quando as aquisições mundiais da Rússia aumentaram 39,61% em comparação com o ano anterior, as exportações do México para a Rússia cresceram 54,66% (MEM) e 113,02% (CCI). Em média, no período entre 2001 e 2005, a dinâmica das operações comerciais entre o México e a Rússia ficou aquém do desenvolvimento das compras russas no mercado mundial. Porém, entre 2006 e o presente, o México conseguiu alterar a situação a seu favor, alcançando indicadores percentuais de aumento nas vendas à Rússia que ultrapassam indicadores análogos do volume total das importações russas.

Deve-se assinalar que entre a dinâmica das operações de exportação do México com outros países e os seus fornecimentos à Rússia não há uma ligação direta, ao contrário dos indicadores correlacionados das importações da Rússia do México e de outros países. Como precisa o Mapa do Comércio, no período de 2001 a 2005, o volume total das exportações do México aumentou 35,24% e, no período entre 2005 e 2010, 39,25%. Se olharmos novamente para o salto nas relações comerciais bilaterais, fixado em 2005-2006, no mesmo período o México aumentou os seus fornecimentos em apenas 16,69%, o que constitui um resultado que fica significativamente atrás dos indicadores anteriores de 54,66% (MEM) e 113,02% (CCI).



Exportações do México para a Rússia (em dezenas de milhares de dólares)						
	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Exportações MEM	23,275	18,898	47,242	25,776	28,571	44,190
Ano Quant. %		- 18,8056	149,9841	- 45,4384	10,8434	54,6673
Exportações CCI	51,187	50,251	64,528	62,423	86,847	185,000
Ano. Quant. %		- 1,8286	28,4114	- 3,2621	39,1266	113,0183

Exportações do México para a Rússia (em dezenas de milhares de dólares)					
	2007	2008	2009	2010	2011
Exportações MEM	159,828	116,061	39,249	237,395	471,183
Ano Quant. %	261,6836	- 27,3838	- 66,1824	504,8434	98,4806
Exportações CCI	412,065	618,119	259,499	480,000	
Ano. Quant. %	122,7378	50,0052	- 58,0180	84,9718	

Visto que o objetivo fundamental deste estudo consiste em estabelecer a dependência entre a corrente turística e as relações comerciais bilaterais e, devido a isso, detetar as vantagens do sistema simplificado de vistos, que levou ao aumento do número de turistas russos que visitam o México, por um lado, e a dinâmica de exportações, por outro lado, serão apresentados dados que confirmam o paralelismo destes dois processos. Em primeiro lugar, chama a atenção o salto brusco em frente em 2006, quando foram dados os primeiros passos no sentido da simplificação da concessão de vistos. Desse modo, paralelamente às inovações migratórias, observa-se o aumento do número de turistas russos que visitam o México o volume das operações de exportações.

Paralelamente à simplificação do regime de vistos, as portas do mercado russo abriram-se à produção mexicana. Em 2006, entre o México e a Rússia começaram conversações sobre a venda de carne mexicana<sup>23</sup> e, em Dezembro de 2008, o Serviço Federal de Controlo Veterinário e Fitossanitário da Federação da Rússia (Rosselkhoznadzor) deu a respetiva autorização para a sua exportação para a Rússia.

Pelo Mapa do Comércio pode-se constatar que, nas relações comerciais bilaterais mexicano-russas entre 2001 e 2009, não se registaram fornecimentos de produtos derivados de carne de vaca. Em Abril de 2010, depois das autoridades russas terem dado a respetiva autorização de exportação aos produtores mexicanos, foram fixados os indicadores de venda de carne no valor de 10 594 mil dólares (num volume de 2888 t) e tripas no valor de 470 mil dólares (num volume de 334 t)<sup>24</sup>. Estes indicadores coincidem com os dados revelados pela Associação dos Produtores Mexicanos de Gado Bovino, que também assinalou que, em 2010, os indicadores de exportações de produtos derivados de carne do México para a Rússia constituíram 3223 toneladas num valor de cerca de 11 milhões de dólares.

Visto que o CCI ainda não fez o balanço das exportações em 2011, apresentamos dados concedidos pela Associação dos Produtores Mexicanos de Gado Bovino, segundo os quais, em 2011, a Rússia constituía para o México o segundo mercado mais importante de escoamento desse produto, ficando atrás dos EUA e à frente da Coreia e Japão juntos. Segundo os dados concedidos, em 2011, foram fornecidas à Rússia 26 mil toneladas de carne (23,25% dos fornecimentos totais de carne do México no citado período) no valor superior a 116 milhões de dólares (20,69% do total do valor das exportações neste setor da economia).

Tendo em conta que, até 2008, no mercado russo não se registaram fornecimentos de carne do México, pode-se afirmar com certeza que, em dois anos, teve lugar uma verdadeira evolução das exportações mexicanas desde o momento da sua entrada nesse mercado até ao presente. A Rússia tornou-se o segundo comprador mundial de produtos derivados de carne mexicana, cujo aumento, em 2010-2011, foi de 706,70 toneladas, ou seja 954,54%. O Ministério da Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural, Pescas e Alimentos do México espera que, em 2012, o volume de venda de carnes à Rússia continuará a aumentar<sup>25</sup>.

Desde o momento da entrada em vigor do regime simplificado de vistos foi fixado o aumento do número de fornecimentos à Rússia de outros produtos agrícolas. Como exemplo apresentamos o café: se, em 2001, na Rússia, o volume total de vendas era de 243 mil dólares, em 2005 — 100 mil,

em 2006 foi constatado um crescimento de 1871%, que corresponde a vendas de 1 790 mil dólares, que, em 2010, atingiu o nível dos 3 590 mil dólares.

Situação análoga observa-se nas exportações de citrinos: os fornecimentos de toranja aumentaram de 56 mil dólares em 2005 para 124 mil em 2006 e 1 900 mil em 2010; os fornecimentos de limão quase duplicaram: de 50 mil dólares em 2005 para 91 mil dólares em 2006 e, em 2010, o volume de vendas atingiu o indicador de 855 mil dólares, ou seja, 839,56% mais do que em 2006.

Não obstante o aumento significativo dos fornecimentos de produção mexicana à Rússia estar ligado, em primeiro lugar, a uma estratégia corretamente elaborada de publicidade, organizada com os esforços conjuntos dos institutos públicos, produtores locais e exportadores mexicanos, não se deve esquecer o contributo importante que foi dado à sua entrada no mercado russo pelos russos que, depois de visitarem o México e provarem os produtos locais, procuram semelhantes mercadorias no mercado russo.

Os ritmos ativos de aumento do fornecimento de tequila à Rússia podem ser um exemplo ilustrativo: o produto manteve o seu nome original no novo mercado. Se, em 2001, as suas vendas eram de 4 830 mil dólares, em 2005 foram de 15 120 mil dólares e, entre 2006 e até hoje, o volume de exportações atingiu o ponto máximo: 35 540 mil dólares em 2007 e 41 040 mil dólares em 2008; em 2009 observou-se uma queda na corrente turística e no volume das exportações devido à crise financeira global, mas, no ano seguinte, em 2010, o indicador de vendas subiu até 32 580 mil dólares.

O presente estudo não pretende a ter um carácter definitivo, porque, entre outras coisas, não foram publicados os dados estatísticos sobre o número de viagens anuais de negócios da Rússia ao México, o que exigiria investigações complementares. Também se deve assinalar que aumentaram as exportações de produção mexicana que não provocam o interesse direto do turista médio.

Para ilustrar esta última nota, apresentamos como exemplo a venda no setor de peças sobresselentes produzidas no México, que aumentaram significativamente nos últimos anos<sup>26</sup>. Se, entre 2001 e 2006, elas praticamente não tiveram lugar, em 2007 foram registadas as primeiras vendas significativas de peças sobresselentes e carroçarias para automóveis (HS6 870829) no valor de 296 mil dólares e, em 2010, o volume dessas vendas chegou aos 1 838 mil dólares. Nomeadamente, os fornecimentos de amortizadores para automóveis (HS6 870880) aumentaram de 46 mil dólares em 2007 para 1 561 mil dólares em 2010. Além disso, as possibilidades criadas na Rússia chamaram a atenção de grandes empresas mexicanas que estão no mercado internacional.

O posicionamento económico bem sucedido do país no mercado mundial foi e é uma das tarefas fundamentais de qualquer Governo na política externa.

A simplificação do regime de vistos é uma medida útil para o aumento da capacidade de concorrência nesse contexto e a busca de possibilidades favoráveis para retirar vantagens das viagens ao estrangeiro, não só do ponto de vista do aumento do número de turistas, mas também do alargamento das relações comerciais bilaterais.

No desenvolvimento do turismo internacional podem exercer influência negativa fatores externos como a crise económica global ou fenómenos naturais destrutivos, por isso a superação de obstáculos acessíveis, neste caso a simplificação do processo de concessão de vistos, cria condições favoráveis tanto para viagens turísticas a fim de conhecer o país, como para o estabelecimento de contactos de negócios com posteriores resultados positivos no aumento das exportações.

O aumento do número de turistas russos no México e o alargamento dos laços comerciais, fixados entre 2006 e atualmente, confirmam claramente até que ponto foi travado o potencial real das trocas comerciais bilaterais. Graças à simplificação do regime de vistos e, por conseguinte, ao aumento do número de russos que visitam o México, abriram-se novas vias para o alargamento dos contactos bilaterais, para a mudança da estrutura das relações comerciais bilaterais e para o desenvolvimento mais intensivo das exportações. Desse modo não só foi criada uma verdadeira variedade na lista dos produtos exportados, mas também mudou o estado da balança comercial em geral. Segundo dados do Mapa de Comércio do CCI, entre 2001 e 2006, o estado da balança foi negativa para o México, em 2007-2008 foi positiva e, depois de trocas negativas em 2009, voltou a ter um resultado favorável no valor de 191 milhões de dólares em 2010.

Claro que para manter indicadores comerciais positivos e a sua dinâmica favorável são necessárias estratégias inovadoras. Não obstante, os resultados conseguidos graças ao dueto mutuamente complementar sob a forma de publicidade turística e comercial, por um lado, e de regime simplificado de vistos por outro, criam um fundamento sólido para um desenvolvimento mais dinâmico e a longo prazo, como merecem importantes componentes na economia mundial: as economias nacionais do México e da Federação da Rússia.

1. *Stinger Kevin D.* The Visa Dimension of Diplomacy // Clingendael Discussion Papers in Diplomacy. 2007. №13.

2. Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), visitantes são pessoas que realizam uma viagem para além do local de residência por um período inferior a um ano com qualquer objetivo (contactos de negócios,

turismo, circunstâncias pessoais) salvo quando trabalha numa empresa que exerce a sua atividade no território do país recetor // <http://unstats.un.org/unsd/statcom/doc08/BG-TourismStats.pdf>

3. *Lozano Pablo A.* Inteligencia para la seguridad nacional desde la perspectiva de la documentación consular a extranjeros // Revista Mexicana de Política Exterior. Febrero 2010. Nº88.

4. *Poole Jennifer Pamela.* Business Travel as an Input to International Trade / University of California, Santa Cruz // <http://www.scu.edu/business/economics/upload/Poole.pdf>

5. Business Travel: A Catalyst for Economic Performance // [http://www.wttc.org/bin/pdf/original\\_pdf\\_file/wttc\\_business\\_travel\\_2011.pdf](http://www.wttc.org/bin/pdf/original_pdf_file/wttc_business_travel_2011.pdf)

6. *Goldin Ian.* Tourism and the G-20: T.20 Strategic Paper // <http://t20.unwto.org/sites/all/files/docpdf/tourismg20igpaperfinal.pdf>

7. *Fischer Christian and Gil-Alana Luis A.* The nature of the relationship between international tourism and international trade. The case of German imports of Spanish wine / Faculty of Economics of the University of Navarra. (Contributed paper prepared for presentation at the International Association of Agricultural Economists Conference, Gold Coast, Australia, 2006.)

8. *Poole Jennifer Pamela.* Op. cit.

9. Business Travel...

10. *Neumayer Eric.* On the Detrimental Impact of Visa Restrictions on Bilateral Trade and Foreign Direct Investment / London School of Economics and Political Science // Applied Geography. Vol. 31. July 2011. Nº3.

11. Presidente Calderon na cerimónia de encerramento da XXXII Feira Turística de Acapulco de 28 de Matço de 2007 // <http://www.presidencia.gob.mx/?p=29641>

12. Governo Federal simplifica a ordem de concessão de vistos com o objetivo de estimular o desenvolvimento do turismo e das viagens de negócios de 28 de Junho de 2009 // [http://www.sectur.gob.mx/es/sectur/sect\\_Boletin\\_078\\_Simplifica\\_Gobierno\\_Federal\\_Expd](http://www.sectur.gob.mx/es/sectur/sect_Boletin_078_Simplifica_Gobierno_Federal_Expd)

13. Boletim Informativo 073/2009 SECTUR.

14. Crescimento recorde de corrente turística russa para o México. 3 de Agosto de 2009 // <http://www.travel.ru/news/2009/08/03/172743.html>

15. Vistos grátis para o México para cidadãos russos. 29 de Outubro de 2010 // <http://ria.ru/tourism/20101025/289170594.html>; México adota regime de vistos simplificado para os russos. 25 de Outubro de 2010 // [http://www.bbc.co.uk/russian/rolling\\_news/2010/10/101025\\_rn\\_mexico\\_visas.shtml?utm\\_source=](http://www.bbc.co.uk/russian/rolling_news/2010/10/101025_rn_mexico_visas.shtml?utm_source=)

16. [http://www.inm.gob.mx/index.php/page/Inicio\\_Autorizacion\\_Electronica](http://www.inm.gob.mx/index.php/page/Inicio_Autorizacion_Electronica)

17. "Cancun mexicano prolonga-se até ao Verão". 15 de Dezembro de 2009 // <http://www.tourprom.ru/news/7628/>

18. A Cancun de Moscovo chega o primeiro voo da "Aeroflot". 1 de Novembro 2011 // [http://www.sectur.gob.mx/es/sectur/Boletin\\_201; Número de voos diretos para Cancun aumenta..](http://www.sectur.gob.mx/es/sectur/Boletin_201;N%C3%BAmero_de_voos_diretos_para_Cancun_aumenta..) 31 de Agosto de 2011 // <http://www.atorus.ru/news/press-centre/new/12413.html>

19. Em 2012 espera-se a chegada ao México de 40 mil russos. 7 de Janeiro de 2012 // <http://www.sipse.com/noticias/139113-preven-arribo-40-turistas-rusos-mexico-2012.html>

20. <http://www.trademap.org/>

21. Balanza comercial de México con Rusia / Secretaría de Economía de México, Subsecretaría de Comercio Exterior // [http://www.economia-snci.gob.mx/sic\\_php/pages/estadisticas/mexicojun2011/RUbc\\_e.html](http://www.economia-snci.gob.mx/sic_php/pages/estadisticas/mexicojun2011/RUbc_e.html)

22. Serviço Federal Público de Estatística da Rússia, comércio externo. // <http://gks.ru/wps/wcm/connect/rosstat/rosstatsite/main/trade/#>

23. Aumenta a quantidade de produtores com acesso à exportação de carne bovina para a Rússia. 19 de Janeiro de 2011 // <http://www.senasica.gob.mx/?idnot=840>

24. Carne e tripas de gado bovino mexicanas entram no mercado russo. 6 de Maio de 2010 // <http://www.senasica.gob.mx/?idnot=632>

25. Em 2011, aumentaram mais de sete vezes as exportações de carne para a Rússia. 7 de Fevereiro de 2012 // <http://www.sagarpa.gob.mx/saladeprensa/boletines2/paginas/2012B079.aspx>

26. Indústria automóvel prepara-se para conquistar a Rússia. 22 de Dezembro de 2011. // <http://eleconomista.com.mx/industrias/2011/12/22/industria-automotriz-conquista-rusia>



# RELAÇÕES RUSSO — BRASILEIRAS DEPOIS DA GUERRA FRIA

Fabiano  
MELNICHUK

*Livre — Docente do  
Instituto de Relações  
Internacionais junto da  
Universidade Católica  
Papal (Brasil),  
Coordenador do Centro  
de Pesquisas dos Países —  
membros do grupo BRICS*

fmiel@puc-rio.br

As relações entre a Rússia e o Brasil contam mais de 180 anos. Todavia durante a maior parte deste lapso de tempo elas permaneciam em estado embrionário, o que se devia, em grande parte, ao fato de que depois da obtenção da independência o Brasil fazia parte da esfera de influência dos EUA. Com efeito, os períodos de baixa intensidade do relacionamento com Moscou eram, ao mesmo tempo, períodos de hostilidade aguda nas relações entre o vizinho norte-americano do Brasil e a União Soviética. Uma prova disso é a ruptura pelo Brasil das relações diplomáticas com a União Soviética em princípios da guerra fria. (Em 1947, isto é, na época da guerra fria entre a União Soviética e os EUA, o governo do Brasil proibiu a atividade do Partido Comunista e rompeu relações diplomáticas com a União Soviética. — *Nota do tradutor.*)

As relações diplomáticas foram restabelecidas em 1961 quando o Brasil enveredou pela via de política externa independente, e entraram na fase

ativa na década de 70 do século passado graças à renúncia do Brasil à aliança automática com os EUA depois do golpe militar de 1964 e ao crescente pragmatismo econômico na política externa, levada a cabo por militares. Mas mesmo naquela época o processo de desenvolvimento de relações russo — brasileiras era bastante fraco. Em fins da década de 80, isto é, depois do término da guerra fria e diminuição da tensão nas relações entre os EUA e a União Soviética, seria possível aguardar uma certa animação de relações entre o Brasil e a Rússia, que era legítima sucessora da União Soviética. Com efeito, as relações bilaterais entraram na fase de desenvolvimento mas os mecanismos, criados na segunda metade da década de 90, entraram em plena ação somente depois do ano 2000. Foi nesta altura que as relações entre os nossos países atingiram o seu apogeu em comparação com a época anterior.

O período desde 1991 a 2011 pode ser dividido em duas fases: na primeira década as relações bilaterais eram bastante moderadas mas na segunda década atingiram um alto grau de intensidade. Tem-se a impressão de que a explicação desta tendência é o fato de que os dois países revisavam as suas identidades e aproximaram-se como parceiros na base da defesa da linha de desenvolvimento comum, — no caso do Brasil, — ou na base da concepção da ordenação multipolar do mundo, — no caso da Rússia, — a fim de consolidar os seus interesses coincidentes no palco internacional. As novas identidades dos Estados geravam a aproximação dos seus interesses.

## IDENTIDADE E INTERESSES

A discussão teórica do valor da identidade do Estado quando da revelação dos seus interesses tornou-se mais aguda depois da conclusão da guerra fria. Os "tradicionalistas" (representantes do neo-realismo e do neoliberalismo na teoria de relações internacionais. — *Nota do tradutor.*) consideravam que os interesses do Estado são exógenos. Supunham que os interesses do Estado são formados pela estrutura anárquica do sistema internacional e não em resultado da interação entre os elementos do sistema. Consideravam os interesses do Estado algo determinado materialmente pois encaravam a estrutura do sistema somente através do prisma de distribuição dos potenciais militares entre os Estados (o neoliberal R. Keohane)<sup>1</sup>. Estas duas suposições constituíam a base do conceito de que os Estados, que interagem num meio anárquico, têm um jogo predeterminado de preferências, cuja escolha depende da avaliação do potencial militar necessário para a sua realização, enquanto que a avaliação do potencial militar está baseada por sua vez na fórmula de "despesa — vantagem" (o neo-realista K. Waltz)<sup>2</sup>. Por isso, no sistema da época da guerra fria, nas condições de paridade estratégica das superpotências e jogo na base



da soma zero (por força da orientação contrária dos interesses) praticamente não restam possibilidades para mudanças. No entanto, a guerra fria acabou-se e juntamente com ela foi-se o conceito de que os interesses dos Estados são determinados tão somente pela estrutura material. Como se pode explicar, afinal, o fato de que os interesses de duas superpotências começaram a aproximar-se, dado que a distribuição de potenciais continuasse invariável?

Os construtivistas responderam aos neo-realistas negando a ligação causal direta entre a estrutura do sistema internacional e os interesses do Estado (o construtivista A.Wendt)<sup>3</sup>. Eles introduziram no uso científico o conceito de identidade (conceito de si próprio ou conceito do seu lugar no mundo através da correlação com outros. — *Nota do tradutor.*) e criticaram o postulado dos tradicionalistas de que a indeterminação, inerente ao meio anárquico, faz que os Estados tenham em vista interesses estritamente egoístas, perpetuando o apoio nas suas próprias forças. Por exemplo, os construtivistas supõem que as identidades dos Estados determinam o caráter de relações entre os Estados que pode ter a forma de colaboração ou de confrontação. Ao falar do término da guerra fria, os construtivistas ressaltam que a troca da identidade da União Soviética suscitou a transformação dos seus interesses e, respectivamente, da estrutura do sistema internacional. Todavia eles divergem na avaliação das causas destas mudanças. Por exemplo, continuava ininteligível a fonte da nova identidade: se a sua origem era interna (fruto das discussões entre os grupos políticos rivais), vinha de fora (fruto de relações entre os EUA e a União Soviética) ou se dois “fluxos” diferentes tinham se fundido numa torrente única?<sup>4</sup>

Os pormenores da interpretação construtivista do término da guerra fria estão fora da alçada do presente artigo. Queremos, antes, demonstrar, como as considerações sobre a formação da identidade se tornaram uma parte integrante das discussões teóricas. Na década de 90 do século passado predominavam os conceitos dentro do espírito do construtivista moderado A. Wendt<sup>5</sup>. De acordo com o seu ponto de vista, as identidades são dadas pela estrutura, interpretada como “estrutura dos papéis”, determinados pelos processos de interação (ou práticas sociais) entre os atores. Neste plano, as identidades sociais formam-se no processo de interação de atores e não podem ser impostas por uma estrutura material exógena, isto é, externa. Mais do que isso: as práticas sociais permitem a existência de tantas estruturas, quantas podem surgir em resultado da interação. Daí vem a famosa afirmação de A. Wendt: “A anarquia é aquilo que os Estados fazem dela”.<sup>6</sup> Todavia a formação da identidade social do Estado provém da sua “identidade corporativa”. Esta última é formada basicamente pelo chamado

"narrative" (termo inglês que designa a fundamentação histórica e cultural da interpretação de um certo aspecto do mundo a partir de certas posições. — *Nota do tradutor.*) que estabelece a ligação de um grupo de pessoas como território dado e existe independentemente da identidade corporativa dos outros Estados. Este enfoque reconhece a primariedade ontológica do Estado em relação ao sistema internacional e, por conseguinte, atribui à identidade corporativa um caráter pré-social. Dai vem a identidade corporativa, isto é, uma substância material que serve de fundamento para a construção de identidades sociais e cria possibilidades de interação entre os Estados. Desta maneira os Estados entram em interação conscientizando-se, tendo conceito de si próprios. No processo de interação os Estados determinam o seu tipo, a sua identidade social — se são amigos, competidores, inimigos. Somente depois de determinar a identidade social do Estado é que se pode revelar os seus interesses: aquilo que um Estado deseja depende do tipo concreto do Estado, do seu conceito de si próprio.

Embora esta corrente do construtivismo acentue a importância dos processos sociais na formação da identidade do Estado, o enfoque estruturalista de Wendt foi alvo de acirradas críticas por ter partido da existência do Estado pré-social e reconhecido a ligação causal entre a identidade do Estado e os seus interesses. Quanto ao primeiro aspecto, os críticos afirmam que o conceito de identidade corporativa restringe as possibilidades do enfoque construtivista, pois são ignorados a origem do Estado e os problemas normativos que surgem.<sup>7</sup> Além disso, se admitir a concepção de um Estado pré-social, que existe em forma material, a identidade não pode ser encarada como resultado de "discourses" ("discours" é termo francês, cujo sentido mais geral é fala, resultado da atividade lingüística. — *Nota do tradutor.*) pois neste caso é possível tirar a conclusão sobre a existência de "narratives" divergentes sobre a identidade do Estado dado, o que põe em dúvida o enfoque de Wendt. A ligação causal entre as identidades e interesses é submetida à crítica por sua vez pela sua incapacidade de discernir claramente na prática a alteração da identidade, por um lado, e as alterações dos interesses dos atores, por outro, assim como por considerar unidirecional a ligação causal entre as identidades e os interesses (quando as identidades é que determinam os interesses). O problema consiste em que é possível também a orientação contrária, isto é, no processo de explicação da formação das identidades dá-se preferência a relações de co-construção dos interesses e das identidades.

Somos partidários da concepção alternativa, proposta por H. Muppidi. De acordo com a sua opinião, a realidade forma-se socialmente, o que

pressupõe a existência de várias realidades, dado que diversos atores (sejam Estados ou grupos de indivíduos) vivem nas realidades sociais diferentes. Por isso, o conceito de "interesse" deve ser substituído pela expressão "pretensões sociais" e o conceito de "estrutura" deve ceder lugar ao conceito de "imaginável socialmente". O termo "pretensões sociais" deve ressaltar o caráter normativo e relacional das preferências no sentido de que as esperanças dos atores pressupõem a interpretação anterior da identidade desejável que provém da avaliação por eles da sua própria história da interação social com outros. Este enfoque permite a diversos "narratives" da identidade coexistir no mesmo Estado. A chave da compreensão da sua origem é a interação entre os "narratives" e o modo da sua auto-identificação na base da interpretação por eles do contexto internacional. Por outro lado, diversas interpretações do contexto internacional estão incluídas em diversas imagináveis sociais, que servem de base para as pretensões sociais. O conceito de "imaginável social" "pertence ao número de princípios estruturais que constituem a base do jogo de sentidos e relações sociais, constituindo as suas identidades sociais concretas"<sup>8</sup>. O imaginável social constitui-se mediante a articulação de objetos, sujeitos e interpretações concretas e depende da resposta, ou da "inquirição" que os atores dirigem a estas articulações.

O mérito do construtivismo crítico de Mappidi consiste em que ele permite levar a cabo uma análise mais flexível da interação entre diversos atores sociais sem "colocar a sua assinatura" debaixo do determinismo causal entre as identidades e interesses e sem imobilizar a definição da identidade por aspectos materiais, o que permite evitar a restrição "estatal-central" da concepção de Wendt. Além disso, têm-se em vista pretensões e não interesses sociais. Por isso, o aspecto político-normativo que a definição da identidade e dos interesses contém sempre está evidentemente presente. A politização deste gênero permite superar a opinião de que a estrutura do sistema internacional não é apenas material mas também representa uma estrutura de papeis sociais. Portanto, a própria distribuição dos papeis pode ser considerada resultado da projeção de diversas imagináveis sociais para a esfera internacional.

## TROCA DE IDENTIDADES NA RÚSSIA E NO BRASIL

Vamos rastrear na base da concepção de construtivismo crítico de H. Muppidi a variação das identidades e dos interesses da Rússia e do Brasil, adotando como exemplo os discursos dos seus dirigentes na Assembléia Geral da ONU.

Depois da derrocada da União Soviética, a Rússia fez o máximo de esforços a fim de apresentar-se aos olhos da comunidade mundial na qualidade de

um país democrático, cujas tarefas internas estariam no quadro de reformas econômicas liberais, e os objetos externos consistiriam na manutenção de boas relações com os vizinhos regionais, com a Europa e com os EUA. O ministro das relações exteriores da Rússia A. Kozirev delineou os contornos da diplomacia russa dos princípios da década de 90. No seu discurso na Assembléia Geral da ONU, pronunciado em 1992, ele declarou que a Rússia tinha refutado o comunismo e compreendido, graças à experiência própria, que não existe nenhuma alternativa à democracia e que somente uma sociedade aberta e uma política aberta permitiriam à Rússia encontrar e desempenhar um papel único na história. O ministro Kozirev apontou os objetivos da política externa russa como parceria e alianças em prol da democracia e da economia de mercado com os países que compartilhavam estes valores.

O termo "multipolaridade" surgiu no contexto de apoio a ações do Conselho de Segurança da ONU no caso de violações grosseiras e maciças dos direitos humanos, dos direitos das minorias nacionais, — tinham-se em vista os russos que viviam nos territórios de antigas repúblicas soviéticas, — o apoio ao Tratado sobre a não difusão de armas nucleares e controle sobre os armamentos e sobre o desarmamento, a defesa do desenvolvimento geral na base do regime econômico liberal. Kozirev definiu na ocasião o mundo pós-comunista e pós-confrontação, que se formou depois da guerra fria, como "unidade multipolar na multivariabilidade", cujo símbolo devia ser a ONU. A multipolaridade era interpretada como a existência de outras potências no mundo, unido pelos ideais da superpotência vencedora e não no seu sentido clássico, isto é, como existência de vários pólos que disputam o poder no palco internacional.

A Rússia começou a rever a interpretação da "unidade em multivariabilidade" a partir de 1995. Ao avaliar o meio-século da atividade da ONU Kozirev declarou que este termo obteve o seu sentido graças à experiência histórica da ONU, ou seja, a igualdade entre os Estados e o respeito à multivariabilidade de culturas, religiões e tradições nacionais pode servir na qualidade da base da segurança e da prosperidade no mundo moderno. A substituição de Kozirev por Evgueni Primakov confirmou a nova interpretação da concepção de multipolaridade na diplomacia russa. Ao intervir em 1996 na ONU Evgueni Primakov delineou os problemas que esta organização enfrentava como problemas do período de transição entre a confrontação dos blocos e a multipolaridade, como período de dependência econômica mútua e de democratização das relações internacionais. No contexto da transição o diplomata formulou três premissas de preservação da paz. Primeiro: o antigo raciocínio dentro dos conceitos da confrontação entre os blocos não deve ser

substituído pelo raciocínio dentro dos conceitos de novas linhas delimitativas entre os Estados. Segundo: os EUA devem renunciar ao conceito de que na política mundial existem os líderes e os liderados, ao conceito de que na guerra fria houve vencedores e vencidos. Terceiro: a manutenção da paz depende das ações coordenadas conjuntas da comunidade internacional.

A negação da monopolaridade e a afirmação de vários pólos que buscam a coordenação são teses básicas da concepção da multipolaridade para a diplomacia russa do século XXI.

Em 2006 a Rússia definiu a arquitetura do sistema internacional como multipolar, e não deixou outras alternativas para a solução de problemas mundiais, salvo a diplomacia multilateral. O novo ministro das relações exteriores Serguei Lavrov criticou severamente os obstáculos que a NATO tinha criado na via de novas conversações sobre o Tratado de Armamentos Convencionais na Europa. Em 2007 a diplomacia russa definiu novamente a multipolaridade como uma "situação geopolítica nova" e a Rússia declarou que o incremento de novos centros do crescimento global e a gestão mundial deviam ser realizados sob a direção coletiva das maiores potências, para que neste processo sejam representadas diversas regiões e civilizações. Em 2008 Serguei Lavrov declarou em vista da "crise caucasiana" que por traz do ataque à Ossétia do Sul estavam as "ilusões" ou "miragens" da unipolaridade. A sua declaração tornava evidente que as ações unilaterais dos EUA em relação ao Iraque, sistema de defesa antimíssil e militarização do cosmos constavam na lista de fatores que estimulavam a Geórgia a empreender ações precipitadas e mal-pensadas, provocando a respectiva reação de Moscou. Em vista da ressurreição da multipolaridade real, a despeito das ilusões da unipolaridade, tendo-se como pano de fundo a crise econômico-financeira de 2008, mereceram elevado apreço as tentativas de reformar o sistema econômico mundial com a participação de alguns países emergentes, bem como outras iniciativas da Rússia, semelhantes ao grupo BRICS. As declarações do presidente Dmitri Medvedev feitas na Assembléia Geral da ONU em 2009 e do ministro Lavrov, feita em 2010, simbolizaram a consolidação da tendência de afirmação da concepção do mundo multipolar.

## O BRASIL

Quanto à identidade do Brasil na década de 90 do século passado, vamos delinear-la através dos discursos do presidente do Brasil Collor de Mello, pronunciados na Assembléia Geral da ONU. Ele mencionou o privilégio de viver na época de afirmação geral de direitos e liberdades do homem, do pluralismo, do respeito aos direitos da maioria, da defesa das minorias e do

empreendimento livre. O Brasil apresentava-se à comunidade internacional como um parceiro responsável, que lutava pelo desarmamento na região, conscientizava que as mudanças radicais da ordem econômica mundial não passavam de "boas intenções" e por isso considerava que as reformas de verdade começavam ao nível nacional interno.

A crise política interna que resultou no impeachment do presidente Fernando Collor resultou em breve na alteração da política externa do Brasil. Celso Amorim, ministro das relações exteriores no mandato do presidente Itamar Franco, lançou o fundamento da identidade do Brasil como país — partidário do desenvolvimento geral, o que se revelou na íntegra dez anos mais tarde. Mas em 1995, depois da posse do presidente Fernando Henrique Cardoso, o Brasil deixou de identificar a si próprio com a concepção de desenvolvimento geral. Ao discursar na sessão jubilar da Assembléia Geral da ONU em 1995 Fernando Henrique Cardoso qualificou o mundo surgido depois da guerra fria como um mundo em que cresce a convergência dos valores da democracia, do mercado livre e da justiça social. O ministro das relações exteriores Luiz Felipe Lampreia afirmava que estes três valores eram indispensáveis para a liberdade e prosperidade de todos os países no meio internacional, em que o poder do Estado não seria mais relacionado exclusivamente ao seu poderio militar. O diplomata ressaltou, em vista disso, os esforços do país na esfera de privatização e de reformas estruturais a fim de garantir a estabilidade econômica e o desenvolvimento estável. Os objetivos do desenvolvimento comum devem ser marcados não pela separação em Norte e Sul, mas, sim, mediante o aperfeiçoamento de mecanismos de colaboração econômica em prol de bem-estar de todos os homens. Daí vinha a necessidade de criar blocos regionais.

Ao contrário da política externa do Brasil no primeiro mandato do presidente Cardoso, o país começou a acusar sinais de não admissão do "pragmatismo" do regime liberal internacional já no início do seu segundo mandato. Por exemplo, no seu discurso na cerimônia de posse, depois da reeleição em 1998, Cardoso pronunciou-se claramente contra o unilateralismo e contra o uso da força nas relações internacionais. No ano seguinte a política internacional do Brasil entrou novamente nos eixos da concepção do desenvolvimento geral. Lampreia apontou a década de 90 como período em que a comunidade internacional não conseguiu pôr os seus recursos à disposição do progresso de todos. Parafrazeando a divisa da Revolução Francesa, o ministro manifestou o receio de que o avanço da liberdade no mundo se realizasse em detrimento da igualdade e da fraternidade. Ele acusou os países evoluídos da retórica liberal que encobre

a política protecionista, — uma discriminação intolerável e inadmissível, — pois ela afetava precisamente os países que necessitavam mais do que outros do acesso aos mercados.

No seu primeiro discurso, pronunciado em 2003 na Assembléia Geral da ONU, o presidente Lula da Silva voltou à retórica do seu antecessor ressaltando a importância do desenvolvimento geral e apontou os rumos básicos da política externa do Brasil nos dois mandatos da sua gestão, confiando a sua realização a Celso Amorim, que foi nomeado novamente ministro para assuntos das relações exteriores do Brasil. O presidente confirmou que a liberalização do comércio não devia criar barreiras para uma política industrial, tecnológica e social autônoma, nem para a política na esfera de ecologia. Na sua opinião, o comércio devia ser um meio de desenvolvimento geral e de combate à pobreza e não um objetivo final em si. Ao abordar a questão da reforma da ONU, o presidente propôs ressuscitar o papel original do Conselho Econômico e Social da ONU e insistiu na candidatura do Brasil para membro permanente do Conselho de Segurança da ONU na qualidade de representante dos países emergentes. Mais do que isso: o país posicionou-se no mundo na qualidade de um ator de âmbito global, que além da parceria regional procuraria estabelecer a colaboração alternativa com a Rússia, China, Índia, África do Sul e com os países árabes.

Em 2008, o presidente Lula da Silva confirmou, em vista da crise econômica mundial, a fidelidade ao desenvolvimento geral, qualificando de “escandalosos” os subsídios de alguns países ricos a certos setores da sua economia. Nesta mesma ocasião manifestou a esperança de que o turno de conversações em Doha ( conversações da Organização Mundial de Comércio sobre a ulterior liberalização do comércio. — *Nota do tradutor.*) exerçam influência benéfica sobre a produção de alimentos, ajudando os governos a combater a fome. A orientação pelo desenvolvimento geral foi acompanhada pela explicação da nova situação geopolítica — a renúncia a alianças cômodas com os centros tradicionais de força era avaliada como uma posição pró-ativa e antecipada dos países emergentes que pretendiam colaborar sem a mediação das grandes potências. Pode-se mencionar como exemplos desta colaboração o Foro de diálogo trilateral “Índia — Brasil — África do Sul”, o Grupo G 20” e o grupo BRIC. Depois de ressaltar a atitude “não confrontante” para com os “antigos” centros de força, ele manifestou a aspiração clara dos seus países de contribuir para o estabelecimento de um mundo multipolar mais justo. A julgar por tudo, a eleição em 2010 de Dilma Rousseff presidente do Brasil e a nomeação de Antonio Patriota para o cargo do ministro das relações exteriores não alteraram o papel social do

Brasil no palco internacional geral na qualidade de partidária da concepção do desenvolvimento geral.

## COLABORAÇÃO DA RÚSSIA E DO BRASIL À LUZ DAS SUAS IDENTIDADES

Verifica-se uma certa afinidade na reconsideração pela Rússia e pelo Brasil das suas identidades: ambos os países renunciaram ao apego à ordem internacional baseada no consenso liberal e ao reconhecimento do mundo unipolar, com a liderança depois da guerra fria por parte dos EUA. A Rússia começou por fundamentar a multipolaridade do mundo, enquanto que o Brasil se apoiava na concepção do desenvolvimento geral. É de se notar, que enquanto a Rússia e o Brasil se atinham à identidade liberal, a sua colaboração era insignificante. Na medida em que variava a sua identidade, a sua colaboração também se desenvolvia, embora este processo fosse um tanto desordenado, pois as fases de mudanças nos dois países não coincidiam. E, finalmente, quando o Brasil e a Rússia começaram a desempenhar um papel novo, adotando novas identidades, — o primeiro na qualidade de portador da concepção do desenvolvimento geral e a segunda lutando pelo seu reconhecimento na qualidade de uma grande potência e como portadora da concepção do mundo multipolar, — as suas relações atingiram o pique.

A influência da troca de identidades sobre as relações bilaterais é evidente. Na opinião do professor A. Jebit, deão da faculdade de relações internacionais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, doutor em ciências políticas, em princípios da década de 90 do século passado a Rússia tinha se afastado da América Latina pois temia lançar um desafio aos EUA na esfera tradicional dos seus interesses. O autor ressalta que o comércio externo da Rússia com os países desta região praticamente cessou. Uma prova disso foram as relações da Rússia com o seu parceiro tradicional, Cuba, que ficou sozinha neste mundo em plena mudança<sup>9</sup>. É evidente que no quadro desta política em relação à América Latina as relações com o Brasil foram reduzidas ao mínimo. Quanto ao Brasil, Collor de Mello saudou no seu discurso, pronunciado na Assembléia Geral da ONU em 1991, os países bálticos como exemplo da "liberdade, conquistada à tirania". Desta maneira a diplomacia brasileira demonstrava a sua desconsideração para com a Rússia, para a qual uma das questões básicas da sua política externa daquele período era a discriminação da minoria russa na Letônia e na Estónia.

Uma viragem na atitude do Brasil para com a Rússia tornou-se patente em 1993 quando o então ministro das relações exteriores Celso Amorim apontou no seu discurso na Assembléia Geral da ONU na qualidade de um dos temas



primordiais a solidariedade com os esforços da Rússia no processo difícil de democratização. Em outubro de 1994 deu-se a primeira visita do ministro das relações exteriores do Brasil à Rússia, no decurso da qual foi assinada uma série de acordos (da utilização pacífica da energia atômica, da proteção do meio-ambiente, do combate ao tráfico de drogas, das consultas entre os ministérios do exterior, o projeto do tratado de parceria — Ministério das Relações Exteriores, 1994). Durante a sua estadia em Moscou Amorim apontou o consentimento mútuo a respeito da necessidade de reforçar o papel das Nações Unidas na solução de problemas globais, bem como a respeito da democratização do processo de tomada de decisões nesta e em outras organizações multilaterais. A aproximação das posições dos dois países coincide com o início da revisão pela Rússia da sua política externa (1994 — 1995) e com o primeiro período do curso de desenvolvimento geral na política externa do Brasil da década de 90 (1993 — 1994).

Mas quando a Rússia deu início à sua "busca de multivariabilidade", o Brasil deixou de lado a tônica de desenvolvimento geral pondo em relevo as vantagens da nova ordem liberal global, no quadro da qual a confrontação Norte — Sul perde o sentido. Foi precisamente neste contexto que Evgueni Primakov fez visita ao Brasil em novembro de 1997 a fim de assinar mais alguns acordos bilaterais (dos princípios de interação no século XXI, da criação da Comissão de Colaboração de Alto Nível, da Colaboração na Esfera da Cultura e da Ciência, da Colaboração Técnico — Científica, da Colaboração no Espaço Cósmico — (Ministério das Relações Exteriores, 1997). Convém ressaltar entre os resultados da visita a criação da Comissão de Colaboração de Alto Nível, o que comprovava o interesse profundo da Rússia na consolidação de relações com o Brasil. No entanto, o discurso de Lampreia na cerimônia de assinatura dos documentos evidenciava uma certa passividade da parte brasileira, pois, como ele tinha afirmado, a visita de Evgueni Primakov ao Brasil era considerada lá como "parte de um grande projeto da diplomacia russa"<sup>10</sup>.

Passaram-se quase três anos até que a Comissão de Colaboração de Alto Nível, chefiada pelo vice-presidente do Brasil e primeiro ministro da Rússia, — começou a trabalhar. A primeira reunião deu-se apenas em junho do ano 2000 (a Rússia atravessava então um período difícil e o Brasil não revelava interesse em estabelecer contatos ao nível presidencial e ministerial, embora as reuniões do Comitê Político e da Comissão Intergovernamental — subdivisões da Comissão de Colaboração de Alto Nível, — fossem realizadas). Nesta reunião de junho foram assinados vários documentos jurídicos. A decisão do Brasil de ativar o trabalho da Comissão de Colaboração de Alto

Nível coincidiu com viragem rumo ao desenvolvimento geral, o que era característico para o segundo mandato de gestão do presidente Cardoso. O vice-presidente do Brasil Marco Maciel declarou em Moscou que se devia adotar o enfoque crítico em relação à globalização e dependência mútua: o Brasil e a Rússia estão interessados em atuar em conjunto a fim de exercer influência sobre a tomada de decisões nos foros internacionais, dedicados a temas políticos e tecnológicos.<sup>11</sup>

Em dezembro de 2001 Marco Maciel recebeu no Brasil o primeiro ministro da Rússia Mikhail Kassianov na segunda reunião da Comissão de Colaboração de Alto Nível, — nesta ocasião foram assinados vários acordos de caráter econômico, — e um mês depois o presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso visitou, pela primeira vez na história das relações bilaterais, a Rússia. Depois da assinatura do Acordo sobre a Extradicação de Criminosos e do Programa do Intercâmbio nas Esferas de Cultura, Educação e Esporte, o presidente do Brasil declarou que os dois países estão a favor de um mundo multipolar. As posições comuns foram consagradas na Declaração Conjunta, em que a Rússia manifestou a aspiração de estabelecer a parceria estratégica de longo prazo com o Brasil e apoiou a incorporação do Brasil na lista de membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU.<sup>12</sup>

As relações bilaterais entre a Rússia e o Brasil começaram a desenvolver-se ativamente no período de 2003 a 2010, quando o Brasil optou pela identidade do país que tinha tomado o rumo de desenvolvimento geral e a Rússia passou a criticar cada vez mais o unilateralismo dos EUA. Até fevereiro de 2003 Celso Amorim realizou uma série de consultas com o ministro das relações exteriores da Rússia. Em abril o diplomata brasileiro visitou novamente Moscou, acompanhado pelos seus colegas do Peru e de Costa Rica que constituíam o "trio" do "Grupo Rio" (mecanismo permanente de consultas políticas a fim de concatenar posições latino-americanas únicas no tocante aos problemas — chaves de âmbito regional e internacional. — *Nota do tradutor*) a fim de encontrar-se novamente com o ministro das relações exteriores da Rússia Ivanov. A aproximação do "Grupo do Rio" da Rússia, através da mediação do Brasil, virou a encarnação de um dos itens da parceria estratégica dos dois países, ou seja: contribuir para a participação do país — parceiro das organizações regionais, de que faz parte o outro país — parceiro. Em 2004 realizou-se a terceira reunião da Comissão de Colaboração de Alto Nível e em novembro do mesmo ano Vladimir Putin tornou-se o primeiro presidente da Rússia a visitar o Brasil. Durante o encontro com Lula da Silva os dois presidentes assinaram mais alguns acordos de colaboração bilateral e em outubro de 2005 Lula visitou a Rússia

e assinou com o presidente Vladimir Putin mais três acordos sobre o espaço cósmico. Em 2006 a colaboração na esfera de exploração do cosmos surtiu o primeiro resultado: o primeiro brasileiro fez um vôo cósmico. Na quarta reunião da Comissão de Colaboração de Alto Nível, realizada em abril, foi assinado um pacote de documentos (na esfera de metrologia e padronização, e entre o Conselho de Segurança Econômica junto do Ministério da Justiça do Brasil e o Serviço Antimonopólio Federal da Rússia). Em dezembro do mesmo ano o ministro das relações exteriores da Rússia Serguei Lavrov discutiu no Brasil com Celso Amorim a possibilidade de colaboração dos países — membros do grupo BRIC, isto é, a iniciativa da Rússia apresentada na Assembléia Geral da ONU em setembro de 2006.

A partir de 2007 as ordens do dia dos dois países praticamente coincidem com a participação crescente dos dois países na atividade do grupo BRIC. Em setembro os ministros das relações exteriores do Brasil, Rússia, Índia e China encontraram-se na sede da missão do Brasil junto da ONU. Em março de 2008 no Rio de Janeiro deu-se o encontro dos vice-ministros das relações exteriores dos Estados — integrantes do grupo BRIC, encarregado de preparar o encontro dos ministros das relações exteriores deste grupo que devia ser realizado em maio, na cidade de Ecatérinburgo. No comunicado do encontro foram registradas as teses semelhantes às que constavam nos comunicados conjuntos do Brasil e da Rússia. Em novembro do mesmo ano o presidente Dmitri Medvedev visitou pela primeira vez o Brasil. No Rio de Janeiro ele e o presidente Lula da Silva assinaram o Acordo de Cooperação Técnico-Militar e estabeleceram o regime de supressão de vistos para os turistas, cujo prazo de estadia não ultrapassava 90 dias por ano. Na sua declaração para a imprensa o presidente Lula fez lembrar que o Brasil e a Rússia estavam a favor da ordem mundial justa e multipolar, apontando na ocasião que os dois países, ao par da China e da Índia, deviam aproveitar os ensejos que a crise econômica mundial tinha aberto para o desenvolvimento dos seus países<sup>13</sup>.

Em junho de 2009 o presidente Lula veio novamente à Rússia, — desta vez a fim de assistir à primeira cúpula dos países do grupo BRIC em Ecatérinburgo. Além da declaração conjunta, que confirmava as teses do documento, assinado pelos ministros das relações exteriores em maio de 2008, os chefes de Estado do grupo BRIC lançaram uma declaração conjunta separada a respeito da segurança alimentar, que colocou os países deste grupo no quadro do diálogo "Sul — Sul". A segunda cúpula dos países do grupo BRIC deu-se em abril de 2010, no Brasil. O plano de parceria estratégica e o Plano de consultas entre os ministérios das relações exteriores

são bastante detalhados, chegando a incluir as questões de colaboração militar entre os dois países. Convém assinalar, sem dúvida, o realce, feito na unidade de ação dos dois países na promoção de reformas das estruturas globais de gestão.

É evidente que o crescimento da influência dos países do grupo BRIC depois da crise econômica mundial de 2008, assim como os problemas de saúde do vice-presidente do Brasil exerceram influência sobre o trabalho da Comissão de Colaboração de Alto Nível. Em maio de 2011, isto é cinco anos depois da quarta reunião, o novo vice-presidente do Brasil Michel Temer encontrou-se com o primeiro ministro Vladimir Putin a fim de restabelecer a atividade da Comissão de Colaboração de Alto Nível. No comunicado foi assinalado que a colaboração dos dois países atingiu um nível novo, mais alto, dada a especificidade das esferas de colaboração e proximidade das posições no tocante a questões litigiosas.

Eis alguns dos temas mencionados no documento: a aspiração de aprofundar a cooperação na esfera militar, uma posição clara no tocante à exigência de acabar com o "derramamento de sangue" na Líbia, a disposição de desenvolver o foguete — portador brasileiro SLV-1 e de participar do desenvolvimento do sistema GLONASS, o desenvolvimento de projetos concretos de prospecção de reservas de urânio, etc. O tempo vai mostrar se a disposição de efetuar a ampla colaboração comprova a formação de uma nova identidade, — comum para os dois países.

## NOVAS IDENTIDADES NA TEORIA E NA PRÁTICA

Fizemos uma tentativa de demonstrar a existência da ligação evidente entre a troca das identidades do Brasil e da Rússia depois da guerra fria e a aproximação dos seus interesses, o que se manifestou na ativação da cooperação entre os dois países durante a primeira década do século XXI. Com efeito, o atual período de relações caracteriza-se, em comparação com o anterior, por uma "hiperintensidade" das relações bilaterais e pela transfusão do bilateralismo em diversos formatos multilaterais, incluindo a criação de novas associações na esfera internacional, ao molde de BRICS, o que vem a reforçar, por sua vez, ainda mais a hiperintensidade. Ao ponderar o futuro das relações bilaterais num contexto novo é preciso voltar novamente aos postulados teóricos.

Não entrelaçamos as considerações teóricas no capítulo, dedicado a relações bilaterais entre o Brasil e a Rússia, embora nos apoiássemos implicitamente no construtivismo crítico de Muppidi. Segundo já assinalamos, uma das vantagens deste enfoque metodológico consiste

na sua capacidade de tornar flexível a interligação das identidades e dos interesses e a compreensão da ligação entre as pretensões sociais e diversas imagináveis sociais permite transferir esta alternativa teórica para um plano prático. Não foi por acaso que dedicamos atenção aos discursos dos dirigentes do Brasil e da Rússia na ONU: ao expor a sua avaliação da situação internacional a partir da tribuna da ONU, eles apresentaram desta maneira o seu imaginável social naquele momento. O imaginável tem como base a experiência concreta e se encontra no estado de tensão permanente com a auto-avaliação do Estado e com a avaliação por ele do seu lugar no mundo ou do lugar que deveria ocupar nele. O vetor da tensão são pretensões sociais. Com efeito, ao apresentar a ordem internacional como polar (o caso da Rússia) ou como um choque ao longo da linha Norte — Sul (o caso do Brasil), os dois países determinaram as suas identidades respectivamente ora na qualidade de "liberais", que admitem a "unipolaridade" e a ausência de colisões, como o fizeram a Rússia e o Brasil na década de 90, ora, como uma grande potência no mundo multipolar (a Rússia, anos 2000) e como um país emergente no mundo marcado pela assimetria Norte — Sul (o Brasil).

Mais: o rumo de mudanças das pretensões sociais neste período vem a comprovar que a experiência concreta de país indica algo maior, do que permite o postulado que encara os Estados na qualidade de "atores" solitários. A troca de pretensões sociais é suscetível da influência de vários fatores, mas de um modo geral se manifesta em forma de discussões políticas a respeito da descrição normativa do mundo. Neste contexto as identidades e os interesses reforçam e formam uns a outros na mesma medida em que os atores estatais e não estatais formam a realidade.

Daí vem que o Brasil e a Rússia devem a hiperintensidade das suas relações bilaterais também a novas identidades, adquiridas nos últimos anos, assim como a transformações do imaginável social, que as suas pretensões sociais tinham introduzido na ordem internacional. À luz disso torna-se compreensível que no mundo existe o espaço para a formação de um fenômeno, tipo BRICS. Embora se considere que as condições da existência do BRICS sejam fatores materiais, ou seja, a crise econômica de 2008 e o incremento econômico da China e da Índia, somos da opinião de que os atores que fizeram os maiores esforços para consolidar este bloco, foram o Brasil e a Rússia. Uma outra pesquisa vai revelar em que medida este espaço seria ocupado se as relações bilaterais entre o Brasil e a Rússia não fossem tão intensas na época dos "anos zero" ou a medida em que a sua intensidade seja resultado da transformação da ordem internacional em face de outras pretensões sociais.

1. *Keohane R.O.* International Institutions: Two Approaches // *International Studies Quarterly*. V. 32. №4. 1988. P. 379-396.
2. *Waltz K.* *Theory of International Politics*. Illinois: Waveland Press, 2010.
3. *Wendt A.* The Agent-Structure Problem in International Relations Theory // *International Organization*. V. 41. №3, 1987. P. 335-370.
4. *Kubalkova V.* Soviet «New Thinking» and the End of the Cold War: Five Explanations // *Foreign policy in a constructed world*. New York. 2001. P. 99-145.
5. *Wendt A.* *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press. 1999.
6. *Wendt A.* Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power Politics // *International Organization*. V. 46. №2. 1992. P. 391-425.
7. *Campbell D.* *Writing security: United States foreign policy and the politics of identity*. 2nd Ed. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.
8. *Muppidi H.* *The politics of the global*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2004. P. 25.
9. *Zhebit A.* «Um olhar sobre a cooperação inter-regional: América Latina — Estados pós-soviéticos» // *Análise de Conjuntura OPISA*, Rio de Janeiro. №10. 2006. P. 18, 31.
10. Ministério das Relações Exteriores. Cerimônia de Assinatura de Atos com a Federação da Rússia. *Resenha de Política Exterior do Brasil*. V. 24. №81. 1997. P. 61-64, jun-dez. P. 61.
11. Ministério das Relações Exteriores. Jantar Oferecido em Homenagem ao Vice-Presidente Marco Maciel pelo Primeiro-Ministro da Federação da Rússia. *Resenha de Política Exterior do Brasil*. V. 27. №86. 2000. P. 169.
12. Ministério das Relações Exteriores. Declaração Conjunta Brasil-Rússia. *Notas à Imprensa*, n. 21, 14 de janeiro de 2002. // URL: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2002/01/14/declaracao-conjunta-brasil-russia> (последнее обращение 5 июня 2011 г.).
13. Ministério das Relações Exteriores. Cerimônia de Assinatura de Atos com o Presidente da Federação Russa, Dmitri Medvedev. *Resenha de Política Exterior do Brasil*. V. 29. №103. 2008. P. 127-129.





Sergei NARICHKIN

*Presidente da Duma  
Estatal*

## RÚSSIA E A APCE: AS NOSSAS PERSPECTIVAS

A 2 de Outubro do corrente ano, durante a sessão do Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (APCE) foi tomada uma resolução de monitorização em relação à Rússia. Toda a nossa delegação votou “contra” porque muitas das posições nela incluídas são para nós simplesmente inaceitáveis.

O facto da resolução ser aprovada numa versão tão dura e incorrecta tornou-se evidente na véspera da abertura da sessão. E eu decidi cancelar a minha deslocação a Estrasburgo. Tendo enquanto pano de fundo um documento de natureza tão provocadora, eu simplesmente não seria ouvido pelos parlamentares europeus. E eu não planeava falar sobre essa resolução, nem sobre as divergências, mas sobre prioridades estratégicas, bem como caminhos para ultrapassar realmente ameaças comuns. Pois isso é o que mais importa, é em nome disso que se uniram os nossos países e povos, tornando tão importantes fóruns como a APCE.

Foi no Conselho da Europa que se delineou o entendimento de que a Grande Europa unida —

Europa da prosperidade e do progresso — só poderá ser construída com base no que une as pessoas e não naquilo que as separa. E se nós ouvirmos e percebermos mais profundamente os argumentos uns dos outros, essa tarefa torna-se perfeitamente fazível. Porém, a formulação da agenda solidária europeia para o desenvolvimento no séc XXI continua a ser um problema.

Nos mapas geográficos, actualmente, já não existem as linhas da oposição "fria". Porém, na cabeça de alguns políticos, elas esvaem-se com bastante dificuldade. Sim, eu não sou o primeiro a continuar a falar sobre esse assunto. Porque a lógica da confrontação não desaparece, inclusivamente da organização de Estrasburgo. O motivo principal é a prevenção ideológica, que já se entranhou nos hábitos e a atitude igual nas palavras, mas não na forma como se interage, para com os parceiros que procuram nessa organização um espaço para o diálogo.

É evidente que isso nos impede seguir em frente. E é daqui que nasce a falta de autoridade da organização de Estrasburgo dentro do sistema de instituições europeias. Entretanto, é graças ao Conselho da Europa que são criados documentos jurídicos que permitem falar de um quadro legal uno para todos os 47 Estados-membros. E antes de recorrermos às perspectivas oferecidas por outras organizações e uniões regionais, as questões europeias deveriam tentar resolver-se, inicialmente, sob a égide do Conselho da Europa.

Porque é tão importante falarmos hoje sobre este assunto? Porque o avanço para a resolução de novos e sérios problemas está a ser travada pela antiga "bagagem" ideológica. Baseando-se nas suas qualidades únicas (mais de 200 convenções e outros actos jurídicos da esfera do Direito Internacional, incluindo aqueles que se dirigem à solução dos problemas mais actuais), o Conselho da Europa pode e deve concentrar os seus esforços na solução do principal desafio: a construção de uma Europa una sem linhas divisórias. A representação russa no Comité de Ministros do Conselho da Europa passou há alguns anos segundo este mote "Por uma Europa una sem linhas divisórias".

Nos últimos anos, a APCE discutiu de forma aberta e honesta o comércio de órgãos humanos no Kosovo, as ditas "cadeias secretas da CIA", a morte de dezenas de pessoas no Mar Mediterrâneo na sequência da operação da NATO na Líbia e um conjunto de outros temas. E a Rússia propôs, no quadro do Conselho da Europa, assumir toda a responsabilidade e dar uma resposta atempada ao extremismo, ao nacionalismo e ao neonazismo, à intolerância e à discriminação por motivos étnicos, religiosos, culturais e outras razões. Pois todos esses fenómenos são característicos de diversos países que se declaram verdadeiramente europeus e democráticos.

Além disso, actualmente devemos dedicar-nos de forma consequente a questões sensíveis como a defesa das crianças dos maus tratos, da exploração



sexual e da pornografia. Lutar contra a violação do direito de livre circulação, pelos direitos dos refugiados, migrantes e detidos.

Considerarei importante chamar a atenção da APCE para a defesa da memória histórica. Os europeus colocaram dezenas de milhões de vidas no altar da vitória da Segunda Guerra Mundial. E nós não temos o direito de olharmos impavidamente para as tentativas de condenar ao esquecimento as decisões dos processos de Nuremberga que integram a Carta das Nações Unidas. A Rússia, o país que sofreu as maiores perdas humanas, continuará e no futuro a defender essas posições na UNO, na organização de Estrasburgo, noutros foruns internacionais.

Estou convencido de que a APCE tem a possibilidade de falar de forma aberta e substantiva acerca das lições do passado, mas também sobre o futuro da Europa. E ele está hoje ligado de forma umbilical com o destino da democracia.

No que concerne à crise financeira mundial (a par das difíceis consequências económicas), muitos países europeus já se depararam com problemas de perda de confiança por parte da população face aos esquemas de funcionamento tradicionais dos sistemas democráticos. Por vezes, até se questiona a própria legitimidade das instituições do poder.

Os protestos ligados à austeridade económica forçada em período de crise financeira e a prontidão das forças mais radicais no sentido do confronto nas ruas é explorada por diversas forças populistas. Elas propõem "soluções simples", não raras vezes misturadas com a xenofobia e o extremismo, provocando novos protestos de rua. Neste quadro, o crescimento da popularidade das redes sociais permite criar, de forma rápida, movimentos de protesto de massas e promover novos líderes. Eles, normalmente, não têm experiência de políticas públicas, mas isso não os impede de apelar à "vontade do povo".

Podemos dizer que, actualmente, graças à Internet, desenvolve-se já não um "outro mundo" virtual, mas absolutamente real, onde existem os seus próprios órgãos de comunicação social, espaços para debates, sérias possibilidades de mobilização, que não olham a fronteiras entre Estados. Tudo isso desafia as tradições das sociedades democráticas, mas também as suas habituais bases contemporâneas.

Então o que se deve fazer nos casos em que se põe em causa a legitimidade do Governo e das suas decisões, a justiça dos tribunais, e claro sendo o objetivo dessas ações a desestabilização dos Estados? Quando não se fala sobre a responsabilidade e as obrigações e à sociedade, principalmente à nossa juventude, é inculcada a ideia do carácter absoluto da liberdade individual?

A discussão em organizações como a APCE demonstra que nós, europeus, mesmo em situações de crise, temos a capacidade de nos opor à sedução

das decisões populistas e não nos dispersarmos por "Estados-apartamento", condenados a enfrentar esse tipo de problemas sozinhos.

Na Europa está realmente a crescer o entendimento de que o Estado não é possível sem uma forte democracia. Porém, a realização dos valores democráticos e a concretização da justiça social necessitam eles próprios da estabilidade dos Estados.

Para isso considero que é essencial que, de forma sequencial e em conjunto, restabelecamos a confiança mútua, fomentemos o respeito pelo Direito e reforçemos os seus valores. E na modernização do quadro legal nacional ter em conta as novas realidades, estudá-las de forma mais profunda e evitar o caminho de apenas expandirmos as fronteiras do proibido.

Sim, essas tarefas são bastante difíceis. Mas as questões mais difíceis têm que ser discutidas de forma aberta e honesta, para que juntos encontremos as melhores soluções.

Hoje, cada vez mais ouvimos conversa acerca da dita "crise da democracia representativa". Na minha opinião, não se trata de todo de uma "crise", mas apenas de uma passagem objetiva para a próxima etapa do parlamentarismo. Temos que trabalhar calmamente com isso, tanto na política interna dos Estados, como na procura de novas formas de cooperação interparlamentar. Considero o último ponto bastante actual, porque as novas ameaças, por norma, são globais.

As relações e as estruturas que levaram por fim à criação do Conselho da Europa e da sua Assembleia Parlamentar evoluíram de forma lenta e nada fácil, até que a própria APCE se tornou num modelo de formação de órgãos interparlamentares noutras organizações europeias e não só.

A última década do séc. XX ficou também marcada pela multiplicação de órgãos interparlamentares. Sobretudo através da sua entrada na estrutura de novas organizações interparlamentares. O espaço eurasiático (pós-soviético) também não foi exceção. Em 1992 foi estabelecida a Assembleia Interparlamentar da CEI e, em 1993, a Assembleia da Organização de Cooperação Económica do Mar Negro. E, ainda mais tarde, as Assembleias Interparlamentares EURASEC, CSTO e a Assembleia Parlamentar Bielorrússia e Rússia.

Actualmente, a cooperação parlamentar eurasiática está a passar por uma nova, eu diria determinante, etapa. Um dos exemplos é o trabalho desenvolvido, em conjunto, por representantes bielorrússos, cazaques e russos. Nós (na verdade pela primeira vez na história da Eurásia) começamos a discutir os possíveis contornos de medição parlamentar de integração no futuro

A atualidade desta tarefa é evidente: a criação de uma União Aduaneira e Espaço Económico Comum entre os três países. Está colocado também o

próximo objetivo ambicioso, nomeadamente a formação, em 2015, da União Económica Eurasiática, para a qual o quadro normativo será, sem dúvida, importante.

Aqui (tal como na história do parlamentarismo europeu) surgem questões face à escolha do melhor modelo. Como já aconteceu diversas vezes, as questões-chave passam por: a ordem de formação das delegações nacionais, o ritmo da progressão em direção a modelos supranacionais e, claro, a natureza das relações do futuro órgão parlamentar com a organização de integração intergovernamental.

Nós lembramo-nos que o parlamento internacional é uma das ideias político-jurídicas fulcrais da civilização europeia. Mas, repito, antes de ganhar os seus contornos atuais, essa ideia atravessou um longo caminho histórico. Estou convicto que no espaço da CEI ela também tem grandes perspectivas. Além do mais, os países da Comunidade estão ligados por um longo caminho comum, valores culturais semelhantes e ligações pessoais fortes.

Mas aqui não nos devemos esquecer que, atualmente, a atividade legisladora é uma das dominantes no futuro do desenvolvimento mundial. Trata-se de uma tendência para os próximos anos. E, antes de mais, para a Rússia e aqueles países que reconheceram a necessidade da modernização político-social.

Trata-se de um período histórico de alta responsabilidade, que deve ser utilizado com a máxima eficácia. E a primeira sessão (da Primavera) da Duma Estatal já foi denominada de sessão de modernização política. Vou relembrar alguns dos seus importantes resultados. Os partidos com representação parlamentar agora estão livres de recolher assinaturas pelos seus candidatos. De acordo com as novas regras, estão a ser criados, de forma ativa, novos partidos (já ascendem a quatro dezenas, e na fila do registo existem mais cerca de 200). Será de mencionar que, para estabelecermos um diálogo com eles, eu sugeri que fosse criado, junto da Duma Estatal, o Conselho de partidos sem representação parlamentar. Foi restabelecida a eleição direta dos líderes regionais russos.

Encontram-se em fila novas leis, que alteram a ordem de formação da Duma Estatal e do Conselho da Federação, introduzindo a eleição dos Presidentes de Câmara.

A Duma Estatal não só irá analisar com toda a atenção a forma como se desenvolvem novas campanhas eleitorais a todos os níveis, mas também levar a cabo uma monitorização mais ativa da aplicação das leis. Porque nós queremos, pelo menos, ter a certeza de que não são cometidos erros durante o ato de legislar.

Além disso, a Duma Estatal da Rússia tornou-se na primeira plataforma a nível nacional onde começou ativamente a ser implementado o modelo

do "Parlamento eletrônico". Esse trabalho une diferentes forças políticas. E, dentro em breve, espero que as tecnologias mais modernas ajudem os deputados e o grupo de jornalistas parlamentares a desenvolver o seu trabalho de forma mais eficiente. Mas, sobretudo, elas irão permitir aos nossos eleitores manter um contacto constante com os deputados que representam os seus interesses na Duma Estatal.

Cumpra referir que se trata apenas de exemplos soltos de inovações, testemunhos de alterações sérias no Parlamento russo, cujo vigésimo aniversário celebraremos em 2013.

Quero sublinhar que devemos lutar pela democracia. E, pela parlamentar, praticamente todos os dias. Como se diz, a democracia não morre devido à fraqueza das leis, mas devido à fraqueza dos próprios democratas. Espero que esse não seja o nosso caso.

Nós compreendemos que não existe nem pode haver uma unidade no alcançado ou *a priori* um nível de democracia padronizado num país ou numa união de países. Porém, pela imposição artificial da lógica da separação, a crescente politização dos problemas a que atualmente assistimos pode levar qualquer organização internacional a um beco sem saída.

A democracia, a supremacia da lei, os valores do Estado de direito são os postulados basilares da Constituição russa. Nós seguimo-los, tal como os outros países civilizados do mundo. E consideramos que estes temas fundamentais não podem ser utilizados enquanto armas na guerra da concorrência, nem como forma de distrair os europeus das ameaças reais. E convidamos todos os nossos parceiros a unirem esforços para a solução de problemas sistémicos reais.

Instamos porque o ganho na árdua luta da democracia representativa merece, sem dúvida alguma, ser a razão da consolidação dos nossos esforços. E depois disso pode começar uma etapa absolutamente nova da nossa cooperação estratégica.

Estou convencido de que a capacidade de ver objetivos verdadeiramente estratégicos poderá ajudar-nos a colocar as prioridades de forma mais correta e fazer-nos separar mais rapidamente o "trigo do joio". Juntos e em prol do bem comum fazemos crescer dessas sementes novos frutos do parlamentarismo moderno.





Vladimir TCHIJOV

*Representante  
permanente da Rússia  
junto da UE*

## PARCERIA ESTRATÉGICA RÚSSIA — UE: A CRISE EUROPEIA NÃO É MOTIVO PARA PAUSA

A formação de uma parceria mutuamente vantajosa, igual e em numerosos planos com a União Europeia foi e continuará a ser, num futuro visível, uma das prioridades da política externa da Rússia e uma garantia da manutenção de uma arquitetura firme da segurança europeia.

A União Europeia não é apenas o nosso maior parceiro comercial e económico, o principal mercado das exportações de combustíveis russos, a fonte fundamental de investimentos e de tecnologias. Nós estamos ligados inseparavelmente por milhões de invisíveis linhas da herança cultural greco-romana e cristã, da evolução histórica, das tradições, ideais comuns e pontos de orientação morais e éticos. A Rússia e a UE são importantíssimos centros internacionais de força, que dão um contributo significativo para a manutenção da segurança global e regional, que projetam paz, prosperidade e estabilidade nos areais adjacentes.

Claro que é evidente que, presentemente, a própria conceção de integração europeia não

conhece, eufemisticamente falando, os melhores dias. Pela primeira vez depois da Segunda Guerra Mundial, a Europa figura nos títulos dos jornais não como um oásis de estabilidade, mas no papel pouco comum de epicentro da turbulência financeira e económica global. Os prolongados problemas com as dívidas soberanas na zona euro são acompanhados de recessão económica, de queda da dinâmica de integração e da diminuição do "euro-otimismo" social, e, de algum tempo para cá, do aumento da popularidade de forças nacionalistas radicais numa série de países membros da UE. No plano mais geral, na "zona de risco" viu-se o modelo de "Estado europeu do bem-estar geral", formado depois da guerra. O sistema institucional da União Europeia, renovado no Tratado de Lisboa de 2009, enfrenta determinadas dificuldades, começando nele a dominar claramente as abordagens interestatais da integração. Não é surpreendente que muitos analistas no continente e, particularmente, fora das suas fronteiras, comecem a falar da marginalização e do declínio da Europa unida, que alegadamente não aguentou o choque da globalização e o crescimento económico dos países BRICS.

Ao mesmo tempo, considero exagerados os "boatos sobre o fim" da integração europeia, mesmo tendo como pano de fundo a perspectiva, atualmente muito discutida, da saída da Grécia da zona euro e do potencial "efeito de domino" da crise ao longo da periferia meridional da UE. Sujeito à pressão de forças centrípetas e centrífugas, o projeto europeu, historicamente, não se desenvolveu de forma linear, teve demoras inevitáveis e recuos sensíveis (recordemos, por exemplo, a "crise da cadeira vazia" de 1965 e o fracasso da Constituição da UE nos referendos na Holanda e França em 2005). Mais, como assinalam corretamente muitos analistas que se dedicam ao estudo da UE, foram precisamente as crises que, muitas vezes, despertaram a integração europeia, impulsionando os seus membros para o restabelecimento do ritmo de integração.

E hoje também as convulsões na zona europeia levam os europeus à compreensão de que, sem a centralização supranacional de elementos fulcrais de gestão económica, não conseguirão combater as ruturas e os desequilíbrios macroeconómicos cada vez maiores ao nível da capacidade de concorrência, que corroem as bases da união monetária. Daí as reformas iniciadas entre 2010 e 2012, entre as quais está não só a assinatura com grande ressonância do Tratado de Estabilidade, Coordenação e Governança (o chamado "pacto do orçamento"), mas também outras medidas menos conhecidas: o reforço do Pacto de Estabilidade e Crescimento de 1997, a criação de mecanismos de ajuda financeira, de controlo financeiro, de coordenação da política orçamental e económica, de prevenção e correção

dos desequilíbrios microeconómicos. Por outras palavras, os dirigentes dos países membros da UE, mesmo com dificuldades significativas e contradições internas, continuam a política de construção europeia.

Mais, arrisco-me a afirmar que a integração europeia já ultrapassou um ponto totalmente irreversível. Os europeus têm uma consciência muito clara das vantagens, oferecidas pela integração, do mercado interno único, do regime sem vistos de Schengen, da moeda única e da política comercial externa única. Compreendem que só com base num sujeito único da economia mundial poderão garantir a sua sobrevivência nas condições da globalização. É claro que não desejam regressar às realidades de Westfália, que balanceavam constantemente no limiar da guerra entre Estados europeus nacionais.

Por isso, considero que a Europa Unida irá conservar-se de uma ou de outra forma, mesmo que isso exija o reforço (não tem importância se no quadro da base jurídica da UE ou fora dele) dos mecanismos que trabalham a velocidades diferentes, que contribuirão para o "salto" do grupo de países mais desenvolvidos no plano económico e que estão prontos a acelerar os ritmos de integração dos países do "núcleo" europeu.

Não obstante todas as suas desgraças, a UE continua a ser a mais avançada união no planeta, base da estabilidade política no continente europeu, um dos momentos fulcrais do sistema policêntrico global das relações internacionais. A experiência dos países europeus, depois das sangrentas guerras do séc. XX, que edificaram, literalmente a partir "do zero", um projeto unificador supranacional, que visa garantir a "paz eterna" no continente, continua a ser um farol não só para toda uma série de outros países europeus, mas também para outras regiões do mundo que enveredaram por vias de integração.

A Rússia está interessada na conservação da União Europeia enquanto potente força económica e política. Isso foi claramente dito durante a 28ª Cimeira Rússia-UE, realizada em Bruxelas a 14-15 de Dezembro de 2011. O nosso país contribui, não com palavras, mas com atos, para que a UE saia da espiral da crise económica. Em 2011, os volumes das trocas bilaterais aumentaram cerca de um terço, até 307 mil milhões de euros, 41% das nossas reservas de divisas estão em euros. Com a entrada em funcionamento da primeira parte do oleoduto Norte da Europa, em Novembro de 2011, bem como a planeada construção do oleoduto "Corrente do Sul", a Europa ganha um sistema seguro de fornecimento de gás, que garantirá a sua segurança energética durante décadas. A Rússia, na qualidade de membro do Fundo Monetário Internacional, bem como no quadro do "Grupo dos Oito" e do "Grupo dos Vinte", participa ativamente na elaboração de soluções coletivas que visam estabilizar a situação financeira e económica nos países da zona euro.

Hoje, a Rússia e a UE estão unidos por uma enorme quantidade de canais de diálogo e de cooperação, que nos ligam fortemente e permitem discutir concretamente as mais diversas questões: da segurança nuclear até ao controlo fitossanitário. A cooperação que se formou em mais de 20 anos e o sistema de vários níveis de interação têm o seu corolário nas cimeiras da Rússia-UE, que se realizam duas vezes por ano (assinalo a propósito que a Rússia não tem iguais entre os países que gozam do estatuto de "parceiros estratégicos" da UE, pela frequência da realização de encontros de chefes de Estado e de governo) desempenham um papel fulcral no aprofundamento da nossa interação e no seu preenchimento com um conteúdo concreto.

A orientação para o nosso trabalho com vista à formação de relações iguais e mutuamente vantajosas de parceria estratégica é constituída pelos roteiros da Rússia-UE sobre espaços comuns, aprovados na cimeira Rússia-UE de 10 Maio de 2005 em Moscovo (económico; liberdades, segurança e justiça; segurança externa; ciência e educação, incluindo aspetos culturais).

Um forte impulso à posterior realização do potencial das relações Rússia-UE constituiu a proposta, feita por Vladimir Putin, Presidente da Federação da Rússia, no artigo "Rússia e o mundo em mudança", sobre a formação de um espaço humano e económico único do Atlântico ao Oceano Pacífico. Destaco apenas alguns dos temas mais atuais da nossa interação bilateral, cujo progresso, considero, trabalha no sentido da consecução do objetivo de criação da "União da Europa" entre a Rússia e a UE, colocado no artigo.

*O diálogo sem vistos* é um tema fulcral da interação da Rússia-UE, que afeta os destinos de milhões de cidadãos nossos e de cidadãos dos países da União Europeia. Talvez esta seja a linha importante que mais claramente pretende ao papel de "prova de fogo", que determina a sinceridade dos parceiros em construir uma parceria estratégica moderna.

Na cimeira da Rússia-UE, realizada em Bruxelas em Dezembro de 2011, foi dado início à realização dos "Passos Conjuntos", cujo cumprimento permite passar a um regime sem vistos nas viagens de curta duração de cidadãos da Rússia e da UE. No quadro da realização dos "passos", deve-se percorrer um longo caminho de acerto mútuo e aproximação da base normativa e da prática vigente das partes sobre todos os aspetos do documento, nomeadamente com vista a garantir a impermeabilidade de fronteiras para grupos de crime organizado, tráfico de pessoas e drogas.

Tendo em conta o volume significativo das tarefas técnicas e organizativas ligadas ao cumprimento dos "passos", é, por enquanto, difícil falar em prazos concretos da queda da barreira dos vistos na via do trânsito dos habitantes dos nossos países. Contudo, considero que os Jogos Olímpicos de Inverno



de 2014, em Sochi, são um ponto de orientação temporal natural para semelhante acontecimento decisivo.

A propósito, nos últimos tempos, tivemos de ouvir frequentemente queixas dos parceiros sobre a pressão imigrante crescente na União Europeia a partir do flanco meridional, que traz aumento da criminalidade e marginalidade social, riscos de atos terroristas e desordens nos países membros da UE. Tudo isso, alegadamente, impede a aprovação de uma solução inovadora para liquidar as barreiras dos vistos nas relações com a Rússia. Acho que semelhante ligação é artificial. Isto porque a Rússia também não existe no vácuo e conhece, na prática, os problemas migratórios. Além disso, é completamente errado o pressuposto, que se subentende em semelhantes declarações, de que a abolição dos vistos é um capricho da parte russa que em Bruxelas poderiam satisfazer em troca da nossa flexibilidade noutras questões. Isso não é nada assim. Não são apenas 2,5 milhões de russos que visitam, anualmente, o Espaço Schengen, mas também cerca de 1,5 milhões de cidadãos dessa zona que cruzam, anualmente, a fronteira russa. Por conseguinte, a decisão de abolir os vistos tem um caráter mutuamente vantajoso e reflete o interesse comum da Rússia e da UE no alargamento dos laços económicos, turísticos, culturais, científicos e académicos, que são uma condição obrigatória para a construção de uma parceria modernizada.

Partimos de um princípio consequente das nossas ações na via da abolição de vistos, que não está sujeito à conjuntura política. As conversações em torno do acordo sobre a suspensão de vistos, a nosso ver, devem começar imediatamente após a implementação dos "Passos Conjuntos". Qualquer outro cenário privaria de lógica o próprio sentido do documento acordado e aprovado pela direção da Rússia e da UE.

A Rússia está pronta para a livre circulação dos cidadãos dos nossos países. Esperamos que a UE revele, neste tema, uma atitude construtiva, que corresponda ao espírito da nossa parceria.

Paralelamente, trabalhamos na modernização do acordo sobre a simplificação da concessão de vistos de 2006. Avançamos para a liberalização dos processos de concessão de vistos existentes, nomeadamente para os portadores de passaportes de serviço, para o alargamento das categorias de "privilegiados", que têm direito a obter vistos de múltiplas entradas e não estão sujeitos ao pagamento dos vistos.

O acordo intergovernamental russo-polaco sobre a circulação nas regiões fronteiriças, que facilita as viagens dos habitantes da Região de Kalininegrado aos distritos adjacentes da Polónia e vice-versa.

Tudo isso são passos práticos que melhoram realmente a entrada na Europa a centenas de milhares de cidadãos nossos tendo como objetivo o

turismo, visitas a parentes, estudos e, num plano mais geral, contribuem para o reforço da "dimensão humana" de interação da Rússia-UE.

Nos últimos anos, a "Parceria para a Modernização", que começou na Cimeira Rússia-UE em Rostov no Don, em 2010, tornou-se um dos projetos conjuntos sistémicos e um importante catalisador nas nossas relações. Merece nota positiva, antes de tudo, a filosofia inovadora da parceria, baseada na busca de vias de adição dos potenciais da Rússia-UE nos interesses da garantia do desenvolvimento inovador dos nossos países. Ao conceder à parceria estratégica Rússia-UE uma sonoridade mais moderna, esta iniciativa contribuiu, em grande parte, para a consecução pelas partes de soluções de compromisso sobre a adesão da Rússia à OMC, de progresso na harmonização de padrões e regulamentos técnicos, de reforço da cooperação nas esferas da proteção do médio ambiente e da saúde. a preparação do "roteiro" sobre a cooperação energética entre a Rússia e a UE até 2050 encontra-se numa fase avançada, incentivaram-se os contactos com o objetivo de troca de experiência na esfera do desenvolvimento de uma economia que consuma menos hidrocarbonetos e poupe recursos. As relações bilaterais entre a Rússia e os países membros da UE, com 23 dos quais foram assinados os respetivos documentos foram também abarcadas pela interação modernizadora.

Continua a elaboração do *Novo Acordo Básico (NAB) entre a Rússia e a UE*, que é chamado a tornar-se um instrumento da nossa posterior aproximação.

Recordo que o Acordo de Parceria e Cooperação (APC), que foi assinado em 1994 e entrou em vigor em 1977, constitui a base jurídica das relações entre a Rússia e a UE. A certa altura, as partes compreenderam que o acordo que continua a cumprir as funções de base jurídica das relações deixou de corresponder, segundo uma série de parâmetros, às realidades em mudança. Trata-se, nomeadamente, dos prazos nele previstos de início de conversações sobre o acordo de comércio de materiais nucleares, bem como da arquitetura institucional da cooperação, prevista no acordo. Esferas como a ecologia, a política macroeconómica, a energia, a cooperação regional, etc. passaram a exigir uma elaboração mais séria. Por fim, deve ter também em conta o facto da adesão da Rússia à OMC. Resumindo, chegou a "era da renovação".

A primeira volta oficial das conversações realizou-se em Bruxelas, em Julho de 2008, depois de um mês antes, durante a Cimeira Rússia-UE em Khanta-Mansiisk, ter sido aprovada a Declaração Conjunta sobre o início de conversações para a consecução de um Novo Acordo. Porém, o processo de conversações foi interrompido duas vezes por razões que, no melhor dos casos, tem relação indireta com o objeto das conversações.

Não obstante, depois de um início difícil, o processo de conversações ganhou as rotações exigidas: até aos finais de 2010, as delegações (eu tenho a honra de dirigir a equipa russa nas conversações) conseguiram realizar 10 voltas completas.

Mas, depois, nas conversações surgiu uma pausa que mostrou ser técnica, ligada à transição para a fase final do processo de conversações paralelo sobre a adesão da Rússia à OMC.

Escusado será dizer que a maratona de 18 anos, que terminou em Dezembro de 2011 com a assinatura de um pacote de documentos sobre a adesão da Rússia à OMC, ficou marcada por uma série de compromissos, complexos, cuja realização não pôde deixar de ter custos para economia russa. Por isso, é difícil esperar da parte russa prontidão imediata para dar posteriores passos na via da liberalização do regime comercial e económico. Infelizmente, foi precisamente isso que os nossos parceiros da União Europeia introduziram no conceito "OMC +" em relação ao Novo Acordo Básico.

Nesta situação, claro que a nossa resposta a essas propostas desiludiu os parceiros. Isso paralisou as conversações no seu formato completo até que fique esclarecido, se assim me posso expressar, o posterior destino do bloco económico-comercial e de investimentos.

Claro que a Rússia, tal como a UE, está interessada em que os parágrafos do Novo Acordo permitam dar um passo em frente na cooperação mútua, em comparação com o Acordo de Parceria e Cooperação. Porém, não estamos prontos a renunciar ao equilíbrio de interesses. Não aceitamos atitudes que se baseiem nas tentativas de arrancar à Rússia mais cedências unilaterais.

É necessário também ter em conta o desenvolvimento dos processos de integração entre a Rússia, Bielorrússia e Cazaquistão: a criação da União Alfandegária (UA), o início da vigência do Espaço Económico Único (EEU) e da Comissão Económica Eurasiática (CEE). Trata-se, e não em último lugar, do cruzamento de competências nacionais e supranacionais, antes de tudo no campo do comércio de mercadorias, da política de concorrência, da política de aquisição por parte dos Estados, das exigências técnicas, bem como noutros sentidos que, hoje, já prerrogativa da CEE.

A solução com êxito dos problemas do bloco comercial e de investimentos é, sem dúvida, a principal condição da ativação das conversações que ambas as partes, creio eu, pretendem sinceramente realizar. Mas para isso são necessários esforços suplementares. No fim de contas, alguns aspetos das relações podem ser regularizados com acordos "setoriais". Considero que as dificuldades existentes são superáveis.

O mesmo pode ser aplicado à nova situação criada no nosso trabalho com o Novo Acordo Básico a propósito dos processos de integração eurasiática. Não pode haver contradições de princípio, porque tanto a atividade da CEE, como as possíveis responsabilidades da Rússia previstas no NAB, baseiam-se nos mesmos princípios, os princípios dos acordos da OMC. É apenas necessário encontrar com os parceiros uma forma de ter em conta novos processos no contexto do futuro acordo.

Paralelamente ao estabelecimento da identidade político-militar da UE nos anos 2000, reforçou-se a nossa ação na regularização de situações de crise e na estabilização de regiões de conflito, particularmente nas zonas de interesses comuns. A Rússia participou na Missão Policial da UE na Bósnia e Herzegovina (2003-2006), prestou um valioso apoio com helicópteros às operações da UE no Chade e na República Centro-Africana (2008-2009). Graças a ações bem coordenadas da Marinha de Guerra da Rússia e do grupo de navios da operação da UE "Atalanta" no Golfo de Aden em 2011, foi possível reduzir em quase duas vezes o número de ataques bem sucedidos de piratas somalis contra navios comerciais que navegavam nessa região. Trabalhamos juntamente com a UE na busca de soluções através de conversações para o problema nuclear iraniano, para a normalização da situação no Médio Oriente e Transdniestria, de outras crises e conflitos regionais.

Grupos de aviões do Ministério para Situações de Emergência da Rússia, em coordenação com estruturas semelhantes da UE, lutam contra incêndios nos países europeus. Desenvolve-se conseqüentemente a nossa cooperação na esfera técnico-militar.

Tencionámos continuar a estimular este trabalho, transmitindo aos nossos parceiros a ideia da imperatividade de o basear em formatos institucionais de cooperação sólidos e preventivos. Já há alguns avanços neste sentido. Desde 2010 que se reúne regularmente o grupo de trabalho Rússia-UE sobre questões militares. Em 2010 e 2011, a Rússia e a UE acordaram duas declarações conjuntas sobre a situação no Norte de África e no Médio Oriente. Porém, isso é claramente insuficiente quando avança para primeiro plano uma nova geração de desafios e ameaças transfronteiriços, um aumento, provocado pelos acontecimentos da "primavera árabe", dos riscos de desestabilização regional nas fronteiras meridionais da Europa, bem como um aumento geral dos conflitos nas relações internacionais.

São necessários mecanismos estruturais que permitam trocar informação, nomeadamente de carácter fechado, reagir operativamente às crises que surgem, tomar decisões conjuntas rápidas sobre a realização de esforços coordenados na esfera da regularização de crises, bem como realizar o

controle estratégico da sua realização. Não é preciso ir muito longe para encontrar exemplos: desde 1997 que o Conselho Rússia-NATO realiza um círculo análogo de funções.

Recordo que já foi feita uma tentativa de criar um mecanismo desse tipo. Na cimeira russo-alemã, realizada em Junho de 2010 em Mezebert, por iniciativa da parte alemã foi avançada a iniciativa conjunta de criação do Comité Rússia-UE para questões da política externa e segurança a nível ministerial. Porém, a realização dessa ideia foi ligada pela UE, penso que artificialmente, ao avanço na via da regularização do problema da Transdnístria e, depois, foi adiada pelos nossos parceiros até às "calendas gregas". Espero que na União Europeia prevaleça uma visão estratégica numa questão que está longe de ser conjuntural.

Além disso, estamos interessados na elaboração com a União Europeia de uma base normativa e jurídica estável para operações conjuntas ou coordenadas na esfera da solução de crises. Continuamos, com os nossos parceiros, um trabalho difícil e, reconheço, duro, que visa encontrar dominadores comuns nessa questão. Nesse contexto, tencionamos continuar insistentemente a seguir as fórmulas da declaração publicada depois do encontro ministerial da Rússia e da UE no Luxemburgo, a 29 de Abril de 2008, que prevêem a discussão do projeto do acordo "no espírito da parceria e cooperação em pé de igualdade".

Tendo em conta tudo o que foi dito, gostaria de sublinhar que as nossas relações não sofrem de falta de iniciativas estratégicas inovadoras, de que frequentemente nos acusam. Claro que, além dos interesses comuns e projetos que nos unem, que visam reforçar o tecido da nossa interação com a União Europeia, existem também entre nós muitas divergências. Não há nada de extraordinário disso. A Rússia e a UE não são apenas parceiros, mas também concorrentes.

Ao falar das "irritações" existentes nas nossas relações, tenho em vista, nomeadamente, a tendência preocupante de projetar mudanças na legislação da UE na interação com terceiros países, incluindo a Rússia. Por outras palavras, na sede da UE de Bruxelas, tenta-se por vezes interpretar as regras e normas aprovadas pelos 27 Estados membros como tendo mais força do que os compromissos internacionais dos próprios países membros, incluindo os acordos intergovernamentais assinados com terceiros países antes da entrada em vigência das normas comuns da União Europeia.

A manifestação mais gritante desta prática unilateral e não construtiva é a situação criada em torno do "Terceiro Pacote Energético", aprovado em 2009 pela UE, que prevê, entre outras coisas, a divisão material-jurídica das

companhias energéticas verticalmente integradas, que trabalham no mercado da UE, de diferentes modos: até à expropriação dos seus ativos. Isso provocou sérios problemas à atividade de companhias russas (e não só), por exemplo, na Lituânia, que, ao implementar o "Terceiro Pacote Energético", violou grosseiramente os seus deveres que advêm do acordo intergovernamental russo-lituano sobre o incentivo e defesa mútua dos investimentos.

O "Terceiro Pacote Energético" só pode ser considerado como uma abordagem unilateral da União Europeia para com os seus compromissos previstos no Acordo de Parceria e Cooperação de 1994, que dizem respeito à não deterioração das condições de interação económica. Ao criar riscos artificiais aos investimentos das companhias russas, os nossos parceiros, no fim de contas, deterioraram conscientemente a própria situação, muito frágil no plano energético. E fazem isso num momento muito impróprio para eles, quando tem lugar o "incêndio" da dívida soberana na zona europeia (no "combate" ao qual, repito, a Rússia participa da forma mais direta) e tendo como fundo perturbações políticas nas regiões ricas em petróleo e gás do Médio Oriente e do Norte de África.

A União Europeia age segundo um guião análogo ao tentar alargar o sistema europeu de comércio de quotas para o lançamento de gases com efeito de estufa aos voos de companhias de aviação de terceiros países, que realizam voos nos países membros da UE. A União Europeia, ao aprovar essa decisão, à revelia da Organização Internacional de Aviação Civil (OIA), opôs-se, de facto a todo o resto do mundo: Rússia, Estados Unidos, China, Índia, Brasil e outros países.

Acrescento que nós não nos inclinamos para a dramatização destes e de outros momentos problemáticos. Continuaremos a lutar por uma solução de parceiros, orientando-nos pelo espírito da cooperação e do respeito dos interesses mútuos.

As nossas posições divergem seriamente no que respeita ao emprego de sanções contra terceiros países. Infelizmente, os países membros da UE recorrem cada vez com maior frequência (principalmente quando se trata da violação dos direitos humanos) ao "chicote das sanções", tentando, com a sua ajuda, corrigir a política realizada por este ou aquele país. Consideramos que se trata de uma abordagem míope e, no fim de contas, sem saída. Como mostra a história, as tentativas de barricar-se dos países "problemáticos" com a ajuda de medidas repressivas, da rutura de relações diplomáticas e ultimatoss muito raramente conduzem ao resultado desejado. Nesta situação, a política de solução dos problemas através do diálogo e da participação é preferível ao ditado e coerção.

Algumas palavras sobre o tema dos direitos humanos nas nossas relações, Em geral, avaliamos de forma positiva o diálogo nesta esfera. Construimo-lo com base nas obrigações que vigoram nas relações entre a Rússia e os países membros da UE, aprovados pelos órgãos coletivos da ONU, Conselho da Europa e OSCE.

Ao mesmo tempo, temos muitas perguntas a fazer a Bruxelas. Antes de tudo, não pode deixar de provocar repugnância a abordagem seletiva, seguida pelos nossos parceiros, do cumprimento destas ou daquelas normas jurídicas globais, cuja prioridade eles parecem tentar definir de forma abusiva (e até impor a outros países). Por exemplo, não compreendemos porque é que a privação de direitos políticos e sociais aos "apátridas" dos países do Báltico é menos atual para Bruxelas do que o respeito dos direitos das minorias sexuais; que critérios levam os parceiros a prestar mais atenção à observação da liberdade de reunião na Rússia do que ao combate às manifestações, cada vez maiores, de neozanismo e nacionalismo agressivo, de racismo, xenofobia e revanchismo.

Consideramos contraproducentes as tentativas de falar connosco de maneira didática e sem apelo, colar rótulos, frequentemente sem sequer se preocuparem em analisar o problema. Isso não contribui para o diálogo mutuamente respeitoso e simplesmente nada tem a ver com a parceria.

Continuamos à espera que a União Europeia acabe por cumprir o previsto nos seus próprios documentos estatutários e adira ao principal instrumento jurídico do Conselho da Europa: a Convenção Europeia de Defesa dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais. O posterior adiamento não fica bem à União Europeia.

Recentemente, na Duma Estatal da Rússia realizaram-se audições sobre o tema dos direitos humanos na União Europeia. Esperamos que continue esta prática útil, a propósito, recebida positivamente na UE e que prova a maturidade do nosso diálogo.

Finalmente, os processos de formação da UA e do CEE Belorrússia-Cazaquistão-Rússia, que se realizam no espaço post-soviético, exigem de nós esforços duplos. Tendo em conta o papel de vanguarda da UE na organização dos processos de integração regionais, nós atuamos, se não segundo os "moldes" da União Europeia, no mínimo com base nas suas normas institucionais e jurídicas práticas nesta esfera.

Na ordem do dia da Rússia-UE torna-se prioritária a elaboração conjunta de mecanismos ótimos de cruzamento da integração eurasiática com a interação com a União Europeia numa base pan-europeia. A comunhão de objetivos que se colocam perante as nossas uniões: estabilidade política,

justiça social e prosperidade económica, faz da CEE e da UE parceiros naturais, tanto mais que a integração eurasiática tem um carácter aberto e inclusivo, cabendo completamente no quadro concetual do espaço económico europeu.

Claro que para isso será necessário continuar um trabalho afinado com os parceiros europeus, em cujas fileiras por enquanto existem noções estereotipadas sobre o espaço post-soviético como um campo de jogo com "resultado nulo" contra a Rússia. Chegou a hora de acabar com a colocação perante os países da CEI da falsa opção entre a cooperação mutuamente com a Rússia e a perspectiva (digamos que bastante incerta) de obtenção do "bilhete de sócio" da UE. A nossa "vizinhança comum" deve tornar-se um espaço de cooperação mutuamente vantajosa e igual sem linhas divisórias, no espírito do "roteiro" do espaço comum de segurança externa Rússia-UE.

Considero que a realização desta tarefa estratégica permitirá não só olhar de forma nova para a parceria estratégica da Rússia e da EU como dois pólos mundiais de integração sinérgicos e interdependentes., mas também aproximar a consecução do objetivo, colocado pelo Presidente da Rússia, V.V. Putin, de formação de "uma comunidade harmoniosa de economias de Lisboa a Vladivostoque", de um mercado continental comum com um valor de triliões de euros. É possível que esta via seja, no fim de contas, a receita mais real para superar a atual crise europeia, o vetor alternativo de integração europeia, amplamente discutido por muito peritos russos, que conduzirá ao fim lógico da união histórica da Grande Europa.

Para concluir, gostaria de mais uma vez manifestar otimismo tanto em relação ao projeto de integração europeia futuro, como em relação às perspectivas de interação produtiva Rússia-UE.

A crise europeia e os problemas existentes nas nossas relações não são motivo para uma pausa na construção de uma parceria Rússia-UE mutuamente vantajosa, igual e orientada, com base nos quatro espaços comuns. Pelo contrário, hoje, quando os europeus entram em mais uma fase de "meditação" sobre os destinos do projeto europeu, abre-se a possibilidade de olhar de forma mais ampla, estratégica, para o ordem do dia das nossas relações, de superar o que trava o nosso avanço e de concentrar-se em elevar a cooperação a níveis qualitativamente novos.





João Fábio  
BERTONHA

Doutor em História  
Social/Universidade  
Estadual de Campinas  
(UNICAMP)

# BRASIL E RÚSSIA: IGUALDADES, DIFERENÇAS, APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS ENTRE DOIS BRICS NO CENÁRIO INTERNACIONAL DO SÉCULO XXI

## INTRODUÇÃO

Falar dos BRICS e do seu papel na geopolítica do século XXI se tornou quase um lugar comum, com Brasil, Rússia, Índia e China (com a recente adição da África do Sul) se tornando as vedetes das relações internacionais nesse início de século. Esses países formam o bloco emergente nas decisões mundiais e isso já estaria se manifestando em organizações multilaterais várias, em reuniões como as de Brasília em 2010 e em outras iniciativas. Com certeza, a ascensão desse bloco (e de outros países médios, como a Indonésia, o México ou o Irã) representa uma transformação radical na economia e na distribuição de poder mundial nos anos a seguir. Iniciativas conjuntas de Moscou, Brasília, Nova Déli ou Pequim também têm tido repercussão, especialmente em fóruns como o G-20 e outros.

É questionável, contudo, se haveria alguma chance desse bloco criar uma política comum, especialmente em termos estratégicos, já que os interesses dos cinco países estão mais distantes do que próximos, salvo em questões específicas como a busca de maior espaço frente ao poder tradicional dos EUA e Europa. A sigla BRICS, na verdade, indica uma homogeneidade que não existe.

Pensando em termos comparativos, nota-se que os quatro, ou cinco, países se aproximam na busca de um mundo multipolar, no qual seus interesses possam ser mais bem representados. Também fica evidente que os cinco Estados estão buscando reforçar seu poder através da aquisição de algum tipo de hegemonia no seu entorno imediato, na melhor preparação militar e no maior protagonismo diplomático, enquanto acumulam os recursos geopolíticos para, talvez, ambições ainda maiores no futuro.

As diferenças entre os vários BRICS, contudo, talvez sejam mais importantes do que as semelhanças. Todos têm ambições de um protagonismo global, mas a única que pode se tornar uma nova superpotência, ao menos no longo prazo, é a China. Esta e a Rússia já estão no centro do poder mundial, ou seja, no Conselho de Segurança da ONU, enquanto Índia, África do Sul e Brasil podem apenas ambicionar a isso. Todos, além disso, usam os vários elementos do poder — militar, econômico, cultural, etc. — de forma diferenciada, ainda que com objetivos semelhantes. Por fim, os cinco países, apesar de cooperarem entre si, também tem diferenças e competem no campo comercial, na representação internacional e, no caso das relações Índia e China, até mesmo no campo militar (Zhebit, 2012).

O presente texto, contudo, foca em apenas dois dos quatro ou cinco BRICS: o Brasil e a Federação russa. Inicialmente, examinarei os casos russo e brasileiro e suas estratégias de inserção internacional atuais. Sendo impossível examinar todos os meandros e detalhes, focalizarei minha discussão na avaliação que cada Estado faz da sua segurança interna, do seu entorno geográfico imediato e do equilíbrio geopolítico internacional no século XXI (especialmente da sua relação com a potência hegemônica, os EUA) e nas estratégias e mecanismos priorizados por cada Estado (ou seja, suas políticas de defesa, de expansão comercial e econômica e de difusão cultural) para lidar com esse contexto.

Completada a análise dos casos individuais, farei um panorama comparativo, de modo a perceber as similaridades e as diferenças entre eles e, a partir daí, discutirei quais são as reais possibilidades de uma ação conjunta de Moscou e Brasília no cenário internacional. Os limites de espaço nos impedirão de avançar a discussão ao nível que seria desejado,

mas espera-se que o texto contribua para uma reflexão realista sobre aquilo que aproxima e distancia os projetos de Brasil e Rússia para o século XXI.

## O CASO RUSSO

Não é esse certamente o espaço para apresentar a longa história russa dentro do sistema internacional e nem a catástrofe geopolítica sofrida pelo país nos anos 1990, quando não apenas a sua sociedade empobreceu, como o seu Estado viu seu poder militar e sua influência internacional cair a níveis mínimos. Também não é o caso de descrever em detalhes a recuperação, ainda que limitada, do status internacional russo e do seu poder militar na década passada, o que já fiz em outros espaços (Bertonha, 2009). O foco há de ser o momento presente e as perspectivas russas para o futuro.

A Rússia do século XXI parece decidida a recuperar o máximo possível do seu espaço perdido, geopoliticamente falando. Para tanto, ela prioriza os elementos tradicionalmente agrupados no termo *hard power*, como a força militar, a intervenção direta na vizinhança quando se considera necessário e o poder econômico. Claro que a Federação Russa não é um gigante que utilize sua força sem critérios ou que ela seja um perigo à paz mundial. Igualmente, é evidente que a Rússia, quando possível, apela para o *soft power*, ou seja, para valores culturais compartilhados, laços comerciais de benefício mútuo e busca o consenso e a negociação. Não obstante, a Federação Russa pelas suas próprias tradições, parece valorizar a força econômica e militar como instrumento chave para a sua ação no mundo.

Através do exame das várias doutrinas militares produzidas pelo *establishment* militar russo do ano 2000 até hoje (De Hass, 2011; Kipp, 2011), é possível ter um *insight* razoavelmente preciso da visão atual de Moscou sobre os desafios estratégicos enfrentados pelo país e dos instrumentos pensados para dar conta deles. Efetivamente, a doutrina militar russa é mais densa e tem mais consistência política do que as doutrinas equivalentes dos Estados ocidentais. Assim, ela oferece, nas suas várias encarnações, um panorama razoável a respeito dos desafios e ameaças identificados e as estratégias do Estado para enfrentá-los.

Quando examinamos os vários documentos (2000, 2003, 2008 e, especialmente, a edição mais recente, de 2010 — Savelyev, 2011), é possível perceber a alteração no pensamento estratégico russo nessa última década. De um viés defensivo, a postura russa se tornou mais assertiva, tanto pela recuperação do *hard power* russo, como, especialmente, pelo enfraquecimento da aproximação com o Ocidente. Os russos, hoje, parecem

ver o mundo com olhos mais preocupados e dispostos a agir ativamente em defesa dos seus interesses.

A Rússia identifica vários problemas internos a serem enfrentados, como o terrorismo islâmico, o separatismo em várias províncias e, em especial, na Chechênia, e outros. Para isso, mantém um substancial aparato de segurança interna. No campo externo, seus maiores problemas parecem estar na relação com o Ocidente e no antigo território da URSS.

A expansão da OTAN para a Europa do Leste e o Cáucaso parece ser vista realmente, como um risco potencial (Giles, 2010), a ser enfrentado com todas as forças do Estado. Já a ingerência de outros países nos antigos Estados membros da URSS é identificada como um perigo para a hegemonia russa na área que Moscou identifica como de sua competência. Isso explica porque a Rússia, apesar de não estar em conflito direto com o Ocidente e, em particular, com os EUA, está claramente em disputa com esse nos mais variados campos (Blanck, 2009). Moscou, efetivamente, parece olhar, ao menos no momento atual, com mais preocupação para suas fronteiras ocidentais do que para as orientais, mesmo com uma China cada vez mais poderosa ao seu lado.

A doutrina de 2010 não menciona as enormes reformas pela qual as Forças Armadas da Federação Russa estão passando desde 2008 (De Haas, 2011). Tais reformas, contudo, indicam perfeitamente como os russos identificam o cenário atual e se propõem a enfrentá-lo. A capacidade militar que eles buscam não é dissuasória (pois a sobrevivência do Estado já está garantida através do aparato nuclear e da aberta disposição em utilizá-lo se necessário) e nem tem como prioridade a projeção de poder fora da Eurásia. Alguma capacidade nesse sentido está sendo preparada, especialmente em termos navais, mas a ênfase é realmente a recuperação da hegemonia estratégica no seu entorno.

Os russos também pensam na força da sua economia como forma de pressionar os países da região do seu entorno (como a Ucrânia ou o Cazaquistão) para o reforço dos laços com Moscou. A recuperação dos laços culturais perdidos e a difusão da língua russa também estão nos planos e nas iniciativas, especialmente no entorno próximo, mas parecem ser menos importantes do que os outros elementos acima mencionados.

Em resumo, mesmo levando-se em conta a decadência geopolítica sofrida pela Rússia nas últimas décadas, ela ainda está numa posição privilegiada na hierarquia do poder mundial e seus esforços para ampliar o seu espaço enfatizam mais o *hard power* do que o *soft power*, o que forma um contraste notável com o Brasil.

## O CASO BRASILEIRO

O Brasil sempre se caracterizou por uma algumas especificidades no tocante aos seus vizinhos hispano-americanos. Uma delas é que o simples fato de a América portuguesa ter permanecido unida enquanto a hispânica se desagregou deu, ao Estado brasileiro, um território e uma população imensos e sonhos de grandeza, de potência que um dia ascenderia ao primeiro plano em termos globais.

Por outro lado, apesar dessa ambição ou sonho, a imensa pobreza da sociedade brasileira e a fraqueza do Estado o levou a imensa moderação e até passividade no sistema internacional. Com a exceção de uma política de equilíbrio de poderes no Cone sul, especialmente no tocante à Argentina, no passado, o Brasil sempre pautou a sua inserção internacional numa política de associação a Estados maiores (como os Estados Unidos em boa parte do século XX) e numa defesa do multilateralismo, das leis e da negociação como forma de resolver conflitos. Uma política coerente com a de um Estado de poder médio, que marcou e marca a relação do Brasil com o mundo e que, apesar de mudanças recentes, ainda é parte integrante da cultura geopolítica brasileira.

Nos últimos anos, à medida que a sua situação econômica tem melhorado consideravelmente e que o país avança para uma melhor posição relativa no sistema internacional, a estratégia nacional brasileira sofreu alterações de monta, com uma inédita concentração de esforços na direção da integração da América do sul e um protagonismo inédito no cenário mundial.

Não obstante, os eixos da estratégia brasileira continuam, em síntese, os mesmos: garantir uma posição relativa melhor ao Brasil no mundo do século XXI através da unificação da América do sul ao seu redor, da crescente exclusão dos Estados Unidos desse espaço e do reforço do sistema legal e multilateral mundial, incluindo a criação de coalizões com outros Estados que também buscam a superação do mundo unipolar. Do mesmo modo, o país continua tentando atingir esses objetivos procurando evitar a confrontação ou o uso da força, mas através da negociação, da busca de legitimidade e do consenso e dos investimentos. Alguns consideram que o Brasil é a única das potências emergentes que está tentando criar uma posição de poder mundial com base quase exclusiva no *soft power*.

Esses instrumentos, claro, podem não conduzir aos resultados esperados. Como bem indicado no seminal estudo de Hal Brands (2010), esses objetivos e essa estratégia têm atingido resultados positivos, mas vários dilemas e problemas podem atrapalhar os planos de Brasília, como as resistências à liderança brasileira na América do sul, a pouca densidade de várias das

alianças formadas recentemente (como a do clube dos BRICS, o G-4 ou o G-20) e os riscos de tensão com os Estados Unidos.

De qualquer modo, é essa a primeira especificidade brasileira frente à Rússia, ou seja, a menor confiança na força militar ou mesmo no peso econômico para sustentar seus planos. O Brasil não tem, e não terá, por muitos anos ainda, a força econômica ou militar necessária para sustentar algum tipo de competição mais densa com os Estados Unidos ou outras potências e não acredita que a aquisição de tais elementos de poder seja algo necessário.

Uma segunda especificidade, e grande vantagem estratégica brasileira em relação aos outros BRICS (e à Rússia) é a estabilidade interna. Apesar das diferenças regionais, da imensa desigualdade social e de uma histórica subordinação dos afrodescendentes aos de origem europeia, o país não tem conflitos religiosos ou étnicos de monta e a questão indígena, que inflama, com ou sem razão, boa parte da América Latina, é menor.

O sentimento nacional, apesar das imensas diferenças internas, é absoluto, sem separatismos ou problemas similares. As instituições também são razoavelmente sólidas e a estabilidade econômica e política é um fato. Guerrilha e terrorismo também não existem, a não ser potencialmente, e mesmo o problema da criminalidade é contornável e visto como um problema essencialmente policial e não militar, salvo em momentos excepcionais.

Uma terceira especificidade brasileira é que o entorno brasileiro também é bastante tranquilo. Há sérios problemas de estabilidade interna no arco andino e na Venezuela e as fronteiras brasileiras são permeáveis (ainda que esforços na direção do seu controle aéreo e terrestre tenham sido feitos nos últimos anos) ao tráfico de drogas e armas e à criminalidade em geral. Mas não há nenhuma superpotência na vizinhança imediata, nenhum vizinho agressivo que ameace a soberania nacional ou mesmo que pudesse servir como contrapeso à hegemonia regional do país. Os candidatos do passado (como a Argentina) ou os potenciais do presente (como a Venezuela) já aceitaram, ainda que não sem mágoas, a nova situação.

Os enormes esforços brasileiros para constituir, pela negociação e através de instituições supranacionais (como a UNASUL, o Conselho de Segurança sul-americano e a nova *Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos*) um espaço próprio de influência regional também estabilizaram a área e o protagonismo brasileiro na área militar só reforçou isso (Bertonha, 2010 e 2011). Uma vizinhança "tranquila", com os limites que a palavra traz. Como indicado por Fishmann e Manwaring (2010, p. 2), o Brasil está bem situado no tempo e no espaço.

Refletindo essa nova realidade, a atual Estratégia de Defesa brasileira (com todos os seus limites e contradições — Bertonha, 2011), indica um Brasil mais preocupado com as suas fronteiras, com a estabilidade dos seus vizinhos e com os riscos à sua soberania por Estados mais poderosos. O país caminha, assim, na direção de maior autonomia e influência estratégica, incluindo a hegemonia militar regional, mas sem ênfase exagerada nesse ponto, preferindo tentar garanti-la via instituições supranacionais e pelo seu próprio peso econômico.

Tenho dúvidas (Bertonha, 2010) se a confiança brasileira na negociação não acaba por levar a uma quase passividade e acredito que, no futuro, alguma capacidade maior de projeção de poder será necessária. Também penso que a posição da diplomacia brasileira de, por princípio, negar o uso da força como instrumento de política externa tende a enfraquecer o *soft power* brasileiro e não o contrário. A tradição de privilegiar instrumentos menos agressivos na política internacional continua a ser, contudo, muito presente na diplomacia brasileira.

No tocante aos EUA, Luigi Einaudi (2011) produziu um interessante texto a respeito das relações brasileiro-americanas, indicando como tais relações sempre oscilaram entre momentos de extrema aproximação com outros de distanciamento, de admiração e inveja à mágoa e ressentimento. Para ele, no momento atual, quando Brasília tenta criar uma área de hegemonia própria na América do sul e amplia a sua atuação internacional, é provável que os dois países colidam cada vez mais nos foros internacionais e pelo mundo. Não obstante, não há sinais de confronto aberto ou de diferenças irreconciliáveis. A política brasileira é de buscar autonomia frente à Washington, mas não necessariamente o confronto e muito menos no campo militar, o que causa muito menos alarme em Washington do que a política russa, mais assertiva e até confrontativa.

## CONCLUSÕES

O mundo do século XXI provavelmente não será de guerras entre os grandes Estados, já que a simples existência das armas nucleares, a crescente cooperação internacional e as forças da globalização dificultam isso. Mas não será um mundo *kantiano*, no qual a negociação e as leis superarão completamente o conflito e o uso da força — real ou simbólico — nas relações entre os Estados.

Nesse contexto, os Estados que formam os BRICS identificam suas forças e fraquezas e se adaptam a nova realidade, procurando ampliar o seu espaço. Na realidade, como já mencionado, o que mais aproxima os BRICS é justamente a sua visão comum de que o mundo unipolar americano deve ser superado

em favor de outro, multipolar, no qual as potências regionais tenham voz cada vez maior. É a partir dessa percepção, e dos vínculos comerciais, que Brasil e Rússia estão conseguindo se aproximar cada vez mais neste início de século (Vizentini e Wiesebron, 2006 e, especialmente, Zubelzú, 2000).

Não obstante, as estratégias de inserção são claramente distintas. O Brasil, com as vantagens que a geografia lhe dá e seguindo as suas tradições, avalia o mundo do futuro como mais pacífico e menos conflitivo. Sendo assim, o Estado brasileiro não privilegia o uso da força como forma de projetar seu poder, o que se reflete numa END mais defensiva e numa postura internacional menos assertiva. China, Índia e Rússia, em diferentes gradações, avaliam o cenário internacional de uma forma mais realista e menos idealista e atuam com esse entendimento.

Só o futuro dirá se a estratégia brasileira é idealista em excesso ou se a russa peca por um realismo excessivo. Ficam evidentes, contudo, as diferenças de abordagem, o que explica, inclusive, porque a Rússia é vista com desconfiança pela potência hegemônica, os Estados Unidos, enquanto o Brasil não desperta tanta atenção.

Dessa forma, ficam evidentes os limites para uma colaboração entre Moscou e Rússia. Há muito a ser explorado no campo das relações comerciais, dos contatos culturais e mesmo no campo da defesa e tecnologia (Zhebit, 2009; Segrillo, 2012). Os dois países também podem, e devem, se aliar, em alguns dos foros internacionais em defesa de uma distribuição mais equitativa do poder mundial. Por fim, não podemos esquecer que, entre os BRICS, Rússia e Brasil são os que estão mais próximos da cultura ocidental (sendo o debate se ambos são ou não parte integrantes dessa cultura denso demais para ser abordado aqui) e isso os aproxima entre os emergentes.

Não obstante, a posição relativa dos dois Estados no tabuleiro mundial é diferente e, acima de tudo, as estratégias pensadas para a aquisição de mais espaço são, em essência, opostas, pelo quaisquer ideias de um eixo Moscou-Brasília podem ser, com certeza, descartadas (Bertonha, 2010). Ambos os Estados, na atual conjuntura mundial, podem e devem se aproximar e desenvolver relações próximas e amigáveis. Ir além disso, contudo, como numa aliança formal, é, no mínimo, improvável. Identificar os limites potenciais das relações entre dois Estados, contudo, é a melhor maneira de intensificá-las onde é possível e desejável.







## Serguei KURITZ

*Especialista em abordagens sistemáticas de solução de problemas de gestão, professor, doutor em ciências técnicas*

syak@yandex.ru

## Valeri VOROBIOV

*Reitor da MGIMO (U) do MNE da Rússia, Professor, doutor em ciências históricas*

vorobiov@mgimo.ru



# A SOCIEDADE CIVIL NO NOVO MODELO DE GESTÃO ESTATAL E DO DIREITO CONSTITUCIONAL

**D**esde a época de Aristóteles, que pela primeira vez utilizou o termo "sociedade civil", até aos nossos dias foram dadas numerosas definições que refletem diferentes posições, a partir das quais os seus autores analisaram o conceito de "sociedade civil" durante quase 25 séculos. Dificilmente tem sentido polemizar sobre um conceito com tantos aspetos que quaisquer tentativas de alterar, retirar ou acrescentar argumentos às definições existentes não passam de motivo para discussões

*Сергей КУРИЦ, Специалист по системному подходу к решению проблем управления, профессор, доктор технических наук*

*Валерий ВОРОБЬЕВ, Проректор МГИМО (У) МИД России, профессор, доктор юридических наук*  
**ГРАЖДАНСКОЕ ОБЩЕСТВО В НОВОЙ МОДЕЛИ ГОСУДАРСТВЕННОГО УПРАВЛЕНИЯ И КОНСТИТУЦИОННОГО ПРАВА**

estéreis. Mas o fenómeno chamado "sociedade civil" torna-se novamente atual nos nossos dias. Novos exercícios verbais, enfeitados por léxico da Internet, originaram novos termos. "Governo aberto", "Governo grande", "Governo eletrónico", "economia verde", cujos inventores foram políticos, politólogos e jornalistas. Eles não podem explicar porque é preciso o poder continuar a ter direito a resolver os problemas vitais do povo em vez deste, ou escondem conscientemente mais uma reincidência das ambições dos fortes deste mundo.

O progresso científico ainda não tocou nos problemas, crises e conflitos no interior do Estado, entre Estados e com o meio ambiente. Continua tudo a reduzir-se à velha ditadura, à fé na representatividade das eleições gerais, à ideia medieval da divisão de poderes, (do princípio coordenador que teoricamente não pode influir no princípio subordinador do ditado), no mecanismo de pesos e contra-pesos, na pouca utilidade demonstrada pela força dominante do veto presidencial, por exemplo nos EUA, e noutras crenças. A crise mundial das ciências sociais levou a que a base da gestão do Estado e do Direito continuem a ser a cópia de artefactos empíricos, as doutrinas de figuras de prestígio e as adivinhas dos politólogos. As consequências são pagas pelos povos com os seus bens e vidas.

Hoje apenas se sabe com certeza que no conceito de "sociedade civil" há dois sujeitos de análise: "a direção pelo Estado" e a "autogestão dos cidadãos", que são componentes de um sistema único (o Estado). Até ao séc. XVII (até Locke) ambos os sujeitos de análise eram analisados como um todo, mais tarde a sociedade civil passou a ser vista como parte do Estado, que era sinónimo de poder. Esta dicotomia existe já há seis milénios desde o aparecimento do Estado e é própria apenas de um Estado formado, por isso a sociedade civil não lhe pode anteceder, não obstante as afirmações de figuras de prestígio, e organizações semelhantes têm outros nomes. Analisemos as componentes da dicotomia do sistema único do Estado que diz respeito ao conceito de "sociedade civil" para tentar, com a rigorosidade científica, descrever o conceito necessário.

O desenvolvimento da natureza viva levou ao aparecimento de um ser pensante (homem), que, não tendo nem dentes afiados, nem chifres e patas, conseguiu sobreviver num meio agressivo apenas graças à união consciente em sociedades. O aumento do número de seres pensantes nas sociedades exigiu direção, ou seja, a tomada de decisões sobre ações conjuntas comuns para conseguir os resultados desejados: sobre a sua defesa e a defesa dos seus descendentes, sobre a satisfação das necessidades em alimentação e vestuário, em esconderijos dos fenómenos naturais (habitações), etc.

Surgiram novas formas de união (clãs, tribos) e, com elas, o crescimento da hierarquia de direção. Copiando intuitivamente os princípios de direção dos animais em manada, repetindo os princípios de direção de organismos multicelulares, os sócios tribais criaram a forma seguinte de união: o Estado. No Estado, que inclui um conceito como "país", que representa um povo-sociedade, constituído por numerosos cidadãos, habitantes temporários, bem como por escravos (cidadãos de outros Estados capturados nas guerras), por um território soberano e sistema de direção, continuou a aumentar a hierarquia da direção, apareceu o hierarca superior: o chefe de Estado. Mais tarde surgiu o conceito de "direito" que determinou as regras de comportamento dos cidadãos do Estado e dos habitantes temporários. O afastamento hierárquico do chefe do Estado em relação ao sócio, principalmente no cargo de comandante de tropas, transformou a sociedade num meio de consecução para conseguir os objetivos do chefe de Estado e da sua corte, as elites. O método principal de direção do Estado, mais tarde fixado no Direito, era a ditadura de um só homem, o chefe de Estado, que tomava decisões sobre a guerra ou a paz, sobre a prosperidade ou o empobrecimento de milhões de cidadãos. Depois, toda a história da humanidade era analisada como a história de chefes de Estado: o povo estava presente apenas sob a forma de meio para a consecução dos desejos do chefe.

O ditado, copiado aos chefes de Estado antigos, continua a manter-se sob diferentes modificações em todos os regimes estatais — desde os totalitário-comunitários com ideologias coletivistas até às democracias liberais — e em todos os períodos de desenvolvimento normal do Estado e da transição de um regime para o outro. Mudavam-se apenas as formas e a intensidade da ditadura que provoca um infinito redemoinho trágico da história do confronto entre o cidadão e o Estado.

Descontentes com a destruição e a perda dos direitos humanos, os povos revoltavam-se, participavam em revoluções sangrentas e, no séc. XXI, em movimentos de protesto pacíficos e "revoluções de veludo", derrubavam os governantes, escolhiam novos chefes que, agindo segundo o velho modelo do poder, levavam novamente o povo à indignação, resistência, etc.

Claro que, nestas condições, não havia esperança de impedir e muito menos de prevenir a repetição do redemoinho trágico e o progresso técnico-científico no campo do desenvolvimento dos meios de destruição e empobrecimento em massa da humanidade, incentivado pelas ambições de governantes concorrentes, apenas reforça esse desespero.

## CONCEPÇÕES TEÓRICAS DO DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE E DO ESTADO

Importante papel na organização do Estado é desempenhado pelo estatuto, cujo papel era conhecido já na Idade Média como estatuto de qualquer união de pessoas que definia a ordem da sua organização e funcionamento. O estatuto do Estado até agora existente é visto como um fenómeno, que, no sentido comum, não tem análogo com outros tipos de união de pessoas.

A sociedade não era admitida a determinar o estatuto do Estado enquanto fenómeno (salvo no caso de algumas uniões medievais como a República de Novgorod), por isso não tem sentido discutir a atividade da sociedade civil que é parte da sociedade.

Porém, os estatutos do Estado mudaram. Ao contrário da natureza, a evolução que não está limitada nem por tempo, nem por recursos para procurar os seus melhores modelos, qualquer artefacto, ou seja, objeto artificial criado pelo homem: máquina, organização (incluindo o Estado) ou conceção não pode "eternamente" satisfazer os objetivos para que foi criado. Este processo de renovação pode-se convencionalmente incluir na categoria de "evolução artificial", provocada pela propriedade de não universalidade dos artefactos integrais que têm um núcleo unificador, cujo papel nos organismos vivos é desempenhado pela substância hereditária DNA.

Mais abaixo serão analisadas manifestações dessa propriedade em exemplos de estatutos do Estado. As suas mudanças foram provocadas pela diferença de fontes de origem do Estado que se reduzem a duas: divina (sacra) e política. A fonte divina apareceu no Mundo Antigo, o segundo (enquanto termo) surgiu na Idade Média e domina até aos nossos dias.

Todos os Estados e impérios conhecidos da Antiguidade tinham o estatuto sacro como meio de reforço complementar da autoridade do dirigente. A fé no irracional, que acompanhava a vida do homem, conduziu à união dos crentes e, por conseguinte, à criação de uma hierarquia religiosa para os governar. Os hierárquicos das crenças mantinham o povo submisso, condenando à morte de todo o que ousasse duvidar na existência de uma ligação direta dos sacerdotes com o deus supremo.

Mais tarde, essa tradição começou a impedir os dirigentes terrestres de governarem sozinhos os Estados, porque eles só podiam falar com deus através dos sacerdotes. Então, os dirigentes proclamaram-se representantes da hierarquia divina. Os povos pagaram com milhões de vítimas nas guerras religiosas, que se prolongaram por quase seis séculos, pelos erros dos

chefes da Europa continental que não compreendiam o perigo da diarquia. Este defeito evidente da gestão conserva-se até hoje em alguns Estados desenvolvidos, provocando instabilidade permanente, tornando inevitável no futuro vítimas quando das tentativas de liquidar a diarquia.

O conceito de estatuto político do Estado surgiu por engano. O termo "política", segundo numerosos estudos, incluindo de cientistas tão conhecidos como Weber, Duvergé, Bentham, revela o "desejo dos indivíduos que se encontram no poder de o dominar, o que lhes garante o controlo da sociedade e a obtenção de benefícios pessoais". Para dar uma boa base ao direito do chefe tomar decisões por vontade própria (e até por capricho), ou seja decisões políticas, recorreu-se ao prestígio de Aristóteles. No séc. IV a.C., Aristóteles utilizou na sua obra a palavra "política", que, nessa altura, significava "Estado" (a palavra política: governo da maioria, era empregue por Aristóteles como o nome de uma forma concreta de Estado, a república). Atualmente, em numerosos contextos, a palavra "política" é empregue — segundo o princípio da equivalência — ao lado de termos como "sistema político" ou "Estado".

Esta confusão continua a ter consequências estratégicas, porque as decisões políticas são o ditado de uma pessoa (ou de um estreito grupo de pessoas) que não está limitado por normas jurídicas e não é contido por institutos sociais ou pela moral.

Seguindo o velho princípio de "dividir para reinar", os dirigentes destruíam conscientemente o desejo das pessoas de cooperar, que, na história da humanidade, foi um fator decisivo da sua conservação e rápido desenvolvimento. Com a ajuda dos vizires (hoje chamados politólogos, tecnólogos políticos, peritos em relações públicas), os dirigentes convenciam, recorrendo à ameaça da pena de morte, que os cidadãos de outro Estado eram inimigos.

Mais tarde, com a participação do poder, essa mesma mitologia originou o conceito de "nação". A nação é um fenómeno cultural e, só depois, étnico e social. Pela primeira vez, o termo "nação" apareceu, no seu sentido político, durante a Revolução Francesa, quando surgiu a necessidade de formar uma comunidade em substituição de "súbdito da coroa francesa" perdido. O conceito de "nação" e o território do Estado a ela reservado continua a ser fonte de instabilidade, que prejudica os cidadãos. A primeira e segunda guerras mundiais, seguindo esses conceitos separados (fixados no Direito Internacional), fizeram um grave prejuízo à humanidade. Os dirigentes da Europa, que concorreram eternamente entre si, organizaram guerras, cobrindo territórios os territórios seus e dos Estados vizinhos com milhões de sepulturas principalmente de jovens.

“ideologia coletivista”, denominação genérica de todo o tipo de ideologias de divisão das pessoas, é uma fonte de conflitos no interior de um Estado edificado numa base política. A supremacia da nação titular sobre todos os cidadãos que vivem num Estado é um nacionalismo comum, de uma raça sobre outras é racismo, de uma religião em relação a outras é fundamentalismo, de um partido político é totalitarismo, etc., até ao domínio mundial de um Estado: hegemonia, que, no léxico moderno, se chama domínio (sobre todos).

O estatuto organizativo é uma alternativa ao fenómeno sacro e político do Estado enquanto um dos numerosos tipos de uniões humanas, que formam o termo genérico de “organização”. Qualquer tipo de organização tem as suas particularidades: o Estado, por exemplo, tem o direito de cunhar moeda, dirigir as forças armadas, recorrer a violência legítima, etc. O reconhecimento do estatuto organizativo livra o Estado das contradições de estatutos anteriores e abre possibilidades para a utilização dos êxitos noutros tipos de numerosas organizações.

No Estado enquanto organização, em vez da direção política ditatorial (o homem enquanto mecanismo), podem ser utilizados métodos de gestão e marketing (já N. Maquiavel chamou a atenção, no séc. XVI, para o seu parentesco com a gestão do Estado), a gestão participativa, o sistema Z de gestão e outros criados no séc. XX. Finalmente, podem ser empregues os princípios da construção do sistema de gestão de grandes corporações (sociedades anónimas que representam um dos tipos do termo genérico de “organização”), onde o direito de propriedade está separado do direito de gestão. Não confundir com corporativismo estatal, onde o poder do Estado se cruza com o capital. “Estado corporativo”, segundo Mussolini. Os princípios da direção corporativa abrem possibilidades de realização de projetos estratégicos a longo prazo, porque a permanência de um dirigente bem sucedido do poder executivo é limitada apenas pelos resultados que satisfazem os acionistas (proprietários).

## MÉTODOS DE DIREÇÃO DOS CIDADÃOS

Outro exemplo da violação da propriedade da não universalidade dos artefactos é a construção de sistemas de gestão do Estado e de Direito com base no domínio de um princípio único de gestão. Trata-se da exclusividade dos métodos económicos de gestão no Estado, o que significa um domínio ilimitado das relações de mercado que não permitem controlo e regulação. As ideias do mercado livre tornadas realidade pelos pais-fundadores da Constituição dos EUA foram confirmadas pelo crescimento impetuoso da produção

industrial e do comércio, que, sem colonialismo, melhorou as condições de vida dos cidadãos. Mas a dominante dos métodos económicos levou a crises devastadoras, que exerceram influência negativa na sociedade. Da última vez, a crise no início do séc. XXI provocou falências em dezenas de países do mundo.

O domínio dos métodos económicos na gestão sobre todos os restantes métodos levou a uma concentração inédita de capitais nas mãos de um reduzido grupo de oligarcas financeiros, que têm força para impor o poder em muitos Estados. Eles determinam os resultados das eleições gerais dos futuros dirigentes e dos seus próximos no poder, utilizando o mecanismo das eleições democráticas, cuja não representatividade foi provada por meios científicos (teorema da impossibilidade do Prémio Nobel de Harrow).

A forma oligárquica de direção estatal, na qual com a ajuda de lobbys e assessores (estes últimos no papel de tecnólogos políticos) é cultivada a corrupção. No quadro do sistema existente de gestão do Estado e de Direito à força ilimitada dos oligarcas financeiros e dos seus eleitos: os dirigentes, pode ser contraposta apenas uma nova espiral do redemoinho trágico da história.

A história do Estado como fenómeno é a ditadura, guerras, a destruição e vítimas. Não devido à necessidade de alimentos (a devoração dos vencidos), mas devido aos dogmas ideológicos impostos pelos dirigentes para a satisfação do seu desejo de domínio na glória e na riqueza. No estatuto de Estado enquanto fenómeno não há lugar para a sociedade civil.

Os problemas, as crises e os conflitos no interior dos Estados, entre eles e com o meio ambiente, que ameaçam destruir a humanidade, são próprios, em maior ou menor medida, de todos os Estados do mundo. Seguindo a ideia de A. Einstein de que "para resolver os problemas provocados pelo atual nível de pensamento é preciso um outro nível de pensamento", os autores do presente artigo conseguiram, com a ajuda de metodologia moderna da abordagem sistemática e dos êxitos cognitivos no campo da biologia, da teoria da gestão e de outros ramos do conhecimento, criar um novo instrumento científico. Nessa base foi construído um modelo de sistema padrão de gestão do Estado e de Direito Constitucional num Estado de direito com defesa social da população e foram encontradas as causas profundas dos males da organização do Estado moderno. Nela foram eliminadas as causas, que se acumularam durante milénios, dos defeitos da gestão e do Direito, o que abre a possibilidade do aumento constante da qualidade de vida dos cidadãos e dos habitantes temporários, que previnem assim o redemoinho trágico da história.<sup>1</sup>

O seu carácter estritamente científico, confirmado no diagnóstico de doenças, experimentado nos exemplos de quase 30 Estados existentes, é a

base para semelhante afirmação. O novo sistema baseia-se nos princípios da gestão experimentados na natureza durante milhares de milhões de anos; nas limitações morais de parte dos princípios naturais, ditados pelo Direito Humanitário e pela moral dos últimos milénios; e completado por princípios, ausentes na evolução natural da natureza viva, de gestão que foram utilizados no último século em milhões de organizações humanas.

O modelo do sistema padrão de gestão e de Direito, adequado a todos os Estados (segundo o princípio natural de unificação dos portadores de qualidades genéticas do sujeito) constitui a descrição do meio onde pode funcionar a sociedade civil, sendo parte da sociedade e representando os seus interesses. Só nesse modelo, cujo objetivo é a criação de um Estado social de direito, surge a possibilidade do aparecimento e do funcionamento normal da sociedade civil.

Todavia, também o modelo de sistema padrão de gestão e de Direito, bem como a sociedade civil são conceitos abstratos. Para o emprego prático é necessária a definição operacional do conceito de "sociedade civil", a passagem de reflexões teóricas para as realidades da vida.

## O FACTOR SISTEMATIZANTE DA SOCIEDADE CIVIL

Seguindo os princípios da tectologia, ciência organizativa universal elaborada por A.A. Bogdanov (predecessor da Teoria Geral de Sistemas de L. Von Bertalanffy), apresentamos a descrição de sociedade civil como sistema integral.

O objetivo da sociedade civil de recriar no Estado a ligação de retorno inexistente entre a sociedade e o poder é um princípio global da gestão na natureza viva e em todos os artefactos criados pelo homem.

No Estado não existe uma ligação de retorno válida. Isso provoca a redução da eficácia do seu desenvolvimento e é necessário compensar o aumento das despesas do Estado através de extorsões suplementares à sociedade de meios de subsistência: deterioração da sua qualidade de vida, ou seja, violação do princípio jurídico da justiça. A ausência de sociedade civil excluiu a escolha da correlação ideal dos princípios da eficácia e da justiça, que é a base dialética do desenvolvimento do Estado social de Direito.

Em todos os períodos do desenvolvimento do Estado, fizeram-se intuitivamente um sem número de tentativas de substituir a ausência de ligação inversa para controlar as decisões do Estado e da elite, mas todas elas terminaram em crueldades do redemoinho trágico da história do confronto entre o cidadão e o Estado.



As tarefas da sociedade civil, cuja solução deve garantir a consecução do objetivo, consistem no reforço do seu papel através do aumento do número de ativistas e da sua influência nas decisões do Estado. Essas tarefas têm particularidades em dois períodos fulcrais do desenvolvimento do Estado: 1) no período de transição do modelo existente de gestão do Estado e do Direito para um novo modelo e 2) no período normal de desenvolvimento do Estado.

No período de transição, as tarefas da sociedade civil consistem na união de esforços da sociedade para estimular o poder a construir um Estado social de direito segundo um novo modelo de gestão do Estado e de Direito Constitucional. No período de normal desenvolvimento do Estado, as tarefas da sociedade civil resumem-se ao aperfeiçoamento de relações entre a sociedade e o poder com base num novo modelo de gestão e de Direito, paralelamente a uma diminuição constante do papel do Estado na vida da sociedade.

Em ambos os períodos define-se a forma de interação da sociedade civil com o poder (ligação direta e inversa) e com a sociedade.

## ORGANIZAÇÃO E GESTÃO NA SOCIEDADE CIVIL

A sociedade civil é uma comunidade de cidadãos espontaneamente formada para criar e cumprir funções de ligação inversa na gestão do Estado. Ela reúne indivíduos, cujo comportamento visa o bem dos outros e o seu destino. O homem que possui semelhantes qualidades, que está permanentemente aberto às influências externas, tem o nome, proposto pelo psicólogo C.G. Jung, de extrovertido, ao contrário dos introvertidos que se viram para o seu mundo interno, fecham em relação às influências externas. Essas pessoas unem-se na base de interesses comuns, da confiança e da responsabilidade, baseadas no respeito mútuo para com os conhecimentos e cultura de cada membro da comunidade.

Embora o termo "sociedade civil" tenha começado a ser empregue nos séc. XVII-XVIII, a sua definição como fenómeno sistemático, que inclui a psicologia da personalidade e do coletivo, os princípios da direção do indivíduo e da sua união, etc., continua por elaborar.

O fenómeno da *intelligentsia* russa da segunda metade do séc. XIX, exterminada no período do domínio do regime totalitário no séc. XX, pode ser considerado um dos análogos da sociedade civil na história mundial dos Estados. Este tipo de união, chamada "*intelligentsia*" (do latim *intelligentia*: compreensão, força de conhecimento, conhecimento), constitui um estrato social de pessoas que se dedicam profissionalmente ao trabalho intelectual, fundamentalmente complexo, criativo, ao desenvolvimento e difusão da cultura.

A própria palavra "*intelligentzia*" foi posta em circulação pelo escritor P.D. Boborykin (1836-1921). Este termo saiu da língua russa para outras línguas. O Breve Dicionário de Oxford define a "*intelligentzia*" como "a parte do povo que tenta pensar independentemente". No Ocidente, o termo "intelligent" é sinónimo de "intelectual", homem que se dedica ao trabalho intelectual.

A particularidade da sociedade civil consiste em que os seus ativistas não manifestam o desejo de liderança, embora cada um, na sua atividade profissional, possa, sem dúvida ansiar ao reconhecimento. Nisto consiste a diferença entre os ativistas da sociedade civil, enquanto comunidade de indivíduos socialmente ativos, e, por exemplo, os líderes dos movimentos de protesto não violentos e das "revoluções de veludo" do início do séc. XXI.

A sociedade civil, no seu sentido atual, "abarca um conjunto integrado de relações económicas e espirituais não políticas e despolitizadas na sociedade. A principal via é a constituição de canais, seguros e de fácil acessibilidade para as pessoas, de interação entre eles: o Estado transforma-se na organização mais influente e operativa de defesa de direitos humanos"<sup>2</sup>. Foi precisamente essa via que Kant considerou a fonte do movimento histórico da humanidade para o grande objetivo: a sociedade universal civil de direito, tendo em vista a sociedade de cidadãos do mundo, de cosmopolitas.

Mais próxima do conceito de sociedade civil é a "sociedade aberta" de K. Popper, que mostrou que os Estados ideais de Platão, Hegel e Marx são tiranias: "sociedades pré-históricas, baseadas na fé na magia, tribais e coletivistas", sociedades fechadas. Mas as sociedades onde os indivíduos tomam decisões separadamente são sociedades abertas. Nas últimas, "as estruturas civis vivas existem independentemente de se elas se opõem ao Estado ou o apoiam: é o meio comum onde corre a vida quotidiana das pessoas". Em situações críticas, a auto-organização origina não só associações civis, mas também uma atitude especial das pessoas face ao que acontece<sup>3</sup>.

A sociedade livre necessita de uma base institucional, que permita realizar as reformas sociais indispensáveis, sem recorrer à violência. Para aproximar-se da liberdade, a sociedade aberta deve tornar-se sociedade civil.

A sociedade civil é uma união não estruturada de cidadãos, partes da qual podem funcionar em qualquer esfera da vida das pessoas, a qualquer nível de hierarquia do poder executivo e em qualquer etapa da tomada de decisões estatais de carácter tático e operativo e do controlo da sua execução. Tendo aqui em conta que, ao nível da tomada de decisões estratégicas, o controlo é realizado pelos cidadãos (por toda a sociedade) que desempenham o papel de soberano direta ou indiretamente.

Tal como qualquer organismo vivo, é próprio da sociedade civil o desejo de crescimento. Isso manifesta-se no aumento do número de indivíduos socialmente ativos e da esfera de sua influência. Este é um fator positivo na vida da humanidade que estimula o desenvolvimento e a difusão da cultura geral, moral, esperança na solução racional de muitos problemas do Estado.

## INTERAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO

Na Constituição do Estado edificado segundo o modelo padrão há dois sujeitos independentes de direção: o poder executivo (administração do Estado) e a sociedade que desempenha dois papéis. No primeiro papel, de legislador supremo, é soberana nas funções de governar, com autoridade para postular e aprovar o objetivo do Estado, a sua Constituição e realizar o controlo da constitucionalidade das decisões tomadas pelo Estado (democracia direta). Em segundo lugar, de portador da ligação inversa, a sociedade tem o direito de realizar o controlo das decisões tomadas pelo poder executivo e dos seus resultados. Ambos os papéis, do ponto de vista da administração, são as ligações direta e inversa, no sentido do funcionamento das quais a sociedade civil desempenha o papel fundamental.

### LIGAÇÃO DIRETA (O QUE DÁ O PODER À SOCIEDADE CIVIL)

O povo soberano garante a legalização da sociedade civil, reforçando-a como sujeito do Direito e reconhecendo-a como sujeito igual da gestão quando da tomada e execução de decisões estatais em todas as esferas que dizem respeito aos direitos e liberdades do homem, ou seja, na qualidade de representante pleno da sociedade. Esta primeira condição corresponde ao Estado de direito com defesa social da população e para os Estados da etapa de transição sob a forma de parceiro.

A segunda condição é a transparência do processo legislativo, que garanta a acessibilidade e a possibilidade da sociedade de participar no processo de elaboração e aprovação de decisões pelos órgãos do poder executivo e local e ter a possibilidade de controlar os funcionários dos órgãos legislativos e executivos a propósito da não execução dos processos de aprovação e realização de documentos normativos e jurídicos previstos na Constituição.

A terceira condição é a garantia jurídica à sociedade civil de iguais possibilidades aos dos outros participantes extra-estatutais dos processos de administração. Tendo em atenção que a sociedade civil é um dos poucos instrumentos reais capazes de impedir a desinformação da sociedade sob

a forma de publicidade política e comercial, bem como de propaganda de ideias e crenças coletivistas, difundidas (e, frequentemente, criadas) pelos órgãos de comunicação social (OCS), mais precisamente, de desinformação (ODS).

## LIGAÇÃO INVERSA (O QUE DÁ A SOCIEDADE CIVIL AO PODER)

A sociedade civil abre possibilidades à aceleração do movimento do Estado para o objetivo constitucional à custa da minimização de prejuízos que sofre a sociedade na etapa de transição para o Estado social de direito. Segundo a lei fundamental da diversidade necessária, descoberta pelo especialista em cibernética W. Ashby, para grandes sistemas, entre os quais está o Estado, o aumento do número de cidadãos que participam na gestão faz crescer a possibilidade de resposta adequada aos desafios negativos. O cidadão sabe que ele, pessoalmente, pode impedir a consequência negativa do desenrolar dos acontecimentos.

A lei da diversidade necessária permite diminuir a corrupção, que tem a propriedade de um vírus. Os “milhares de olhos” da sociedade civil reproduzem os processos naturais da defesa imunitária do organismo, que garantem a sua conservação exclusivamente à custa das forças internas.

A sociedade civil pode exercer influência positiva na função de reprodução de líderes e funcionários com alta cultura e moral para o sistema de administração do Estado. Finalmente, trata-se da única força capaz de intensificar as capacidades intelectuais de um grande número de cidadãos e de habitantes de um país através da atualização e do reforço das qualidades naturais do pensamento racional que só aparece na idade infantil. Semelhante propriedade é uma fonte inesgotável de desenvolvimento das capacidades cognitivas do indivíduo que irá formar a vida futura da humanidade e resistir ao desejo egoísta do domínio do poder.

A sociedade civil tem poder real, porque os cidadãos, devido ao seu enorme número, são capazes de reconhecer os obstáculos reais e ajudar o Estado a superá-los.

## RELAÇÕES ENTRE A SOCIEDADE CIVIL E A SOCIEDADE

Estarão os próprios cidadãos preparados para utilizar as vantagens concedidas pela liberdade do poder do povo, estarão eles prontos a reconhecer como legítimos os esforços realizados pelos ativistas da sociedade civil, e não a recusar-lhes compreensão e apoio, apoiando-se no conformismo?

É costume considerar que entre as possibilidades concedidas e o desejo de as utilizar está a consciência orientadora e axiológica dos cidadãos, a ideologia, a cultura e a moral. Na atual etapa de desenvolvimento da humanidade, surgiu uma nova fonte: a Internet, que varreu com todas as fontes existentes da sua formação. A liberdade de expressão sem limitações internas morais e culturais, sem a necessidade de compreensão das consequências, levou a uma movimentação da consciência social no sentido do hedonismo imediata (aqui e agora), cujo culto é ensinado desde a mais tenra idade. Em conjugação com a influência dos ODS, que exprimem os interesses subjetivos dos empregadores-políticos e dos oligarcas-proprietários, a atual consciência orientadora e axiológica das massas de cidadãos torna-se indiferente a tudo o que exige o mínimo de esforço do pensamento. São provas disso os movimentos de protesto de massas dos últimos anos, onde participaram, fundamentalmente, jovens abastados que desejam sensações extremas. As questões da administração do Estado, do seu desenvolvimento futuro, que exigem meditação, não interessam, na realidade, à maioria dos cidadãos, que são obrigados a enfrentá-las nas eleições, durante um par de horas uma vez em 5-6 anos, realizando desse modo a sua opção decisiva!

A tarefa primordial da sociedade civil na interrelação com a sociedade consiste no despertar da necessidade, em toda a sociedade, da compressão das ligações causa-efeito dos acontecimentos e factos correntes com o passado. A ausência de semelhante necessidade reduz a capacidade de pensamento racional à percepção emocional ("canto o que vejo"), abrindo a possibilidade aos OCS, lobbys, tecnólogos políticos e outros funcionários de ganharem dinheiro com a ignorância e o engano dos cidadãos, produzindo a fase seguinte do redemoinho trágico da história. As necessidades de pensamento racional têm a sua antítese: algumas tribos que vivem nos nossos dias continuam a não compreender o papel dos homens no nascimento de uma criança.

A sociedade civil despertou novamente interesse no mundo devido às poderosas manifestações de protesto em numerosos países. Em épocas assim surge sempre uma multiplicidade de tentações de apelar à sociedade civil na resolução de problemas específicos. Porém, já os antigos filósofos sabiam que o papel da sociedade civil é mais amplo: ele determina o destino de qualquer Estado em qualquer período do seu desenvolvimento.

A falta de definição operacional é um dos obstáculos à utilização prática das vantagens da sociedade civil na administração do Estado. A possibilidade de definição surgiu apenas depois da criação de um modelo padronizado de

administração do Estado e do Direito Constitucional como objetivo concreto da atividade da sociedade civil.

Os obstáculos à criação da sociedade civil e a sua substituição por imitações, por exemplo pelo "Governo aberto", no sentido americano (cujo vetor interno é conservar a primazia do poder sobre a sociedade), são uma premissa do êxito de ideologias coletivistas e o objetivo da direção totalitária não só num Estado, mas em todo o mundo.

A definição operacional, onde se refletiram pensamentos de numerosos cientistas, apresenta a sociedade civil como centros diversificados espontaneamente formados de poder social informal, que exercem influência na tomada e execução de decisões da administração do Estado (do poder executivo), prevenindo a agudização de problemas, crises e conflitos. Os ativistas da sociedade civil possuem grandes qualidades cívicas: sentido de responsabilidade civil, comportamento cívico e posição cívica ativa.

Esta exposição torna mais claro o carácter da ação prática da sociedade civil e da avaliação da sua influência nos interesses da sociedade sobre o poder. Só tornando-se um parceiro igual e responsável do Estado, a sociedade civil poderá ajudá-lo na solução dos problemas gravíssimos do aumento da qualidade de vida do povo, especialmente no difícil período de transição na via da construção do regime social de direito e, finalmente, travar o redemoinho trágico da história do confronto entre o cidadão e o Estado.

1. Ver pormenores em: Kuritz S., Vorobiov V. Doenças do Estado. O diagnóstico do sistema patológico da administração do Estado e do Direito Constitucional. M., 2010.

2. Sociologia: Enciclopédia / Sob redação de A.A. Gritzanov, V.L. Abuchenko, G.M. Everkin, G.N. Sokolova, O.V. Tereschenko. Minsk: Knijnii Dom, 2003. p. 1312. //http://slovari.yandex.ru/dict/sociology.

3. O carácter arbitrário da formação da sociedade civil é visível no exemplo da liquidação das consequências do terramoto de 1985 no México, apresentado na enciclopédia "Krugosvet" //www.krugosvet.ru/ enc/gumanitarnye\_nauki/sociologiya/GRAZHDANSKOE\_OBSHCHESTVO.html?page=0,2





**Evgueni VORONIN**

*Colaborador científico  
liderante Instituto das  
Relações Exteriores junto  
do Ministério do Exterior  
da Rússia Embaixador  
Extraordinário e  
Plenipotenciário*

*tverv@rambler.ru*

## PROBLEMA DE LEGITIMIDADE DE INTERVENÇÃO ARMADA *CASUS BELLI* LÍBIO

*Por que se amotinam as gentes, e os povos  
imaginam coisas vãs?  
Salmos, Dav., 2,1*

A intervenção da Aliança do Atlântico Norte na Líbia, bem como outras ações similares da comunidade ocidental (na Jugoslávia, Iraque, Kosovo) que puseram em dúvida os princípios e normas do direito internacional atual, antes de mais o princípio da soberania de estado, pelo que parece, ainda não recebeu avaliação jurídica devida e competente.

Inadequada ao mandato concedido pela Resolução 1973 do Conselho de Segurança da ONU, a campanha militar coerciva dos estados da OTAN igualmente contrariava o 42.º Artigo dos Estatutos da ONU no qual atualmente é assente a doutrina de uso de medidas coercivo-militares. O uso de força foi sancionado pelo CS da ONU, isto sim, mas a maneira "ilimitada" como ela seria aplicadas foi determinada por um grupo de potências ocidentais liderantes com a participação das estruturas militares atlantistas. A prática cotidiana estipula que o CS outorga poderes limitados para uso de força militar<sup>1</sup>. No caso da Líbia, o mandato autorizando uso de

força para instaurar zonas aérea de exclusão (zonas *no-fly*) sobre o território líbio a fim de evitar que o regime Khaddafi desencadeasse ações contra o seu próprio povo, não se fez acompanhar por qualquer participação por parte da ONU na forma de funções auxiliares de caráter apaziguador (observação, monitoramento), como aconteceu, por exemplo, na regulação pacífica do conflito de Bósnia e Herzegovina usando uma estratégia "paralela", com a assinatura do Acordo de Dayton. De fato, no conflito da Líbia, o CS da ONU lançou mão do conceito utilizado na guerra do Golfo Pérsico, segundo o qual uma organização internacional universal teria revestido de poderes um grupo de estados europeus (membros "interessados" da OTAN) para usar força militar limitada sem a "presença apaziguadora" de representantes próprios.

O 41.º Artigo dos Estatutos da ONU estipula o uso de medidas não-militares para exercer um impacto sobre um país que ignore as normas geralmente reconhecidas do direito na esfera da segurança e humanitária. Tais medidas, consideradas como elementos do "direito suave", podem incluir embargos ou congelamento de contas bancárias, entre outras medidas. Somente em caso de ineficácia das medidas não militares, estipula-se pelo 42.º Artigo dos Estatutos o uso de medidas coercivo-militares. Os estados membros da ONU podem, sem entrarem em acordos prévios estipulados pelo 43.º Artigo dos Estatutos, disponibilizar suas forças armadas no interesse da implementação do mandato concedido pelo CS visando aplicar medidas de coerção. Nos últimos anos, isso transformou-se, de fato, em prática permanente de proteção da população civil através da criação do direito normal e sua extensão à regulação pós-conflito, inclusive a manutenção da paz<sup>2</sup>.

Conforme é estipulado pelo Capítulo VIII dos Estatutos da ONU, os acordos regionais existentes concluídos para manter a paz, estabilidade e segurança, podem ser ampliados pelo CS da ONU para levar a cabo ações coercivo-militares, inclusive, para fins humanitários. Na região do Atlântico Norte, por exemplo, o organismo mais adequado a abordar essas tarefas pode ser considerado a Organização de Segurança e Cooperação na Europa, que em 1992 assumiu o estatus de "organização de acordo regional", conforme proclamado pelo Capítulo VIII dos Estatutos da ONU<sup>3</sup>. Quanto à Líbia, mandato análogo poderia ter sido outorgado à Liga dos Estados Árabes. Entretanto, como muitos observadores pensam, o papel da Liga naquela região continua a ser marginal e, de um modo geral, pouco eficaz<sup>4</sup>.

A praticabilidade do uso ou não dos recursos políticos e potencial bélico das organizações regionais, de forma que isto corresponda às resoluções



da ONU, torna-se ainda mais problemática visto que o conceito de acordo regional é interpretado de um modo extremamente amplo. A aliança militar do Atlântico Norte, ou seja, a OTAN, não figura na categoria de acordos regionais. As organizações regionais, as quais são reconhecidas como tais segundo é disposto no Capítulo VIII dos Estatutos da ONU, são obrigados a "cumprir juridicamente" as disposições dos Estatutos da ONU, não podendo iniciar ações militares, inclusive, as destinadas à coação à paz ou visando fins humanitários sem que a respectiva resolução fosse tomada pelo CS da ONU. Isto significa que o CS deve tomar a respectiva decisão em cada caso específico. As ações apaziguadoras da OTAN e as estruturas militares da União Européia (a política européia de segurança e defesa) não podem realizar-se sem o respectivo mandato do CS da ONU.

Por força da especificidade da sua "política defensiva" formada no contexto da "guerra fria", a Aliança do Atlântico Norte não corresponde ao estatuto jurídico de organização regional, como consta no Capítulo VIII dos Estatutos da ONU. Com vista a receber este estatuto, isto é, obter o direito de participação nas operações de manutenção da paz de acordo com mandato das Nações Unidas, a OTAN e a UE emendaram os respectivos documentos constituintes de modo a poderem ser consideradas, como eles esperam, organizações regionais que correspondem ao espírito e à letra do Capítulo VIII dos Estatutos da ONU. Todavia, tal adaptação parcial, "externa" ao estatuto de organização regional comum, não altera a essência nem da OTAN nem da política européia de defesa e segurança por serem de caráter fechado, não indo para além dos seus próprios interesses políticos e econômico-financeiros, os quais não representam a Europa como um todo. A aderência das alianças ocidentais às divisões dos tempos da "guerra fria" não permite que elas sejam relacionadas com o continente europeu único.

De qualquer modo, foi resolvido que a mudança de categoria e a "subscrição" na categoria de organização regional permitiu que o tandem franco-britânico realizasse o mandato da ONU em relação à Líbia. Só as iniciativas para estabelecer uma zona de vôo interdita foram legítimas por serem um instrumento de pressão sobre Trípoli para superar a crise humanitária. O mandato outorgado pelo CS não estipulava que a coligação atlantista conduzisse guerra contra o regime Khaddafi a fim de substituí-lo por um outro regime e realizar o "transferência política" (fórmula ocidental).

Surgiu uma situação quando uma operação sancionada pelo CS da ONU, limitada aos fins humanitários, subordinada às normas do direito

e visando exercer pressões político-militares sobre o regime existente, degenerou em conflito entre estados. O mandato do CS não estipulava que os estados atlantistas desencadeassem uma guerra contra um país norte-africano soberano. A intervenção armada do "trio" das liderantes potências ocidentais no conflito interno líbio com a subsequente envolvimento das estruturas militares e do Estado Maior, foi realizada por mandato da OTAN, e não do CS da ONU. As contínuas alusões de Bruxelas ao mandato da ONU não são, pura e simplesmente, uma interpretação distinta mas, isso sim, uma evidente falsificação. Do ponto de vista tanto da moral como do direito, o derrubamento de mais uma "figura de cera" totalitarista, por mais odiosa que ela fosse, não pode justificar nem as arbitrariedades praticadas à mão armada, nem a quebra do princípio de soberania de estado e das normas do direito internacional.

Os peritos europeus reconhecem a natureza limitada do uso do princípio da soberania do direito nas relações internacionais visto que isto ele é aplicado sobremaneira na esfera da proteção do direitos do homem. Foi criado um termo novo — "militarismo humanitário" — para substituir o "pacifismo das soluções negociadas". Por opinião de um conhecido intelectual francês, Bernard-Henri Lévy, a ingerência da OTAN na Líbia aponta ao advento "da última utopia moderna", com pretensões ao triunfo do autoproclamado "direito à intervenção".<sup>5</sup>

O princípio da supremacia do direito nos assuntos internacionais, até mesmo do direito humanitário como "tendência dominante", não implica a revogação dos princípios de direito internacional basilares, tais como o respeito pela soberania e não intervenção nos assuntos internos. Chama a atenção o fato de a guerra contra o regime líbio não ter sido precedida, como comumente acontece antes de conflitos militares, por uma fase de negociações realizadas por diplomatas. Não se fez o uso de "força suave" preferencialmente instrumental na regulação das situações de crise. O conflito armado da Líbia não foi um ato militar-coercivo isolado, as guerras como esta já receberam a denominação de "guerras humanitárias" ou "intervenções humanitárias".<sup>6</sup> Ao examinarmos o caráter da guerra contra a Líbia deparamos logo com o problema da sua qualificação em termos de direito internacional. Se a considerarmos como "guerra justa", tal como Hugo Grotius a entende, ela deve corresponder a cinco critérios: respeito à soberania legítima; legitimidade dos objetivos; uso proporcional de força; o reconhecimento de que a guerra é o último argumento, e que existe uma chance real de pôr fim ao conflito. A opção dos euro-atlantistas em favor de *jus in bello* (direito de guerra) e não em prol de *jus contra bello* (direito

contra-guerra) fechou todas as outras chances de resolver a situação crítica na Líbia por meios não bélicos.

Guerra é guerra, por mais diversas definições que este conceito possa ganhar no direito de guerra clássico (*jus in bello*): agressão, defesa legítima, etc. O uso atualmente mais generalizado do termo "conflito internacional" em vez de "guerra" está relacionado com o fato de o conteúdo jurídico do conceito clássico de guerra não levar em linha de conta as normas do direito estipulando a proteção das vítimas da guerra. De acordo com o princípio de reciprocidade entendido como "garantia essencial da observância do direito", o que seria preferível designar como direito da segurança internacional, tanto guerra como conflito pressupõe duas condições indispensáveis. Um conflito conta com duas ou mais partes. Ao início das ações de guerra deve corresponder a regra de declaração de guerra (seja qual for a forma de tal notificação, verbal ou oral). Sem isto um choque entre estados não pode ser qualificado como um evento que corresponda ao *jus in bello*. Como defendem os juristas britânicos, para os quais os termos "guerra" e "conflito" são conceitos virtuais, depois da "guerra do Golfo" contra o Iraque (1990-1991), declarar a guerra, ou outra maneira qualquer para os estados reconhecerem que eles se encontram em estado de guerra, raramente é usado na prática internacional atual. Após a intervenção da "coalizão da OTAN" no conflito civil na Líbia, a guerra passou a contar com três participantes: regime líbio, oposição interna e forças de choque aéreas e navais da OTAN. A ação ocidental contra a Líbia não tinha sido provida de argumentos que dissessem respeito ao direito internacional para legitimar ataques aéreos do território líbio. A referência à Resolução 1973 CS ONU é juridicamente infundada. Na opinião dos juristas alemães, os quais se referem a um documento do Instituto de Direito Internacional (AIDI 56 (1975) 544ff), a intervenção em guerra civil por uma "terceira" parte, externa ao conflito, é inaceitável.<sup>7</sup>

Assim, o aspecto moral torna-se ambíguo: por um lado, o direito moral do estado líbio a defender sua soberania contra a invasão estrangeira, e, por outro lado, o direito moral da comunidade internacional a velar pela observância do estipulado na Resolução aprovada pela Assembléia Geral da ONU em 2005, que anuncia a "obrigação a proteger" a população pacífica contra o terror desencadeado pelas autoridades. Assim, a implementação da Resolução 1973 CS ONU tinha fundamento moral, político e jurídico. A contradição entre os princípios do respeito pela soberania nacional, não intervenção nos assuntos internos e os princípios

do humanismo é evidente. Por enquanto, esta colisão jurídica não tem solução. Na crise líbia, houve também outros problemas por resolver. A invasão estrangeira não deparou com resistência real. Onde foi o exército líbio? Quais são as razões da capitulação factual, da passividade em resistir os ataques aéreos da OTAN? O exército líbio tinha pelo menos vinte mil instalações antiaéreas móveis. Como se pode explicar a ineficiência do exército em combates contra os destacamentos armados mal treinados da oposição, mesmo levando em consideração a presença de instrutores e forças especiais dos países da coalizão ocidental? As mesmas perguntas sobre a falta de preparação para combate e "dispersão" do exército iraquiano foram ouvidas durante "guerra do Golfo". Esta situação faz recordar o que aconteceu nos tempos de outra ocupação de Pentapólice líbia, nos tempos de Roma antiga. Em sua *Guerra Judaica*, Josefo Flávio explica a derrota dos árabes do seguinte modo: "O pânico apoderou-se dos árabes e seu líder Elfem, atemorizado, caiu numa sorte de torpor ao ver o exército judaico".<sup>8</sup>

Há razões para afirmarmos que o "direito de guerra" internacional antes legítima a violência do que a limita. Os alicerces de tal prática foram lançados pela escola de direito russa, europeu. A escola de direito russa viu no humanismo a principal vantagem do sistema de direito internacional enquanto regulador das relações entre estados. De acordo com a doutrina de direito proposta pelo jurista russo N.M. Korkunov, é impossível "fazer ajustes ao direito no sentido de praticar ou não a intervenção porque isto significaria permanecer testemunha imparcial perante as mais horrorosas violências, sacrificar os interesses do humanismo... a favor de um princípio abstrato".<sup>9</sup> A contribuição civilizacional real da escola russa de direito internacional no direito humanitário ainda está subestimada. O destacado jurista e diplomata russo F.F. Martens elaborou uma tese para o preâmbulo à Convenção de Haia sobre as leis de guerra (a famosa "ressalva de Martens"), que se tornou um dos princípios basilares do direito humanitário internacional. Esta "ressalva" definiu o princípio geral de humanismo, que pela primeira vez foi introduzido no conceito de "direito de guerra". Ela estabeleceu que "nos casos não previstos nas normas do direito internacional, as pessoas civis e combatentes permanecem sob a proteção e ação dos princípios do direito internacional dimanantes dos costumes estabelecidos, dos princípios do humanismo e das exigências da consciência social".<sup>10</sup> A aplicação da "ressalva de Martens" contribuiu para a formação do princípio de imunidade da população civil durante conflitos militares. Como demonstrou a guerra da Líbia e confirma a

experiência de outros conflitos armados, a implementação desta ressalva exige, atualmente, que também sejam codificadas normas suplementares. Muitas disposições sobre a defesa da população civil independentemente da natureza do conflito — conflito inter-étnico, guerra civil, intervenção militar estrangeira (como na Líbia), etc. — até agora incluem-se no direito internacional comum.

O problema da intervenção militar, incompatível com o princípio da soberania nacional, está diretamente ligado à doutrina da intervenção humanitária. Ao mesmo tempo, a nova estratégia da OTAN, também conhecida como "estratégia lisboeta", nem sequer faz alusão à intervenção humanitária para justificar o uso de força militar pela Aliança. Hoje em dia, a garantia dos direitos do homem no mundo constitui o princípio fundamental da política externa dos países da comunidade ocidental. O militarismo tradicional preserva seu papel na política de "democratização à força" na zona das civilizações não europeias. Hoje em dia, esta política tem o mesmo objetivo de que falou, com certa ironia, uma pessoa que viveu na época do imperialismo europeu, o famoso Leo Tolstói: "A ameaça de conquista destrói a estagnação religiosa do Oriente, para o bem do militarismo".<sup>11</sup>

Nos centros intelectuais estadunidenses domina a tese de que a campanha militar levada a cabo pela coalizão ocidental na Líbia demonstrou a vitalidade "da responsabilidade bem preparada de proteger a população civil, confirmando-a como uma norma de atividade internacional". Para os EUA, o uso da doutrina de "responsabilidade de proteger os cidadãos" (*Responsibility to Protect, RtoP*) e seus direitos em qualquer parte do globo é "legítimo e justificado" do ponto de vista do direito internacional, dadas as seguintes três condições:

1) os EUA devem formular as exigências bem altas para motivar a intervenção; pelo menos, isto inclui fatos de genocídio, violência sistemática, massacres maciços de cidadãos e outros crimes contra a humanidade;

2) intervenção militar deve ser considerada como medida máxima de impacto "proporcional", quando todas as outras possibilidades forem esgotadas ou quando os instrumentos pacíficos usados não tiverem efeito;

3) de preferência, intervenção deve ser multilateral pois assim assume uma natureza mais legítima do que em caso de intervenção unilateral.

Com isto, tratando-se de intervenção, ignora-se o problema da soberania enquanto princípio do direito internacional. Faz-se apenas uma menção de que "a soberania continua a ser a força estabilizadora da ordem mundial e barreira contra a anarquia global".<sup>12</sup>

Nos discursos científico-analíticos europeus observa-se uma abordagem que explica as mudanças eventuais na prática dos conceitos e sentidos tradicionais. Será que, hoje em dia, a intervenção militar em, e invasão de, um estado independente substituiu pelo "militarismo humanitário" o "pacifismo" das soluções negociadas dos conflitos? Quer dizer isso que o "novo intervencionismo" suplantará o neutralismo, ou seja, o princípio de não intervenção em conflitos internos ou em guerras civis? A guerra da Líbia foi a vitória do "direito à intervenção"? Entretanto, o direito à defesa não é igual à intervenção. A principal questão ainda sem resposta comumente aceita é esta: poderá a guerra da Líbia ser qualificada como guerra justa? É pouco provável, especialmente à luz dos cinco critérios apresentados à guerra justa: soberania legítima, objetivos legítimos, uso proporcional de meios militares, guerra como último recurso, e intenção justificada de conseguir um resultado. O sucesso é pouco provável se nesta intenção se acentua a implantação dos valores democráticos ocidentais numa outra civilização e da harmonia social numa sociedade nova, posta em liberdade. Toda a experiência recente demonstra, entretanto, que o "contrato social", que é norma da vida na Europa, é impraticável na civilização islâmica.

Não há opinião comum também no tocante ao reconhecimento da "legitimidade incondicional" da doutrina de "responsabilidade de proteger" enquanto uma norma jurídica em formação (fonte: resolução A/RES/61 AG ONU 2005, p. 138 e p. 139). Não se pode, outrossim, avaliar sua aplicação como moralmente impecável se levamos em conta que esta doutrina "reabilita" a solução militar, forçosa como resposta à crise política interna, neste caso na Líbia. A abordagem da situação na Líbia como *casus belli*, isto é, o reconhecimento do estado de guerra entre um país árabe e os membros da Aliança do Atlântico Norte, foi qualificada — por peritos franceses, entre outros — como "guerra preemptiva" (ou seja, guerra que previne a escalada de violência), diferentemente da guerra preventiva (contra o Iraque). Em regra, esta fórmula faz-se acompanhar por interpretações notoriamente "justificadoras" e arbitrárias da Resolução CS 1973.

O *casus belli* líbio é um conflito misto. A isso aponta o fato de terem existido dois conflitos armados ao mesmo tempo: conflito político interno (entre o regime de Khaddafi e a oposição) e conflito internacional, originado pela intervenção de países estrangeiros graças à qual o conflito líbio interno se internacionalizou. A operação levada a cabo por uma coalizão ocidental no Afeganistão para derrubar o regime do Taliban possuiu a

mesma natureza. A natureza mista de tais conflitos armados requer análise pelo prisma do direito internacional, nomeadamente: se esses conflitos (tanto o conflito "duplo" líbio como o conflito do Afeganistão) se sujeitam ao direito de conflitos internacionais. Em relação ao Afeganistão, os juristas alemães põem em evidência que o Tribunal Supremo dos EUA se referiu ao 3.º Artigo das Convenções de Genebra como "padrão obrigatório mínimo" a levar em consideração no decurso das operações militares dos EUA naquele país. A operação da OTAN na Líbia — enquanto intervenção num conflito interno — ainda não foi qualificada juridicamente no sentido de corresponder ou não às normas do direito de conflitos armados. Na atitude formal de estados distintos e na opinião pública do Ocidente, continua a transpirar a linha justificando a invasão da Líbia por motivos de ordem moral e não jurídica. "A delegitimação moral" foi inicialmente proposta durante a operação militar da OTAN em Kosovo. Em particular, o conhecido analista alemão J. Habermas avançou a tese de que mesmo se as ações militares dos estados membros da Aliança não tivessem justificação jurídica, teriam justificação moral.<sup>13</sup>

A "diplomacia da coerção" surgida num contexto de situações de crise e conflitos armados ainda não ganhou uma estrutura de direito rigorosa, baseando-se essencialmente na delegitimação política. A coerção diplomática pode ter duas dimensões: coerção das partes do conflito a negociações e coerção à suspensão dos ações militares ou ações desumanas ilegais contra a população civil (caso da Líbia). A diplomacia da coerção utilizada de acordo com o direito internacional é a diplomacia das chances derradeiras. Sua missão é garantir uma abordagem mandatária, não forçosa mas, ao mesmo tempo, sem uso de sanções, em relação à regulação da crise. Este tipo de diplomacia parece ser a forma mais perfeita de "força suave" para impedir a escalada do conflito.

A "diplomacia da coerção" como forma de pressão não forçosa, com o processo de negociações como principal instrumento de regulação na Líbia, não o que a comunidade ocidental realmente queria pois ela preferiu uma solução coerciva militar dentro do "quase mandato" internacional. Como se sabe, contudo, a Resolução 1973 não tinha dizia nada a respeito de "mandato liquidador" ou "transferência política" a serem aplicados em relação ao regime Khaddafi. A obrigação de proteger a população civil contra as ações ilegais das autoridades em qualquer estado (Resolução AG ONU A/RES/61) não contradiz a obrigação de usar "negociações como instrumento flexível e eficaz de regulação pacífica dos conflitos entre estados", o que foi fixado a 20 de janeiro de 1999 na Resolução da AG da ONU sobre "Princípios e

orientações para condução de negociações internacionais". O instituto atual de negociações baseia-se em dois princípios básicos: não uso de força e solução pacífica (regulação) de litígios.<sup>14</sup> Além disso, esta resolução também evoca um princípio a mais — "consecução do objetivo pretendido das negociações".

A "experiência líbia" atualizou o problema da aplicação das sanções enquanto instrumento coercivo internacional não militar. Até hoje, o conceito de sanção não tem um conteúdo solidamente consagrado incontestável. A prática de uso das sanções internacionais como mecanismo de coerção político e econômico não conseguiu provar sua eficiência. A imposição das sanções vê-se como proibição total ou seletiva de acordo com as normas do direito internacional afetando a atividade econômica externa (embargo), as ações de caráter militar (zonas aérea de exclusão), atividade política externa (limitação da participação em organizações internacionais, presença diplomática) etc. Embora as sanções e a intervenção não sejam sinônimos, os estudiosos consideram-nos estreitamente interligados. O aspeto positivo das sanções é que elas permitem evitar confrontações diretas e pôr em dúvida a praticabilidade da intervenção. É evidente, entretanto, que as sanções fazem sofrer sobretudo a população civil.

O funcionamento dos mecanismos de prevenção da intervenção e do uso de força diretamente depende da observância das normas do direito internacional. O "niilismo" que caracteriza os países ocidentais na sua abordagem do direito internacional muitas vezes faz com que os esforços coletivos visando evitar a intervenção armada não resultem, como aconteceu na Líbia, levando à violação dos principais princípios do direito, sobretudo, o da soberania estatal. O caráter enunciativo do apego dos parceiros ocidentais ao princípio da primazia do direito nas relações internacionais continua a ser uma das principais razões da ineficiência do sistema de segurança internacional. Uma série de juristas ocidentais apontam ao seguinte. Após a invasão do Iraque pelos EUA e seus aliados, na escola ocidental de direito internacional firmou-se gradualmente a atitude de acordo com a qual "o direito internacional já não é visto como limitação legítima do uso de força pelos países ocidentais, sendo, ao mesmo tempo, que qualquer ingerência nos assuntos de outros estados cada vez mais se sujeite à justiça internacional. Na jurisprudência estadunidense, muitas vezes foi demonstrado que uma posição oficial inevitavelmente se limita à abordagem unilateral tanto em relação ao princípio do direito quanto à argumentação ilegal".<sup>15</sup> Se uma decisão é tomada pela via diplomática mas se apóia na praticabilidade política em vez da abordagem baseada no



direito, é possível que se usem combinações e formulações vertiginosas e sofisticadas às quais se atribui a força de prova e argumento, sendo que no decurso das negociações as frases, palavras e até mesmo sentidos não passem de ilustrações. As tentativas do direito de chamar os que o fazem à razão são extremamente raras. A "doutrina do direito" tenta avançar o discurso exatamente nesta direção. Não tem nada a perder "exceto sua probidade".<sup>16</sup>

Entretanto, falando-se sobre a situação em torno da "legitimidade da intervenção" a bem do humanismo, ainda há questões por responder. Será que, após Kosovo, Iraque e Líbia, as práticas do "humanismo militarizado" ocidental criaram uma nova realidade na esfera da segurança coletiva? Podem esses precedentes ser vistos como um fundamento de uma "nova norma" do direito internacional atual? Conseguiu-se, através da prática de uso de força, "afugentar a diplomacia" e dar-lhe uma "determinada forma", como disse um conhecido cientista americano<sup>17</sup>, sem ligação tradicional com o princípio da supremacia do direito nas relações internacionais? E, por fim, a questão do potencial real da Rússia e outras potências, sobretudo do grupo dos BRICS, que continuam fiéis ao princípio inviolável de observância das normas do direito internacional, cimento jurídico do sistema internacional atual, e opostos às tendências crescentes para regular problemas de segurança e proteção universal dos direitos do homem por métodos ilegítimos e ilegais.

1. Conde *Witztum W.* Direito Internacional. Moscou-Berlim, 2011. pág. 848.

2. *Ibid.* Pág.. 861.

3. Documento de Helsinque, OSCE. 10.07.1992 (ILM31, 1992. 1390ff)

4. Conde *Witztum W.*. Op.cit.. 861.

5. *Levy B.-H.* La Guerre sana l'aimer. P. Grasset, 2011.

6. *Le Monde.* 24.11.2011.

7. Conde *Witztum W.*. Op.cit. Pág. 837.

8. *Josefo Flávio.* Guerra Judaica. São Petersburgo, 1991. Pág. 85-86.

9. Fundo de ouro dos estudos de direito internacional na Rússia. Moscou., 2007. Vol. I. Pág. 34.

10. *Ibid.* Pág. 10.

11. *Tolstoi L.N.* Último Diário. 1910. 12 de maio. Moscou, 2010. Pág. 63.

12. *Stewart P.* Libya and the Future of Humanitarian Intervention // Foreign Affairs. 2011. August 26.

13. *Habermas J.* Bestialitat und Humanitat. Ein Krieg an der Grenze zwischen Recht und Moral // Die Zeit. 1999. №18.

14. *Lukachuk I.I.* Negociações diplomáticas e atos nelas aprovados. Moscou. Nota Bene, 2004. Pág. 11.

15. *Carty A.* The Decay of Internatinal Law: A Reappraisal of the Limits of Legal Imagination in International Affairs. Manchester, 1986. P. 115.

16. Ibid.

17. *Khomski N.* Novo humanismo militar. Moscou, 2002. C. 218.





Aleksandr  
FOMENKO

*Historiador e politólogo,  
Deputado da Duma  
Estatal IV Legislatura*

*alexanderfomenko@  
inbox.ru*

## NOSSAS PERSPETIVAS CONTORNOS DA POLÍTICA EURASIÁTICA

É óbvio que os imperativos da política externa da Rússia são determinados não por desejos de diferente ordem, mas por fatores bastante objetivos, nomeadamente a geografia e a história. Pois mesmo Napoleão reconhecia que a direção política de um país pode alterar tudo na sua vida, menos a geografia. Mas o poder político não tem poder sobre a história: este facto foi comprovado com toda a clareza através das nossas tentativas revolucionárias, levadas a cabo durante o século passado, de iniciar a política externa a partir do zero.

A Rússia, enquanto realidade geográfica, é, estritamente falando, o somatório da Europa Oriental e Norte da Ásia. Por isso, a título de exemplo, as relações económicas e políticas entre a Rússia e a China, o Japão, o Vietname, e outros países do Sudeste Asiático, são relações intra-asiáticas na mesma medida que são intra-europeias as nossas relações com a Alemanha e a Itália.

Só por isso a Política Externa da Rússia não pode ter uma orientação, qualquer que seja, mais importante: ela é demasiado grande e abundante para ter prioridades de Política Externa incondicionais. Para Moscovo têm que ser igualmente importantes as suas relações com a União Aduaneira, Bielorrússia e Cazaquistão, com outros países da Comunidade pós-soviética, bem como as suas relações com a UE, os EUA e a China, nem que seja pelo facto de termos fronteira tanto com a União Europeia, como com os Estados Unidos e claro com a China. Para nós, as relações com todos esses mundos variados são, pela sua natureza, fronteiriços.

Estando, constantemente, em contacto com quase o mundo inteiro, é fundamental para nós ter em conta a dificuldade proliferante da cultura política desse mundo. E, especialmente, a complexidade da cultura política dos nossos parceiros ocidentais. Bastante complexos e nada lineares são os métodos desenvolvidos para as abordagens e decisões na área da Política Externa, característicos dos regimes liberais e democráticos, que exigem de nós reações de resposta à altura. Não se pode encarar as coisas ditas, publicamente ou nos bastidores, de representantes da nomenclatura ocidental quase como diretivas do Politburo e agir, quanto à relação com o Ocidente, da mesma forma como, por exemplo, que com os regimes comunistas asiáticos da China ou do Vietname.

Lembro-me que dez dias antes da votação sobre a Líbia no Conselho de Segurança, foi publicado no jornal "Wall street journal" um artigo de Richard Haass<sup>1</sup>, Presidente do Conselho para as Relações Externas de Nova Iorque, que explicava de forma clara e precisa porque é que os EUA não se deveriam ter metido numa operação militar de tão grande dimensão com objetivos obviamente inalienáveis naquela situação quando os seus interesses vitais não são afetados. O que evidencia o facto de que nos bastidores do poder norte-americano não havia consenso quanto à questão da Líbia, tal como não havia nos nossos. Consequentemente, Moscovo não deveria ter receado a perspectiva de um confronto diplomático com os Estados Unidos no caso de, por ventura, os representantes russos na ONU tivessem decidido votar, a 18 de Março de 2011, contra a malfadada resolução líbia (Além disso, pessoas bastante sérias em Washington e Nova Iorque teriam ficado bastante satisfeitas ganhando assim trunfos extra contra os seus oponentes no jogo intra americano).

No futuro, deveríamos evitar expressar publicamente a nossa irritação acerca de encontros de diversas figuras oficiais de proa dos países ocidentais com representantes da nossa oposição, inclusivamente com

a mais inaceitável e "fora do sistema". Em vez disso devemos optar por um diálogo alternativo com o Ocidente, introduzindo nos programas das visitas internacionais das nossas figuras oficiais encontros com elementos proeminentes da oposição. Nos EUA, por exemplo, essas pessoas poderiam ser Ron Paul e os seus apoiantes, já em França a direção da Frente Nacional.

Para isso temos todos os fundamentos: a representante desse partido tem o apoio de vários milhões de eleitores e Marin Le Pen opõe-se publicamente à participação do seu país na NATO e é a favor da aliança diplomática com a Rússia. Porém, até à data, a direção do único partido "pró-russo" francês nunca foi convidada nem sequer para receções públicas da nossa Embaixada em Paris. Apesar dessas pessoas (que além de mais são membros do Parlamento Europeu) serem mais sérias do que o nosso Aleksei Navalni com quem sem vergonha se encontram em Moscovo altas figuras dos EUA.

Contactos diretos entre representantes das autoridades russas com oposições europeias e norte-americanas, planeados e permanentes, poderão ser, no futuro, indicadores visíveis da existência de múltiplos vetores na política externa russa face ao Ocidente, bem como à sua prontidão para jogar segundo as regras da política democrática e liberal.

Se, por exemplo, não for sempre confortável, aos representantes do poder executivo russo, demonstrar aos seus congéneres ocidentais, a existência de relações de trabalho com os seus críticos mais ferozes, então os parlamentares, membros de ambas as câmaras da Assembleia Federal, podem levar a cabo esse "diálogo alternativo" numa base permanente.

É óbvio que o Ocidente irá aplicar cada vez mais, nos próximos anos, na luta de concorrência mundial os métodos revolucionários da "reformatação" das estruturas políticas desse ou daquele Estado, com o objetivo de introduzir neles diversas formas de "governança externa". Na sequência disto o diálogo alternativo com ele é absolutamente essencial.

Principalmente tendo em conta o facto de que nós já deixamos escapar o melhor momento para iniciarmos uma campanha de propaganda concorrencial preventiva, algures em meados dos anos 2000, altura das revoluções "laranjas" e "floridas". (Esta técnica já foi testada há muito tempo: a primeira experiência da anulação de eleições com recurso à força, passou pela remoção inconstitucional do cargo de Presidente da F. Marcos das Filipinas, em Fevereiro de 1986).

Em vez das tentativas, condenadas à partida ao insucesso, de impedirmos a aprovação, em 2006, por parte da APCE da famosa resolução 1481 "Sobre a necessidade de condenar por parte da Comunidade Internacional os crimes dos regimes totalitários comunistas", já naquela altura deveríamos ter iniciado a nossa campanha pela condenação das revoluções francesa, inglesa e de outros países europeus que periodicamente ensanguentavam os países do nosso continente, incluindo a Rússia.

Nós somos um país grande e temos mais perspectivas de autossuficiência e soberania política. É exatamente por isso que a Rússia pode dar-se ao luxo de atuar na arena política internacional de forma muito mais sincera do que permitem as regras da cortesia política (na era soviética falava-se de "contenção ideológica") dos nossos parceiros ocidentais, que até hoje ainda não conseguiram recuperar do famoso discurso "dissidente", de Putin, em 2007, em Munique (cujo efeito de bastidores foi apenas comparável ao da igualmente famosa palestra de Harvard que Solzhenitsyn apresentou um quarto de século antes — após a qual o dissidente soviético foi inscrito na lista negra).

Nos próximos anos, Moscovo pode dar-se ao luxo de passar de uma política externa reativa, que passa pela elaboração de diferentes respostas a desafios externos, para uma política de iniciativa ativa, que obriga os parceiros responder, de uma forma ou outra, aos nossos desafios.

Por exemplo, a Rússia tem razões, já hoje, para equacionar a dissolução da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), ou, simplesmente, deixar de ser um dos Estados-membros. Pois de todo o conjunto dos acordos de Helsínquia, de 1975, atualmente, a agenda apenas contém questões que se prendem com o respeito pelos direitos políticos do Homem, ou seja questões do terceiro pilar, ligadas à cooperação cultural e humanitária.

Ao mesmo tempo que a questão da segurança na Europa (o primeiro pilar de Helsínquia) é, hoje em dia, trabalhada, na totalidade pelo Conselho Rússia — NATO, para a discussão das questões económicas intra-europeias e de cooperação científico-tecnológica (segundo pilar) existe o Conselho de cooperação Rússia — UE, bem como as nossas relações bilaterais com os Estados-membros da UE.

De um modo geral, mesmo as questões do cumprimento dos direitos do Homem são discutidas no âmbito da APCE e não no seio da Assembleia Parlamentar da OSCE, sendo que a participação direta dos EUA e da China não é estritamente necessária. (Nomeadamente a participação plena dos

dois países além-mar, EUA e China, mas também dos países asiáticos da CEI distinguem a OSCE do Conselho da Europa).

A falta de entendimento recíproco entre a Rússia e o Ocidente durante séculos e décadas é um facto histórico lamentável, mas indiscutível. E nenhum acordo entre a Rússia e a UE "sobre parcerias e cooperação", nenhum projeto sobre a sua "parceria e modernização" conseguiu, até a data, superar a inércia dessa falta de entendimento mútuo.

Porém, o estado da "parceria estratégica" devia ser-nos muito mais natural do que a oposição ou a indiferença. Pois se tivermos em conta as preferências culturais da população, então a Rússia é um país completamente europeu: mesmo entre os seus cidadãos de origem não-europeia, com todo o seu respeito pelas suas raízes culturais, ninguém está propriamente empenhado em imitar o estilo de vida e os hábitos do Tibete e da Arábia Saudita.

Além disso, no seio da nossa população, não só não existe um desvanecimento, mas sim um renascimento — por comparação aos países ocidentais — da religiosidade, que afeta todas as suas camadas. No que toca a valores religiosos e de vida tradicionais, nós somos um país muito mais europeu do que alguns países fundadores da UE, atualmente, secularizados e liberalizados para lá do aceitável.

A Europa dos nossos sonhos e lida nos livros mudou tanto que está irreconhecível. Como afirmava no seu recente livro, o ministro das Finanças de Itália, Giulio Tremonti, o "século de ouro da Europa" no âmbito económico acabou mal tendo tido tempo para começar.<sup>2</sup> A desindustrialização do continente é um facto evidente. Tendo a mesma origem que a crise, consequência de um complexo suicida liberal-revolucionário iluminista desta civilização, que perante os nossos olhos perdeu uma grande parte da sua força vital e, conseqüentemente, a sua importância a nível mundial. Após isso começou propriamente a história mundial, diferente da "história mundial" que até há 100 anos era coincidente com a história da Europa.

Um autor católico francês definiu da seguinte maneira a particularidade do mundo histórico-cultural europeu, o mundo romano:

"Ser romano significa aceitar o velho como novo, renovar esse velho, plantá-lo num solo novo, e a própria replantação transforma o velho num início, ou numa fonte de um novo desenvolvimento".<sup>3</sup> A renovação, a transformação do velho num desenvolvimento histórico novo, a restauração e a reabilitação de uma experiência tradicional — não é apenas a "modernização" a qualquer custo.

Porém se a função e o objetivo da ação da Europa ocidental e dos Anglo-saxónicos é apenas missionária e de colonialismo cultural, então a finalidade do objetivo russo é a da sua preservação e salvaguarda, bem como da sua essência político-cultural, moral e religiosa.

A nossa Terceira Roma russa sempre teve exclusivamente a ambição de ser a guardiã da integridade da Ortodoxia, mas não o estatuto de gestor (ou co-governante) deste mundo. Nunca se falou de qualquer expansão espiritual (religiosa e ideológica) ou política.

Historicamente, a Rússia alargou-se para além do seu território étnico apenas de forma natural. Não interessa quantas ilhas descobriram os navegadores russos, no séc XIX, no Oceano Pacífico, nunca ocorreu a Petersburgo imperial colonizá-las. Nunca desenvolvemos projetos no sentido de nos apoderarmos de territórios estrangeiros ricos em recursos, com exceção da aventura no Extremo Oriente, no final do séc. XIX, com as concessões florestais na Coreia, que terminaram numa guerra com o Japão.

Após o encerramento do projeto de modernização ocidentalizada dos primeiros bolcheviques, leninistas e trotskistas, todos os líderes soviéticos lutavam obstinadamente por apenas uma coisa, a paridade técnico-militar com a "potência hegemónica" do mundo, garantindo assim a existência soberana do seu país.

Mesmo o marechal Estaline estava bastante satisfeito com o seu lugar no seio da "Grande Troika" e não pretendia nenhuma acrescida expansão ultramarina. Foi exatamente a sua compreensão da realidade geopolítica e geoeconómica da época que explicam a participação da URSS nos acordos de Bretton Woods de 1944 que deram ao dólar oficialmente o estatuto de divisa mundial e serviram de base a estruturas globais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

Por isso não é de estranhar que as atuais autoridades russas estejam tão preocupadas com a sua soberania e auto-suficiência face a antigas e futuras "potências hegemónicas", sejam democráticas ou nem por isso.

Se bem que, no mundo atual, a auto-suficiência política depende não só das capacidades económicas e militares, mas também da capacidade de usar o *soft power* da cultura e da ideologia.

Até a data, a Rússia ainda não experimentou jogar nesse campo: nem se preocupando com a estruturação do espaço político-cultural da língua russa. Apesar de, com base em todas as outras línguas europeias de utilização internacional, terem sido criadas organizações internacionais de natureza semelhante. Entretanto são a língua russa e a cultura russa



clássica que se constituem de forma indubitável num recurso de *soft power* do nosso país.

A experiência europeia de utilização do *soft power* da cultura nacional é bastante alargado. A Alemanha, por exemplo, durante décadas, construiu a sua política externa baseando-se no conceito de "mundo alemão". Todos os alemães, independentemente do lugar em que vivessem, eram encarados, pelo Estado, enquanto patriotas no estrangeiro, e tinham o direito incondicional de receberem a cidadania alemã com base na sua origem. O que não obstruiu à importação para a RFA da força laboral da Turquia ou da Jugoslávia, nem da cultivação no país da "cultura da tolerância".

As autoridades de Moscovo, apenas nos últimos anos, começaram a reconhecer a realidade político-cultural do Mundo russo.

Apesar de ser evidente para todos, há muito tempo, que a queda da União Soviética não podia contribuir, nem contribuiu para a união dos culturalmente russos dentro das fronteiras da Rússia. Com a Rússia histórica (ou a URSS) até hoje sentem afinidade, no estrangeiro, muitos milhões não só de russos e ortodoxos, mas todos aqueles que falam a língua russa, que apreciam a herança histórica russa e soviética.

Por exemplo, a nova concentração cultural, política e económica do nosso Mundo russo, que começou há 20 anos, dá esperança àqueles que ainda valorizam as tradições da velha Europa. Pois o futuro do nosso continente depende, hoje, da velocidade a que será levada a bom porto essa concentração.

Porque não houve tempo para que as melhores mentes do nosso antigo ecumenismo europeu tivessem descoberto como fomos em tempos — Rússia e Europa e América — partes do mesmo Mundo, como no centro do palco da história emergiu o Sudeste da Asiático, personificado na China, na Índia, no Japão, e noutros "tigres" e "dragões". E por comparação a eles, de alguma forma desapareceram as aparentemente óbvias diferenças culturais e políticas entre nós: Moscovo, Berlim e Paris (e outros como eles) tornam-nos de repente no óbvio Ocidente. Pelo menos, da perspectiva daqueles que nasceram no Oriente — Extremo, Médio ou Próximo.

Para aqueles que consideram a nossa atual concentração demasiado arrastada, é preciso relembrar que enquanto no tempo do Alexandre II essa concentração levou um pouco mais de 20 anos — incluindo a Guerra da Crimeia, a segunda concentração levou mais de 20 anos — desde o final da Guerra Civil até a II Guerra Mundial.

Por isso ainda estamos dentro do prazo estipulado.

1. *Haass Richard N.* The U.S. Should Keep Out of Libya // The Wall Street Journal, 2011. 8 March.
2. Tremonti Giulio. *Paura e speranza.* Milano, 2008.
3. Brague, Rémi. L'avenir romain de l'Europe // *Communio.* IX. 2. № 52. Mars-avril 1984.





Armen  
OGANESIAN

Editor-chefe da revista  
"Vida Internacional"

[oganesian@interaffairs.ru](mailto:oganesian@interaffairs.ru)

## DÉFICE DE "POTENTADO"

"Atualmente o maior indicador de poder não passa pela capacidade de iniciar uma guerra, mas pela capacidade de as prevenir". Esta é a voz do séc. XX, flagelado por conflitos e guerras sangrentas, e pertence à escritora norte-americana Ann O'Hare McCormick, que sobreviveu a duas Guerras Mundiais e faleceu em 1954.

Porém, rapidamente o poder passou a ser medido não só pela incrível capacidade de aniquilação mútua, mas também pela quantidade de guerras regionais que o país conseguia enfrentar em diferentes pontos do mundo ao mesmo tempo. Máximas desta natureza passavam de doutrina militar em doutrina militar. Este critério

manteve-se depois do final da guerra-fria e até aos dias de hoje.

Sim, de facto, será que o critério da Sra. McCormick funcionou nalgum momento da história da humanidade, diremos, nem que seja durante os últimos dois séculos? Funcionou. Imediatamente após as guerras napoleónicas a paz instalou-se na Europa, na qual a Rússia teve um papel importante. Em círculos diplomáticos corria um ditado, segundo o qual nenhum canhão na Europa poderá "falar" sem o consentimento de São Petersburgo.

A guerra da Crimeia colocou um ponto final no silêncio e no bem-estar, e a França e Alemanha esgotadas negligenciaram o reforço da Prússia. No final, os mesmos líderes militares que combateram junto das muralhas da Tróia russa, sofreram uma derrota vinda dos "boches". "França ficou com os olhos apenas para chorar", disse De Gaulle posteriormente sobre a guerra Franco-Prussiana. O reforço da Rússia durante o reinado de Alexandre III devolveu a paz e a tranquilidade à Europa, facto que foi reconhecido, se bem que sem entusiasmo, em todas as capitais europeias.

Actualmente, as grandes potências ocidentais têm uma participação hiperactiva em conflitos regionais e, mal acaba um, desenvolve-se outro, que é seguido, facilmente por outros... De que se trata, de uma nova divisão do mundo? Numa conversa confidencial, um proeminente magnata dos petróleos árabe referiu que: "Eles querem voltar em forma de protectorado para o lugar onde antigamente tinham as suas colónias". Tão fácil? Ou talvez nós habituamo-nos a complicar tudo e enganar-nos com rendilhados de discurso político e posturas nobres?

Muitos ainda se lembram da expressão "socialismo de rosto humano", agora pregam ao mundo "a guerra com um rosto

humano", chamando-a ora de "intervenção humanitária", ora de "defesa conscienciosa". Neste quadro, a Rússia e a China desempenham os papéis de bombeiro e de pacificador das partes em confronto; os países da NATO — de orientadores militares e políticos de um dos lados, apoiando-o de forma aberta ou encoberta. A aposta, neste caso, é feita na oposição que contesta a legitimidade do poder, recorrendo a métodos de protesto civil e confronto armado. Para o Ocidente a questão das questões hoje é o quão gratos ficarão os libertados aos seus novos patronos?

Num futuro próximo, a alteração do papel das preferências é pouco provável. Mas tanto à Rússia como à China continua a colocar-se a questão: e daqui para a frente?

Não obstante à inegável prioridade da manutenção de paz e da resolução de conflitos, não podemos excluir o facto de no mundo ocorrerem situações em que o uso da força é inevitável. A Carta das Nações Unidas não exclui as abordagens com recurso à força, mas, no entanto, coloca um patamar tão elevado para a sua aplicação, que não reflecte totalmente o potencial "trovejante" da natureza dos conflitos modernos. Paralelamente, do ponto de vista histórico, a não-resistência ao mal pela força nunca foi um postulado da política externa russa. Em última análise, não terão sido "intervensões humanitárias" as guerras russo — turcas em defesa dos povos dos Balcãs?

Ao mesmo tempo, não é aceitável para a comunidade internacional, quando alguém concretiza o direito único de iniciar uma operação contra um Estado soberano, denominando-a unilateralmente de "humanitária" e "responsável". A saída desta situação é só uma: elaborar e provar, na qualidade de norma de Direito Internacional, a definição de "intervenção humanitária" (ou qualquer outra),

excluindo a possibilidade da sua aplicação e interpretação voluntarista. Por outras palavras, é necessário estabelecer todas as fronteiras objectivas do termo (que até à data são bastante indefinidas) com linhas vermelhas bem definidas.

No entanto, mesmo que o consenso seja encontrado, ele não irá substituir o défice de responsabilidade de "potentado" durante o qual os canhões estão silenciosos.





## 90 ANOS NÃO SÃO IDADE A “VIDA” TEM UM GRANDE FUTURO...

**Boris PIADYSHEV**

*Embaixador  
Plenipotenciário,  
funcionário emérito do  
serviço diplomático da  
Rússia, redator principal  
da revista “Vida  
Internacional” (1987-  
2009), doutor em História*

**T**UDO COMEÇOU no período romântico de 1917, quando reinava a ideia do fim dos segredos na vida internacional, da abertura total da diplomacia e da política. Então, Nikolai Markin, marinheiro revolucionário, foi encarregado a editar para consulta pública os tratados secretos assinados pelos regimes anteriores. Foram editadas várias coletâneas, às quais, mais tarde, os historiadores chamaram “Cadernos de Markin”.

Os novos intelectuais contratados pelo marinheiro revolucionário consideraram justificada a continuação da publicação do Comissariado do Povo dos Negócios Estrangeiros (CPNE), mas não só sobre o passado, mas sobre os assuntos correntes da política externa. Assim foi editado, em 1919, o “Mensageiro do CPNE” da Rússia Socialista, onde se publicaram notas e outros documentos do Comissariado, artigos de vários autores.

*Борис ПЯДЫШЕВ, Чрезвычайный и Полномочный посол, заслуженный работник дипломатической службы России, главный редактор журнала «Международная жизнь» (1987—2009 гг.), доктор исторических наук  
90 ЛЕТ — НЕ ВОЗРАСТ. У «ЖИЗНИ» БОЛЬШОЕ БУДУЩЕЕ...*

Paralelamente ao "Mensageiro", em Fevereiro de 1920 começou a ser editado o "Boletim do Comissariado do Povo dos Negócios Estrangeiros da RSFSR", que constituía uma coletânea dos artigos mais importantes da imprensa estrangeira, publicados resumidamente. O "Mensageiro" era editado uma vez de dois em dois ou três em três meses, tinha 38 páginas, o que, para a altura, era uma edição bastante grande. O boletim era publicado semanalmente com 1218 páginas e constituía praticamente a única fonte de informação sobre publicações estrangeiras.

Em Março de 1922, o "Mensageiro" e o "Boletim" foram substituídos por uma revista com um nome hoje bem conhecido: "Vida Internacional". Ela foi publicada com diferente periodicidade, mas, normalmente, uma vez de dois em dois meses. A tiragem também subiu de 500 exemplares no primeiro ano até dois mil nos anos seguintes.

"A "Vida Internacional", escreveu no N°1 de 1923 o Comissário do Povo Gueorgui Tchitcherin, é o órgão político do Comissariado do Povo dos Negócios Estrangeiros, ela deve, na sua esfera, servir as tarefas comuns da política externa da República Soviética", que, segundo ele, "procura as correntes fundamentais, profundas durante o desenvolvimento das relações políticas e económicas da atualidade".

Pelos vistos, a publicação da revista em 1922 refletiu o carácter fulcral do desenvolvimento do nosso Estado nessa época. Ao dar início à realização da Nova Política Económica (NEP), a jovem república arreou a bandeira do comunismo de guerra no interior do país e da revolução mundial na sua política externa. Os apelos à luta foram substituídos por propostas de cooperação económica, incluindo concessões a estrangeiros.

A revista "Vida Internacional" era necessária para difundir a nova política externa que correspondia à NEP. Este título estava cheio de originalidade, porque a "época da revolução mundial" combinaria melhor com títulos que contivessem conceitos como "solidariedade", "proletariado", "internacional". Mas, em vez disso, tratava-se de uma contemplação sem carácter de classe: vida, e ainda por cima internacional, significava que "não é nossa", "não é soviética".

Talvez os políticos refinados do CPNE quisessem enviar, com a publicação de semelhante edição, um sinal cifrado ao estrangeiro: estão a ver, estamos a mudar, não somos aqueles que estavam ontem aqui e ainda seremos melhores amanhã!

A combinação das palavras "vida internacional" continuará a cumprir o papel de senha que codifica a política externa. Continua a desconhecer-se



se os políticos do Ocidente, para quem essa cabalística da era soviética é dirigida, souberam decodificá-la.

Em conformidade com as condições do mercado da NEP, a revista "Vida Internacional" não era enviada gratuitamente aos dirigentes soviéticos, como acontecia com o "Mensageiro do CPNE", mas vendida a um preço fixo no edifício do CPNE, então situado na Kuznetski most.

Foi anunciado, nas páginas da revista, que ela era publicado com a participação estreita de *N. Iordanski, M. Litvinov, I. Maiski, M. Pavlovitch, K. Radek e G. Tchitcherin*. A sequência alfabética dos nomes e pseudónimos não permitia determinar que lugares ocupavam os ativistas do passado no conselho de redação. Porém, é conhecida a sua situação geral na sociedade. *G. Tchitcherin* era o Comissário do Povo dos Negócios Estrangeiros, *K. Radek* era o ideólogo da Internacional Comunista, *M. Litvinov* era vice-comissário, *N. Iordanski, M. Pavlovitch e I. Maiski* eram funcionários do CPNE.

É curioso assinalar que só Litvinov tinha aderido à social-democracia leninista antes da revolução, os restantes aderiram a ela depois de 1918, estando, antes, mais próximos de G. Plekhanov.

Na sua primeira existência, a revista "Vida Internacional" começou a apagar-se com a NEP. O seu último número saiu em 1930, quando no país reinava a atmosfera de "fortaleza cercada". *Tchitcherin*, então com 58 anos, foi afastado do cargo de Comissário do Povo, tendo sido substituído por *Litvinov*, um homem próximo dele quanto à idade, mas mais flexível. *Maiski* foi como embaixador para a Finlândia.

A vida internacional tornou-se uma zona de risco acrescido. Pouco tempo depois, parte significativa da constituição do CPNE e, por conseguinte, dos autores da antiga revista viram-se nas listas negras dos "inimigos do povo". Esses nomes começaram apenas a sair do esquecimento em meados de 1950, quando surgiu a nova edição da "Vida Internacional". Mais 20 anos depois, a memória dos seus nomes será gravada com letras de ouro numa placa de mármore na entrada do edifício alto na Praça Smolenskaia.

DEPOIS DA MORTE DE ESTALINE em Março de 1953, depois de alguns meses após a neutralização de um homem odiado por todos: *Béria*, na direção de Moscovo começou a luta em torno das vias a abrir rumo ao Ocidente. *N. Kruschov, V. Molotov, G. Malenkov, N. Bulganin, L. Kaganovitch*, outros dirigentes eram pessoas diferentes, mas cada um deles compreendia a necessidade da entrada da potência no mundo externo. Compreendia, mas à sua maneira e com a utilização dos meios mais acessíveis.

Uma das possibilidades, bastante simples, era a edição de uma revista mensal, nova quanto à qualidade. A ideia pertenceu a *V. Molotov*, então ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS. Foi ele que propôs o nome: "Vida Internacional". Quando, mais tarde, começaram a publicar a edição inglesa, passou a chamar-se "International Life". *A. Gromiko*, que, nessa altura, já era ministro e redator principal, opôs-se: "Os americanos têm uma revista "Life". Chamemos ao nosso "International Affairs." E assim fizeram.

A tomada de decisão foi difícil, mas não se tratava de preocupações literárias ou financeiras. Aqui, o tesouro estava aberto a qualquer possibilidade. O problema consistia em que os dirigentes do Kremlin estavam de acordo em que "era preciso", mas discordavam sobre "até que ponto era preciso". Até que ponto era preciso abrir a janela.

Numa nota de *I. Ilitchov*, chefe da Secção de Imprensa do MNE da URSS, em nome do ministro dos Negócios Estrangeiros, *V. Molotov*, de 7 de Setembro de 1953 (Nº1003/OP), escrevia-se que "na União Soviética não há uma revista especial que se dedique à cobertura multilateral das questões da política externa". Recordava-se a revista "Vida Internacional", editada pelo CPNE entre 1922 e 1930, sublinhava-se "a necessidade de edição de um órgão não oficial especial de política externa", que "não deve ter um caráter oficial". Propunha-se a conservação desse nome.

Reproduzindo a argumentação da Secção de Imprensa, *V. Molotov*, no dia 24 de Outubro, enviou a sua nota com um endereço triplo: "Ao Presídido do CC do PCUS, ao camarada *G.M. Malenkov*, ao camarada *N.S. Khrushov*". Pelos vistos, a colocação da questão exigiu um mês e meio. Uma das tarefas políticas fulcrais da revista era a seguinte: "Mais livre do que a imprensa oficial, explicar o significado dos acontecimentos políticos internacionais mais importantes e particularmente o significado da luta da URSS pelo reforço da paz" (AVP RF, fundo do ministro *V. Molotov*-06, op. 12, p. 3, d. 32, ll. 1-4).

A decisão da edição foi tomada pelo CC do PCUS, onde, segundo a "novidade" oficial de então, *N. Khrushov* "concentrou a sua atividade". Foram aprovadas várias decisões a esse respeito. O Presídido do CC do PCUS analisou a questão da edição da "revista não oficial especial de política externa "Vida Internacional" na sua sessão de 29 de Outubro de 1953 (Protocolo Nº 40, ponto V da ordem do dia) e encarregou o MNE da URSS de apresentar "a redação final de um projeto sobre essa questão". *V. Molotov* não estava nessa sessão e o MNE estava representado pelo seu vice *V. Zorin*,

*N. Bulganin* presidiu e *M. Saburov*, *A. Mikoain*, *M. Suslov* e *M. Pervukhin* apresentaram as suas opiniões.

A decisão definitiva foi tomada na sessão do Presídio de 13 de Novembro, quando presidia *G. Malenkov* e *V. Molotov*, *L. Kaganovitch*, *K. Vorochilov* e *N. Khrushchov* participaram também na discussão da questão da revista (Protocolo N°41, ponto IV da ordem do dia).

*V. Khvostov*, então membro do Colégio e chefe da Direção de Arquivo do MNE da URSS, membro correspondente da Academia das Ciências e duas vezes laureado com o Prémio Estaline por obras históricas foi nomeado redator-chefe.

As decisões sobre a edição da revista continham um estatuto duplo: aberto e secreto. Era como uma espécie de criança bastarda com uma situação social indeterminada. Uma das partes (ou "paternal", ou "maternal", é difícil dizer) era clara desde o início.

No conjunto de documentos da Secção de Imprensa e do Ministério encontra-se um parágrafo que entregava a revista ao MNE e, no decreto do CC de 13 de Novembro, essa ideia ganhou o estatuto de diretiva: "2. O MNE da URSS fica encarregado pelo controlo geral da edição da revista".

Mais complicado foi com o segundo "pai". Buscava-se a melhor variante. Na nota da Secção de Imprensa propunha-se: "Realizar como "Edição da Secção Internacional dos Sindicatos Soviéticos". O ministro corrigiu: "Ela pode ser registada como edição do jornal "Trud". O Presídio do CC do PCUS revelou a sua criatividade e escreveu: "A edição da revista deve ser organizada como edição da Sociedade Nacional de Difusão de Conhecimentos Científicos e Políticos". Mas também esta posição não foi definitiva. O Secretariado do CC do PCUS a 27 de Março de 1954 precisou: "A editora "Znanie" ("Conhecimento") da Sociedade Nacional de Difusão de Conhecimentos Científicos e Políticos fica encarregada da edição da revista "Vida Internacional" (Protocolo N°54, ponto 10).

Foram necessários cinco meses para transformar a decisão de princípio do Presídio do CC do PCUS num decreto pormenorizado do Secretariado do CC do PCUS, que abriu caminho para a publicação da revista. A decisão era mesmo muito pormenorizada. Nela não só se definia a constituição do colégio redatorial, de que passaram a fazer parte gigantes dos serviços políticos e de informação. Foram fixadas também todas as posições editoriais, até à concessão de 240 toneladas de papel tipográfico N° 1. A redação devia ser constituída por 7 setores e ter 83 funcionários. Passou a ter 9 motoristas! Foi estabelecido o pagamento de 5 mil rublos por 24 páginas (o salário do diretor de secção era de

3,5 mil rublos aos preços da altura). Hoje, isso parece um conto de fadas. Só no que diz respeito a moeda estrangeira foi tomada a decisão zero.

Eram particularmente substanciais mais dois pontos da decisão. O primeiro dele encarregava o Soviete de Moscovo de conceder um escritório com uma área de 500 metros quadrados, o que foi feito com mais 2 metros quadrados (decisão do Comité Executivo de Moscovo N°38/37 de 24 de Junho de 1954).

Outro ponto encarregava a Direção Principal de Proteção de Segredos Militares e de Estado na Imprensa junto do Conselho de Ministros da URSS de "enviar para a redação da revista edições estrangeiras sem censura prévia". Na prática, isso significava que à própria redação eram incumbidas as funções de censura. Semelhante circunstância, exclusiva nesses tempos rigorosos, levou a que a revista não precisasse da autorização da Glavlit (censura) para publicação, mas, ao mesmo tempo, fez aumentar muito a auto-censura da redação. Também por essa razão foi criado um grupo altamente qualificado de revisão, que devia responder pela veracidade de todos os materiais e saber com precisão o que se podia e não se podia.

Temos cerca de uma dúzia de cópias de documentos do CC do PCUS sobre a questão "Da edição da revista não oficial especial de política externa "Vida Internacional". Dois deles são fulcrais: o Protocolo da sessão do Presídio N° 40 de 29 de Outubro de 1953 e o Protocolo N° 41 de 13 de Novembro\*. Ambos "Ultra-secreto". Não "Secreto", mas "Ultra". Só havia mais um grau de secretismo: "Burn before reading" — "Queima antes de leres".

Na sessão de 13 de Novembro foi decidido:

"1. A fim de analisar do ponto de vista científico e político as questões da política externa da União Soviética, bem como as questões atuais da vida internacional, garantir, a partir do início de 1954, a edição mensal da revista "Vida Internacional". A edição da revista deve ser organizada como edição da Sociedade Nacional de Difusão de Conhecimentos Científicos e Políticos.

2. Encarregar o MNE da URSS do controlo geral da edição da revista.

Não foi possível editar no início de 1954. O primeiro número da "Vida Internacional" tem a data de Agosto-Setembro. O seu conteúdo correspondia completamente à filosofia de Molotov. Os artigos, como diria hoje Jirinovski, eram claramente dirigidos contra os EUA e os seus parceiros da NATO. O arquivo da política externa da Rússia é um tesouro valiosíssimo de testemunhos da história que se encontram nas mãos de donos muito cuidadosos. Ele guarda uma massa de raridades curiosas. Nomeadamente

tem várias variantes do editorial da revista "Vida Internacional" N° 1, datado de Agosto de 1954.

A 30 de Julho, V. *Khvostov* apresentou a V. *Molotov* um texto que se chamava "Pela diminuição da tensão internacional". O ministro não deixou uma página sem emendas e algumas faziam lembrar um campo de combate. Inicialmente, riscava uma palavra com um lápis azul, substituía-a por outras que também riscava e substituía por terceiras. Depois, o dono do lápis azul não concordava consigo próprio, riscava mais intensamente, para um lado, para o outro e com círculos.

Chegará o dia em que um estudante atento saberá seguir os riscos do lápis e evidenciar o que compreendia o ministro por "redução da tensão" na época dos primeiros passos da diplomacia de Moscovo na política de coexistência pacífica. Hoje apenas podemos constatar um facto: a revista "Vida Internacional" desenvolveu um papel significativo nessa busca.

Como autores foram mobilizadas as melhores forças do jornalismo e da ciência. *Iú. Jukov*, um dos mais fortes observadores do pós-guerra, lançava raios contra os americanos pela sua política "a partir de posições de força". Um artigo de *D. Melnikov* chamava-se "O militarismo germânico é uma ameaça para a paz". Artigos de outros autores iam no mesmo sentido.

O segundo número da revista (Outubro-Dezembro, em 1954 foram publicados dois números) abre com um editorial "Iossif Vissarionovitch Stalin — grande continuador da causa de Lenine". Tinham passado cerca de dois anos depois da sua morte. Com certeza, na direção do país já se formaram novas opiniões, mas mesmo os que, nessa altura, já tinham amadurecido para a reavaliação do culto da personalidade, não tinham ainda força para ousar fazer as mais pequenas correções visíveis.

Mas, não obstante, já no primeiro número da "Vida Internacional" havia pequenas veias do novo espírito. De forma maior e mais precisa do que noutras edições da altura, falava-se da coexistência pacífica, sobre a prontidão para a cooperação, sobre a importância do desarmamento. O artigo do grande historiador russo Evgueni Viktorevitch Tarle foi um sinal positivo. Tratava-se de história e estava escrito numa língua perfeita, lia-se como um artigo de outros tempos. E. Tarle, então, praticamente não era publicado e parece que o deixaram chegar à "Vida Internacional" para enobrecer a edição, marcar novas tendências.

A partir de 1957, a orientação da "Vida Internacional" aplanou-se um pouco. *N. Khrushov*, depois de desmascarar o grupo anti-partido de *Molotov* e dos seus parceiros, afirmou-se no poder. A política externa tornou-se

mais estável na sua base, estava virada para a coexistência pacífica com o mundo capitalista, mas não permitia o desvio mesmo que milimétrico das posições fulcrais da potência que compartilhava com os Estados Unidos a responsabilidade pelo destino de todo o mundo. Nessa altura, *Nikita Sergueevitch* teve mais um curso de diplomacia ao queimar-se fortemente na sua bondade sem resposta. Deu o Port-Artur e o Porto Dalnii à China, a base de Porkkala-Udde à Finlândia, assinou um tratado de paz com a Áustria, sem receber nada em troca. O cúmulo da irresponsabilidade, mas no plano interno, — ofereceu terras historicamente russas da Crimeia à Ucrânia, o que, muitos anos depois, é e será uma fonte de frieza entre os dois povos eslavos.

A conhecida lei, especialmente na política, "dar algo sem receber nada em troca — é uma estupidez, se não um crime" era aprendida pelos líderes do Kremlin com dificuldade. Então e hoje.

A COEXISTÊNCIA PACÍFICA, o desarmamento geral, a viragem para o Oriente — componentes gigantes da política externa do país que se libertou dos grilhões do estalinismo — levaram à mudança de figuras no tabuleiro do jogo político. *D. Chepilov* substituiu *V. Molotov* no cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros. A ele estiveram pessoalmente ligadas as primeiras tentativas de dar abertura à diplomacia, de substituir a máscara da impenetrabilidade por um rosto humano vivo. Ele até vinha ao trabalho de fato bege claro, provocando tremores nervosos em alguns seguidores cegos do protocolo.

Nestas condições, era preciso outro dinamismo para a revista "Vida Internacional". A 25 de Agosto de 1956, por proposta do MNE, o CC do PCUS aprovou uma resolução sobre a nomeação de um novo redator principal: *L. Ilitchov*, estrela crescente da ideologia de *Khrushchov*, que combinava em si traços de revoltoso e de piloto criativo nas águas tempestuosas da política. Na era estalinista, fora redator principal dos jornais "Izvestia" e "Pravda", depois chefe da Secção de Imprensa do MNE da URSS.

Com a chegada de *L. Ilitchov*, passaram a fazer parte do colégio redatorial da "Vida Internacional" pessoas de peso ideológico. Entraram no colégio redatorial *M. Kharlamov*, chefe da Secção da Imprensa do MNE da URSS, mais tarde presidente do Comité de Rádio e Televisão, homem próximo de *Khrushchov*; *E. Jukov*, historiador, académico; *N. Talenski*, antigo redator do jornal "Krasnaia Zvezda"; *V. Korionov*, ativo desmascarador do imperialismo, vice-chefe da Secção Internacional do CC do PCUS. A constituição do colégio redatorial foi pública durante algum tempo. *L. Ilitchov* deu uma nova coloração propagandística à revista "Vida Internacional", que se

tornou o condutor das ideias da então direção sobre a coexistência pacífica. Primeiro, a coexistência pacífica não se alargava ao campo da ideologia e, segundo, era uma forma de luta de classes. Era difícil coordenar umas coisas com outras.

Precisamente nessa altura, *Khrushov* declarou "guerra aos luxos". O seu principal alvo foi a construção civil, mas apanharam todos de tabela. A redação foi reduzida até 50 pessoas, diminuiu o número de secções. O preço pago aos autores por 24 páginas foi reduzido em mil rublos.

L. Ilitchov foi transferido do cargo de redator para o cargo de chefe da Secção de Agitação e Propaganda no CC do PCUS que depois foi transformada em Secção Ideológica. Em 1960, recebeu o Prémio de Lenine e, um ano depois, foi nomeado secretário do CC para a ideologia.

Pouco antes da sua morte em 1990, V. Ilitchov, vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, voltou à "Vida Internacional", mas já como autor da rubrica "Falemos dos que nos representam no estrangeiro", que deu início à discussão, nas páginas da revista, à forma como melhorar o serviço diplomático soviético, tornar mais eficaz o trabalho dos diplomatas soviéticos.

Nem todos conseguem viver até quase aos 85 anos. Ele era um russo intelectual, sábio. Ele talvez tentasse encontrar um refúgio das tristezas dos tempos passados no seu amor pela filosofia, na coleção de quadros, uma grande parte dos quais ofereceu à cidade natal de Krasnodar, na quente ligação ao "Spartak" de Moscovo.

A SEGUINTE VIRAGEM na história da nossa revista ocorreu em 1958. *D. Chepilov*, que se viu no grupo dos adversários de *N. Khrushov*, recebeu o epíteto insultuoso "quem se juntou a eles", por isso foi corrido do MNE, de forma a que nada ficasse dele. Nem *V. Molotov*, nem a odiosa figura de *A. Vichinski* foram tratados de forma tão negativa como *D. Chepilov*. Nos nossos dias, *Dmitri Trofimovitch* veio à nossa redação duas ou três vezes.

Este intelectual e homem inteligente contou como, num instante, foi excluído 12 vezes: do CC, do partido, dos sindicatos, das academias, etc. Não foi permitido escrever o seu nome nas páginas de dicionários enciclopédicos e diplomáticos.

Em Junho de 1958, o CC do PCUS nomeou o chefe da política externa redator principal da "Vida Internacional". O novo ministro estava longe da abertura do anterior no cargo ministerial. *A. Gromiko* era tradicionalista, como a imutável cor escura do seu fato, moda seguida por todo o corpo

diplomático do MNE, que renovava o seu vestuário na alfaiataria na Kuznietski Most, conhecida desde os tempos de Ilf e Petrov.

Começou um longo período, que durou 27 anos com a presença de A. Gromiko no alto cargo, na direção fundamentalmente à distância da revista. A partir do número de Julho de 1958, a composição do colégio redatorial e o apelido do novo redator principal deixaram de se publicar nas páginas da revista.

A situação da "Vida Internacional", tanto no sentido da política redatorial e da constituição dos autores, como no caráter dos artigos, tornou-se mais definida e, pode-se dizer, calma. A revista estava bem "empacotada" em todos os sentidos. À disposição da redação estavam os mais prestigiosos jornalistas, escritores, cientistas, diplomatas, estadistas. Alguns era difícil ou impossível ficar a saber, pois escondiam-se com pseudónimos. Não podia vir à cabeça a ideia da falta de quadros: nessas condições e por tanto dinheiro, o público elitário fazia fila.

A revista era reta como os carris do caminho de ferro de Moscovo até Petersburgo. Os artigos sobre problemas internacionais e outros eram escritos de forma pormenorizada, argumentada, e... absolutamente correta. Se era dado um passo para a esquerda, ou para a direita, o autor e os redatores eram acusados de permitir um erro político. Aqui tudo era como devia ser, como estava fixado nos documentos do MNE, nas declarações do governo, para já não falar dos documentos do partido ao nível de Plenário ou Congresso.

Entre 1960 e 1970, entre os intelectuais havia uma ocupação muito refinada: ler nas entrelinhas. Os jornalistas espertos, que estavam fartos de colocar tijolos nas linhas dos artigos em revistas ou jornais, tentavam expor a sua ideia sediciosa sob a forma de insinuação, alegoria, comparação não compreensíveis a todos, acessíveis apenas aos iniciados. Outros, entre os leitores, tentavam descobrir isso tudo. Era particularmente difícil e por isso valioso "furar" o "Pravda". Mas também aí era possível, não foi por acaso que aí trabalhou então o mistificador e jornalista inteligentíssimo *Boris Strelnikov*. No "Izvestia" era mais frequente, pois *Stanislav Kondrachov* valia por muitos.

Isso nunca aconteceu na "Vida Internacional". Aqui era impossível por princípio tentar sequer dizer algo, de forma muito disfarçada, que se desviasse da interpretação oficial dos acontecimentos feita pelo MNE ou pelo governo. Não se apressem a condenar. Nisso havia também a sua beleza e valor. No fim de contas, a "Vida Internacional"



não era leitura para o fim-de-semana, mas uma edição onde se expunha a política oficial de forma precisa e séria. Se na revista estava escrito, significa que era assim mesmo. Era útil ter uma fonte exata para os nossos e outros políticos, peritos, cientistas, etc. Dentro do quadro das possibilidades permitidas criaram para a revista suas obras interessantes do plano jornalístico conhecidos autores como *S. Beglov, O. Vassiliev, S. Vichnevski, D. Volski, V. Zorin, S. Zykov, G. Guerassimov, O. Ignatiev, V. Kortunov, V. Kudriavtsev, V. Maevski, V. Matveev, V. Mikhailov, V. Nekrassov, E. Primakov, V. Rymalov, F. Seiful-Muliukov, M. Sturua, G. Trofimenko*.

Ao lado deles estavam conhecidos publicistas, que trabalhavam profissionalmente na esfera das ciências sociais, diplomacia, organizações sociais, nomeadamente *A. Arzumanian, O. Bogomolov, K. Brutentz, O. Bykov, G. Deborin, A. Ermolenko, N. Inozemtzev, V. Israeliian, A. Nikonov, V. Popov, I. Potekhin, Iu. Rakhmaninov, G. Rozanov, T. Timofeev, S. Tikhvinski, G. Tunkin, V. Trukhanovski, N. Iakovlev, A. Iakovlev*.

Sobre cada um deles pode-se dizer: uma pena de ouro. E cada um deixou rasto no desenvolvimento do jornalismo.

Foram publicados artigos assinados com pseudónimos, que merecem particular atenção. Dois deles: "A. Sovietov" e "P. Gorokhov" fazem lembrar o "tenente Kije", uma invenção genial de Iu. Tynianov.

Trata-se de pseudónimos coletivos da redação da revista "Vida Internacional". O primeiro vem da regra comum "pedir conselho" antes de fazer alguma coisa. Assim fazia a revista: pedia conselho ora ao coletivo, ora aos dirigentes e, depois, publicava um artigo assinado por "A. Sovietov". (*Soviet* em russo significa *conselho*. — *Nota do redator*).

O segundo pseudónimo se coadunava ainda mais à redação. Ele apenas transmitia a morada: Travessa (*Pereulok*) Gorokhovski — "P. Gorokhov". Com estes pseudónimos escreviam jornalistas profissionais sozinhos, aos pares ou trios, os que não queriam que os seus nomes aparecessem nas páginas da revista, esses que tentavam dar um peso maior às suas publicações à custa de um estilo mais decidido. Com esses pseudónimos escreveram *Ch. Sanakoev, N. Kaptchenko, L. Vidiassova, N. Khomutov, T. Ievleva, V. Petrussenko, O. Naktopin, T. Kolesnitchenko*.

A história não conservou na memória a quem pertence a invenção. Mas não se pode deixar de prestar homenagem ao sentimento de humor que sempre viveu no meio jornalístico.

DIZEM que *A. Gromiko*, quando foi nomeado presidente do Presídio do Soviete Supremo da URSS (1985), além do cargo ministerial, ocupava ainda mais 18 postos e cargos. Ele demitiu-se imediatamente de 17, mas pediu para continuar a ser redator principal da "Vida Internacional".

Depois da chegada de *E. Chevarnadze* à Smolenskaia Plochad em 1985, *Andrei Andreevitch* continuou mais alguns anos na revista.

*E. Chevarnadze* dizia que era difícil a *Andrei Andreevitch* ocupar dois cargos: presidente do Soviete Supremo da URSS e redator principal.

*M. Gorbachov* apoiou essa ideia. Foi decidido pedir a *A. Gromiko* para se concentrar no trabalho de presidente, libertar-se um pouco, e recomendar para o lugar vago de redator principal uma pessoa nova, nomeando-a também membro do Colégio do MNE.

Foi *A.N. Iakovlev* que conversou com *Andrei Andreevitch* sobre o tema. *Gromiko*, em princípio, concordou. Ele apreciava a revista, pois grande parte da vida estava ligada a ela. Não queria afastar-se dela. Algum tempo depois, *E. Chevarnadze* informou: "*Alexandre Nikolaevitch* falou uma vez mais com *Gromiko* e ele concordou novamente. Mas não apresenta a demissão por escrito".

Depois da terceira conversa, conseguiram "encostar à parede" o velhote. Não ficaram à espera do pedido por escrito, limitaram-se ao pedido oral para que pudesse abandonar o cargo de redator principal.

*A. Gromiko* não tem iguais entre os diplomatas do séc. XX. Ele não fez da revista "Vida Internacional" uma super-estrela, mas também não acabou com ela. Transformou-a numa edição monumental, sólida, à qual se habituaram muitos e sem a qual muitos não podiam passar, vendo utilidade nos materiais publicados.

NO INÍCIO DE SETEMBRO de 1987, eu regressei a Moscovo de férias. Era domingo. O assessor do ministro telefonou-me para casa e disse que *E. Chevarnadze* me queria ver. Estava convencido de que se tratava da participação na escrita de mais um discurso ou documento, o que sempre tive de fazer.

Porém, o tema da conversa foi outro. *E. Chevarnadze disse* que *A. Gromiko*, ao mesmo tempo que ocupava o cargo de Presidente do Presídio do Soviete Supremo da URSS, continuava a ser redator principal do jornal "Vida Internacional". Era-lhe difícil conjugar esses cargos. "Mas o principal é dar nova vida à revista, para que melhor corresponda às tarefas da política moderna".

*E. Chevarnadze* disse que tinha conversado sobre esse tema com *M. Gorbatchov* e este tinha aprovado. Eles combinaram pedir a *A. Gromiko* concentrar-se no trabalho de Presidente do Presídio, ficar um pouco mais livre, e recomendar para o cargo vago de redator principal *B. Piadychev*, nomeando-o igualmente membro do Colégio do MNE. *Gorbatchov* concordou com isso, assinalando que conhece *Piadychev* e que considera o candidato conveniente.

Passaram-se vários meses. *A. Gromiko* encerrou cuidadosamente os seus assuntos na revista. Houve ainda mais uma conversa com ele. Entretanto, eu fui a Nova Iorque para participar na Assembleia Geral da ONU e, depois, para Washington, a fim de preparar a visita oficial de *M. Gorbatchov*, marcada para Novembro de 1987. Pouco tempo depois chegou o primeiro avião com representantes responsáveis da política, cultura e economia soviética. *E. Primakov* foi a primeira pessoa que eu vi entrar na sala de desembarque. "Boris, olá. Antes da partida, vi a decisão sobre Gromiko e ti. Parabéns pela "Vida Internacional".

O protocolo dessa sessão do Secretariado do CC do PCUS tem a data de 16 de Novembro de 1987.

Assim me tornei no quarto redator principal da revista.

Muito mudou nos dias das grandes convulsões do início dos anos de 1990. Aliás, dizer "muito" é dizer pouco. Outro país, outras visões da vida: da nossa, no interior das fronteiras da Pátria, e da vida internacional para além das fronteiras.

A Sociedade Nacional "Znanie" desintegrou-se em 1992 juntamente com a URSS, surgiram umas estruturas que se declararam seus herdeiros. Mas em vão. Mas continuava a haver dois editores: MNE e redação da revista "Vida Internacional".

Nós elaboramos para nós uma política editorial. Escrevemos sobre tudo, porque a política interna, a economia, a ecologia, a cultura têm relação direta com a política externa e vice-versa. Transmitimos obrigatoriamente a política do presidente, do governo e do MNE face aos problemas mundiais e relações internacionais. Mas não colocamos aí o ponto final. Publicamos artigos com posições diferentes face às questões internacionais. Propomos outra política de ação, diferente da oficial. Crítica, mas sem gritaria, claro. A diplomacia não pode ter êxito se correr à volta com vista a apanhar a própria sombra.

Não há ou quase não há artigos chatos, muito corretos. Nas discussões da redação participam pessoas com as mais diversas opiniões, desde que compreendam de política e sejam responsáveis.

Por vontade do destino, a "Vida Internacional" participou nos esforços de libertação da imprensa, rádio, televisão, de tudo o que hoje está reunido pelo termo "órgãos de comunicação de massas".

No quadro das decisões tomadas em Helsínquia em Abril-Maio de 1989, em Londres realizou-se um grande Fórum Informativo, onde se devia analisar os principais problemas da esfera informativa. Delegações de 35 Estados europeus reuniram-se na capital inglesa.

O redator principal da revista "Vida Internacional" foi nomeado dirigente da delegação da URSS. Era uma forte equipa de colegas. O vice-chefe era um homem excelente, A. Lebedev, vice-dirigente da Secção Ideológica do CC do PCUS, que começou a sua carreira na "Vida Internacional". Outro vice foi, como era natural, um camarada "vizinho". Da delegação faziam parte os dirigentes da TASS, APN, Comité de Rádio e Televisão, de outras organizações.

O resultado da discussão deu origem a um sólido pacote de propostas: cerca de 70 documentos. Depois de regressar a Moscovo, informámos o ministro. Este agradeceu pelo trabalho. Poucos dias depois, foi convocado o Colégio, onde o chefe da delegação apresentou os resultados do Fórum de Londres.

Nos finais de 1989 foi aprovado o Decreto do Conselho de Ministros "Sobre medidas suplementares no campo informativo". Vale a pena recordar o que conseguimos:

Foi autorizado a:

- alargar o número de títulos e a rede de venda livre de edições periódicas estrangeiras na URSS;
- organizar a assinatura de edições estrangeiras com o pagamento em moeda estrangeira à custa dos meios próprios;
- garantir o acesso livre a edições periódicas estrangeiras nas salas de leitura de bibliotecas e centros de cultura e informação;
- elaborar propostas sobre o processo de instalação de antenas para captar programas de satélites;

E, atenção!, segue-se o parágrafo que autorizou a utilização de fotocopiadores. (Viva! A Xerox venceu.)

Desenhava-se um salto nunca visto para a liberdade na esfera informativa. Mas não tínhamos ilusões. A imprensa continuava a ser refém da impotência e da irresponsabilidade do poder. Digo isto apenas para mostrar ao leitor atual que condições existiam no nosso país na esfera da informação. Um passo em frente, dois atrás. Mas, não obstante, avançávamos.

O movimento prometia ser lento se não fossem os acontecimentos de Agosto de 1991: o Comité de Estado para Situações de Emergência, depois o Acordo de Belovejskaia, onde três homens decidiram pôr fim à URSS. A situação da imprensa mudou bruscamente num país mutilado, que se declarou herdeiro da grande potência. Porém, alguns anos depois, constatámos que a liberdade era tanta e de certo tipo que alguns começaram a afogar-se.

Sáímos da antiga falta de liberdade de imprensa e entrámos numa nova: a dependência dos oligarcas, do grande capital, que reinam nos jornais, rádio, televisão, etc.

A "VIDA INTERNACIONAL" junta-se totalmente ao MNE da Rússia. E não só pelo facto de, segundo o Estatuto da revista devidamente registado como meio de informação de massas, o ministério ter chamado a si alguns deveres de diferente ordem perante a revista.

A interligação é mais profunda. Da parte da direção e dos funcionários do ministério há um interesse permanente para com a "Vida Internacional". Se abrirem um número qualquer, em cada um encontrarão vários artigos de diplomatas e funcionários do MNE, desde o ministro até um adido. Esta circunstância torna a revista uma edição única, a primeira fonte de conhecimentos sobre a verdadeira essência das ações e intenções da diplomacia russa.

Nos últimos vinte anos, a "Vida Internacional" viu passar seis ou sete ministros dos Negócios Estrangeiros: *Eduard Chevarnadze, Alexandre Bessmertnikh, Boris Pankin*, novamente *Eduard Chevarnadze, Andrei Kozyrev, Evgueni Primakov, Igor Ivanov*.

*Serguei Lavrov* passou a dirigir o serviço diplomático da Rússia a 9 de Março de 2004.

Trata-se de grandes personalidades, com muitos talentos e com as suas particularidades, que trabalharam em diferentes condições políticas internas, com uma atitude externa variável para com a Rússia. Mas eles tinham uma coisa em comum: a atitude mais atenta para com a revista, uma compreensão clara de que a edição pode ter um papel útil na via dos esforços comuns. Estamos convencidos que todos os funcionários do serviço político têm a mesma atitude.

Todos os ministros dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia fizeram parte do Conselho da revista, que forma a política redatorial. Agradecemos a E. Primakov, académico e ministro, que, durante a sua estadia na Praça Smolenskaia, ajudava a atingir novos cumes, não só

com o intelecto, mas também com o magnetismo, e não deixava ficar em indiferentes níveis baixos.

S. Lavrov esteve connosco durante todos os anos passados e, atualmente, à frente do MNE, presta o máximo de ajuda.

Estamos felizes com a participação no Conselho do ministro da Cultura, A. Avdeev, que presta muita atenção à revista.

I.Ivanov fez muito para a revista quando ocupou o cargo de ministro.

Em geral, pela sua composição, o Conselho é uma reunião de bastante prestígio de grandes profissionais na esfera da política externa.

Com o apoio e ajuda da Praça Smolenskaia, a "Vida Internacional" tornou-se a primeira das nossas edições com quem se encontrou Ronand Reagan, Presidente dos Estados Unidos.

Com outro, mas que não era presidente americano, o encontro teve lugar em condições muito diferentes. Em Novembro de 1989, o redator principal foi a Cabul para um encontro com o dirigente do Afeganistão, Nadjibulla. Fui encarregado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros.

As possibilidades da revista "Vida Internacional" foram necessárias nas vésperas da "Tempestade no deserto". Então, Moscovo realizava uma política enérgica.

Surgiu a ideia de falar com o rei da Jordânia, influente no mundo árabe, sobre as possibilidades de impedir o ataque americano contra o Iraque. O rei tinha as suas relações com os dirigentes de Bagdad. Não era demais se as nossas posições chegassem por esse canal a Bagdade. O redator principal da "Vida Internacional" foi encarregado do papel de correio a Amman.

Na véspera do novo ano de 1993, S. Lavrov e a revista "Vida Internacional" realizaram no palácio do MNE, na Rua Spiridonovka, um encontro dos dirigentes das administrações e de industriais do petróleo e gás da Sibéria Ocidental com o corpo diplomático e a imprensa. O pretexto para essa iniciativa foi a publicação de uma edição especial da "Vida Internacional": "O petróleo da Sibéria na política e na economia da Rússia e do mundo".

Isso deu início a todo um conjunto de iniciativas, das quais é de assinalar a ação da Iakutia com a participação do Presidente V. Chtyrov; da Carélia, Distrito de Rostov e outras regiões.

Muitos dos esforços da comunidade mundial são desvalorizados por novos desafios e ameaças. O símbolo negro foi a combinação de números "9.11" (11 de fevereiro de 2001), quando terroristas desferiram golpes fantásticos pela sua ousadia e pela coordenação de ataques contra arranha-céus do Centro

do Comércio Mundial em Nova Iorque e destruíram o poderoso edifício do Pentágono em Washington.

Poucos dias depois dessa tragédia, a revista "Vida Internacional" realizou em Washington um encontro que reuniu, no hotel *Monarch* congressistas, estadistas, representantes do mundo académico dos EUA. Discursaram I. Ivanov, ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia, o general A. Haig, J. Shlesindzher, antigo ministro da Defesa dos EUA, outras personalidades conhecidas. Foram entregues diplomas honorários aos laureados da "Vida Internacional". O redator principal disse no seu discurso: "Dizemos tal como vós dissesteis: o mal deve ser castigado".

A partir de 1989 apareceram laureados da revista "Vida Internacional": autores de artigos que chamaram a maior atenção. Entre eles estão figuras tão conhecidas como Jacques Delors, Jun Re, Caroline Kennedy, Tadzo Morimoto, Jonh Mroz, Guido de Marco, os nossos conterrâneos M. Chatrov, A. Dobrynin, E. Kojokin, A. Kozyrev, P. Zrellov, N. Narotchnitzkaia, A. Bessmertnikh, I. Ianin, P. Petrovski, I. Khalevinski, S. Lavrov, outros estadistas e jornalistas.

Mas entre os autores que não se tornaram laureados há numerosos nomes brilhantes que formam o rosto das relações internacionais actuais. Entre eles: Butros Gali, Bruno Kraiski, H.D. Hensher, Martti Ahtisaari, Algirdas Brazauskas. E claro que o coletivo da diplomacia russa, embaixadores, dirigentes de departamentos. Quero recordar obrigatoriamente pelo menos alguns colegas que trabalharam durante muitos anos na redação da "Vida Internacional".

Antes de tudo, as senhoras. T. Ievleva, brilhante analista, trabalhou, durante a guerra para o Comissariado do Povo para Assuntos Externos da URSS e, nomeadamente, como tradutora, acompanhou, no Inverno de 1943, um grupo de correspondentes estrangeiros acreditados junto da Secção de Imprensa a Estalingrado, que acabou de ser reconquistado aos alemães.

N. Khomutov, homem maravilhoso da geração mais velha, com laços familiares com a família do lord Hamilton. Nikolai Iurevitch, viajou, a convite, à Grã-Bretanha, onde foi amavelmente recebido e aceite no clã dos descendentes. Publicou na "VI" o maravilhoso ensaio "Lord Hamilton não foi ter consigo?"

Maclain, agente soviético do lendário "quinteto de Oxford", que trabalhava para a URSS, era observador.

E. Samoteikin, assessor e querido de L. Brejnev, depois das peripécias do destino e de ser embaixador na Áustria, também trabalhou na nossa redação.

Resumindo, tive muitos colegas durante o longo trabalho na redação e trabalhei com satisfação com a maioria absoluta.

Semelhante avaliação é válida para a atual redação.

Terminaram os 22 anos da minha passagem pelo cargo de redator principal da revista "Vida Internacional". Foram feitas mudanças na revista, a redação passou a ser dirigida por um experiente jornalista e gestor, A. Oganessian. Uma nova vista vê melhor.

A prática da "Coleção de Ouro" da "Vida Internacional" tornou-se uma boa novidade na comunidade politológica moscovita. A primeira conferência do ciclo foi dada por Bank ki Moon, secretário-geral da ONU.

No projeto participaram o diretor geral da FAO, Jacques Diouf, o diretor geral da UNESCO Koitiro Mazuura, o ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha, Frank-Walter Steinmeier, o Presidente da Croácia, Stepan Mecic, a diretora geral do Programa Alimentar Mundial, Josette Sheeran, o diretor geral da UNIDO, Kandeh Yumkella, o ministro dos Negócios Estrangeiros da Argélia, M. Medelsi, o presidente do Conselho da União de Exploradores de Petróleo e Gás. Iúri Chafranik. S.V. Lavrov, ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia, fez uma palestra sobre o tema "Do objeto e do método da diplomacia atual" na "Coleção de Ouro" dedicada ao 55º aniversário da revista. Seguiram-se intervenções tão ricas de outros líderes mundiais.

Hoje, a redação da revista torna-se uma espécie de holding de informação, recorre às novas tecnologias informativas. A revista é publicada com um excelente aspeto poligráfico não só em russo, mas também em inglês, chinês, alemão, francês, espanhol e árabe. A "Vida Internacional" entrou a tempo no programa de luta contra a falsificação da história, publicando anualmente coletâneas com o título "História sem cortes". Tem indiscutível interesse números especiais dedicados às questões mais atuais da política internacional atual.

O sítio da revista na Internet, que trabalha em regime on-line, que reage momentaneamente aos acontecimentos que ocorrem no mundo, goza de grande popularidade. Os programas de vídeo sobre a política internacional moderna concorrem em pé de igualdade com programas políticos televisivos.







## ENERGIA MUNDIAL: NOVAS EQUAÇÕES DA GEOPOLÍTICA?

**A**rmen Oganesian, redator-chefe da revista **"Vida Internacional"**: Os saltos técnico-científicos, os acontecimentos políticos impetuosos no Médio Oriente e no Norte de África, uma das regiões fundamentais da extração mundial de hidrocarbonetos, podem provocar mudanças sérias e dramáticas na esfera da energia mundial, do fornecimento e comércio mundiais de recursos energéticos. Por isso juntámos aqui conhecidos especialistas para discutir as tendências de desenvolvimento do setor energético mundial nas novas condições geopolíticas.

Gostaria de ouvir opiniões sobre até que ponto está a Humanidade próxima de uma nova revolução energética, onde se encontram as fronteiras políticas e tecnológicas do desenvolvimento da "civilização dos hidrocarbonetos" que nos rodeia. A fim de se compreender os processos atuais, seria importante caracterizar a correlação dos jogadores globais: ver se aparecem novas uniões ou se tem lugar um jogo de todos contra todos. Perante nós coloca-se uma importante tarefa: detetar os fatores, com base nos quais se vai realizar, a curto e médio prazos, a formação de preços dos recursos energéticos no mercado mundial.

Frequentemente, encontramos, nas páginas de jornais e gazetas, um chavão gasto: "A Rússia é uma superpotência energética". O que está por detrás dessas palavras, em que consiste o conceito de "superpotência" para a Rússia no aspeto energético? Poderá a Rússia, num futuro próximo, conservar e consolidar a sua liderança? Que tarefas isso coloca perante o nosso país na cena internacional e no interior do país para a posse do respetivo recurso?

**Alexandre Gorban**, *diretor do Departamento de Cooperação Económica do MNE da Rússia*: Se, antes, a informação sobre a energia fazia lembrar "notícias de terrenos agrícolas", hoje, parece mais "relatórios de ações militares". Isto diz principalmente respeito à empresa pública "Gazprom", onde há cerca de um ano realizam-se investigações de grande envergadura, no âmbito da UE, com a apreensão de documentos. Isso decorreu de forma civilizada, mas, não obstante, a direção da "Gazprom" sentiu uma pressão suficientemente forte da parte da União Europeia.

Tanto os dirigentes do nosso Estado, como analistas fizeram uma avaliação desses documentos. Qual o objetivo de semelhantes inspeções? Em primeiro lugar, trata-se de um mecanismo de pressão com vista a mudar a política de preços da "Gazprom". Mais tarde ou mais cedo, esse problema ficará resolvido, embora, no futuro, vá continuar a exercer uma influência suficientemente séria na atividade dos nossos operadores energéticos na União Europeia. Não se pode excluir processos semelhantes também noutras regiões do mundo.

A "Gazprom" começou a ter consciência de que a política de preços deve ser mais flexível. Pois existe alternativa: ou consegue a maior entrada possível de meios materiais através do comércio, ou conserva

os mercados. Hoje, observamos o aparecimento de jogadores novos, suficientemente fortes, no campo energético mundial, como o Qatar e a Austrália, que começam a infiltrar-se nas fileiras dos exportadores de recursos energéticos. No futuro, não se pode excluir que os EUA, à custa de recursos próprios, satisfaçam completamente o seu mercado interno e possam entrar no mercado externo. Isso criará um nível completamente diferente de concorrência. A "Gazprom", infelizmente, não está habituada a trabalhar nesse meio concorrente, mas, não obstante, começa a adaptar-se gradualmente.

No corrente ano, a que acontecimentos no campo da energética devíamos prestar atenção? Do meu ponto de vista, a criação de uma comissão especial junto do Presidente da Rússia para a política energética foi aquele passo que o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Rússia quis ver dado nos últimos 15 anos. Não obstante a iniciativa ter partido do Ministério dos Negócios Estrangeiros, este não foi convidado a participar na comissão. Todavia, considero que as decisões dessa comissão irão ter não só caráter operativo, mas dirão respeito às orientações, segundo as quais se deve trabalhar. As orientações são bastante claras: aumento da concorrência, política de preços mais flexível e, do meu ponto de vista, a luta pelos mercados.

Vejo entre os presentes colegas que participaram ativamente na redação de mais uma estratégia de desenvolvimento da energia do nosso país e gostaria de lhes fazer umas críticas amigas, visto que em todos os projetos de estratégia, que constituem entre 500 e 600 páginas, foram apenas dedicadas três páginas às questões da influência do mercado externo no desenvolvimento do nosso complexo energético. É verdade que, na estratégia antepassada, estava escrito que não seria mau elaborar uma estratégia separada da política do nosso Estado e das nossas companhias nos mercados externos. Mas, infelizmente, ficou-se por aí, embora a conjuntura do mercado mundial, penso eu, seja determinante.

Não quero retirar de forma alguma a importância às partes da nossa estratégia, onde se descreveram, de forma absolutamente precisa e correta, as possibilidades e cenários do desenvolvimento do nosso setor energético, onde se dizia que setor é preciso desenvolver em primeiro lugar, como é preciso comportar-se. Mas, ao mesmo tempo, colegas, esquecemo-nos permanentemente de que a perfuração, a

prospecção e procura de investimentos irão depender da conjuntura externa. E, agora, enfrentamos esse problema. Quando a crise continua e não se pode excluir uma nova onda, a procura cai. A concorrência aumenta com o aparecimento de coisas como o gás de xistos. E aqui torna-se especialmente atual a luta pelos mercados, e não a luta pelo lucro imediato, a que, infelizmente, muitas das nossas companhias se dedicam. Por isso espero que a comissão especial junto do Presidente da Rússia tome, também neste plano, a respetiva decisão para corrigir a direção da política, tanto das nossas companhias, como do estado nesta esfera.

De forma resumida, gostaria de abordar as questões que são importantes. Estará a Humanidade no limiar de uma nova revolução energética? A revolução já está em marcha. Hoje, o consumo de energia nos lares da Europa está, de facto, a aproximar-se do zero. Por exemplo, as novas tecnologias permitem praticamente não utilizar aparelhos de aquecimento a hidrocarbonetos. As chamadas "casas inteligentes" mantêm-se com as suas próprias forças à custa do emprego da energia da Terra. Por isso, não excluo que a tendência para o aumento da eficácia energética continuará a prevalecer.

Porém, deve assinalar-se que, num futuro próximo, não há substitutos para os hidrocarbonetos. As tentativas de os substituir por diferentes combustíveis de origem vegetal perderam fortemente, no presente, a sua atualidade, porque o programa de segurança alimentar é mais agudo do que nunca devido às más colheitas nos EUA, na Austrália, no nosso país e na Europa. Por conseguinte, os jogadores políticos globais consideram que é preciso alimentar o povo, não deixar morrer de fome a África e só depois pensar na produção de bioetanol e de outros combustíveis de origem vegetal.

Será que a Rússia é uma superpotência energética? Eu não chamaria à Rússia uma superpotência energética. Trata-se de um nome sonoro e bom, mas, na realidade, dependemos da "agulha" do hidrocarboneto e não sabemos o que fazer. Semelhante unilateralidade da nossa economia é muito vulnerável e é preciso lutar contra ela para não ficarmos sujeitos a uma crise que experimentámos, pela primeira vez, em 2008. E, atualmente, a nossa situação está longe de ser brilhante. Para nos tornarmos superpotência devemos, no mínimo, trabalhar mais.

No que respeita ao Ártico, claro que se trata de um novo campo de concorrência e claro que tentaremos lutar pela plataforma continental ártica. Mas o caso do jazigo de Shtokman mostra, do meu ponto de vista, que a exploração eficaz dos campos, que se situam antes da entrada na plataforma continental ártica, irá prevalecer por enquanto. Existem tecnologias, elas desenvolvem-se rapidamente, mas não é tarefa ainda para amanhã. Espero que não ocorram quaisquer guerras no Ártico: nem energéticas, nem muito mais "quentes".

**Iúri Chafranik**, *presidente do Conselho de Diretores do Instituto de Estratégia Energética*: Quero apresentar algumas teses resumidamente. Tiveram lugar algumas movimentações globais, na base das quais estão as mudanças no campo energético nos EUA e o problema do gás extraído do xisto. Neste sentido, surpreende-me a posição de toda uma série de funcionários e cientistas russos. Os EUA não teriam feito num dia a "revolução dos xistos". Tratou-se de um processo consciente, preciso e claro. E muitos peritos preveniram das mudanças ocorridas nos passados dez anos.

O segundo momento é a Europa e a política do gás. A Europa, de forma errada ou não, avança de forma conseqüente como uma locomotiva pelos carris existentes... Mas, hoje, num mundo interligado, é impossível criar o "comunismo" para um território separado. Porém, nós também não fazemos a melhor figura, porque teimosamente não queremos ver as mudanças da sua política energética e seguimos uma linha na política de exportações.

Agora passo a falar da situação económica no mundo. Há petróleo e gás no mundo suficientes para as próximas décadas. Talvez um dia possamos dizer que o ponto máximo da extração de hidrocarbonetos foi ultrapassado. Todavia, hoje, é incorreto afirmar que as reservas de hidrocarbonetos desaparecerão dentro de 10-20 anos.

Há ainda um fator muito importante: a situação nos países do Médio Oriente e do Norte de África. Por muito difícil que seja a situação nessa região, os preços do petróleo não chegarão aos 200, 300 ou 400 dólares por barril. Mesmo com semelhante tensão nos países do Médio Oriente e do Norte de África, bem como no Iraque, nada acontece de extraordinário com os preços.

Isto são fatores externos. Porém, ao falar de novas equações da geopolítica, gostaria de destacar a importância do fator interno russo. Porque, ao pensar na geopolítica, nós, em primeiro lugar, colocamos a questão: como nos devemos comportar-nos?

Li num artigo que, entre 2001 e 2011, a importação de maquinaria pela Rússia aumentou 14 vezes (se o valor for calculado em dólares). Talvez os autores se tenham enganado um pouco. Mas por detrás desses números está o factor energético. Por quê? Porque é evidente que não podemos superar a dependência da forma como são utilizados os recursos financeiros, como são utilizados os mecanismos económicos de interação com o setor das matérias-primas no interior da Rússia. Aqui existem razões para criticar a nossa política. Durante muitos anos, no nosso país não tem lugar uma mudança estável nesse sentido. Em alguns setores, isso ocorre, mas os números gerais obrigam imediatamente a pensar.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros da Rússia, juntamente com a revista "Vida Internacional", organiza encontros (o projeto "Coleção de Ouro" da revista "Vida Internacional" — Nota da Redação) de organizações como "SoyuzNeftGaz", com embaixadores e o corpo diplomático dos Estados estrangeiros. É uma prática muito útil e que se justifica. Ela ajuda a definir orientações. Mas eis o que soou num desses encontros: a "Gazprom" tenciona construir nos EUA um terminal para receber gás russo. Fizeram-se planos para semelhantes fornecimentos. Começou-se mesmo a substituir os fornecimentos de gás da Argélia e Kuwait. Porém, os fornecimentos tornaram-se desnecessários devido à "revolução dos xistos". E até o gás de Shtokman é "adiado" não tanto devido a problemas tecnológicos, quanto ao facto de não ser claro a quem fornecê-lo. Devemos meditar e planear a longo prazo, com vista a compreender que tendências e trilhos prevalecem hoje no campo energético mundial, que desafios geopolíticos enfrentamos e qual deve ser a nossa linha de comportamento.

Alguns, com um segundo sentido, perguntam se os EUA não se comportarão uma vez mais de forma a, depois de organizar um conluio, fazer descer bruscamente os preços dos hidrocarbonetos? Teoricamente, podem. E podem na prática. Resta saber é qual o preço que os EUA terão de pagar por isso. A América é muito diversa. Os preços baixos são claramente vantajosos para um grupo de industriais, de homens

das finanças e de políticos, mas não para outro grupo. Regra geral, o Estado Americano não subsidia nada e nenhum gás de xistos, nenhuma tecnologia suportarão os preços baixos. Por conseguinte, os 110-120 dólares por barril de petróleo, na situação existente, é um preço bem eficaz, aceitável tanto para a América, como para o resto do mundo. Consideramos que se pode falar da estabilidade do preço do gás e do petróleo nos tempos mais próximos, salvo força maior.

Qual a dependência existente entre a Rússia e os fatores geopolíticos externos? Em grande parte, a resposta reside na existência de projetos de investimentos e atividade de investimentos russos. Por enquanto, o poder de atração dos projetos russos no campo dos investimentos na energia é extremamente baixo. O Estado, graças à sua influência, permite à "Gazprom", "Novatek", "Rosneft" a realizar grandes projetos. Mas falta uma dinâmica positiva comum. As tarifas e os preços no interior do país aumentam e criam um problema social. Por conseguinte, a eficácia interna da "Gazprom" deve aumentar, no mínimo, várias vezes. Só podemos baixar os preços e as tarifas no interior da Rússia à custa de novos projetos de investimento de pequenos produtores de petróleo e gás.

Por enquanto, o mercado externo exerce pressão sobre nós quanto aos preços. Há muito que os que estão aqui sentados falaram, escreveram sobre isso. Mesmo sem a queda do preço do petróleo durante um, dois, três anos, a situação será difícil. Tendo em conta o fundo geopolítico difícil, precisamos de resolver os nossos problemas energéticos externos.

**Iúri Malychev**, *diretor do Museu Geológico Público V.I. Vernadski, membro da Academia das Ciências da Rússia*: Há dois anos atrás, eu prestei atenção a uma informação sobre gás de xistos que foi publicada na imprensa. Não sendo especialista nesta área, conversei com N.P. Laverov, vice-presidente da Academia das Ciências, com outros académicos e responderam-me que se trata de uma nova tecnologia que se desenvolve rapidamente. Telefonei então ao presidente da Sociedade Gasífera Russa, V.A. Iazev, e perguntei-lhe sobre o estado das coisas com a criação de tecnologias de extração de gás de xistos. Isso foi para ele uma novidade e nós organizámos e realizámos uma "mesa redonda" sobre essa problemática. O Ministério da Energia disse então: "Não realizem agora, nós ainda não estamos prontos..."

Em princípio, a Rússia, que possui um enorme potencial de estruturas analíticas, parece ter deixado escapar a criação de tecnologias de extração de gás de xistos. É necessário dizer que, nessa "mesa redonda", as opiniões divergiram. Os representantes de uma grande empresa gasífera pública afirmavam que essa tecnologia não tem futuro, é como uma "bola de sabão".

Recentemente, regressei de Kuzbass, onde passei o Dia do Mineiro. Disseram que ocorreram mudanças colossais na indústria de extração de carvão. Mas a situação é ambígua. Além de notícias vitoriosas sobre o estabelecimento de um recorde: durante um mês, foi extraído quase um milhão de toneladas de carvão da mina, reinava um certo pessimismo. Algumas empresas enviaram pessoas para férias forçadas. Os americanos, que durante 20 anos procuraram a tecnologia de extração de gás de xistos, descobriram-na. O resultado foi o seguinte: o preço desceu de tal forma que foi decidido baixar em 33 mega watts a potência das centrais elétricas a carvão, substituindo-o por gás de xistos. Como é sabido, M. Romney, candidato a Presidente dos EUA, dirigiu-se aos mineiros e declarou que o Presidente B. Obama os deixará sem emprego. Mas também o Presidente B. Obama não fica de braços cruzados. Pela primeira vez em muitos anos, os americanos trouxeram carvão para a Europa, para onde antes não tinham exportado. Na Europa, o carvão era e é comercializado pela Rússia.

Não obstante todas as estratégias energéticas nossas, a extração de carvão não aumenta, mas diminui. Na América, ao contrário, foi decidido construir dois terminais de carvão, onde atracarão navios com capacidade para 180 mil toneladas para exportar carvão de um terminal para a Europa e de outro para a Ásia. Isso significa que não poderemos concorrer com os americanos no carvão.

Explico para que fique claro. O Kuzbass é a nossa principal bacia carbonífera de onde se exporta carvão para o estrangeiro. É preciso transportar o carvão por via-férrea durante 4 mil quilómetros. Hoje, o transporte de uma tonelada custa 45 dólares. Se acrescentarmos aí os portos: o carregamento no porto custa de 16 a 17 dólares por tonelada. Concluindo, cerca de 63 dólares por tonelada é preciso pagar pelo transporte no navio. Nos nossos portos, a capacidade de carregamento de carvão é de 6 mil toneladas por dia (a dos australianos, por exemplo,



60 mil toneladas). E o custo da extração do carvão, no nosso país, é, hoje, de 87-90 dólares. Nós já não nos enquadrámos no preço numa série das nossas empresas, só as minas a céu aberto poderão ainda subsistir de alguma forma. Antes, na indústria de extração mineira do nosso país, trabalhavam um milhão de operários, hoje são cerca de 80 mil. Nós não temos capacidade de concorrência.

60 por cento da extração do carvão de Kuzbass é exportado. O desenvolvimento dos planos dos americanos e dos australianos, que exportam em grandes navios para a Ásia, mata a indústria carbonífera russa.

O coque extraído na Rússia era fundamentalmente vendido à China. Mas lá também fecharam os altos-fornos por terem sido considerados ineficazes. Isso constitui mais um golpe na extração do carvão russo.

O que fazer nesta situação? Hoje trata-se da salvação da nossa economia. O Estado deve chamar a si a regularização das tarifas. É necessário também que o Estado construa portos para navios de 180 mil toneladas no Extremo Oriente. A perspectiva consiste em que o consumo energético da China se baseia, em grande parte, no carvão. Grande parte dos setores energéticos da Alemanha (67%) e dos EUA (48%) consome igualmente carvão. A Rússia, por enquanto, não utiliza de forma completa esse recurso: 25%. Irá manter-se um "grande mercado" para o carvão.

**Vitali Buchuev**, *diretor-geral do Instituto de Estratégia Energética*: Não gostaria que a discussão de um problema tão global como a energia e a geopolítica se reduzisse a problemas setoriais. Eu estou em desacordo completo com a afirmação de que o gás de xistos é uma nova palavra na política mundial. Existe uma dezena de possibilidades em que não pensamos a devido tempo e não pensamos hoje, mas que, amanhã, poderão mudar consideravelmente a energia e a geopolítica.

Hoje, a política é determinante quando da tomada de decisões estratégicas na economia e política mundial. Há três direções fundamentais. Primeira: são os consumidores e não os produtores que dão ordens no mercado mundial. E os consumidores decidem se devem dedicar-se à segurança energética regional ou global. Os EUA, enquanto um dos importantes representantes do setor consumidor, tomaram uma decisão completamente sábia e justa: num momento em que existe instabilidade nas regiões de onde recebem recursos energéticos, apostam

na própria auto-suficiência energética regional. Descobriram o gás de xistos e utilizaram-no. Se tivessem aparecido outros recursos (como na Europa tentaram apostar na energia renovável), eles já os teriam utilizado. No mundo há recursos energéticos mais do que suficientes, eles são diversos, têm uma diferente localização geográfica, mas hoje predominam e irão predominar os recursos que estão mais perto do consumidor.

A segunda base geopolítica consiste em que, atualmente, os problemas sociais avançam para o primeiro plano. O neo-industrialismo, de que os países europeus tanto falam, ou seja, o regresso dos países industrialmente desenvolvidos a uma nova espiral de desenvolvimento industrial, consiste em que é necessário criar empregos, custe o que custar, na metrópole.

A terceira questão é a mudança financeira da estrutura do mundo. Não vou abordar este tema, mas é precisamente ele que determina, em grande parte, a situação nos mercados energéticos mundiais. Por isso, o aumento e a manutenção de preços ao nível necessário são, antes de tudo, política, não são questões de procura e oferta, mas política, digam o que disser.

Acabamos de terminar uma obra que tem por título "Nova Civilização Energética" e gostaria de trocar convosco algumas considerações. O que é a civilização? É o domínio da energia. Começaram com o emprego do fogo, passaram à energia mecânica, à energia do combustível e, depois, à energia informativa. Esta é uma via comum de desenvolvimento. A "civilização dos hidrocarbonetos" é uma das etapas, ela não começou hoje e não terminará hoje, mas o período de tempo de domínio de um recurso energético é de 150-200 anos. Esse período está a chegar ao fim, por isso, a "civilização dos hidrocarbonetos" irá ceder o seu lugar a outra civilização em meados do século XXI. Ou seja, tudo irá contribuir para o desenvolvimento do produto de consumo final: a energia elétrica. Os transportes passarão a trabalhar a eletricidade. Mas o petróleo não irá ser utilizado para se obter energia elétrica.

Vou abordar a questão de se somos uma superpotência energética. O estatuto de superpotência é determinado não pela quantidade de recursos existentes ou fornecidos, mas por ideias e pensamentos, que vão à frente do tempo e estimulam outros países a segui-los. Se não existem essas ideias e pensamentos, não se pode falar de qualquer superpotência.

Gostei de ouvir as palavras de G.Kh. Popov de que a perspectiva da Rússia é transformar-se no centro intelectual do mundo, de que a Rússia não tem outra perspectiva. Considero que é preciso compreender o papel geopolítico e sociopolítico, talvez mesmo sacral, da Rússia. A Rússia não é uma ponte entre o Oriente e o Ocidente, é uma ponte entre a Terra e o Espaço, por isso é necessário compreender precisamente esse papel ao falar da superpotência.

Gostaria de analisar também a questão dos jogadores globais nos mercados mundiais de recursos energéticos. Não se trata do aparecimento de novas fontes e de novos jogadores que detêm essas fontes. Trata-se de que essas fontes podem ser propriedade de qualquer pessoa. As mudanças globais na estrutura do mercado mundial resumem-se a que, no lugar da divisão do mundo em países exportadores e países importadores (nos blocos e organizações correspondentes, tais como a OPEC, etc.), o mundo passa para as posições da integração regional. A cooperação económica eurasiática, cuja base é constituída pela infraestrutura energética, é um exemplo claro disso. Consideramos que a infraestrutura é precisamente a pedra angular das novas transformações na construção geopolítica do mundo.

**Alexei Mastepanov**, *vice-diretor do Instituto de Problemas de Petróleo e Gás da Academia de Ciências da Rússia*: A Rússia, enquanto o maior detentor e produtor de recursos energéticos no mundo, é uma superpotência energética. Mas isso é um conceito de nível baixo, de nível de recursos. Se falarmos de consumo energético, a Rússia está longe do primeiro lugar, mas se se falar da qualidade desse consumo (quando, segundo diferentes cálculos, de 35 a 45% da energia consumida no interior do país perde-se devido à eficácia energética baixa), as coisas estão ainda piores. Em que se baseia a extração de recursos energéticos na Rússia? No fundamental, baseia-se ou em tecnologias obsoletas, criadas há 30, 40 e até 50 anos, ou em tecnologias importadas. Por isso é preciso encerrar o tema da "superpotência".

Relativamente ao gás de xistos, gostaria de destacar dois aspetos. Primeiro, nós deixámos passar ao lado esse processo. O problema é que não só os nossos especialistas o deixaram passar ao lado, mas também, considero eu, ele foi conscientemente escondido. Em todos os prognósticos da Agência Internacional de Energia (AIE) publicados

até 2004, assinalava-se que os EUA serão o maior importador mundial de gás condensado no séc. XXI. Com base nisso, o Qatar criou as suas potencialidades e nós começámos também. Simplesmente no Qatar as condições são mais fáceis e eles tiveram tempo de desenvolver esse projeto, enquanto que nós não tivemos. Porque é que o Qatar fez ruir o mercado europeu do gás? Porque, de súbito, constatou-se que os EUA não precisam de gás condensado, mas o Qatar já tinha criado as suas potencialidades, as fábricas trabalhavam, por isso essa produção devia ser escoada a qualquer preço. Eles baixaram, *in loco*, os preços (vendiam à Europa mil metros cúbicos por 89, por 79 dólares) em prejuízo pessoal, para manter as potencialidades.

Atualmente, a Agência Internacional de Energia, destaca, em todos os seus prognósticos, o gás de xistos: os EUA vão "fechar-se" completamente, eles poderão exportar gás de xistos, prover completamente as necessidades da China. Coloca-se uma questão: não será esta mais uma operação cuidadosamente pensada para colocar a China num beco sem saída, abrindo perante ela este "cume radioso" do gás de xistos? Não se pode falar a sério da existência de recursos de gás de xistos fora dos EUA.

O segundo aspeto do gás de xistos que gostaria de abordar. Os japoneses assinaram três contratos com os EUA de importação de gás condensado, obtido a partir de xistos no Estado do Texas. Nos EUA, o gás de xistos custa de 75 a 76 dólares por mil metros cúbicos. Ele é extraído onde é consumido, sendo o principal fator não existir gastos com transportes. Mas, para exportar, é preciso construir uma fábrica para o compensar e isso serão 50 % do seu custo. Como será possível tentar vender esse gás a 120 dólares? O gás de xistos difundiu-se tanto precisamente graças aos altos preços do petróleo e altos preços dos combustíveis. Caso contrário, não haveria investimentos.

Aglobalização das últimas décadas realizou-se sob o signo da transferência de produções poluentes para os países em desenvolvimento. Tinha-se em vista que os países do mil milhões de ouro iriam gerar ideias, desenvolver-se à custa disso, manter um alto nível de vida. Mas, inesperadamente, abriu-se uma nova possibilidade de uma nova industrialização com base em recursos energéticos baratos, uma nova possibilidade de desenvolvimento da química e de outra indústria transformadora.

Toda a política energética das últimas décadas decorreu sob o signo de que, no mundo, há carência de recursos energéticos e ela irá aumentar à medida que o desenvolvimento avançar. Isso deu um impulso ao desenvolvimento da poupança de energia e de novas tecnologias, que permitiram eficazmente introduzir as chamadas novas fontes não tradicionais de energia.

Presentemente, fala-se muito de novas fontes de energia, de novas possibilidades do plano energético. É preciso meditar muito seriamente nisto. Recordemos o pensamento: "A Idade da Pedra não terminou porque acabou a pedra".

A era dos hidrocarbonetos terminará não porque acabarão os hidrocarbonetos. Nas condições atuais, os que dominam as tecnologias, dominam o mundo. Se se desenvolverem tecnologias que permitam transportar, de forma eficaz e a longas distâncias, recursos energéticos tradicionais, elas terão direito à vida durante décadas, mas se o desenvolvimento da tecnologia de obtenção de novos recursos energéticos locais conhecer ritmos maiores, então será simplesmente necessário esquecer a actual estrutura do comércio mundial de recursos energéticos.

**Igor Tomberg**, *dirigente do Centro de Estudos de Energia e Transportes do Instituto de Estudos Orientais da Academia de Ciências da Rússia*: Para a política energética russa tem particular importância a reavaliação das prioridades relativamente às correntes de exportação de hidrocarbonetos nas condições da configuração variável dos mercados tradicionais. No séc. XXI, tornaram-se actuais os problemas ligados ao esgotamento de recursos naturais, antes de tudo energéticos, e a agudização da luta pelos hidrocarbonetos e minérios. Criam particular tensão os acontecimentos no Norte de África e no Médio Oriente, que ameaçam a segurança energética de muitos países, antes de tudo dos europeus. Os Estados onde ocorrem desordens e se conserva uma situação política instável garantem 30% das importações europeias de gás e com eles realiza-se 60% da importação líquida da Europa.

O terramoto no Japão, que provocou avarias numa Central Atómica, introduziu ainda mais correções significativas no mapa energético do mundo. Muitos países começaram a rever a sua política energética, inclinando-se para um desenvolvimento mais cuidadoso da energia

atômica, para o aumento da utilização de fontes renováveis de energia, para o aumento da quota do gás na balança energética. Hoje, são precisamente os gigantes asiáticos: Índia e China, os principais compradores de hidrocarbonetos.

Segundo os prognósticos da Agência Internacional de Energia, o nível de consumo de gás na China quase duplicará até 2015, atingindo o volume de 140 mil milhões de metros cúbicos. Nesta altura, para satisfazer as suas necessidades, a China vai importar 40 mil milhões de metros cúbicos de gás. Até 2020, em conformidade com dados publicados em 2009 no "Relatório sobre o Desenvolvimento do Setor Energético" da Academia de Ciências Sociais da China, a falta de gás chegará já aos 70-100 mil milhões de metros cúbicos. Até 2030, as necessidades chinesas em gás poderão superar os 240 mil milhões de metros cúbicos e metade desse volume será importado.

Por enquanto, a "Gazprom" não está preparada para uma cooperação de envergadura com a China na esfera da realização de grandes projetos gasíferos. Porém, a conjuntura cada vez pior no mercado europeu (diminui a procura) empurra para o aceleração do movimento ao encontro da China na cooperação gasífera, não obstante os riscos colossais. No vetor gasífero oriental da exportação russa forma-se não só a procura por parte dos gigantes asiáticos em rápido desenvolvimento, mas também uma proposta bastante ativa da parte de novos jogadores. Por enquanto, o mercado está equilibrado. Não há propostas a mais, bem como também não há falta de gás. Todavia, os países consumidores fazem esforços significativos para o retorno à situação existente em 2008, quando o mercado dos consumidores podia ditar as suas condições de aquisição.

Nestas condições, tem grande perspectiva o trabalho de união de esforços e interesses dos países produtores de gás para garantir os interesses dos países fornecedores de gás. Com esse objetivo foi criado o Fórum dos Países Exportadores de Gás (FPEG), a que se apressaram de dar o estatuto de "OPEC gasífera". Mas, na realidade, só a coordenação de políticas de preços, marketing e logística de cinco ou seis países, mais precisamente da Rússia, Irão, Turquemenistão, Cazaquistão, Qatar, Argélia e, possivelmente, do Azerbaijão, tornaria a situação no mercado gasífero muito mais definida e equilibrada.

**Alexandre Orlov**, *diretor do Instituto de Investigações Internacionais do MGIMO do MNE da Rússia*: Será a Rússia uma super potência energética? A resposta a esta pergunta é bem evidente e qualquer discussão a este respeito tem um caráter escolástico. A Rússia é um gigante energético não só quanto ao volume de hidrocarbonetos extraídos e exportados, mas também devido à posse de uma estrutura energética integral, cujos elementos básicos são, hoje, o petróleo, o gás, as energias atômica e hidroelétrica, bem como uma rede ramificada de fornecimento de combustíveis ao consumidor, que inclui numerosos milhares de quilómetros de oleodutos e gasodutos, de linhas elétricas de alta tensão. A questão é outra: como gerir essa riqueza de forma racional, parcimoniosa, nos interesses do desenvolvimento e da prosperidade do nosso país e dos seus cidadãos, como aumentar e aperfeiçoar o nosso complexo energético multifacetado e complicado?

Nós não nos devemos e não podemos distrair. A atitude para com a Rússia enquanto uma espécie de reservatório de matéria-prima estratégica de envergadura global nunca foi, suavemente falando, igual. A tentação de alguns grandes jogadores no campo da geopolítica mundial de emendar esta, como dizem alguns conhecidos políticos e analistas ocidentais, "injustiça histórica" foi sempre um fator sensível e, em determinadas condições, pode tornar-se numa circunstância determinante no seu comportamento face à Rússia.

O ponto de vista amplamente difundido de que quase não há alternativa aos hidrocarbonetos russos para Europa e, no futuro, para outras regiões do mundo, originou, numa série de grandes companhias nacionais um certo relaxamento e desejo de trabalhar e desenvolver-se no quadro habitual, baseado nos oleodutos enquanto a via mais aceitável de transporte. Como resultado, considero eu, na periferia ficaram direções tão importantes como a criação das possibilidades necessárias para a exportação de gás condensado, bem como as questões da extração de gás de xistos no nosso país.

O tema do gás de xistos é um tema particular. A julgar pelos elementos existentes, existem dois pontos de vista contrários sobre esta questão. Um diz que, enquanto nós nos dedicámos à construção de oleodutos e à organização do nosso sistema de extração de hidrocarbonetos em condições climatéricas complexas, os americanos (antes de tudo)

conseguiram dar um salto no desenvolvimento das tecnologias modernas para a extração rentável do gás de xistos. Desse modo, eles garantiram, no futuro, a sua segurança energética, bem como criaram condições para a sua entrada no mercado gasífero como jogador autónomo. A seguir estão os europeus que, à custa do gás de xistos, poderão também resolver muitos dos seus problemas, nomeadamente garantir o cumprimento da tarefa estratégica de diversificação de fontes de obtenção de hidrocarbonetos e a limitação significativa do papel de um dos produtores (Rússia) nos fornecimentos. Outro ponto de vista consiste em que o tema do gás de xistos é inventado e está longe de ser novo. O atual barulho em torno dele, organizado pelos concorrentes da Rússia, é uma bola de sabão, cujo aumento tem conscientemente um único objetivo: fazer baixar o preço do gás e levar o processo de formação dos preços para o terreno dos contratos a curto prazo, e não a longo prazo, como acontece até hoje.

A questão merece ser pormenorizadamente esclarecida. Se o gás de xistos é mais batota do que realidade, isso é uma coisa. Mas se realmente se trata de uma revolução na esfera gasífera, então temos de procurar as vias para reagir a essa situação. De outro modo, arriscamo-nos a perder mercados de escoamento, a atrasarmo-nos no plano tecnológico. O resultado será a redução significativa de entradas no orçamento, o que se refletirá negativamente em muitas esferas da vida do nosso Estado, conduzirá à redução dos pagamentos para as necessidades sociais da população.

E para terminar. Os super-lucros provenientes dos combustíveis só têm sentido quando são aplicados no desenvolvimento do país. De outro modo, trata-se do esbanjamento das riquezas naturais nacionais, do empobrecimento das futuras gerações dos russos, da criação de condições para a corrupção e para a estratificação injustificada da sociedade, o que ameaça provocar instabilidade sociopolítica. Os lucros das exportações, antes de tudo dos hidrocarbonetos, devem ser assimilados, "digeridos" pela economia, ir para o desenvolvimento do seu setor real, para o progresso técnico-científico, nomeadamente a exploração de novas fontes de energia como bases do campo energético do futuro. Resumindo, as "divisas energéticas", enquanto entram regularmente no orçamento, devem ser uma das fontes fundamentais de financiamento da modernização do nosso país.



**Serguei Vassiliev**, vice-diretor do Instituto Internacional de Política e Diplomacia Energética do MGIMO do MNE da Rússia: A Rússia, enquanto superpotência energética, depende da existência de reservas de recursos e de tecnologias. Há mais um componente importante. Trata-se da capacidade de gerir, a instrução, a preparação de quadros. O Instituto Internacional de Política e Diplomacia Energética do MGIMO do MNE da Rússia prepara, atualmente, quadros em cinco direções fundamentais: diplomacia energética, economia mundial, economia no campo da energia e dos recursos energéticos, gestão no campo da energia e relações públicas nessa área.

Hoje existe no nosso país toda uma série de programas magistrais conjuntos sobre essas áreas com importantes universidades do mundo. Trata-se da Universidade Bocconi (Itália): cooperação no campo da economia e do prognóstico económico e do desenvolvimento dos ramos do Complexo Energético e dos Combustíveis. Desenvolve-se a cooperação com universidades noruegueses no campo do management internacional, na área de assuntos energéticos internacionais. Estes programas visam a exploração de recursos no Mar de Barents, dos mares do Norte e Karsk. Nós realizamos estes projetos conjuntos com a Noruega, com a participação da empresa "Statoil" e da nossa companhia "Rozneft", é um programa Master of Business Administration. Com a Alemanha, com a Universidade de Leipzig, temos também um grande programa de economia mundial e administração empresarial no campo do Complexo Energético e dos Combustíveis e uma série de outros programas. A 1 de Setembro, começámos um programa com a Universidade de Saint-Andrews (uma das mais conhecidas universidades da Grã-Bretanha) sobre o "desenvolvimento estável e direção estratégica no campo da energia".

Existem algumas indicações de que nós vamos à frente de outras universidades, nomeadamente europeias, e a nossa instrução está, em alguns casos, acima do nível mundial. Uma prova disso é o facto de virem estudar para o nosso instituto muitos estudantes chineses, japoneses, ingleses, canadianos e americanos. A educação energética goza de procura e é um motor de desenvolvimento das vias da instrução. Os programas que hoje realizamos, a cooperação que realizamos entre escolas superiores e outras associações de universidades dizem que estamos

no caminho certo. No passado dia 23 de Fevereiro na Universidade de Delft, que é um dos líderes da educação e energética e de investigações energéticas aplicadas na UE, realizou-se uma importante conferência constituinte com vista a criar a chamada Plataforma Energética Europeia. Aderiram a esta plataforma 169 universidades europeias de 29 país. O financiamento é da ordem dos 8,5 mil milhões de euros na etapa inicial.

No quadro da Comissão Europeia e do Diretório Geral para a Energia da Comissão Europeia, essa plataforma visa tornar-se o principal órgão na Europa de desenvolvimento de novas tecnologias. Eles elaboram programas de ensino e de investigação para garantir novas tecnologias, a sua exploração, a poupança de energia, fontes alternativas, todo o complexo.





## NESTA EDIÇÃO:

**Serguei LAVROV**, *Ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia*

A diplomacia Russa e os desafios do século XXI

**Andrey DENISSOV**, *Primeiro Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia*

Rússia num mundo em mudança: prioridades permanentes e novas oportunidades

**Grigori KARASSIN**, *Secretário de Estado — Vice-Ministro das relações exteriores da Rússia*

Não existe alternativa sensata aos formatos de integração da CEI

**Serguei RIABKOV**, *Vice-Ministro das relações exteriores da Rússia*

A América Latina requer um enfoque especial

**Igor IVANOV**, *Presidente do Conselho Russo para Assuntos Internacionais*

“Reinicialização” das relações Rússia-EUA: astúcia tática ou escolha estratégica?

**Romano PRODI**, *Presidente do Conselho de Ministros da Itália (1996—1998; 2006—2008), Presidente da Comissão Europeia (1999—2004)*

Europa precisa da Rússia

**Nikolay SOFINSKY**, *Embaixador da Rússia na República do Peru*

«Mundo é maravilhoso quando visto do Peru»

**Sergei NARICHKIN**, *Presidente da Duma Estatal*

Rússia e a APCE: as nossas perspectivas